



★ ★ ★
GUIA DO
candidato

★ REPUBLICANO ★

- ELEIÇÕES 2016 -

PRB10
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

FRB
Fundação Republicana Brasileira
"AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS"

★ ★ ★
GUIA DO
candidato
★ REPUBLICANO ★
- ELEIÇÕES 2016 -



© 2016 - Direitos reservados à Fundação Republicana Brasileira – FRB
SCS Quadra 02, Bloco “C”, Lote 179 – Edifício Vitória, 5º andar
Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70.302-913
Telefone: 61 3321-1112
E-mail: contato@fundacaorepublicana.org.br
Portal: fundacaorepublicana.org.br

Elaboração: Partido Republicano Brasileiro - PRB
Realização: Fundação Republicana Brasileira - FRB

Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem permissão dos detentores do copyright.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Seu conteúdo não pode ser alterado ou reproduzido sem autorização. Este material não é produzido para venda ou qualquer fim comercial.

OLÁ, REPUBLICANOS

EDUARDO LOPES
Vice-Presidente Nacional do PRB no
exercício efetivo da Presidência



Estamos próximos das eleições municipais 2016 e precisamos nos preparar para esse grande evento democrático. Conscientes das possíveis dúvidas e de diversos detalhes que envolvem a disputa eleitoral, o PRB elaborou esta cartilha que, na verdade, servirá como guia, já que a Lei 9504/97 trouxe algumas questões que precisam estar claras aos pré-candidatos e a todos os envolvidos na campanha, que este ano terá o prazo de propaganda eleitoral com tempo reduzido.

Entre outros assuntos, todos devem estar atentos em relação à documentação, detalhes de campanha e prestação de contas. Além disso, abordamos o que é permitido ou não em relação aos tipos de propaganda eleitoral, debates em rádio e televisão, e o que é ou não vedado no dia da votação.

É fundamental que essas dúvidas sejam esclarecidas para que tenhamos uma eleição limpa e proativa, pois lembrem-se, a propaganda eleitoral tem regras que precisam ser seguidas, e nós do PRB avançamos em uma missão de tornar o nosso projeto político um sucesso. Nossa meta é o crescimento do PRB, e para isso precisamos de foco, organização e muito trabalho.



Eduardo Lopes

SUMÁRIO

8 APRESENTAÇÃO

10 CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

12 QUEM PODE SER CANDIDATO
NAS ELEIÇÕES DE 2016

16 FORMAÇÃO DE COLIGAÇÃO

20 REGISTRO DOS CANDIDATOS

28 PROPAGANDA ELEITORAL

41 DAS CONDUTAS VEDADAS
AOS AGENTES PÚBLICOS EM
CAMPANHAS ELEITORAIS

46 CONTAS DE CAMPANHA

57 CANDIDATA MULHER

59 CONCLUSÃO

60 ANEXOS - RESOLUÇÃO DO TSE

APRESENTAÇÃO

O Partido Republicano Brasileiro, comprometido com o melhor desempenho do partido nas eleições de 2016, tem envidado esforços em prol da capacitação dos candidatos republicanos, bem como ao êxito que se pretende obter nas candidaturas em todo o país. Diante desse quadro, para as eleições municipais de 2016, a equipe jurídica do Diretório Nacional do Partido Republicano Brasileiro resolveu elaborar um manual contendo as principais normas e orientações que os pretensos candidatos a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores precisam se atentar, sob pena de até mesmo perderem seus mandatos ou ficarem inelegíveis por falhas que poderiam ser evitadas no decorrer do processo eleitoral.

Ao longo de anos de experiência na seara eleitoral, constatamos que, quase sempre, os processos na área são originários de erros ou falhas cometidas no curso do sufrágio, em especial, no tocante a propaganda irregular, captação ilícita de recursos financeiros, inobservância dos procedimentos atinentes ao registro de candidatura, prestação de contas de campanha e etc.

As eleições municipais serão realizadas no dia 2 de outubro de 2016 e concorrerão ao pleito os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador.

Na data de 29 de setembro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.165/2015, alterando alguns dispositivos da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições), da Lei 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) e da Lei 4.737/65 (Código Eleitoral). Alterações importantes foram introduzidas pela referida lei e serão aplicadas no processo eleitoral de 2016.

O presente manual tem como objetivo orientar os pré-candidatos republicanos durante o curso da disputa, e contém as principais orientações de acordo com a nova legislação e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

Ressaltamos que o presente manual não substitui a necessária assessoria jurídica e contábil da candidatura, frisando que mais do que nunca as campanhas eleitorais deverão ser assessoradas por advogados e contadores experientes, que estejam atualizados com a nova legislação. Nas eleições de 2016, o imprevisto pode trazer graves consequências!

Esperamos que este manual seja de grande utilidade! Boas eleições!

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO

MARCOS ANTONIO PEREIRA, advogado, professor de direito, presidente nacional licenciado do Partido Republicano Brasileiro e atual ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Foi vice-presidente da Rede Record e hoje administra seu escritório de advocacia – Marcos Pereira e Oliveira Advogados. Coordenou a campanha de Celso Russomanno a prefeito de São Paulo em 2012, e conduziu o PRB neste período de grande crescimento do partido.

FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO, advogado, com atuação principal no ramo do Direito Eleitoral, pós-graduado em Direito Constitucional Eleitoral pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB), pós-graduado em Marketing Político, membro do Instituto dos Advogados do Distrito Federal (IADF), ex-presidente da comissão de Direito Eleitoral do Instituto dos Advogados do Distrito Federal (IADF), membro Fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO, advogada, com atuação principal no ramo do Direito Eleitoral, pós-graduada em Direito Eleitoral; pós-graduada em Marketing Político; Vice-Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB – DF; membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep, membro da Instituição Brasileira de Direito Público – IBDPUB e Conselheira da OAB-DF (triênio 2016-2018).

GUSTAVO LUIZ SIMÕES, advogado, com atuação principal no ramo do Direito Eleitoral, pós-graduado em Direito Eleitoral; membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-DF e membro da Instituição Brasileira de Direito Público – IBDPUB.

CARLA DE OLIVEIRA RODRIGUES, advogada, com atuação principal no ramo do Direito Eleitoral, pós-graduada em Direito Eleitoral; membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-DF, membro da Instituição Brasileira de Direito Público – IBDPUB e membro Fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep.

Revisão textual:

ELLEN FERNANDES DE ALENCAR, revisora de textos da Fundação Republicana Brasileira.

Diagramação:

ARGUS COMUNICAÇÕES



CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS



CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

A partir de **20 de julho, até o dia 05 de agosto de 2016**, os partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderão realizar convenções destinadas à deliberação sobre coligações e à escolha de candidatos para as eleições de 2016, nos termos da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).

As convenções partidárias são reuniões dos filiados a uma legenda para a deliberação de assuntos de seu interesse. Elas devem ser realizadas em conformidade com as normas estatutárias da agremiação, uma vez que a Constituição Federal e a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) asseguram às legendas autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento.

As convenções partidárias de caráter eleitoral visam decidir acerca da escolha dos postulantes e da formação de coligações, fixar o limite de gastos dos candidatos e sortear os números com os quais irão concorrer.

Tudo deve ser registrado em uma ata que será digitada, assinada por todos e encaminhada para o Cartório Eleitoral nas 24 horas após a convenção para publicação em qualquer meio de comunicação e associada ao pedido de registro. O livro em que serão registradas a ata e a lista de presença deve ser aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral. O referido livro poderá ser requerido pelo juiz eleitoral para conferência da veracidade das atas apresentadas.

Para a realização das convenções de caráter eleitoral, as legendas poderão utilizar prédios públicos gratuitamente, responsabilizando-se previamente por danos causados durante a realização do evento, devendo comunicar por escrito ao responsável pelo local a intenção de ali realizar o encontro com antecedência mínima de 72 horas.

Salienta-se que, se no decorrer da deliberação sobre coligações, a convenção partidária de nível inferior se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto, poderá esse órgão anular a deliberação e os atos dela decorrentes.

Cabe informar que os pré-candidatos poderão iniciar, nos 15 dias antes da convenção, a execução de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, inclusive mediante a fixação de faixas e cartazes em local próximo a ocasião, com mensagem aos convencionais; vedado o uso de rádio, de televisão e de outdoor. A propaganda intrapartidária deverá ser imediatamente retirada após a respectiva convenção, ou seja, após 24 horas da realização da mesma.



QUEM PODE SER CANDIDATO NAS ELEIÇÕES DE 2016



QUEM PODE SER CANDIDATO NAS ELEIÇÕES DE 2016

Qualquer cidadão pode vir a ser candidato, desde que preencha os seguintes requisitos:

a) nacionalidade brasileira;

b) pleno exercício dos direitos políticos;

c) alistamento eleitoral;

d) idade mínima:

d1) prefeito e vice – 21 anos (levando em consideração A DATA DA POSSE – 1/1/2017);

d2) vereador – 18 anos (até 15 de agosto de 2016, prazo final para o registro, ou seja, NO DIA DO REGISTRO DEVERÁ ter obrigatoriamente 18 anos de idade (art. 11, §2º, da Lei nº 9.504/97);

e) domicílio eleitoral no município, desde 2 de outubro de 2015;

f) filiação partidária deferida pelo partido até 2 de abril de 2016, ou seja, com o mínimo de 6 (seis) meses de filiação, e, se houver fusão ou incorporação de partidos políticos após esta data, será considerada a data de filiação ao partido de origem;

f1) os magistrados, membros dos Tribunais de Contas e do Ministério Público: para se candidatarem a cargo eletivo deverão se afastar definitivamente de suas funções até 6 meses antes das eleições e se filiar a um partido neste prazo;

f2) militar da ativa: não é exigida a filiação, sendo suficiente o pedido de registro de candidatura, após ser escolhido em convenção. Militar da reserva remunerada: até 2/04/2016 (prazo normal: seis meses antes);

f3) militar que passa à inatividade após 2/04/2016, mas antes da convenção: 48 horas após se tornar inativo.

NÃO PODEM SER CANDIDATOS

- Aqueles que não preencherem as condições de elegibilidade listadas anteriormente e aqueles que são considerados inelegíveis mencionados abaixo:

- a) os inalistáveis e os analfabetos;
- b) os que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 64/90;
- c) no território de jurisdição do titular: o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente, dos governadores, dos prefeitos ou de quem os tenha substituído dentro dos 6 meses antes do pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição;
- d) aqueles declarados como inelegíveis por decisão judicial.

Observações importantes sobre INELEGIBILIDADE, PARENTESCO e REELEIÇÃO:

- a) O prefeito e seus substitutos ou sucessores só podem concorrer uma vez à reeleição. Se o prefeito já tiver sido reeleito não pode concorrer a vice;
- b) O cônjuge e os parentes do prefeito são ilegíveis para sua sucessão, a não ser que este, não tendo sido reeleito, deixe o cargo 6 meses antes do pleito;
- c) O cônjuge e os parentes do prefeito (reeleito ou não) não podem ser eleitos para o cargo de vereador, a não ser que este deixe o cargo 6 meses antes do pleito;
- d) O cônjuge e os parentes de prefeito reeleito não podem se candidatar a vice no mesmo município;
- e) O prefeito reeleito não poderá se candidatar ao mesmo cargo, nem ao cargo de vice, na eleição seguinte no mesmo município;
- f) O divórcio ou a separação judicial, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade por parentesco tratada acima;
- g) Para concorrer a outro cargo, o prefeito deve renunciar ao mandato até 6 meses antes das eleições;
- h) Para se beneficiar da vantagem citada no item “c” acima, o suplente de vereador precisa ter assumido definitivamente o mandato.

Observações importantes sobre DESINCOMPATIBILIZAÇÃO:

DESINCOMPATIBILIZAR significa afastar, interromper o exercício de um cargo ou função para se tornar elegível. Seguem exemplos de prazos de desincompatibilização:

Presidente, governadores e prefeitos, para concorrerem a outros cargos: devem renunciar aos seus mandatos até 6 meses antes das eleições. Há exceções que precisam ser consultadas na legislação.

Magistrados, membros dos Tribunais de Contas e do Ministério Público: devem se afastar definitivamente de suas funções, no prazo de 6 meses antes do pleito. **EXCEÇÃO:** membros do Ministério Público que optaram pelo regime de garantias e vantagens instituído antes da Constituição de 88.

Militar alistável: Contando menos de 10 anos de serviço: deverá se afastar da atividade; contando mais de 10 anos de serviço: será agregado pela autoridade superior e, se for eleito, passará automaticamente para a inatividade, assim que for diplomado.



ATENÇÃO



Deve ser criada comunicação imediata à autoridade a qual o militar esteja subordinado, nos seguintes casos: pelo partido, quando o escolher em convenção para candidato; pela Justiça Eleitoral, na oportunidade do deferimento do pedido de registro e por ocasião da diplomação.



Consulte:

www.tse.jus.br/jurisprudencia/prazo-de-desincompatibilizacao.



FORMAÇÃO DE COLIGAÇÕES



FORMAÇÃO DE COLIGAÇÕES

Coligação partidária é a união temporária de partidos políticos para, no interesse comum, disputar eleições específicas. Trata-se de faculdade atribuída às agremiações partidárias.

Os partidos políticos podem, dentro do município, compor coligações para a eleição majoritária, para a eleição proporcional ou para as duas. Para as eleições de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral regulamentou a matéria por meio da Resolução nº 23.455/2015.

Como ocorre a deliberação na formação de coligações:

1) Os órgãos superiores do partido podem anular a decisão de formação de uma coligação feita por um órgão inferior, anulando os atos praticados, quando for contrariado o que foi definido pela convenção nacional (Lei nº 9.504/1997 / art. 7º e art. 10 da Resolução TSE nº 23.455/2015).

2) A anulação deve ser comunicada ao juiz eleitoral até 14 de setembro de 2016.

3) Se da anulação decorrer a necessidade de escolha de novos candidatos, o pedido de registro dos substitutos deve ser apresentado à Justiça Eleitoral nos 10 dias seguintes à data que foi decidida a anulação.

Regras a serem observadas na formação de coligações:

1) Quando se coligarem na majoritária e na proporcional, devem obedecer à seguinte regra: só poderá haver coligação na proporcional dentre os partidos que integram a coligação majoritária. Assim, se dois partidos adversários lançarem candidatos a prefeito não poderão se coligar para vereador. Exemplo:

Em caso de coligação majoritária dos partidos A + B + C + D

Podem ocorrer vários exemplos para a eleição proporcional:

Uma coligação **A + B** e outra **C + D**

Uma coligação **A + B + C** e o partido **D** concorrendo isolado

Ou

A, B, C e D podem concorrer isoladamente na proporcional

Obs.: Caso se coliguem A+B+C+D na proporcional (igual à majoritária) será

uma só coligação e não duas.

2) Cada coligação terá um nome específico, podendo ser, inclusive, a junção de todas as siglas dos partidos que a integram.

3) Se alguns partidos (A + B + C + D), estando coligados na MAJORITY e na PROPORCIONAL, formarem mais de uma coligação (A + B) (C + D), elas não poderão ter o mesmo nome da coligação MAJORITY, apesar de serem integradas pelos mesmos partidos.

4) Não é permitido nome de coligação que coincida, inclua ou faça referência a nome ou número de candidato, ou contenha pedido de voto para o partido.

5) Da realização da convenção até a diplomação dos eleitos, as coligações têm os mesmos direitos e obrigações dos partidos no que se refere ao processo eleitoral, funcionando como um só partido no seu relacionamento com a Justiça Eleitoral.

6) Da data da convenção até o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos, o partido só poderá agir isolado para questionar a validade da própria coligação.

7) Para as eleições 2016, os partidos integrantes da coligação formada designarão um representante com atribuições equivalentes às de presidente de partido; para representação perante a Justiça Eleitoral, o representante acima referido ou até 3 delegados junto ao juízo eleitoral.

Número de candidatos por partido ou coligação:

Nas eleições majoritárias de 2016, cada partido ou coligação poderá registrar apenas um candidato a prefeito e respectivo vice no município. É proibido também o registro de um mesmo candidato para mais de um cargo.

O registro de candidato a prefeito e vice será feito sempre em chapa única, ainda que indicado por uma coligação.

Cada partido ou coligação poderá registrar até 150% (cento e cinquenta por cento) de candidatos em relação ao número de vagas disponíveis (a quantidade de vagas mais a metade). Exemplo: para uma câmara de vereadores com 10 (dez) vagas, podem ser registrados até 15 (quinze) candidatos.

Em cidades com no máximo 100 (cem) mil eleitores, esse número pode chegar a 200% (duzentos por cento) de candidatos para as vagas disponíveis (o dobro). No exemplo de uma câmara de vereadores com 20 (vinte) vagas, se a

cidade possui menos de 100 (cem) mil eleitores, podem ser registrados até 40 (quarenta) candidatos.



ATENÇÃO



A Emenda Constitucional nº 58/2009 deve ser consultada para saber o limite máximo de vagas na Câmara em cada município. Vale lembrar que as alterações são realizadas por lei orgânica municipal e devem obedecer ao limite estabelecido pela Constituição.

Percentual de vagas por sexo:

Cada partido político ou coligação PREENCHERÁ o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Deve ser observado que o cálculo dos percentuais para cada sexo será sempre efetuado sobre o número de candidaturas requeridas, mesmo nos casos de vaga remanescente ou substituição.

No cálculo de vagas, qualquer fração resultante será igualada a um no cálculo do percentual mínimo estabelecido para um dos sexos e desprezada no cálculo das vagas restantes para o outro sexo (Ac.-TSE nº 22.764/2004).



ATENÇÃO



A inobservância dessa regra poderá prejudicar o deferimento do DRAP.

Preenchimento de vagas remanescentes:

Se nas convenções o partido ou a coligação não indicar o número máximo de candidatos ao qual têm direito, os órgãos de direção das siglas podem preencher as vagas não preenchidas, ou seja, as VAGAS REMANESCENTES até 2 de setembro de 2016 (**30 dias antes das eleições**), observados os limites mínimo e máximo para candidaturas de cada sexo. No caso de coligação, a indicação de concorrentes para o preenchimento das vagas remanescentes deverá ser **consensual**, uma vez que o partido coligado não poderá agir isoladamente.



REGISTRO DOS CANDIDATOS



REGISTRO DOS CANDIDATOS

O prazo final para o pedido de registro dos candidatos é 15 de agosto de 2016, às 19 horas, requerido pelo partido ou coligação. Pelo próprio candidato (se a coligação ou partido não fizer), até 48 horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pelo Juízo Eleitoral.

O pedido de registro pode ser subscrito da seguinte forma:

No caso de partido isolado: Pelo presidente do respectivo órgão de direção municipal ou um delegado autorizado.

No caso da coligação: Pelos presidentes dos partidos coligados; pelos delegados indicados pelos partidos coligados; pela maioria dos respectivos membros dos órgãos executivos de direção ou pelo representante da coligação.

Pelo candidato, se o partido ou coligação não requerer o registro no prazo legal.

PASSO A PASSO DO REGISTRO

Obrigatoriamente o pedido de registro é formulado em meio magnético (preferencialmente CD ou pen drive), gerado pelo programa CANDEX desenvolvido e disponibilizado aos partidos no site do TSE, e instruído com vias impressas e assinadas pelos requerentes dos formulários mencionados abaixo:

1) **Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários - DRAP**, acompanhado de cópia da ata da convenção de escolha dos candidatos digitada e devidamente assinada, com a lista de presença dos convencionais com as respectivas assinaturas (já previamente entregues no cartório eleitoral, 24 horas da data da convenção para a escolha dos candidatos).

2) **Requerimento de Registro de Candidatura – RRC** (para cada candidato) emitido automaticamente pelo programa CANDEX, acompanhado dos **seguintes documentos**:

- **DECLARAÇÃO DE BENS ATUALIZADA**, preenchida no sistema CANDEX, com os valores e assinada pelo candidato;

- **CERTIDÕES CRIMINAIS** descritas abaixo, apresentadas em uma via impressa e outra digitalizada e anexada ao sistema CANDEX:

a) Certidões criminais da Justiça Federal de 1º e 2º graus: para obter as

certidões da Justiça Federal, acesse o site do Tribunal Regional Federal da região que o seu estado pertence e obtenha as certidões de 1º grau e 2º grau selecionando apenas a opção **criminal**;

b) Certidão criminal da Justiça Estadual de 1º grau (do domicílio eleitoral do candidato): procure se informar no Tribunal de Justiça do seu estado onde obter essa certidão;

c) Certidão criminal fornecida pela Justiça Estadual de 2º grau: informe-se no Tribunal de Justiça do seu estado onde obter essa certidão;

d) Certidão de foro por prerrogativa da função: **somente para os que estão exercendo mandato eletivo**:

- O candidato que gozar de foro especial deverá apresentar certidão de tribunal competente:

- **SENADOR e DEPUTADO FEDERAL** – STF (Supremo Tribunal Federal);

- **PREFEITO** – TJ (Tribunal de Justiça), TRF (Tribunal Regional Federal) e Câmara Municipal;

- **VICE-GOVERNADOR** - TJ (Tribunal de Justiça) e TRF (Tribunal Regional Federal);

- **DEPUTADO ESTADUAL, JUIZ DE DIREITO e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** - TJ (Tribunal de Justiça);

- **GOVERNADOR** – STJ (Superior Tribunal de Justiça) e Assembleia Legislativa;

e) **Candidato militar tem certidão a mais para providenciar**: na hipótese de candidato militar, além das certidões anteriores deverão ser fornecidas certidões obtidas nos seguintes órgãos:

- MILITARES ESTADUAIS – Auditoria Militar do Estado;

- MILITARES FEDERAIS – STM (Superior Tribunal Militar).



ATENÇÃO



AS CERTIDÕES CRIMINAIS QUANDO POSITIVAS DEVEM CONTER INFORMAÇÕES SOBRE O OBJETO DA AÇÃO E O ANDAMENTO ATUALIZADO DE CADA UM DOS PROCESSOS INDICADOS (OBJETO E PÉ)

Obs: Esta certidão só é fornecida pela Internet – www.stm.gov.br .

- **FOTOGRAFIA RECENTE DO CANDIDATO**, digitalizada e anexada ao CANDEX, observado o seguinte:

a) dimensões: 161 x 225 pixels (L x A), sem moldura;

b) profundidade de cor: 8bpp em escala de cinza;

c) cor de fundo: uniforme, preferencialmente branca;

d) características: frontal (busto), em trajes adequados para fotografia oficial e sem adornos, especialmente aqueles que tenham conotação de propaganda eleitoral ou que induzam ou dificultem o reconhecimento pelo eleitor.

- **COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (ou declaração de próprio punho do candidato)**: caso o juiz eleitoral entenda necessário, poderá utilizar outros meios para obter a comprovação de alfabetização do candidato.

- **PROVA DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO**, quando for o caso.

- **CÓPIA DE DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO** (RG, Identidade Funcional, Certificado de Reservista, Carteira de Habilitação com foto, Carteira de Trabalho ou Passaporte).

- **PROPOSTAS**: no caso de prefeito, deverão ser reunidas também as propostas defendidas por ele.

**ATENÇÃO**

 As informações referentes à filiação partidária, domicílio e quitação eleitoral e inexistência de crimes eleitorais, serão aferidos com base no banco de dados da Justiça Eleitoral.

Nome do candidato: O nome do candidato não poderá exceder 30 caracteres, incluindo os espaços entre os nomes, podendo ser:

a) prenome;

b) sobrenome;

- c) cognome;
- d) nome abreviado;
- e) apelido ou nome pelo qual é mais conhecido.

Não será aceito nome que:

- a) cause dúvida quanto à identidade do candidato;
- b) atente contra o pudor;

 **ATENÇÃO**

 É proibido utilizar nome de urna com expressão ou sigla com qualquer órgão da administração pública, por isso não se pode usar ZÉ DETRAN, JOÃO DO INSS, nem nada similar.

- c) seja ridículo ou irreverente.

Casos de nomes idênticos (homonímia): na ocorrência de dois ou mais nomes idênticos para constar da urna, a Justiça Eleitoral fará o seguinte:

- a) poderá exigir do candidato prova de que é conhecido pelo nome indicado;
- b) deferirá ao candidato que:
 - até 15 de agosto de 2016 esteja exercendo mandato eletivo;
 - tenha exercido mandato nos últimos quatro anos;
 - tenha concorrido, nos últimos quatro anos, com o nome indicado;
 - pela sua vida política, social ou profissional seja identificado pelo nome indicado.
- c) notificará os candidatos para que, em 2 dias, não se resolvendo a homonímia, cheguem a um acordo sobre os nomes a serem usados; e, em não havendo acordo, registrará cada candidato com o nome e sobrenome indicados no pedido de registro;

d) indeferirá todo pedido de variação de nome coincidente com o de candidato à eleição majoritária, salvo para candidato que esteja exercendo mandato eletivo ou o tenha exercido nos últimos quatro anos, ou que, nesse prazo, tenha concorrido em eleição com o nome coincidente;

e) deferirá ao candidato que tenha requerido primeiro, na hipótese de não haver preferência entre candidatos que indicaram opção da mesma variação nominal.

Números de identificação dos candidatos e das legendas: As convenções partidárias sortearão, em cada município, o número com o qual cada candidato concorrerá, consignando na ata o resultado do sorteio.

O candidato a prefeito: concorre com o número identificador do partido ao qual estiver filiado, mesmo que exista coligação.

O candidato a vereador: com o número identificador do partido a que pertence, mesmo que exista coligação, acrescido de três algarismos à direita.

Aos partidos políticos fica assegurado o direito de manter os números atribuídos à sua legenda na eleição anterior, e aos candidatos, nessa hipótese, o direito de manter os números que lhes foram atribuídos na eleição anterior, para o mesmo cargo (Lei nº 9.504/97, art. 15, § 1º). Os detentores de mandato de vereador que não queiram fazer uso dessa prerrogativa poderão requerer novo número ao órgão de direção de seu partido, independentemente do sorteio.

CANCELAMENTO DE REGISTRO

Até a data da eleição, poderá ser requerido pelo partido político o cancelamento do registro do candidato que dele for expulso, em processo no qual lhe seja assegurada ampla defesa e observadas as normas contidas no estatuto da agremiação. Será cancelado automaticamente pelo juiz eleitoral o registro de candidato que venha a falecer, desde que haja comprovação do ocorrido.

SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATOS

O partido ou a coligação pode substituir qualquer candidato que tiver o registro indeferido (inclusive por inelegibilidade), cancelado, cassado, ou ainda que renunciar ou falecer, após o fim do prazo para registro de candidatos.



ATENÇÃO



O ato de renúncia, datado e assinado, deverá ser expresso em documento com firma reconhecida por tabelião ou por duas testemunhas, e o prazo para substituição será contado da publicação da decisão que a homologar. A renúncia homologada por decisão judicial impede o candidato renunciante a concorrer ao mesmo cargo na mesma eleição. Mesmo que o processo esteja no TRE ou no TSE, o renunciante comunica ao Juiz Eleitoral que encaminhará o ato para onde o processo estiver.

Como é feita a escolha do substituto

No caso de partido isolado a escolha do substituto é feita com base no estatuto. Se o candidato for de coligação, a substituição é feita por decisão da maioria absoluta dos órgãos executivos dos partidos coligados, podendo o substituto ser filiado a qualquer partido, sendo que a agremiação do substituído tem o direito de preferência.

Prazo para registro dos substitutos

Tanto na eleição majoritária quanto na proporcional **a substituição só pode ocorrer até 20 dias antes da eleição**, com exceção ao caso de falecimento quando o candidato pode ser substituído depois desse prazo. De qualquer modo, é necessário sempre observar o prazo DE ATÉ **10 DIAS** contados do fato ou da notificação do partido da decisão judicial que deu origem à substituição.



ATENÇÃO



o pedido de substituição, da mesma forma que os outros, deverá ser feito via CANDEX, acompanhado de todos os documentos normalmente requeridos para registro. Se já existentes em cartório fica dispensada a apresentação: basta certificar sua existência em cada pedido. Ocorrendo substituição de postulante ao cargo majoritário após a geração das tabelas para elaboração da lista de candidatos e preparação das urnas, o substituto concorrerá com a foto e os dados do substituído, recebendo, assim os votos que seriam deste.

Importante também: **a substituição deve respeitar o limite máximo de candidaturas de cada sexo.**



PROPAGANDA ELEITORAL



PROPAGANDA ELEITORAL

A partir da minirreforma eleitoral, a duração da campanha eleitoral foi reduzida para 45 DIAS, COMEÇANDO NO DIA 16/08/2016.

Propaganda eleitoral antecipada e a figura do pré-candidato: Os pré-candidatos podem se apresentar, divulgar posições pessoais sobre questões políticas, ter suas qualidades exaltadas, inclusive em redes sociais ou em eventos com cobertura da imprensa, mencionar o cargo almejado, DESDE QUE NÃO HAJA PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO.

A Lei das Eleições nº 9.504/97, em seu art. 36-A, estabelece que “Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, **desde que não envolvam pedido explícito de voto**, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet” (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

No caput do art. 36-A da Lei nº 9.504/97 identificam-se 2 elementos mais importantes que podem ser utilizados pelo pré-candidato sem que configure propaganda extemporânea. São eles:

- 1) **CARGO ALMEJADO;**
- 2) **EXALTAÇÃO DAS QUALIDADES.**

Os dois primeiros elementos, sem o **PEDIDO DE VOTO**, são as **mais importantes ferramentas a serem utilizadas para compensar a redução do tempo de campanha eleitoral** (45 dias antes do pleito), bem como a ampliação das modalidades de propaganda proibida.

Além disso, o mesmo art. 36-A permite os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:

“I - **a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico** (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013);

II - **a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos**, para tratar da

organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013);

III - a **realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo**, a *divulgação dos nomes dos filiados* que participarão da disputa e a **realização de debates entre os pré-candidatos** (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015);

IV - a **divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos**, desde que não se faça pedido de votos (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013);

V - a **divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais** (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015);

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015).

§ 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015).

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, **são permitidos o pedido de apoio político** e a **divulgação da pré-candidatura**, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015).

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015).”



ATENÇÃO



A propaganda antecipada é punida com multa que varia de R\$ 5.000,00 a R\$ 25.000,00 ou o equivalente ao custo da propaganda, se for maior.

PROGRAMA DE RÁDIO OU TV APRESENTADO OU COMENTADO POR PRÉ-CANDIDATO:

Agora: proibido a partir do dia 30 de junho do ano da eleição apresentar ou comentar programas de rádio ou televisão, sob pena de, caso vierem a ser escolhidos em convenção, multa e cancelamento de registro. - Lei nº 9.504/97, art. 45, § 1º / Res. TSE nº 23.457/15, art. 31, §§ 1º e 2º.

COMÍCIO



PODE a partir do dia 16 de agosto até 48h antes do dia das eleições (29 de setembro), das 8h às 24h, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais duas horas.

Também pode ser utilizada aparelhagem de sonorização **fixa** e **trio elétrico**, desde que este permaneça parado durante o evento, servindo como mero suporte para sua sonorização.

Não é necessária a licença da polícia para a realização desse tipo de propaganda. Entretanto, as autoridades policiais devem ser comunicadas em, no mínimo, 24h antes de sua realização.



NÃO PODE: com a realização de show ou de evento assemelhado e apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animação.

Os candidatos profissionais da classe artística poderão realizar as atividades normais de sua profissão durante o período eleitoral, **exceto para promover sua candidatura, ainda que de forma dissimulada**. (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único / Lei nº 9.504/97, art. 39, §§ 4º e 5º, inciso I / Res. TSE nº 23.457/15, arts. 4º e 12, parágrafo único).

ALTO-FALANTES E AMPLIFICADORES DE SOM



PODE: A partir do dia 16 de agosto até a véspera da eleição, entre 8h e 22h (exceto o comício de encerramento de campanha que poderá ser prorrogado por mais duas horas).



É permitida a circulação de carros de som e minitrios como meio de propaganda eleitoral, desde que observado o limite de oitenta decibéis de nível de pressão sonora, medido a sete metros de distância do veículo, e respeitadas as vedações previstas neste artigo (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 11 e art. 11 da Res. TSE nº 23.457/15).



NÃO PODE: A menos de 200 metros das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; das sedes dos Tribunais Judiciais; dos quartéis e de outros estabelecimentos militares; dos hospitais e casas de saúde; bem como das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento. (Lei nº 9.504/97, art. 39, §§ 3º e 5º, I / Res. TSE nº 23.457/15, arts. 4º e 66, I);



A utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, **exceto para a sonorização de comícios** (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 10 e art. 11 da Resolução TSE nº 23.457/2015).

ALERTA:

- **CARRO DE SOM:** qualquer veículo, motorizado ou não, ou ainda tracionado por animais, que use equipamento de som com potência nominal de amplificação de, no máximo, dez mil watts e que transite divulgando jingles ou mensagens de candidatos;

- **MINITRIO:** veículo automotor que use equipamento de som com potência nominal de amplificação maior que dez mil watts e até vinte mil watts;

- **TRIO ELÉTRICO:** veículo automotor que use equipamento de som com potência nominal de amplificação maior que vinte mil watts (Art. 11 da Resolução TSE nº 23.457/2015).

CAMINHADA, PASSEATA E CARREATA



PODE: a partir do dia 16 de agosto até as 22h do dia que antecede as eleições. Também são permitidos a distribuição de material gráfico e o uso de carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos.

No dia das eleições: é permitida apenas a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por determinado partido ou candidato, revelada pelo uso exclusivamente de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.



NÃO PODE: a utilização dos microfones do evento para transformar o ato em comício. Além disso, as vedações sobre distância mínima de órgãos públicos são as mesmas para alto-falantes e amplificadores de som. (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 9º / Res. TSE nº 23.457/15, arts. 11, § 5º e 66, I).

CAMISETAS, CHAVEIROS, BONÉS, CANETAS E BRINDES



NÃO PODE: a confecção, utilização ou distribuição realizada por comitê de candidato ou com a sua autorização durante a campanha eleitoral. Esta vedação também vale para **quaisquer outros bens ou materiais que**

possam proporcionar vantagem ao eleitor (Código Eleitoral, artigos 222 e 237 / Lei nº 9.504/97, arts. 39, § 6º e 41-A / Lei nº 11.300/06, art. 1º (revogou o texto do art. 26, XIII, da Lei nº 9.504/97) / Res. TSE nº 23.457/15, art. 13).

BANDEIRAS E MESAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS



PODE: ao longo das vias públicas, desde que móveis e não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.



NÃO PODE: ocorrer afixação de tais propagandas em local público e ali permanecer durante todo o período da campanha. Devem ser colocados e retirados diariamente, entre 6h e 22h (Lei nº 9.504/97, art. 37, § 6º. / Res. TSE nº 23.457/15, arts. 14, § 4º).

BENS PÚBLICOS E BENS PARTICULARES DE USO COMUM



NÃO PODE: Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.

Quem veicular propaganda em desacordo com o disposto no caput será notificado para, no prazo de quarenta e oito horas, removê-la e restaurar o bem, sob pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser fixada na representação de que trata o art. 96 da Lei nº 9.504/1997, após oportunidade de defesa (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 1º / Res. TSE nº 23.457/15, art. 14, caput e § 2º).



ATENÇÃO



bens de uso comum, para fins eleitorais, são aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos religiosos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

BENS PARTICULARES



PODE: e não depende de licença municipal nem de autorização da Justiça

Eleitoral.

Antes: placas, faixas, cartazes e pinturas em muro eram permitidas, até o limite de 4 m².

Agora: apenas em **adesivo** ou **em papel** e suas dimensões **não podem ultrapassar o limite máximo de 0,5m²**, nem contrariar outras disposições da legislação eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 37, § 2º. / Res. TSE nº 23.457/15, art. 15).



NÃO PODE:

1) Em troca de dinheiro ou de qualquer tipo de pagamento pelo espaço utilizado. **A propaganda deve ser feita espontânea e gratuitamente;**

2) Não é permitida a justaposição de adesivos ou cartazes se a dimensão total da propaganda extrapolar 0,5 m²;

3) Também **não é permitida a pintura de muros e paredes, ainda que em dimensões inferiores ao limite estabelecido** (Lei nº 9.504/97, art. 37, § 2º / Res. TSE nº 23.457/15, art. 15, caput e §§ 1º, 2º e 5º).

FOLHETOS, VOLANTES, ADESIVOS E OUTROS IMPRESSOS (SANTINHOS)



PODE: Até às 22h do dia que antecede as eleições e não depende da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral. **Os adesivos devem ter a dimensão máxima de 50 cm x 40 cm.**



NÃO PODE: Apenas com a estampa da propaganda do candidato. **Todo material impresso de campanha deverá conter também o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem** (Lei nº 9.504/97, arts. 38 e 39, § 9º / Res. TSE nº 23.457/15, arts. 11, § 5º; 14, § 7º e 16).

No dia das eleições

É vedada a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca-de-urna (distribuição de santinhos) e a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus postulantes. É proibido também espalhar material de campanha no local de votação ou em vias próximas, ainda que realizado na véspera da eleição, sujeitando-se os infratores a multa e apuração criminal.

OUTDOOR



NÃO PODE: independentemente do local, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos às penalidades

cabíveis (retirada imediata e pagamento de multa). **Incluem-se na vedação os outdoors eletrônicos e demais engenhos, equipamentos publicitários ou conjunto de peças de propaganda que justapostas se assemelhem ou causem efeito visual de outdoor** (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 8º / Res. TSE nº 23.457/15, art. 20).

ADESIVOS EM VEÍCULOS



PODE: é permitido colar adesivos microperfurados até a extensão total do para-brisa traseiro e, em outras posições, até a dimensão máxima de 50 cm x 40 cm.

ATENÇÃO: o envelopamento do carro está proibido!



NÃO PODE:

- 1) Em troca de dinheiro ou de qualquer tipo de pagamento pelo espaço utilizado;
- 2) Os adesivos também deverão conter o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem (Lei nº 9.504/97, art. 38 / Res. TSE nº 23.457/15, arts. 15, § 3º e 16).

TELEMARKETING



NÃO PODE: é vedada a propaganda via telemarketing em qualquer horário (Res. TSE nº 23.457/15, art. 27, § 2º).

JORNAIS E REVISTAS



PODE:

- 1) Até a antevéspera das eleições **(30/09/2016)**, para divulgação **paga** de propaganda eleitoral na imprensa escrita, desde que não exceda a 10 anúncios, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, num espaço máximo, por edição, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide. **Também não pode deixar de constar no anúncio, de forma visível, o valor paga pela inserção;**
- 2) É permitida também a divulgação de opinião favorável a candidato, a partido político ou a coligação pela imprensa escrita, **desde que não seja matéria paga. Entretanto, eventuais abusos ou o uso indevido dos meios de comunicação estarão sujeitos a punições** (Lei nº 9.504/97, art. 43 / Res. TSE nº 23.457/15, art. 30).



PODE:

1) **Após o dia 15 de agosto, em sites de partidos e candidatos, desde que comunicados à Justiça Eleitoral e hospedados em provedores estabelecidos no Brasil;**

2) Após essa data é permitida também a veiculação de propaganda eleitoral por meio de blogs, sites de relacionamento (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Periscope, Whatsapp e demais sites de mensagens instantâneas);

3) As propagandas eleitorais veiculadas por **e-mail** são permitidas, **mas deverão conter mecanismo que possibilite ao destinatário solicitar o seu descadastramento;**

4) É permitida ainda a reprodução do jornal impresso na internet, desde que seja feita no sítio do próprio jornal, respeitado integralmente o formato e o conteúdo da versão impressa;

5) **A propaganda eleitoral na internet pode ser veiculada inclusive NO DIA DA ELEIÇÃO.**



NÃO PODE:

1) **Qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.** Nem anúncios em sites de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e em sites oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública;

2) A divulgação de propaganda e de mensagens relativas ao processo eleitoral, inclusive quando provenientes de eleitor, não pode ser impulsionada por mecanismos ou serviços que, **mediante remuneração paga aos provedores de serviços, potencializem o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários** que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo. Serão aplicadas aos provedores de dados ou de serviços multimídia as penalidades previstas em lei, caso não cumpram, no prazo estipulado, a determinação da Justiça Eleitoral para cessar a divulgação de propaganda irregular veiculada sob sua responsabilidade, desde que comprovado seu prévio conhecimento;

3) Constitui crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, de legenda ou de coligação (Lei nº 9.504/97, art. 57-A e seguintes / Res. TSE nº 23.457/15, art. 21 e seguintes).

PROPAGANDA EM RÁDIO E TELEVISÃO



PODE: apenas para a propaganda eleitoral gratuita, veiculada nos 35 dias anteriores à antevéspera das eleições (de 26 de agosto a 29 de setembro), e debates eleitorais.



NÃO PODE: com exceção da propaganda eleitoral gratuita, é vedada às emissoras transmitir, a partir de 30 de junho, programa apresentado ou comentado por pré-candidato. A partir de 6 de agosto, transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados; dar tratamento privilegiado a concorrente, partido político ou coligação; veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou a sigla, mesmo que dissimuladamente, exceto programas de caráter jornalístico ou debates políticos; divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do postulante ou o nome por ele indicado para uso na urna eletrônica, e, sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação (Lei nº 9.504/97, art. 45 e seguintes / Res. TSE nº 23.457/15, art. 31 e seguintes).

– Propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão:

A distribuição dos tempos no rádio e na TV para os partidos e coligações sofreu uma redução de 10 (dez) dias, em comparação com o sistema anterior. Nas eleições de 2016, as transmissões dos programas de propaganda no rádio e na TV terão início no dia 26 de agosto (35 dias antes da antevéspera das eleições) e ocorrerão da seguinte forma:

- Propaganda **em bloco** para prefeito, de segunda a sábado (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 1º, VI / Res. TSE nº 23.457/15, art. 37, I):

1) Das 7h às 7h10min e das 12h às 12h10min, **no rádio**;

2) Das 13 às 13h10min e das 20h30min às 20h40min, **na TV**.

- Propaganda **em bloco** para **vereador**: **não há (mudança advinda com a minirreforma eleitoral)**.

- Propaganda **em inserções** para **prefeito**: inserções de 30 e 60 segundos, no rádio e na TV, ao longo da programação veiculada entre as 5 (cinco) e as 24 (vinte e quatro horas), sendo 42 minutos diários (60% do total de 70 minutos diários), de segunda-feira a domingo.

- Propaganda **em inserções** para **vereador**: inserções de 30 e 60 segundos, no rádio e na TV, ao longo da programação veiculada entre as 5 (cinco) e as 24 (vinte e quatro horas), sendo 28 minutos diários (40% do total de 70 minutos diários), de segunda-feira a domingo (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 1º, VII / Res. TSE nº 23.457/15, art. 37, II).

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1) As inserções somente poderão ser veiculadas em municípios onde houver estação geradora de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

2) Os horários reservados à propaganda em cada eleição serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios:

- a) 90% distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis (6) maiores partidos que a integrem e, nos casos, de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem;
- b) 10% distribuídos igualmente;

3) Competirá aos partidos políticos e às coligações distribuir entre os candidatos registrados os horários que lhes forem destinados pela Justiça Eleitoral;

4) De acordo com a nova lei da minirreforma, a representação de cada legenda na Câmara dos Deputados é aquela resultante da eleição de 2014 e não mais considerado o número de representantes existente na data do início da legislatura em curso, sendo que as mudanças de filiação partidária serão desconsideradas para os efeitos da distribuição dos tempos acima referidos;

5) É vedado aos partidos e as coligações incluírem, no espaço destinado às candidaturas proporcionais, propaganda dos candidatos majoritários e vice-versa, ressalvada, porém, a utilização, durante a exibição do programa, de legendas com referência aos concorrentes majoritários ou, ao fundo, de cartazes ou fotografias desses postulantes, ficando autorizada a menção ao nome ou ao número de qualquer candidato da sigla ou da coligação;

6) É permitida a inserção de depoimento de candidatos às eleições proporcionais no horário da propaganda das candidaturas majoritárias e vice-versa, registrados sob o mesmo partido ou coligação, desde que o depoimento consista exclusivamente em pedido de voto **ao candidato que cedeu o tempo**, utilizando, no máximo, 25% do tempo total da propaganda ou inserção;

7) É permitida a realização de gravações externas com os candidatos nas

quais eles, pessoalmente, exponham (Lei nº 9.504/1997, art. 54, § 2º): realizações de governo ou da administração pública, falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral e atos parlamentares e debates legislativos;

8) É permitida utilização de caracteres com propostas, fotos, jingles, música com clipes e/ou vinhetas, música de passagem com indicação de candidatura, legenda e seus apoiadores;

9) É proibido o uso de montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais;

10) É vedada a veiculação de anúncio que possa degradar ou ridicularizar candidatos, sujeitando-se o partido político ou a coligação que cometeu infração à perda do direito à veiculação de propaganda no horário eleitoral gratuito do dia seguinte ao da decisão (Lei nº 9.504/1997, arts. 51, inciso IV, e 53, § 1º);

11) No segundo turno das eleições não será permitida, nos programas de que trata este artigo, a participação de filiados a partidos que tenham formalizado o apoio a outros candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 54, § 1º);

DEBATES EM RÁDIO E TELEVISÃO

Assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação na Câmara dos Deputados, sendo facultada a dos demais.

Serão realizados segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre os partidos políticos e a pessoa jurídica interessada na realização do evento, dando-se ciência à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 46, § 4º). Serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos dois terços dos candidatos aptos, para o cargo de prefeito, e de pelo menos dois terços dos partidos ou coligações com candidatos **aptos**, no caso do cargo de vereador.

São considerados aptos, para os fins previstos na nova regulamentação (Lei nº 9.504/1997, art. 46, § 1º), os candidatos filiados a partido político com representação superior a nove parlamentares na Câmara dos Deputados e que tenham requerido o registro de candidatura na Justiça Eleitoral. Julgado o registro, permanecem aptos apenas os candidatos com registro deferido ou, se indeferido, os que estejam sub judice.

INAUGURAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS

É proibido **a qualquer candidato** comparecer, a partir de 2 de julho de 2016, a inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/1997, art. 77, caput).



ATENÇÃO



A inobservância desta restrição sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma (Lei nº 9.504/1997, art. 77, parágrafo único). E ainda, a realização de evento assemelhado ou que simule inauguração poderá ser apurada na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 ou ser verificada na ação de impugnação de mandato eletivo.

PERMISSÕES E VEDAÇÕES NO DIA DA ELEIÇÃO



PODE: É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, caput). É permitida ainda a propaganda que tenha sido divulgada na internet.



NÃO PODE:

- Até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando **vestuário padronizado** e os instrumentos de propaganda referidos no art. 39-A, caput, da Lei nº 9.504/1997 de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 1º).
- O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;
- A arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna;
- A divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, exceto a propaganda que tenha sido divulgada na internet.

**DAS CONDUTAS
VEDADAS
AOS AGENTES
PÚBLICOS EM
CAMPANHAS
ELEITORIAS**



DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS

A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), no art. 73, incisos e parágrafos, trata das condutas vedadas aos agentes públicos, sendo proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

OBSERVAÇÃO

Tal vedação não se aplica ao uso, em campanha, de transporte oficial pelo Presidente da República, obedecido o disposto no art. 76 da Lei nº 9.504/1997, nem ao uso, em campanha, pelos candidatos a reeleição de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público.

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

- a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;
- c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;
- d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;
- e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

OBSERVAÇÃO

As vedações das alíneas b e c aplicam-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição.

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015);

OBSERVAÇÃO

Para o ano de 2016, o candidato deverá analisar os gastos com publicidade no primeiro semestre de 2013, 2014 e 2015. A partir daí, verifica a média a qual será o limite para o gasto até 2 de julho de 2016.

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

OBSERVAÇÃO

- **Reputa-se agente público, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.**
- **O descumprimento dessas regras acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR, sendo que, as multas serão duplicadas a cada reincidência.**
- **Aplicam-se as sanções aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem.**

No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006).

Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações, é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.

Nos casos de descumprimento, sem prejuízo da suspensão imediata da conduta, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009).

É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009), sendo que a inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009).

O calendário eleitoral expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral e transcrito ao final desta cartilha especifica os prazos e quais são as condutas vedadas.



CONTAS DE CAMPANHA



CONTAS DE CAMPANHA

LIMITES DE GASTOS

A Resolução do TSE nº 23.459, de 15 de dezembro de 2015 dispõe sobre os limites de gastos para os cargos de vereador e de prefeito nas eleições municipais de 2016, obedecendo aos critérios estabelecidos pela nova Lei nº 13.165/2015. Anteriormente, os partidos fixavam os limites de gastos para cada eleição. A partir da eleição de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral é quem fixará esses limites, tomando como base, os maiores gastos declarados, na respectiva circunscrição, na eleição de 2012, observado o seguinte:

“I - nas eleições para prefeito, para o primeiro turno, o limite será de (Lei nº 13.165/2015, art. 5º, inciso I):

a) setenta por cento do maior gasto declarado para o cargo em 2012, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno;

b) cinquenta por cento do maior gasto declarado para o cargo em 2012, na circunscrição eleitoral em que houve dois turnos;

II - para o segundo turno das eleições para prefeito, onde houver, o limite de gastos será de trinta por cento do valor previsto no inciso I (Lei nº 13.165/2015, art. 5º, inciso II);

III - o limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para vereador será de setenta por cento do maior gasto contratado na circunscrição para o respectivo cargo na eleição de 2012 (Lei nº 13.165/2015, art. 6º).”

Os parâmetros são:

1) Para prefeito:

a) 1º turno: até 70% do maior gasto declarado no município na campanha para prefeito em 2012, caso tenha havido apenas um turno, e até 50% do valor total gasto, caso tenha havido dois turnos;

b) 2º turno: até 30% do maior gasto declarado no município na campanha para prefeito em 2012.

2) Para vereador: até 70% do maior gasto declarado no município na campanha para vereador em 2012.

*No [sítio do TSE \(http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234592015.html\)](http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234592015.html) é possível consultar a tabela de limites de gastos que servirá de parâmetro para as eleições de 2016.

Em caso de algum candidato exceder os limites fixados pelo TSE, incidirá **multa de 100% do que exceder**, sem prejuízo de processo por **abuso do poder econômico**.

O valor dos limites atualizados de gastos para cada município será divulgado pela presidência do Tribunal Superior Eleitoral **até 20 de julho de 2016** (Lei nº 13.165/2015, art. 8º) e ficará disponível para consulta na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet.

O limite de gastos fixado para o cargo de prefeito é único e **inclui os gastos realizados pelo candidato ao cargo de vice-prefeito**.

ARRECADAÇÃO E GASTOS

Através da **Resolução TSE nº 23.463, de 15 de dezembro de 2015**, o TSE regulamentou a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016.

Antes de arrecadar dinheiro para a campanha, os candidatos precisam, cumprir determinadas exigências, para só então iniciar os gastos eleitorais. Deverá observar os seguintes pré-requisitos:

- 1) **Requerimento o registro de candidatura;**
- 2) **Possuir inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- 3) **Abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha;**
- 4) **Emissão de recibos eleitorais.**

EXCEÇÃO: os gastos destinados à preparação da campanha e instalação física de comitês de campanha de candidatos e de partidos políticos poderão ser **CONTRATADOS a partir da data da realização da convenção partidária**, desde que devidamente formalizados e que o **DESEMBOLSO** financeiro **ocorra apenas após a obtenção do número de registro no CNPJ, a abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha e a emissão de recibos eleitorais**.

Abertura da conta bancária: os candidatos deverão abrir conta **no prazo**

de 10 dias da concessão do CNPJ. Já os órgãos partidários abrem a conta específica até o dia 15 de agosto, usando o CNPJ já existente. A abertura da conta dos candidatos está vinculada ao CNPJ que é atribuído pela Receita Federal. O CNPJ é gerado **automaticamente** em até 48 horas a partir da recepção do registro e candidatos no Sistema de Candidaturas da Justiça Eleitoral. Para a abertura da conta, o candidato deve levar o Requerimento de Abertura de Conta Bancária Eleitoral – RACE (disponível na página do TSE, na Internet) e comprovante de inscrição no CNPJ para as eleições (acessível na página da Secretaria da Receita Federal, na Internet).

Doações: as doações somente poderão ser efetuadas na conta específica acima citada e poderão ser feitas por meio de cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos; também por meio de depósitos em dinheiro até o limite permitido.

 **ATENÇÃO**

 **somente pessoas físicas** poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais. Essas doações ficam limitadas a 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano-calendário anterior à eleição (2015).

Outras fontes para arrecadação de recurso: recursos próprios dos candidatos; doações de pessoas físicas (em dinheiro ou estimáveis em dinheiro); doações de outros candidatos ou partidos políticos; comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação (que podem ser realizados por candidato ou partido político); repasse de recursos do Fundo Partidário; receita decorrente da aplicação financeira dos recursos de campanha.

Arrecadação de recursos pela Internet: o partido e o candidato podem receber doações realizadas por cartão de crédito e de débito. Para tanto, deverão tornar disponível mecanismo em página eletrônica, observados os seguintes requisitos:

- I - identificação do doador pelo nome e pelo CPF;**
- II - emissão de recibo eleitoral para cada doação realizada, dispensada a assinatura do doador;**
- III - utilização de terminal de captura de transações para as doações por meio de cartão de crédito e de cartão de débito.**



ATENÇÃO



Doações por cartão de débito ou crédito somente podem ser realizadas pelo titular do cartão!

Após, o candidato ou partido deverão contratar instituição financeira ou credenciadora de cartão de crédito para habilitar o recebimento de recursos por meio de cartão de crédito.

Fontes de financiamento proibidas: é proibido aos candidatos receber doações em dinheiro, estimáveis em dinheiro ou por meio de publicidade de qualquer espécie, procedentes de:

- 1) entidade ou governo estrangeiro;
- 2) órgão da administração pública direta, indireta ou fundação mantida com recursos do poder público;
- 3) concessionário ou permissionário de serviço público;
- 4) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
- 5) entidade de utilidade pública;
- 6) entidade de classe ou sindical;
- 7) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
- 8) entidades beneficentes e religiosas;
- 9) entidades esportivas;
- 10) organizações não governamentais que recebam recursos públicos;
- 11) organizações da sociedade civil de interesse público.

EXCEÇÃO: não se incluem nestas vedações as cooperativas cujos cooperados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos,

desde que não estejam sendo beneficiados com recursos públicos.

GASTOS ELEITORAIS

A Resolução TSE nº 23.463 em seu art. 29 dispõe que são considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados em Lei:

“I - confecção de material impresso de qualquer natureza e tamanho, observados os limites da Lei;

II - propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos;

III - aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;

IV - despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas;

V - correspondência e despesas postais;

VI - despesas de instalação, organização e funcionamento de Comitês e serviços necessários às eleições;

VII - remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais;

VIII - montagem e operação de carros de som, de propaganda e assemelhados;

IX - realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidaturas;

X - produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;

XI - realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;

XII - custos com a criação e inclusão de sítios na internet;

XIII - multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral;

XIV - doações para outros partidos políticos ou outros candidatos;

XV - produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda Eleitoral.

§ 1º As contratações de serviços de consultoria jurídica e de contabilidade prestados em favor das campanhas eleitorais deverão ser pagas com recursos provenientes da conta de campanha e constituem gastos eleitorais que devem ser declarados de acordo com os valores efetivamente pagos. (Redação dada pela Resolução nº 23.470/2016)

§ 1º-A Os honorários referentes à contratação de serviços de advocacia e de contabilidade relacionados à defesa de interesses de candidato ou de partido político em processo judicial não poderão ser pagos com recursos da campanha e não caracterizam gastos eleitorais, cabendo o seu registro nas declarações fiscais das pessoas envolvidas e, no caso dos partidos políticos, na respectiva prestação de contas anual. (Incluído pela Resolução nº 23.470/2016)

§ 2º Todo material de campanha eleitoral impresso deverá conter o número de inscrição no CNPJ ou o número de inscrição no CPF do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou e a respectiva tiragem (Lei nº 9.504/1997, art. 38, § 1º).

§ 3º Os gastos efetuados por candidato ou partido em benefício de outro candidato ou outro partido político constituem doações estimáveis em dinheiro.

ATENÇÃO



o pagamento dos gastos eleitorais contraídos pelos postulantes será de sua responsabilidade, **cabendo aos partidos políticos responder apenas pelos gastos realizados** e por eventuais débitos de campanha não quitados até a data fixada para a apresentação da prestação de contas e que podem ser assumidos pelo partido político, após a eleição.

§ 4º O pagamento dos gastos eleitorais contraídos pelos candidatos será de sua responsabilidade, cabendo aos partidos políticos responder apenas pelos gastos que realizarem e por aqueles que, após o dia da eleição, forem assumidos na forma do § 2º do art. 27.”

O que não precisa contabilizar:

Apoio individual: com a finalidade de apoiar candidato de sua preferência, qualquer eleitor poderá realizar pessoalmente gastos totais até o valor de 1.000 UFIR, ou o equivalente a **R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos)**, não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados, hipótese em que o documento fiscal deverá ser emitido em nome do eleitor.



ATENÇÃO



os bens e serviços entregues ou prestados ao candidato não representam os gastos pessoais não contabilizáveis, mas sim doação, sujeitando-se às regras relativas e limites financeiros estipulados.

Cessão de bens móveis: outro tipo de doação que não necessita de contabilização é a cessão de bens móveis, limitada ao valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** por pessoa cedente.



ATENÇÃO



As contratações de serviços de consultoria jurídica e de contabilidade prestados em favor das campanhas eleitorais deverão ser pagas com recursos provenientes da conta de campanha e constituem gastos eleitorais que devem ser declarados de acordo com os valores efetivamente pagos.

Já os honorários referentes à contratação de serviços de advocacia e de contabilidade relacionados à defesa de interesses de candidato ou de partido político em processo judicial não poderão ser pagos com recursos da campanha e não caracterizam gastos eleitorais, cabendo o seu registro nas declarações fiscais das pessoas envolvidas e, no caso dos partidos políticos, na respectiva prestação de contas anual (Incluído pela Resolução nº 23.470/2016).

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Lei nº 9.504/97 determina que a prestação de contas das eleições majoritárias e proporcionais de todos os candidatos é obrigatória para todos os que registrarem candidatura, independente de serem ou não eleitos, desistirem do pleito ou mesmo se não arrecadarem qualquer contribuição.

As prestações de contas devem ser entregues através do programa da Justiça Eleitoral, chamado “Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE”, havendo, ainda, a [necessidade de constituir um advogado e um contador!](#)

DATAS DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DURANTE A CAMPANHA

1) Apresentação de prestação de contas parcial: deverá ser entregue no período de 09 a 13 de setembro de 2016;

2) Apresentação de prestação de contas final, até o dia 01 de novembro de 2016. Para aqueles que disputarem o 2º turno, este prazo fica prorrogado até o dia **29 de novembro de 2016**.

ATENÇÃO: quem não entregar a prestação de contas final ficará impedido de ser diplomado, ficará inelegível e impedido de obter a certidão de quitação eleitoral no curso do mandato ao qual concorreu, ou seja, até **3 de dezembro de 2020**.

Importantes mudanças advindas com a minirreforma eleitoral (Lei nº 13.165/2015):

1) Divulgação na internet de valores recebidos em dinheiro. Tanto os partidos políticos quanto as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a **divulgar em sítio (site) criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na rede mundial de computadores (internet) os RECURSOS EM DINHEIRO recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 horas de seu recebimento** e, no dia 15 de setembro, relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados. Tais informações deverão ser divulgadas com os valores, indicação dos nomes e do CPF dos doadores;

2) Prestação de contas simplificada. Nas eleições de 2016, a Justiça Eleitoral adotará um sistema simplificado de prestação de contas para candidaturas de prefeito e vereador de municípios com menos de cinquenta mil eleitores e para os candidatos que movimentarem até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

3) Pré-campanha. Antes do dia **16 de agosto de 2016**, os pré-candidatos já podem se apresentar, divulgar posições pessoais sobre questões políticas, ter suas qualidades exaltadas, apresentar suas propostas, inclusive em redes sociais ou em

eventos com cobertura da imprensa, mencionar o cargo almejado, desde que não haja pedido **explícito** de voto.

Destacamos algumas questões pontuais que os candidatos precisam ficar atentos, atinentes à arrecadação, gastos e prestação de contas de campanha:

- 1) O candidato poderá usar **recursos próprios** em sua própria campanha desde que não ultrapasse o limite fixado pelo TSE;
- 2) Só **estão dispensados da obrigatoriedade de abertura de conta bancária, se não houver no município agência bancária ou posto de atendimento bancário;**
- 3) Os candidatos a vice não são obrigados a abrir conta bancária específica, mas se fizerem terão que apresentar seus extratos bancários na prestação de contas dos titulares;
- 4) Só podem ser usados até **10%** do total de gastos da campanha com alimentação do pessoal que presta serviço às candidaturas e até **20%** daquele total no aluguel de veículos automotores;
- 5) Os bancos deverão, em 03 dias, acolher o pedido de abertura de conta bancária feito por candidatura escolhida em convenção, sendo proibida a exigência de depósito mínimo, pagamento de taxas ou despesas de manutenção;
- 6) Havendo sobra de valores, esta deverá ser declarada na prestação de contas e transferida integralmente para o órgão de direção partidária indicada pelo partido, após julgados todos os recursos sobre a prestação de contas;
- 7) Existe uma exceção à regra da doação estimável em dinheiro que se dá através da utilização (empréstimo) de **bens móveis e/ou imóveis do doador: nessa hipótese, o limite é o valor estimável de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);**
- 8) As doações aos candidatos e/ou aos partidos somente poderão ser feitas por meio de cheques cruzados e nominais; transferência eletrônica de depósitos; depósitos em espécie devidamente identificados; e por mecanismo disponível no site do partido, que permita o uso de cartão de crédito ou de débito, a identificação do doador e a **emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada;**
- 9) Ao receber qualquer doação ilegal, o partido ou o candidato está **obrigado a devolver os recursos.** No caso de não ser possível identificar

a origem, os mesmos serão devolvidos ao Tesouro Nacional;

10) **Despesas de pequeno valor:** existe a possibilidade de pagamento em dinheiro das despesas consideradas de pequeno valor. Para isso, o partido poderá constituir um fundo de caixa de até R\$ 5.000,00 e que não ultrapasse 2% dos gastos contratados pela agremiação, observado o trânsito prévio desses recursos na conta bancária específica, e para os candidatos a prefeito e vereador no valor de **até R\$ 2.000,00**. Para os candidatos, **os valores do fundo de caixa não podem ultrapassar 2% do limite de gastos da candidatura**. Consideram-se de pequeno valor as despesas individuais que não ultrapassem o limite de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**. Estas despesas poderão ser pagas em dinheiro vivo, sem a necessidade de cheques ou transferências bancárias, **entretanto não dispensam a respectiva comprovação por meio de documentos fiscais hábeis, idôneos ou por outros permitidos pela legislação tributária, emitidos na data da realização da despesa;**

11) Quando o material impresso veicular anúncio conjunto de diversos candidatos, os gastos relativos a cada um deles deverão constar da respectiva prestação de contas ou apenas daquela relativa ao que houver arcado com as despesas;

12) Os gastos efetuados por candidato em benefício de partido político ou outro candidato constituem doações estimáveis em dinheiro e serão computados no limite de gastos de campanha;

13) Os gastos eleitorais efetivam-se na data da sua contratação, independentemente da realização do seu pagamento;

14) A contratação de pessoal para prestação de serviços na campanha não gera vínculo empregatício, porém deve ser considerado segurado obrigatório para fins previdenciários (art. 12, V, “h”, da Lei nº 8.212/91). Ou seja, deve haver a contribuição por parte do candidato ou partido para o Regime Geral de Previdência Social do contratado como contribuinte individual (art. 100 da Lei nº 9.504/97).



CANDIDATA



CANDIDATA

O art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, preceitua: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” Esta redação foi a maneira encontrada pelo legislador para respeitar o ditame constitucional insculpido no art. 5º, I, da Constituição Federal. O referido dispositivo garante às mulheres a quantidade de 30% nas nominatas de concorrentes ao cargo de vereador.

Além disso, a inovação do art. 9º da Lei nº 13.165/2015, dispõe que nas 03 eleições seguintes à sua publicação (2016, 2018 e 2020) as legendas reservarão em conta bancária específica **no mínimo 5% e no máximo 15% do montante do Fundo Partidário destinado para campanhas eleitorais, para aplicação em campanhas de suas candidatas**, incluídos aí os valores referidos ao inciso V do art. 44 da Lei nº 9.096/95, que dizem respeito a programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

CONCLUSÃO

Como se pode constatar, muitas modificações foram introduzidas pela Lei nº 12.891/2013 e pela Lei nº 13.165/2015, que serão aplicadas no processo eleitoral de 2016. São alterações que impõem novos comportamentos em relação à propaganda eleitoral; na formação das coligações partidárias; na arrecadação de recursos para a campanha, entre outros. Enfim, uma nova concepção de campanha sobrevirá nas eleições municipais de 2016. Um aporte menor de recursos materiais utilizados pelos candidatos; menos tempo de exposição no rádio e na televisão; uma quantidade consideravelmente menor e mais barata de propaganda em um período bem menor. De qualquer modo, as eleições ocorrerão regradas pelos dispositivos abordados neste trabalho, e certamente serão fundamentais para o aperfeiçoamento do Estado Democrático.

Fonte de pesquisa: Site do TSE e regras previstas na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997); Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995); Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) e a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/1990); Resolução TSE nº 23.450/2015; Resolução TSE nº 23.455/2015; Resolução TSE nº 23.456/2015; Resolução TSE nº 23.457/2015; Resolução TSE nº 23.459/2015; Resolução TSE nº 23.463/2015.

CONTATOS

Em caso de dúvidas consulte os advogados eleitorais do Diretório Nacional do Partido Republicano Brasileiro (PRB):

fcbrittoadvogados@fcbrittoadvogados.com.br;
[facebook.com/fcbrittoadvogados](https://www.facebook.com/fcbrittoadvogados);
[site: www.fcbrittoadvogados.com.br](http://www.fcbrittoadvogados.com.br)
(61) 3326-8583 / (61) 3326-7259 / (61) 3326-4015 / (61) 8429-3210 /
(61) 8458-7259

ANEXOS

CALENDÁRIO ELEITORAL

CLIQUE AQUI!



<http://www.tse.jus.br/arquivos/arquivos/tse-instrucao-calendario-eleitoral-versao-consolidada>

LIMITE DE GASTOS

CLIQUE AQUI!



<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234592015.html>

PROPAGANDA ELEITORAL

CLIQUE AQUI!



<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234572015.html>

ARRECADAÇÃO GASTOS VERSÃO CONSOLIDADA ATUALIZADA

CLIQUE AQUI!



<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234632015.html>

REGISTRO DOS CANDIDATOS

CLIQUE AQUI!



<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234552015.htm>



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 23.450

**INSTRUÇÃO Nº 525-51.2015.6.00.0000 – CLASSE 19 – BRASÍLIA –
DISTRITO FEDERAL**

Relator: Ministro Gilmar Mendes

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

Calendário Eleitoral (Eleições de 2016).

O Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, IX, do Código Eleitoral e o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

OUTUBRO DE 2015

**2 de outubro – sexta-feira
(1 ano antes)**

1. Data até a qual todos os partidos políticos que pretendam participar das eleições de 2016 devem ter obtido registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 4º).

2. Data até a qual os que pretendam ser candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2016 devem ter domicílio eleitoral na circunscrição na qual desejam concorrer (Lei nº 9.504/1997, art. 9º, *caput*).

DEZEMBRO DE 2015
18 de dezembro – sexta-feira

Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais designarem, para os municípios onde houver mais de uma Zona Eleitoral, o(s) Juízo(s) Eleitoral(is) que ficará(ão) responsável(is) pelo registro de candidatos e de pesquisas eleitorais e respectivas reclamações e representações, pelo exame das prestações de contas, pela propaganda eleitoral e sua fiscalização e respectivas reclamações e representações, pela totalização dos resultados, pela diplomação dos eleitos e pelas investigações judiciais eleitorais.

JANEIRO DE 2016
1º de janeiro – sexta-feira

1. Data a partir da qual as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos possíveis candidatos, para conhecimento público, ficam obrigadas a registrar, no juízo eleitoral competente para o registro das respectivas candidaturas, as informações previstas em lei e em instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 33, *caput* e § 1º).

2. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 10).

3. Data a partir da qual ficam vedados os programas sociais executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por este mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 11).

4. Data a partir da qual é vedado realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VII).

MARÇO DE 2016

5 de março – sábado

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral publicar as instruções relativas às eleições de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 105, *caput* e § 3º).

31 de março – quinta-feira

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral realizar o teste público de segurança do sistema eletrônico de votação, apuração transmissão e recebimento de arquivos a ser utilizado nas eleições de 2016.

ABRIL DE 2016

1º de abril – Sexta-feira

Data a partir da qual o Tribunal Superior Eleitoral promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro (Lei nº 9.504/1997, art. 93-A).

2 de abril – sábado (6 meses antes)

1. Data até a qual os que pretendam ser candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2016 devem estar com a filiação deferida no âmbito

partidário, desde que o estatuto partidário não estabeleça prazo superior (Lei nº 9.504/1997, art. 9º, *caput*, e Lei nº 9.096/1995, art. 20, *caput*).

2. Data a partir da qual todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas e nos computadores da Justiça Eleitoral para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Ministério Público e por pessoas autorizadas em resolução específica (Lei nº 9.504/1997, art. 66, § 1º).

**5 de abril – terça-feira
(180 dias antes)**

1. Último dia para o órgão de direção nacional do partido político publicar, no *Diário Oficial da União*, as normas para a escolha e substituição de candidatos e para a formação de coligações, na hipótese de omissão do estatuto (Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 1º).

2. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VIII, e Resolução nº 22.252/2006).

MAIO DE 2016

**4 de maio – quarta-feira
(151 dias antes)**

1. Último dia para o eleitor requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio (Lei nº 9.504/1997, art. 91, *caput*).

2. Último dia para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração no seu título eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 91, *caput*, e Resolução nº 20.166/1998).

3. Último dia para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida solicitar sua transferência para Seção Eleitoral Especial (Lei nº 9.504/1997, art. 91, *caput*, e Resolução nº 21.008/2002, art. 2º).

20 de maio – sexta-feira

Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais oficiarem ao Tribunal Superior Eleitoral informando a relação dos municípios que terão eleições com identificação biométrica híbrida.

JUNHO DE 2016

5 de junho – domingo

Data a partir da qual a Justiça Eleitoral deve tornar disponível aos partidos políticos a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 9º).

13 de junho – segunda-feira

Início do período para nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação.

30 de junho – quinta-feira

Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no § 2º do art. 45 da Lei nº 9.504/1997 e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário (Lei nº 9.504/1997, art. 45, § 1º).

JULHO DE 2016

1º de julho – sexta-feira

Data a partir da qual não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista na Lei nº 9.096/1995 nem será permitido nenhum tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 2º).

**2 de julho – sábado
(3 meses antes)**

1. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas (Lei nº 9.504/1997, art. 73, incisos V e VI, alínea a):

I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016;

d) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

e) transferência ou remoção *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;

II - realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com

cronograma prefixado e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

2. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VI, alíneas *b* e *c*, e § 3º):

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

3. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/1997, art. 75).

4. Data a partir da qual é vedado a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/1997, art. 77).

5. Data a partir da qual órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos Tribunais Eleitorais, ceder funcionários à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso II).

4 de julho – segunda-feira (90 dias antes)

1. Último dia para os representantes dos partidos políticos, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e demais pessoas autorizadas em resolução específica, interessados em assinar digitalmente os programas a serem utilizados nas eleições de 2016, entregarem à Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral programa próprio, para análise e posterior homologação.

2. Último dia para a Justiça Eleitoral realizar audiência com os interessados em firmar parceria para a divulgação dos resultados.

3. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral apresentar o modelo de distribuição e os padrões tecnológicos e de segurança a serem adotados na oportunidade em que disponibilizar os dados oficiais que serão fornecidos às entidades interessadas na divulgação dos resultados.

- *Item 3 com redação alterada pelo art. 1º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

4. Último dia para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida que tenha solicitado transferência para Seção Eleitoral Especial comunicar ao Juiz Eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades, a fim de que a Justiça Eleitoral, se possível, providencie meios e recursos destinados a facilitar-lhe o exercício do voto (Resolução nº 21.008/2002, art. 3º).

5 de julho – terça-feira

Data a partir da qual, observado o prazo de quinze dias que antecede a data definida pelo partido para a escolha dos candidatos, é permitido ao postulante à candidatura a cargo eletivo realizar propaganda intrapartidária com vistas à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor* (Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 1º).

16 de julho – sábado

Data a partir da qual, até 15 de agosto de 2016 e nos três dias que antecedem a eleição, o Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 93).

20 de julho – quarta-feira

1. Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/1997, art. 8º, *caput*).

2. Data a partir da qual os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as Justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/1997, art. 94, *caput*).

3. Data a partir da qual é assegurado o exercício do direito de resposta ao candidato, ao partido político ou à coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social (Lei nº 9.504/1997, art. 58, *caput*).

4. Data a partir da qual, considerada a data efetiva da realização da respectiva convenção partidária, é permitida a formalização de contratos que gerem despesas e gastos com a instalação física e virtual de comitês de candidatos e de partidos políticos, desde que só haja o efetivo desembolso financeiro após a obtenção do número de registro de CNPJ do candidato e a abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha e emissão de recibos eleitorais.

5. Último dia para a Justiça Eleitoral dar publicidade aos limites de gastos para cada cargo eletivo em disputa, conforme as regras definidas nos arts. 5º e 6º da Lei nº 13.165/2015 (Lei nº 13.165/2015, art. 8º).

6. Data a partir da qual, observada a homologação da respectiva convenção partidária, até a diplomação e nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição (Código Eleitoral, art. 14, § 3º).

7. Data a partir da qual não será permitida a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 33, § 5º).

22 de julho – sexta-feira

Último dia para a publicação, no órgão oficial do Estado, dos nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).

**24 de julho – domingo
(70 dias antes)**

Último dia para que os títulos dos eleitores que requereram inscrição ou transferência estejam prontos para entrega (Código Eleitoral, art. 114, *caput*).

25 de julho – segunda-feira

1. Data a partir da qual, observado o prazo de três dias úteis contados do protocolo do pedido de registro de candidatura, a Justiça Eleitoral fornecerá o número de inscrição no CNPJ aos candidatos cujos registros tenham sido requeridos pelos partidos políticos ou coligações (Lei nº 9.504/1997, art. 22-A, § 1º).

2. Data a partir da qual os partidos políticos, as coligações e os candidatos, após a obtenção do número de registro de CNPJ do candidato e a abertura de conta bancária específica para movimentação financeira de campanha e emissão de recibos eleitorais, deverão enviar à Justiça Eleitoral, para fins de divulgação na Internet, os dados sobre recursos recebidos em dinheiro para financiamento de sua campanha eleitoral, observado o prazo de setenta e duas horas do recebimento desses recursos (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º, inciso I).

**27 de julho – quarta-feira
(67 dias antes)**

Último dia para os partidos políticos impugnarem, em petição fundamentada, os nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais, observado o prazo de três dias contados da publicação do edital (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).

**29 de julho – sexta-feira
(65 dias antes)**

Último dia para o Juiz Eleitoral anunciar a realização de audiência pública para a nomeação do presidente, primeiro e segundo mesários, secretários e suplentes que irão compor as Mesas Receptoras e prestar apoio logístico nos locais de votação (Código Eleitoral, arts. 35, inciso XIV, e 120).

30 de julho – sábado

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral promover, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro (Lei nº 9.504/1997, art. 93-A).

AGOSTO DE 2016

**3 de agosto – quarta-feira
(60 dias antes)**

1. Data a partir da qual é assegurada a prioridade postal aos partidos políticos para a remessa da propaganda de seus candidatos registrados (Código Eleitoral, art. 239).

2. Último dia para a publicação da designação da localização das Mesas Receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, arts. 35, inciso XIII, e 135, *caput*).

3. Último dia para a nomeação, em audiência pública anunciada com pelo menos cinco dias de antecedência, dos membros das Mesas

Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 35, inciso XIV).

4. Último dia para a publicação no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em cartório das nomeações feitas pelo Juízo Eleitoral, constando desta publicação os locais designados para o funcionamento das Mesas Receptoras, o respectivo endereço, assim como os nomes dos mesários que atuarão em cada seção instalada (Código Eleitoral, arts. 120, § 3º, e 135, § 1º).

5. Último dia para o Tribunal Regional Eleitoral nomear os membros das Juntas Eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação, em edital publicado no *Diário da Justiça Eletrônico* (Código Eleitoral, art. 36, § 1º).

6. Último dia para as entidades interessadas em divulgar os resultados oficiais das eleições solicitarem cadastramento à Justiça Eleitoral.

7. Último dia para o eleitor que estiver fora do seu domicílio eleitoral requerer a segunda via do título eleitoral em qualquer cartório eleitoral, esclarecendo se vai recebê-la na sua zona eleitoral ou naquela em que a requereu (Código Eleitoral, art. 53, § 4º).

5 de agosto – sexta-feira

Último dia para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/1997, art. 8º, *caput*).

6 de agosto – sábado

Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão, em programação normal e em noticiário (Lei nº 9.504/1997, art. 45, incisos I, III a VI):

I - transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou de qualquer outro tipo de consulta

popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II - veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, seus órgãos ou representantes;

III - dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação;

IV - veicular ou divulgar, mesmo que dissimuladamente, filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

V - divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada. Sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do respectivo registro.

8 de agosto – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos reclamarem da nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação, observado o prazo de cinco dias contados da nomeação (Lei nº 9.504/1997, art. 63, *caput*).

2. Último dia para os membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação recusarem a nomeação, observado o prazo de cinco dias contados da nomeação (Código Eleitoral, art. 120, § 4º).

3. Último dia para os partidos políticos reclamarem da designação da localização das Mesas Receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação, observado o prazo de três dias contados da publicação (Código Eleitoral, art. 135, § 7º).

10 de agosto – quarta-feira

1. Último dia para o Juiz Eleitoral decidir sobre as reclamações relativas à composição das Mesas Receptoras de Votos e de Justificativas e dos eleitores nomeados para apoio logístico (Lei nº 9.504/1997, art. 63, *caput*).

2. Último dia para o Juiz Eleitoral decidir sobre as reclamações relativas às designações dos locais de votação (Código Eleitoral, art. 135, § 7º).

**15 de agosto – segunda-feira
(48 dias antes)**

1. Último dia para os partidos políticos e as coligações apresentarem no Cartório Eleitoral competente, até as 19 horas, o requerimento de registro de candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/1997, art. 11, *caput*).

2. Data a partir da qual permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados os cartórios eleitorais e as secretarias dos Tribunais Eleitorais (Lei Complementar nº 64/1990, art. 16).

3. Último dia para os Tribunais e Conselhos de Contas tomarem disponível à Justiça Eleitoral relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecurável do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 5º).

4. Data a partir da qual, até a proclamação dos eleitos, as intimações das decisões serão publicadas em Cartório, certificando-se no edital e nos autos o horário, salvo nas representações a que se referem os arts. 23, 30-A, 41-A, 73, 74, 75 e 77 da Lei nº 9.504/1997, cujas decisões continuarão a ser publicadas no *Diário da Justiça Eletrônico*.

5. Data até a qual será considerada, para fins de divisão do tempo destinado à propaganda no rádio e na televisão por meio do horário eleitoral gratuito, a representatividade na Câmara dos Deputados resultante de eventuais novas totalizações do resultado das eleições de 2014.

6. Data a partir da qual o juiz eleitoral designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral convocará os partidos políticos e a

representação das emissoras de televisão e de rádio para a elaboração de plano de mídia para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos a participação nos horários de maior e menor audiência (Lei nº 9.504/1997, art. 52).

7. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 93).

8. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do Juiz Eleitoral sobre a nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico, observado o prazo de três dias contados da publicação da decisão (Lei nº 9.504/1997, art. 63, § 1º).

9. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do Juiz Eleitoral sobre a designação dos locais de votação, observado o prazo de três dias contados da publicação da decisão (Código Eleitoral, art. 135, § 8º).

10. Último dia para os responsáveis por todas as repartições, órgãos e unidades do serviço público oficiarem ao Juízo Eleitoral, informando o número, a espécie e a lotação dos veículos e embarcações de que dispõem para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/1974, art. 3º).

**16 de agosto – terça-feira
(47 dias antes)**

1. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 36, *caput*).

2. Data a partir da qual os candidatos, os partidos ou as coligações podem fazer funcionar, das 8 às 22 horas, alto-falantes ou amplificadores de som, nas suas sedes ou em veículos (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 3º).

3. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos e as coligações poderão realizar comícios e utilizar aparelhagem de sonorização

fixa, das 8 às 24 horas, podendo o horário ser prorrogado por mais duas horas quando se tratar de comício de encerramento de campanha (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 4º).

4. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral na Internet, vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda paga (Lei nº 9.504/1997, arts. 57-A e 57-C, *caput*).

5. Data a partir da qual, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, nas sedes dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas (Código Eleitoral, art. 256, § 1º).

6. Data a partir da qual, até as 22 horas do dia 1º de outubro, poderá haver distribuição de material gráfico, caminhada, carreatas, passeatas ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos, observados os limites e as vedações legais (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 9º).

18 de agosto – quinta-feira (45 dias antes)

1. Último dia para a Justiça Eleitoral enviar à publicação lista/edital dos pedidos de registro de candidatos apresentados pelos partidos políticos ou coligações (Código Eleitoral, art. 97).

2. Data a partir da qual os nomes de todos aqueles que constem do edital/lista de registros de candidatura publicado deverão ser incluídos nas pesquisas realizadas com a apresentação da relação de candidatos ao entrevistado.

3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais decidirem sobre os recursos interpostos contra a nomeação dos membros das Mesas Receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação, observado o prazo de três dias da chegada do recurso no Tribunal (Lei nº 9.504/1997, art. 63, § 1º).

4. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais decidirem sobre os recursos interpostos da designação dos locais de votação, observado o prazo de três dias da chegada do recurso no Tribunal (Código Eleitoral, art. 135, § 8º).

19 de agosto – sexta-feira

Último dia para os Juízes Eleitorais responsáveis pela propaganda eleitoral no município realizarem sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito (Lei nº 9.504/1997, art. 50).

20 de agosto – sábado

Último dia, observado o prazo de quarenta e oito horas contadas da publicação do edital de candidaturas requeridas, para os candidatos escolhidos em convenção solicitarem seus registros ao Juízo Eleitoral competente, até as 19 horas, caso os partidos políticos ou as coligações não os tenham requerido (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º).

22 de agosto – segunda-feira

Último dia para a Justiça Eleitoral enviar à publicação lista/edital dos pedidos de registro individual de candidatos escolhidos em convenção cujos partidos políticos ou coligações não os tenham requerido, considerado o prazo de apresentação do pedido que esses candidatos deveriam observar (Código Eleitoral, art. 97, e Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º).

23 de agosto – terça-feira (40 dias antes)

1. Último dia, observado o prazo de cinco dias contados da publicação do edital de candidaturas requeridas, para qualquer candidato, partido político, coligação ou o Ministério Público Eleitoral impugnar os pedidos de registro de candidatos apresentados pelos partidos políticos ou coligações (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º).

2. Último dia, observado o prazo de cinco dias contados da publicação do edital de candidaturas requeridas, para qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos dar ao Juízo Eleitoral notícia de inelegibilidade que recaia em candidato com pedido de registro apresentado pelo partido político ou coligação.

3. Último dia para os diretórios regionais dos partidos políticos indicarem integrantes da Comissão Especial de Transporte e Alimentação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/1974, art. 15).

24 de agosto – quarta-feira

1. Último dia, observado o prazo de quarenta e oito horas contadas da publicação do edital de candidaturas requeridas individualmente, para qualquer candidato, partido político, coligação ou o Ministério Público Eleitoral impugnar os pedidos de registro individual de candidatos cujos partidos políticos ou coligações não os tenham requerido (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º).

2. Último dia para qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos dar ao Juízo Eleitoral notícia de inelegibilidade que recaia em candidato que tenha formulado pedido de registro individual, na hipótese de o partido político ou coligação não o ter requerido.

26 de agosto – sexta-feira (37 dias antes)

Início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 47, *caput*).

31 de agosto – quarta-feira

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral convocar os partidos políticos, as coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica para a Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas a serem utilizados nas eleições de 2016.

SETEMBRO DE 2016**2 de setembro – sexta-feira
(30 dias antes)**

1. Último dia para os órgãos de direção dos partidos políticos preencherem as vagas remanescentes para as eleições proporcionais, observados os percentuais mínimo e máximo para candidaturas de cada sexo, no caso de as convenções para a escolha de candidatos não terem indicado o número máximo previsto no *caput* do art. 10 da Lei nº 9.504/1997 (Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 5º).

2. Último dia para entrega dos títulos eleitorais resultantes dos pedidos de inscrição ou de transferência (Código Eleitoral, art. 69, *caput*).

3. Último dia para o Juízo Eleitoral comunicar ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral os nomes dos escrutinadores e dos componentes da Junta Eleitoral nomeados e publicar, mediante edital, a composição do órgão (Código Eleitoral, art. 39).

4. Último dia para a instalação da Comissão Especial de Transporte e Alimentação (Lei nº 6.091/1974, art. 14).

5. Último dia para a requisição de veículos e embarcações aos órgãos ou unidades do serviço público para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/1974, art. 3º, § 2º).

6. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais designarem, em sessão pública, a comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela.

- *Item 6 com redação alterada pelo art. 2º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

5 de setembro – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos oferecerem impugnação motivada aos nomes dos escrutinadores e aos componentes da Junta nomeados, observado o prazo de três dias contados da publicação do respectivo edital (Código Eleitoral, art. 39).

2. Último dia para os partidos políticos, as coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica impugnarem a indicação de componente da comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela, observado o prazo de três dias contados da nomeação.

- *Item 2 com redação alterada pelo art. 3º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

9 de setembro – sexta-feira

Data a partir da qual os partidos políticos, as coligações e os candidatos deverão enviar à Justiça Eleitoral o relatório discriminado das transferências do Fundo Partidário, dos recursos em dinheiro e dos estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da sua campanha eleitoral e dos gastos realizados, abrangendo o período do início da campanha até o dia 8 de setembro, para fins de cumprimento do disposto no art. 28, § 4º, inciso II, da Lei nº 9.504/1997.

12 de setembro – segunda-feira (20 dias antes)

1. Data em que todos os pedidos de registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados pelas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas (Lei nº 9.504/1997, art. 16, § 1º).

2. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais tornarem disponíveis ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará, obrigatoriamente, a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem (Lei nº 9.504/1997, art. 16).

3. Último dia para o pedido de registro de candidatura às eleições majoritárias e proporcionais na hipótese de substituição, exceto em caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esta data, observado, em qualquer situação, o prazo de até dez dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição (Lei nº 9.504/1997, art. 13, §§ 1º e 3º).

- *Item 3 com redação alterada pelo art. 2º da Res.-TSE nº 23.469/2015.*

4. Último dia para a instalação da comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela.

- *Item 4 com redação alterada pelo art. 4º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

5. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais informarem, em edital e mediante divulgação nos respectivos sítios na Internet, o local onde será realizada a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio da votação paralela.

- *Item 5 com redação alterada pelo art. 4º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

6. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral compilar, assinar digitalmente, gerar os resumos digitais (*hash*) e lacrar todos os programas-fonte, programas-executáveis, arquivos fixos, arquivos de assinatura digital e chaves públicas.

13 de setembro – terça-feira

Último dia para que os partidos políticos, as coligações e os candidatos enviem à Justiça Eleitoral o relatório discriminado das transferências do Fundo Partidário, dos recursos em dinheiro e dos estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da sua campanha eleitoral e dos gastos realizados, abrangendo o período do início da campanha até o dia 8 de setembro, para fins de cumprimento do disposto no art. 28, § 4º, inciso II, da Lei nº 9.504/1997.

14 de setembro – quarta-feira

Último dia para os partidos políticos ou as coligações comunicarem à Justiça Eleitoral as anulações de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária (Lei nº 9.504/1997, art. 7º, §§ 2º e 3º).

15 de setembro – quinta-feira

Data em que será divulgado, pela Internet, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, o relatório discriminado das transferências do Fundo Partidário, dos recursos em dinheiro e dos estimáveis em dinheiro que os partidos políticos, as coligações e os candidatos tenham recebido para financiamento da sua campanha eleitoral e dos gastos que realizaram, desde o início da campanha até o dia 8 de setembro (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º, inciso II).

17 de setembro – sábado (15 dias antes)

1. Data a partir da qual nenhum candidato poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º).

2. Último dia para a requisição de funcionários e instalações destinados aos serviços de transporte e alimentação de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/1974, art. 1º, § 2º).

3. Data em que deverá ser divulgado o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/1974, art. 4º).

4. Último dia para os partidos políticos, as coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica impugnarem os programas a serem utilizados nas eleições de 2016, por meio de petição fundamentada, observada a data de encerramento da Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas (Lei nº 9.504/1997, art. 66, § 3º).

20 de setembro – terça-feira

Último dia para reclamação contra o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/1974, art. 4º, § 2º).

22 de setembro – quinta-feira (10 dias antes)

1. Último dia para o eleitor requerer a segunda via do título eleitoral dentro do seu domicílio eleitoral (Código Eleitoral, art. 52).

2. Último dia para o Juízo Eleitoral comunicar aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das Mesas Receptoras no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 137).

3. Data a partir da qual a Justiça Eleitoral informará o que é necessário para o eleitor votar, vedada a prestação de tal serviço por terceiros.

23 de setembro – sexta-feira

Último dia para o Juízo Eleitoral decidir as reclamações contra o quadro geral de percursos e horários para o transporte de eleitores,

devendo, em seguida, divulgar, pelos meios disponíveis, o quadro definitivo (Lei nº 6.091/1974, art. 4º, §§ 3º e 4º).

**27 de setembro – terça-feira
(5 dias antes)**

1. Data a partir da qual nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

2. Último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Subsistema de Instalação e Segurança e da Solução JE-Connect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.

3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarem na Internet os pontos de transmissão de dados que funcionarão em locais distintos do local de funcionamento da Junta Eleitoral.

**29 de setembro – quinta-feira
(3 dias antes)**

1. Data a partir da qual o Juízo Eleitoral ou o presidente da Mesa Receptora poderá expedir salvo-conduto em favor de eleitor que sofrer violência moral ou física na sua liberdade de votar (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 47, *caput*).

3. Último dia para propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 e as 24 horas, com exceção do comício de encerramento da

campanha, que poderá ser prorrogado por mais duas horas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único, e Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 4º e 5º, inciso I).

4. Último dia para a realização de debate no rádio e na televisão, admitida a extensão do debate cuja transmissão se inicie nesta data e se estenda até as 7 horas do dia 30 de setembro de 2016.

5. Último dia para o Juízo Eleitoral remeter ao presidente da Mesa Receptora o material destinado à votação (Código Eleitoral, art. 133).

6. Último dia para os partidos políticos e coligações indicarem aos Juízos Eleitorais o nome das pessoas autorizadas a expedir as credenciais dos fiscais e dos delegados habilitados a fiscalizar os trabalhos de votação durante o primeiro turno das eleições (Lei nº 9.504/1997, art. 65, § 3º).

7. Data a partir da qual, até 1º de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 93).

**30 de setembro – sexta-feira
(2 dias antes)**

1. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral e a reprodução, na Internet, de jornal impresso com propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 43).

2. Data em que o presidente da Mesa Receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para recebê-lo (Código Eleitoral, art. 133, § 2º).

OUTUBRO DE 2016

**1º de outubro – sábado
(1 dia antes)**

1. Último dia para a entrega da segunda via do título eleitoral (Código Eleitoral, art. 69, parágrafo único).

2. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 e as 22 horas (Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 3º e 5º, inciso I).

3. Último dia, até as 22 horas, para a distribuição de material gráfico e a promoção de caminhada, carreatas, passeatas ou carros de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 9º).

4. Data em que a Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas deverá promover, entre as 9 e as 12 horas, em local e horário previamente divulgados, os sorteios das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela.

- *Item 4 com redação alterada pelo art. 5º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

5. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral tornar disponível, na sua página da Internet, arquivo contendo as correspondências esperadas entre urna e seção.

6. Data em que, após as 12 horas, será realizada a oficialização do Sistema de Gerenciamento nas Zonas Eleitorais.

7. Data em que será realizada, no Tribunal Superior Eleitoral, a cerimônia de verificação dos Sistemas de Gerenciamento, Preparação e Receptor de arquivos.

- *Item 7 com redação alterada pelo art. 5º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

8. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 93).

2 de outubro – domingo

**DIA DAS ELEIÇÕES
(Lei nº 9.504/1997, art. 1º, *caput*)**

1. Data em que se realizará a votação do primeiro turno das eleições, observando-se, de acordo com o horário local:

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral (Código Eleitoral, art. 142).

Às 7h30

Constatado o não comparecimento do presidente da Mesa Receptora, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário, um dos secretários ou o suplente, podendo o membro da Mesa Receptora que assumir a presidência nomear *ad hoc*, entre os eleitores presentes, os que forem necessários para completar a mesa (Código Eleitoral, art. 123, §§ 2º e 3º).

Às 8 horas

Início da votação (Código Eleitoral, art. 144).

A partir das 12 horas

Oficialização automática do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica.

Até as 16 horas

Horário final para a atualização da tabela de correspondência, considerando o horário local de cada Unidade da Federação, na hipótese de ocorrer falha na urna que impeça a continuidade da votação eletrônica antes que o eleitor seguinte conclua seu voto e desde que esgotadas as possibilidades previstas em resolução específica.

Às 17 horas

Encerramento da votação (Código Eleitoral, arts. 144 e 153).

A partir das 17 horas

- Emissão dos boletins de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

- Realização da verificação da assinatura digital e dos resumos digitais (*hash*), se determinada pelo Juiz Eleitoral.

2. Data em que há possibilidade de funcionamento do comércio, desde que os estabelecimentos que funcionarem neste dia proporcionem efetivas condições para que seus funcionários possam exercer o direito/dever do voto (Resolução nº 22.963/2008).

3. Data em que é permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, *caput*).

4. Data em que é vedada, até o término da votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como bandeiras, broches, dísticos e adesivos que caracterizem manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 1º).

5. Data em que, no recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, de coligação ou de candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 2º).

6. Data em que, no recinto da cabina de votação, é vedado ao eleitor portar aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras, equipamento de radiocomunicação ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto, devendo a Mesa Receptora, em caso de porte, reter esses objetos enquanto o eleitor estiver votando (Lei nº 9.504/1997, art. 91-A, parágrafo único).

7. Data em que é vedado aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, o uso de vestuário padronizado, sendo-lhes permitido tão só o uso de crachás com o nome e a sigla do partido político ou coligação (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 3º).

8. Data em que deverá ser afixada, nas partes interna e externa das seções eleitorais e em local visível, cópia do inteiro teor do disposto no art. 39-A da Lei nº 9.504/1997 (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 4º).

9. Data em que constitui crime o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna e a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 5º, incisos I, II e III).

10. Data em que serão realizados, das 8 às 17 horas, em cada Unidade da Federação, em um só local, público e com expressiva circulação de pessoas, designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, os procedimentos, por amostragem, de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela sob condições normais de uso.

- *Item 10 com redação alterada pelo art. 6º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

11. Data em que é permitida a divulgação, a qualquer momento, de pesquisas realizadas em data anterior à realização das eleições e, a partir das 17 horas do horário local, a divulgação de pesquisas feitas no dia da eleição.

12. Data em que, havendo necessidade e se não tiver sido iniciado o processo de votação, será permitida a carga em urna, desde que convocados os representantes dos partidos políticos e coligações, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil para, querendo, participarem do ato.

13. Último dia para o partido político requerer o cancelamento do registro do candidato que dele for expulso, em processo no qual seja assegurada a ampla defesa, com observância das normas estatutárias (Lei nº 9.504/1997, art. 14).

14. Último dia para candidatos arrecadarem recursos e contraírem obrigações, ressalvada a hipótese de arrecadação com o fim

exclusivo de quitação de despesas já contraídas e não pagas até esta data (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 3º).

15. Data a partir da qual, até 14 de outubro, os dados dos resultados relativos ao primeiro turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

3 de outubro – segunda-feira (dia seguinte ao primeiro turno)

1. Data em que o Juízo Eleitoral é obrigado, até as 12 horas, sob pena de responsabilidade e multa, a transmitir ao Tribunal Regional Eleitoral e comunicar aos representantes dos partidos políticos e das coligações o número de eleitores que votaram em cada uma das seções sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da Zona Eleitoral (Código Eleitoral, art. 156).

2. Data em que qualquer candidato, delegado ou fiscal de partido político e de coligação poderá obter cópia do relatório emitido pelo sistema informatizado do qual constem as informações sobre o número de eleitores que votaram em cada uma das seções e o total de votantes da Zona Eleitoral, sendo defeso ao Juízo Eleitoral recusar ou procrastinar a sua entrega ao requerente (Código Eleitoral, art. 156, § 3º).

3. Data a partir da qual, decorrido o prazo de vinte e quatro horas do encerramento da votação (17 horas no horário local), será permitida a promoção de carreata e distribuição de material de propaganda política para o segundo turno, bem como a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 e as 22 horas, promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 e as 24 horas, podendo o horário ser prorrogado por mais duas horas quando se tratar de comício de encerramento de campanha (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único, c.c. Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 3º e 4º).

4 de outubro – terça-feira (2 dias após o primeiro turno)

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade de salvo-condutos expedidos por Juízo Eleitoral ou por presidente de mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Término, após as 17 horas, do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

**5 de outubro – quarta-feira
(3 dias após o primeiro turno)**

Último dia para o mesário que abandonou os trabalhos durante a votação apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral (Código Eleitoral, art. 124, § 4º).

**6 de outubro – quinta-feira
(4 dias após o primeiro turno)**

1. Último dia para o Juízo Eleitoral divulgar o resultado provisório da eleição para prefeito e vice-prefeito, se obtida a maioria absoluta de votos, nos municípios com mais de 200 mil eleitores, ou os dois candidatos mais votados, sem prejuízo desta divulgação provisória ocorrer, nas referidas localidades, tão logo se verifique matematicamente a impossibilidade de qualquer candidato obter maioria absoluta de votos.

2. Último dia para a conclusão dos trabalhos de apuração pelas Juntas Eleitorais (Código Eleitoral, art. 159, e Lei nº 6.996/1982, art. 14).

3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais ou os Cartórios Eleitorais entregarem aos partidos políticos e às coligações, quando solicitados, os relatórios dos boletins de urna que estiverem pendentes, a sua motivação e a respectiva decisão, observado o horário de encerramento da totalização.

4. Último dia para a Justiça Eleitoral tornar disponível, em sua página na Internet, opção de visualização dos boletins de urna recebidos para a totalização, assim como as tabelas de correspondências efetivadas, observado o horário de encerramento da totalização em cada Unidade da Federação.

14 de outubro – sexta-feira

Data até a qual os dados de resultados relativos ao primeiro turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**15 de outubro – sábado
(15 dias antes do segundo turno)**

1. Data a partir da qual nenhum candidato que participará do segundo turno de votação poderá ser detido ou preso, salvo no caso de flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º).

2. Data limite para o início do período de propaganda eleitoral gratuita, no rádio e na televisão, relativa ao segundo turno, observado o prazo final para a divulgação do resultado das eleições (Lei nº 9.504/1997, art. 49, *caput*).

**25 de outubro – terça-feira
(5 dias antes do segundo turno)**

1. Data a partir da qual nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

2. Último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Subsistema de Instalação e Segurança e da Solução JE-Connect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.

3. Último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarem na Internet os pontos de transmissão de dados que funcionarão em locais distintos do local de funcionamento da Junta Eleitoral.

**27 de outubro – quinta-feira
(3 dias antes do segundo turno)**

1. Início do prazo de validade do salvo-conduto expedido pelo Juízo Eleitoral ou pelo presidente da mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia para propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 e as 24 horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais duas horas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único, e Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 4º e 5º, inciso I).

3. Último dia para o Juízo Eleitoral remeter ao presidente da mesa receptora o material destinado à votação (Código Eleitoral, art. 133).

4. Último dia para os partidos políticos e coligações indicarem aos Juízos Eleitorais o nome das pessoas autorizadas a expedir as credenciais dos fiscais e dos delegados habilitados a fiscalizar os trabalhos de votação durante o segundo turno das eleições (Lei nº 9.504/1997, art. 65, § 3º).

5. Data a partir da qual, até 29 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 93).

**28 de outubro – sexta-feira
(2 dias antes do segundo turno)**

1. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita do segundo turno no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 49, *caput*).

2. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral do segundo turno (Lei nº 9.504/1997, art. 43, *caput*).

3. Último dia para a realização de debate, não podendo estender-se além da meia-noite (Resolução nº 22.452/2006).

4. Data em que o presidente da mesa receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para recebê-lo (Código Eleitoral, art. 133, § 2º).

**29 de outubro – sábado
(1 dia antes do segundo turno)**

1. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 e as 22 horas (Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 3º e 5º, inciso I).

2. Último dia, até as 22 horas, para a distribuição de material gráfico e a promoção de caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 9º).

3. Data em que a Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas deverá promover, entre as 9 e as 12 horas, em local e horário previamente divulgados, os sorteios das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas aos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela.

- *Item 3 com redação alterada pelo art. 7º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

4. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral tornar disponível, na sua página da Internet, arquivo contendo as correspondências esperadas entre urna e seção.

5. Data em que será realizada, no Tribunal Superior Eleitoral, a cerimônia de verificação dos Sistemas de Gerenciamento, Preparação e Receptor de arquivos.

- *Item 5 com redação alterada pelo art. 7º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

6. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, em até dez minutos diários

requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, podendo ceder, a seu juízo, parte desse tempo para utilização por Tribunal Regional Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 93).

7. Data em que, após as 12 horas, será realizada a oficialização do Sistema de Gerenciamento nas Zonas Eleitorais.

30 de outubro – domingo

DIA DA ELEIÇÃO (Lei nº 9.504/1997, art. 2º, § 1º)

1. Data em que se realizará a votação do segundo turno das eleições, observando-se, de acordo com o horário local:

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral (Código Eleitoral, art. 142).

Às 7h30

Constatado o não comparecimento do presidente da mesa receptora, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário, um dos secretários ou o suplente, podendo o membro da mesa receptora que assumir a presidência nomear *ad hoc*, entre os eleitores presentes, os que forem necessários para completar a mesa (Código Eleitoral, art. 123, §§ 2º e 3º).

Às 8 horas

Início da votação (Código Eleitoral, art. 144).

A partir das 12 horas

Oficialização automática do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica.

Até as 16 horas

Horário final para a atualização da tabela de correspondência, considerando o horário local de cada Unidade da Federação, na hipótese de ocorrer falha na urna que impeça a continuidade da votação eletrônica antes que o eleitor seguinte conclua seu voto e desde que esgotadas as possibilidades previstas em resolução específica.

Às 17 horas

Encerramento da votação (Código Eleitoral, arts. 144 e 153).

A partir das 17 horas

- Emissão dos boletins de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

- Realização da verificação da assinatura digital e dos resumos digitais (*hash*), se determinada pelo Juiz Eleitoral.

2. Data em que há possibilidade de funcionamento do comércio, desde que os estabelecimentos que funcionarem neste dia proporcionem efetivas condições para que seus funcionários possam exercer o direito/dever do voto (Resolução nº 22.963/2008).

3. Data em que é permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, *caput*).

4. Data em que é vedada, até o término da votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como bandeiras, broches, dísticos e adesivos que caracterizem manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 1º).

5. Data em que, no recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer

propaganda de partido político, de coligação ou de candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 2º).

6. Data em que, no recinto da cabina de votação, é vedado ao eleitor portar aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras, equipamento de radiocomunicação ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto, devendo a mesa receptora, em caso de porte, reter esses objetos enquanto o eleitor estiver votando (Lei nº 9.504/1997, art. 91-A, parágrafo único).

7. Data em que é vedado aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, o uso de vestuário padronizado, sendo-lhes permitido tão só o uso de crachás com o nome e a sigla do partido político ou coligação (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 3º).

8. Data em que deverá ser afixada, nas partes interna e externa das seções eleitorais e em local visível, cópia do inteiro teor do disposto no art. 39-A da Lei nº 9.504/1997 (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 4º).

9. Data em que constitui crime o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna e a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 5º, incisos I, II e III).

10. Data em que serão realizados, das 8 às 17 horas, em cada Unidade da Federação, em um só local, público e com expressiva circulação de pessoas, designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, os procedimentos, por amostragem, de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela sob condições normais de uso.

- *Item 10 com redação alterada pelo art. 8º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

11. Data em que é permitida a divulgação, a qualquer momento, de pesquisas realizadas em data anterior à realização das eleições e, a partir das 17 horas do horário local, a divulgação de pesquisas feitas no dia da eleição.

12. Data em que, havendo necessidade e se não tiver sido iniciado o processo de votação, será permitida a carga em urna, desde que

convocados os representantes dos partidos políticos ou coligações, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil para, querendo, participarem do ato.

13. Último dia para os candidatos que disputarem o segundo turno arrecadarem recursos e contraírem obrigações, ressalvada a hipótese de arrecadação com o fim exclusivo de quitação de despesas já contraídas e não pagas até esta data (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 3º).

14. Data a partir da qual, até 11 de novembro, os dados dos resultados relativos ao segundo turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**31 de outubro – segunda-feira
(dia seguinte ao segundo turno)**

1. Data em que o Juízo Eleitoral é obrigado, até as 12 horas, sob pena de responsabilidade e multa, a transmitir ao Tribunal Regional Eleitoral e comunicar aos representantes dos partidos políticos e das coligações o número de eleitores que votaram em cada uma das seções sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da Zona Eleitoral (Código Eleitoral, art. 156).

2. Data em que qualquer candidato, delegado ou fiscal de partido político e de coligação poderá obter cópia do relatório emitido pelo sistema informatizado do qual constem as informações sobre o número de eleitores que votaram em cada uma das seções e o total de votantes da Zona Eleitoral, sendo defeso ao Juízo Eleitoral recusar ou procrastinar a sua entrega ao requerente (Código Eleitoral, art. 156, § 3º).

NOVEMBRO DE 2016

**1º de novembro – terça-feira
(2 dias após o segundo turno e 30 dias após o primeiro turno)**

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade de salvo-condutos expedidos por Juízo Eleitoral ou por presidente de Mesa Receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Término, após as 17 horas, do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

3. Último dia para o mesário que faltou à votação de 2 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral (Código Eleitoral, art. 124).

4. Último dia para os candidatos, inclusive os a vice-prefeito, e os partidos políticos encaminharem à Justiça Eleitoral as prestações de contas referentes ao primeiro turno (Lei nº 9.504/1997, art. 29).

5. Último dia para os candidatos, os partidos políticos e as coligações, nos municípios onde não houve segundo turno, removerem as propagandas relativas às eleições e promoverem a restauração do bem, se for o caso.

6. Último dia para o pagamento de aluguel de veículos e embarcações referente à votação de 2 de outubro, caso não tenha havido votação em segundo turno (Lei nº 6.091/1974, art. 2º, parágrafo único).

7. Último dia para a proclamação dos candidatos eleitos em primeiro turno (Código Eleitoral, art. 198, *caput*).

**2 de novembro – quarta-feira
(3 dias após o segundo turno)**

Último dia para o mesário que abandonou os trabalhos durante a votação de 30 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral (Código Eleitoral, art. 124, § 4º).

**4 de novembro – sexta-feira
(5 dias após o segundo turno)**

1. Último dia em que os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos Juízes de todas as Justiças e

instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/1997, art. 94, *caput*).

2. Último dia para o Juízo Eleitoral divulgar o resultado provisório da eleição para prefeito e vice-prefeito em segundo turno.

3. Último dia para o encerramento dos trabalhos de apuração do segundo turno pelas Juntas Eleitorais (Código Eleitoral, art. 159, e Lei nº 6.996/1982, art. 14).

4. Último dia para qualquer interessado, observado o prazo de três dias contados da publicação do respectivo edital, impugnar as prestações de contas de campanha relativas ao primeiro turno das eleições.

11 de novembro – sexta-feira

Data até a qual os dados de resultados relativos ao segundo turno estarão disponíveis em Centro de Dados provido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

19 de novembro – sábado (20 dias após o segundo turno)

Último dia para os candidatos que concorreram no segundo turno das eleições, inclusive os a vice-prefeito, e os partidos políticos encaminharem à Justiça Eleitoral as prestações de contas referentes aos dois turnos (Lei nº 9.504/1997, art. 29, inciso IV).

22 de novembro – terça-feira

Último dia para qualquer interessado, observado o prazo de três dias contados da publicação do respectivo edital, impugnar as prestações de contas de campanha referentes aos dois turnos dos candidatos que concorreram no segundo turno das eleições.

**29 de novembro – terça-feira
(30 dias após o segundo turno)**

1. Último dia para os candidatos, os partidos políticos e as coligações, nos estados onde houve segundo turno, removerem as propagandas relativas às eleições e promoverem a restauração do bem, se for o caso.

2. Último dia para o pagamento do aluguel de veículos e embarcações referente às eleições de 2016, nos estados onde tenha havido votação em segundo turno (Lei nº 6.091/1974, art. 2º, parágrafo único).

3. Último dia para o mesário que faltou à votação de 30 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral (Código Eleitoral, art. 124).

4. Último dia para a proclamação dos candidatos eleitos em segundo turno (Código Eleitoral, art. 198, *caput*).

DEZEMBRO DE 2016

**1º de dezembro – quinta-feira
(60 dias após o primeiro turno)**

1. Último dia para o eleitor que deixou de votar nas eleições de 2 de outubro apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral (Lei nº 6.091/1974, art. 7º).

2. Último dia para o Juízo Eleitoral responsável pela recepção dos requerimentos de justificativa, nos locais onde não houve segundo turno, assegurar o lançamento dessas informações no cadastro de eleitores, determinando todas as providências relativas à conferência obrigatória e digitação dos dados, quando necessário.

16 de dezembro – sexta-feira

1. Último dia para a publicação da decisão do Juiz Eleitoral que julgar as contas dos candidatos eleitos (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 1º).

2. Último dia em que os cartórios eleitorais e as secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais permanecerão abertos de forma extraordinária, não mais funcionando aos sábados, domingos e feriados.

19 de dezembro – segunda-feira

1. Último dia para a diplomação dos eleitos.

2. Data a partir da qual o Tribunal Superior Eleitoral não mais permanecerá aberto aos sábados, domingos e feriados, e as decisões não mais serão publicadas em secretaria ou em sessão.

3. Último dia em que, nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição (Código Eleitoral, art. 14, § 3º).

29 de dezembro – quinta-feira (60 dias após o segundo turno)

1. Último dia para o eleitor que deixou de votar no segundo turno da eleição apresentar justificativa ao Juízo Eleitoral (Lei nº 6.091/1974, art. 7º).

- *Item 1 com redação alterada pelo art. 1º da Res.-TSE nº 23.469/2015.*

2. Último dia para o Juízo Eleitoral responsável pela recepção dos requerimentos de justificativa, nos locais onde houve segundo turno, assegurar o lançamento dessas informações no cadastro de eleitores, determinando todas as providências relativas à conferência obrigatória e digitação dos dados, quando necessário.

31 de dezembro – sábado

1. Data em que todas as inscrições dos candidatos na Receita Federal serão, de ofício, canceladas (Instrução Normativa Conjunta RFB/TSE nº 1.019/2010, art. 7º).

2. Data em que os bancos serão obrigados a encerrar as contas bancárias abertas para a movimentação de recursos de campanha eleitoral, transferindo a totalidade do saldo existente para a conta bancária do órgão de direção indicado pelo partido, na forma do art. 31 da Lei nº 9.504/1997, e informando o fato à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 1º, inciso III, incluído pela Lei nº 13.165/2015).

JANEIRO DE 2017

17 de janeiro – terça-feira

1. Último dia para os partidos políticos, as coligações, o ministério público e a Ordem dos Advogados do Brasil solicitarem os arquivos de *log* referentes ao Sistema Gerenciador de Dados, Aplicativos e Interface com a Urna Eletrônica.

2. Último dia para os partidos políticos, as coligações, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil solicitarem cópia dos arquivos de *log* de operações do Sistema de Gerenciamento, imagem dos boletins de urna, *log* das urnas e registros digitais dos votos.

- *Item 2 com redação alterada pelo art. 9º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

3. Último dia para os partidos políticos e coligações, o ministério público e a Ordem dos Advogados do Brasil solicitarem formalmente aos Tribunais Regionais Eleitorais as informações relativas às ocorrências de troca de urnas.

- *Item 3 com redação alterada pelo art. 9º da Res.-TSE nº 23.454/2015.*

4. Último dia para a realização da verificação da assinatura digital e dos resumos digitais (*hash*).

18 de janeiro – quarta-feira

1. Data a partir da qual poderão ser retirados das urnas os lacres e os cartões de memória de carga, desde que as informações neles contidas não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

2. Data a partir da qual as cédulas e as urnas de lona, porventura utilizadas nas eleições de 2016, poderão ser respectivamente inutilizadas e deslacradas, desde que não haja pedido de recontagem de votos ou não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

3. Data a partir da qual os sistemas utilizados nas eleições de 2016 poderão ser desinstalados, desde que os procedimentos a eles inerentes não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

4. Data a partir da qual não há mais necessidade de preservação e guarda dos documentos e materiais produzidos nas eleições de 2016, dos meios de armazenamento de dados utilizados pelos sistemas eleitorais, bem como das cópias de segurança dos dados, desde que as informações neles contidas não estejam sendo objeto de discussão em processo judicial.

MAIO DE 2017

30 de maio – terça-feira

Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral enviar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a consolidação das informações sobre os valores doados e apurados até 31 de dezembro de 2016, tendo por base a prestação de contas anual dos partidos políticos e a dos candidatos à eleição ordinária ou suplementar realizada em 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, §§ 1º e 2º, incluídos pela Lei nº 13.165/2015).

JUNHO DE 2017

**17 de junho – sábado
(180 dias após o último dia para a diplomação em 2016)**

Data até a qual os candidatos ou os partidos políticos deverão conservar a documentação concernente às suas contas, desde que não

estejam pendentes de julgamento, hipótese na qual deverão conservá-la até a decisão final (Lei nº 9.504/1997, art. 32, *caput* e parágrafo único).

JULHO DE 2017

30 de julho – domingo

Último dia para a Secretaria da Receita Federal do Brasil comunicar ao Ministério Público Eleitoral os excessos quanto aos limites de doação à campanha eleitoral, após o cruzamento dos valores doados apurados em relação ao exercício de 2016 com os rendimentos da pessoa física do ano anterior (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 3º, incluído pela Lei nº 13.165/2015).

NOVEMBRO DE 2017

29 de novembro – quarta-feira

Último dia para os Juízos Eleitorais concluírem os julgamentos das prestações de contas de campanha eleitoral dos candidatos não eleitos.

DEZEMBRO DE 2017

31 de dezembro – domingo

Último dia para o Ministério Público Eleitoral apresentar representação visando à aplicação da penalidade prevista no art. 23 da Lei nº 9.504/1997 e de outras sanções cabíveis nos casos de doação acima do limite legal, quanto ao que foi apurado relativamente ao exercício de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 3º, incluído pela Lei nº 13.165/2015).



Tribunal Superior Eleitoral
Secretaria de Projetos Especiais
Coordenadoria de Legislação e Publicação

RESOLUÇÃO Nº 23.459, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre os limites de gastos para os cargos de vereador e de prefeito nas eleições municipais de 2016.

Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso IX, do Código Eleitoral e os arts. 18 e 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

Art. 1º O limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para prefeito e vereador em 2016 será definido com base nos valores previstos no Anexo, que representam os maiores gastos declarados, na respectiva circunscrição, na eleição de 2012, observado o seguinte:

I - nas eleições para prefeito, para o primeiro turno, o limite será de [\(Lei nº 13.165/2015, art. 5º, inciso I\)](#):

a) setenta por cento do maior gasto declarado para o cargo em 2012, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno;

b) cinquenta por cento do maior gasto declarado para o cargo em 2012, na circunscrição eleitoral em que houve dois turnos;

II - para o segundo turno das eleições para prefeito, onde houver, o limite de gastos será de trinta por cento do valor previsto no inciso I [\(Lei nº 13.165/2015, art. 5º, inciso II\)](#).

III - o limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para vereador será de setenta por cento do maior gasto contratado na circunscrição para o respectivo cargo na eleição de 2012 (Lei nº 13.165/2015, art. 6º).

IV - os valores constantes do Anexo serão atualizados monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por índice que o substituir [\(Lei nº 13.165/2015, art. 8º, inciso II\)](#).

§ 1º Nos municípios de até dez mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para prefeito e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para vereador, ou o estabelecido no caput se for maior [\(Lei nº 13.165/2015, art. 5º, parágrafo único\)](#).

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, será considerado o número de eleitores existentes no município na data do fechamento do cadastro eleitoral previsto no art. 91 da Lei nº 9.504/1997.

§ 3º Os limites previstos no § 1º também serão aplicáveis aos municípios com mais de dez mil eleitores sempre que o cálculo realizado na forma do caput resultar em valor inferior ao patamar previsto para cada cargo.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral atualizará monetariamente os valores constantes do Anexo, na forma do inciso IV do art. 1º.

§ 1º A atualização dos valores terá como termo inicial o mês de outubro de 2012 e como termo final o mês de junho do ano de 2016.

§ 2º Os valores atualizados serão divulgados por ato editado pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, cuja publicação deverá ocorrer até o dia 20 de julho do ano da eleição [\(Lei nº 13.165/2015, art. 8º, inciso I\)](#).

§ 3º O Tribunal Superior Eleitoral manterá a divulgação dos valores atualizados relativos aos gastos de campanha eleitoral na sua página na Internet, para efeito de consulta dos interessados [\(Lei nº 13.165/2015, art. 8º, inciso I\)](#).

Art. 4º O limite de gastos para os municípios criados após a eleição de 2012 será calculado conforme o limite de gastos previsto para o município-mãe, procedendo-se ao rateio de tal valor entre o município-mãe e o novo município de acordo com o número de eleitores transferidos, observando, quando for o caso, os valores mínimos previstos no § 1º do art. 1º.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI – PRESIDENTE.

MINISTRO GILMAR MENDES – RELATOR.

MINISTRO LUIZ FUX.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN.

MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA.

MINISTRA LUCIANA LÓSSIO.

[Este texto não substitui o publicado no DJE-TSE, nº 244, de 28.12.2015, p. 13-75.](#)

ANEXO I

[TABELA DE LIMITE DE GASTOS \(23.459\) EM EXCEL](#)

código do Município	UF	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)			PRÉVIA DO LIMITE DE GASTO LEGAL (R\$ 100.000,00 PAR VAREADOR) - VALORES PR EM	
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	PREFEITO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO	1º TURNO	2º TURNO
28290	AL	PASSO DE CAMARAGIBE	9.886	1	180.800,00	37.842,70	0,7	0,7	126.560,00	26.489,89	-	126.560,00	-
28312	AL	PAULO JACINTO	5.375	1	75.054,25	19.466,56	0,7	0,7	52.537,98	13.626,59	-	100.000,00	-
28339	AL	PENEDO	36.987	1	432.785,50	28.500,00	0,7	0,7	302.949,85	19.950,00	-	302.949,85	-
28355	AL	PIACABUÇU	11.519	1	133.906,40	20.860,00	0,7	0,7	93.734,48	14.602,00	-	100.000,00	-
28371	AL	PILAR	22.069	1	873.431,97	68.628,65	0,7	0,7	611.402,38	48.040,06	-	611.402,38	-
28398	AL	PINDOBA	2.096	1	65.000,00	19.213,84	0,7	0,7	45.500,00	13.449,69	-	100.000,00	-
28410	AL	PIRANHAS	14.367	1	213.886,13	20.449,52	0,7	0,7	149.720,29	14.314,66	-	149.720,29	-
28436	AL	POÇO DAS TRINCHEIRAS	8.110	1	119.650,00	9.400,00	0,7	0,7	83.755,00	6.580,00	-	100.000,00	-
28452	AL	PORTO CALVO	17.191	1	520.787,12	14.934,00	0,7	0,7	364.550,98	10.453,80	-	364.550,98	-
28479	AL	PORTO DE PEDRAS	5.567	1	150.646,50	22.471,04	0,7	0,7	105.452,55	15.729,73	-	105.452,55	-
28495	AL	PORTO REAL DO COLEGIO	12.625	1	140.049,69	14.852,71	0,7	0,7	98.034,78	10.396,90	-	100.000,00	-
28517	AL	QUEBRANGULO	8.447	1	139.683,91	9.000,00	0,7	0,7	97.778,74	6.300,00	-	100.000,00	-
28533	AL	RIO LARGO	44.203	1	348.912,00	46.700,00	0,7	0,7	244.238,40	32.690,00	-	244.238,40	-
28550	AL	ROTEIRO	3.348	1	76.793,00	3.963,43	0,7	0,7	53.755,10	2.774,40	-	100.000,00	-
28576	AL	SANTA LUZIA DO NORTE	4.844	1	36.510,00	9.150,00	0,7	0,7	25.557,00	6.405,00	-	100.000,00	-
28592	AL	SANTANA DO IPANEMA	26.355	1	156.820,21	26.820,00	0,7	0,7	109.774,15	18.774,00	-	109.774,15	-
28614	AL	SANTANA DO MUNDAÚ	6.628	1	55.886,17	16.546,00	0,7	0,7	39.120,32	11.582,20	-	100.000,00	-
28630	AL	SÃO BRÁS	4.654	1	66.264,00	18.516,91	0,7	0,7	46.384,80	12.961,84	-	100.000,00	-
28657	AL	SÃO JOSÉ DA LAJE	14.585	1	274.518,27	16.628,80	0,7	0,7	192.162,79	11.640,16	-	192.162,79	-
28673	AL	SÃO JOSÉ DA TAPERA	16.996	1	180.107,89	34.889,61	0,7	0,7	126.075,52	24.422,73	-	126.075,52	-
28690	AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE	18.625	1	214.617,52	17.316,42	0,7	0,7	150.232,26	12.121,49	-	150.232,26	-
28711	AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	30.194	1	2.468.790,69	66.000,00	0,7	0,7	1.728.153,48	46.200,00	-	1.728.153,48	-
28738	AL	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	5.135	1	71.409,50	25.276,00	0,7	0,7	49.986,65	17.693,20	-	100.000,00	-
28754	AL	SÃO SEBASTIÃO	18.768	1	501.239,75	32.235,00	0,7	0,7	350.867,83	22.564,50	-	350.867,83	-
28770	AL	SATUBA	8.823	1	47.154,50	14.581,00	0,7	0,7	33.008,15	10.206,70	-	100.000,00	-
28916	AL	SENADOR RUI PALMEIRA	7.472	1	219.858,03	26.397,88	0,7	0,7	153.900,62	18.478,52	-	153.900,62	-
28797	AL	TANQUE D'ARCA	4.405	1	131.174,51	18.200,00	0,7	0,7	91.822,16	12.740,00	-	100.000,00	-
28819	AL	TAQUARANA	11.301	1	244.087,77	31.336,31	0,7	0,7	170.861,44	21.935,42	-	170.861,44	-
28932	AL	TEOTÔNIO VILELA	24.063	1	274.760,35	56.433,78	0,7	0,7	192.332,25	39.503,65	-	192.332,25	-
28835	AL	TRAIPU	14.484	1	172.859,27	13.157,51	0,7	0,7	121.001,49	9.210,26	-	121.001,49	-
28851	AL	UNIÃO DOS PALMARES	36.504	1	318.022,16	34.530,00	0,7	0,7	222.615,51	24.171,00	-	222.615,51	-
28878	AL	VIÇOSA	16.203	1	210.965,04	18.158,03	0,7	0,7	147.675,53	12.710,62	-	147.675,53	-
2895	AM	ALVARÃES	8.098	1	100.000,00	4.900,00	0,7	0,7	70.000,00	3.430,00	-	100.000,00	-
2917	AM	AMATURÁ	4.929	1	80.526,40	6.200,00	0,7	0,7	56.368,48	4.340,00	-	100.000,00	-
2933	AM	ANAMÁ	6.256	1	654.874,93	16.936,00	0,7	0,7	458.412,45	11.855,20	-	458.412,45	-
2038	AM	ANORI	9.165	1	238.816,56	4.650,00	0,7	0,7	167.171,59	3.255,00	-	167.171,59	-
2003	AM	APIÚ	9.533	1	99.659,72	20.814,43	0,7	0,7	69.761,80	14.570,10	-	100.000,00	-
2054	AM	ATALAIA DO NORTE	5.620	1	144.378,50	2.500,00	0,7	0,7	101.064,95	1.750,00	-	101.064,95	-
2070	AM	AUTAZES	20.149	1	162.796,65	20.700,00	0,7	0,7	113.957,66	14.490,00	-	113.957,66	-
2097	AM	BARCELLOS	8.447	1	55.035,63	20.034,30	0,7	0,7	38.524,94	14.024,01	-	100.000,00	-
2119	AM	BARREIRINHA	16.085	1	76.593,78	28.443,50	0,7	0,7	53.615,65	19.910,45	-	100.000,00	-
2135	AM	BENJAMIN CONSTANT	17.929	1	259.350,56	5.031,00	0,7	0,7	181.545,39	3.521,70	-	181.545,39	-
2950	AM	BERURI	9.108	1	236.902,99	22.053,32	0,7	0,7	165.832,09	15.437,32	-	165.832,09	-
2976	AM	BOA VISTA DO RAMOS	9.713	1	99.030,40	7.749,97	0,7	0,7	69.321,28	5.424,98	-	100.000,00	-
2151	AM	BOCA DO ACRE	18.854	1	294.655,00	19.360,00	0,7	0,7	206.258,50	13.552,00	-	206.258,50	-
2178	AM	BORBA	18.569	1	139.210,92	9.270,00	0,7	0,7	97.447,64	6.489,00	-	100.000,00	-

código do Município	UF	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)				PRÉVIA DO LIMITE DE LEGAL (R\$ 100.000,00 P/ VEREADOR) - VALORES
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	PREFEITO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO		
2992	AM	CAPIRANGA	6.697	1	33.114,48	2.300,00	0,7	0,7	23.180,14	1.610,00	-	-	100.000,00
2194	AM	CANUTAMA	7.101	1	151.092,79	14.659,00	0,7	0,7	105.764,95	10.261,30	-	-	105.764,95
2216	AM	CARAUARI	17.591	1	255.200,00	77.488,00	0,7	0,7	178.640,00	54.241,60	-	-	178.640,00
2232	AM	CAREIRO	19.847	1	302.343,60	26.327,80	0,7	0,7	211.640,52	18.429,46	-	-	211.640,52
2046	AM	CAREIRO DA VÁRZEA	14.531	1	103.175,40	6.170,00	0,7	0,7	72.222,78	4.319,00	-	-	100.000,00
2259	AM	COARI	43.283	1	1.486.365,47	73.240,60	0,7	0,7	1.040.455,83	51.268,42	-	-	1.040.455,83
2275	AM	CODAJÁS	13.520	1	192.195,61	20.467,00	0,7	0,7	134.536,93	14.326,90	-	-	134.536,93
2291	AM	EIRUNEPÉ	20.120	1	116.203,00	19.030,00	0,7	0,7	81.342,10	13.321,00	-	-	100.000,00
2313	AM	ENVIRA	10.411	1	55.093,00	4.774,00	0,7	0,7	38.565,10	3.341,80	-	-	100.000,00
2330	AM	FONTE BOA	13.267	1	296.945,00	25.314,50	0,7	0,7	207.861,50	17.720,15	-	-	207.861,50
2020	AM	GUAJARÁ	8.112	1	45.176,20	4.681,00	0,7	0,7	31.623,34	3.276,70	-	-	100.000,00
2356	AM	HUMAITÁ	24.601	1	25.296,00	20.100,00	0,7	0,7	17.707,20	14.070,00	-	-	100.000,00
2399	AM	IPIXUNA	9.257	1	108.692,00	6.350,00	0,7	0,7	76.084,40	4.445,00	-	-	100.000,00
98353	AM	IRANDUBA	25.312	1	345.394,16	57.900,00	0,7	0,7	241.775,91	40.530,00	-	-	241.775,91
2410	AM	ITACOAATIARA	59.530	1	343.662,50	66.263,68	0,7	0,7	240.563,75	46.384,58	-	-	240.563,75
98370	AM	ITAMARATI	5.866	1	213.000,00	6.109,98	0,7	0,7	149.100,00	4.276,99	-	-	149.100,00
2437	AM	ITAPIRANGA	6.148	1	56.400,44	8.860,00	0,7	0,7	39.480,31	6.202,00	-	-	100.000,00
2453	AM	JAPURÁ	3.711	1	80.104,00	4.725,00	0,7	0,7	56.072,80	3.307,50	-	-	100.000,00
2470	AM	JURUÁ	6.427	1	221.257,24	8.780,00	0,7	0,7	154.880,07	6.146,00	-	-	154.880,07
2496	AM	JUTAI	10.366	1	117.740,80	6.390,00	0,7	0,7	82.418,56	4.473,00	-	-	100.000,00
2518	AM	LÁBREA	21.706	1	218.658,70	23.795,00	0,7	0,7	153.061,09	16.656,50	-	-	153.061,09
2534	AM	MANACAPURU	60.663	1	897.517,47	33.700,00	0,7	0,7	628.262,23	23.590,00	-	-	628.262,23
98396	AM	MANAQUIRI	11.107	1	609.330,62	21.272,00	0,7	0,7	426.531,43	14.890,40	-	-	426.531,43
2550	AM	MANAUS	1.182.895	2	13.423.622,85	28.504.307,14	0,5	0,7	6.711.811,43	19.953.015,00	2.013.543,43	-	6.711.811,43
2577	AM	MANICORÉ	23.898	1	355.398,53	26.794,03	0,7	0,7	248.778,97	18.755,82	-	-	248.778,97
2593	AM	MARAJÁ	7.648	1	210.087,15	3.942,20	0,7	0,7	147.061,01	2.759,54	-	-	147.061,01
2615	AM	MAUÉS	27.555	1	329.029,16	35.400,00	0,7	0,7	230.320,41	24.780,00	-	-	230.320,41
2631	AM	NHAMUNDÁ	11.838	1	135.050,00	9.922,50	0,7	0,7	94.535,00	6.945,75	-	-	100.000,00
2658	AM	NOVA OLINDA DO NORTE	15.158	1	284.257,00	14.999,00	0,7	0,7	198.979,90	10.499,30	-	-	198.979,90
2011	AM	NOVO AIRÃO	7.343	1	70.502,40	18.632,30	0,7	0,7	49.351,68	13.042,61	-	-	100.000,00
2674	AM	NOVO ARIPUANÁ	11.101	1	52.321,00	15.000,00	0,7	0,7	36.624,70	10.500,00	-	-	100.000,00
2690	AM	PARINTINS	61.289	1	584.982,00	79.258,00	0,7	0,7	409.487,40	55.480,60	-	-	409.487,40
2712	AM	PALINI	8.630	1	86.973,00	17.082,00	0,7	0,7	60.881,10	11.957,40	-	-	100.000,00
98418	AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	17.480	1	626.254,50	134.464,59	0,7	0,7	438.378,15	94.125,21	-	-	438.378,15
98434	AM	RIO PRETO DA EVA	13.654	1	432.559,27	26.360,00	0,7	0,7	302.791,49	18.452,00	-	-	302.791,49
2372	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	6.504	1	178.126,48	4.112,00	0,7	0,7	124.688,54	2.878,40	-	-	124.688,54
2739	AM	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	11.648	1	165.336,50	14.977,00	0,7	0,7	115.735,55	10.483,90	-	-	115.735,55
2836	AM	SÃO GABRIEL DA CACHEIRA	25.016	1	127.550,00	27.846,06	0,7	0,7	89.285,00	19.492,24	-	-	100.000,00
2755	AM	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	13.995	1	220.856,00	11.454,50	0,7	0,7	154.599,20	8.018,15	-	-	154.599,20
98450	AM	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÁ	5.312	1	118.749,88	10.168,01	0,7	0,7	83.124,92	7.117,61	-	-	100.000,00
2771	AM	SILVES	5.971	1	62.996,00	9.515,00	0,7	0,7	44.097,20	6.660,50	-	-	100.000,00
98477	AM	TABATINGA	27.007	1	362.796,00	19.600,00	0,7	0,7	253.957,20	13.720,00	-	-	253.957,20
2798	AM	TAPAUÁ	11.189	1	90.739,25	10.540,00	0,7	0,7	63.517,48	7.378,00	-	-	100.000,00
2810	AM	TEFÉ	35.495	1	799.735,12	21.200,00	0,7	0,7	559.814,58	14.840,00	-	-	559.814,58
98515	AM	TONANTINS	7.643	1	253.523,60	6.217,60	0,7	0,7	177.466,52	4.352,32	-	-	177.466,52
98493	AM	UARINI	6.429	1	218.425,02	3.610,00	0,7	0,7	152.897,51	2.527,00	-	-	152.897,51

código do Município	UF	MUNICIPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)			
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	PREFEITO
									PREFEITO	VEREADOR		
2852	AM	URUCARÁ	10.096	1	205.517,25	9.980,00	0,7	0,7	143.862,08	6.986,00	-	143.862,08
2879	AM	URUCURITUBA	10.820	1	49.434,00	18.050,00	0,7	0,7	34.603,80	12.635,00	-	100.000,00
6084	AP	ÁGUA BRANCA DO AMAPARI	8.139	1	105.912,71	20.755,00	0,7	0,7	74.138,90	14.528,50	-	100.000,00
6017	AP	AMAPÁ	6.022	1	39.995,50	12.427,00	0,7	0,7	27.996,85	8.698,90	-	100.000,00
6033	AP	CALÇOENE	7.105	1	273.160,00	5.408,00	0,7	0,7	191.212,00	3.785,60	-	191.212,00
6068	AP	CUTIAS	3.581	1	71.470,00	20.000,00	0,7	0,7	50.029,00	14.000,00	-	100.000,00
6114	AP	FERREIRA GOMES	5.204	1	110.580,00	11.503,50	0,7	0,7	77.406,00	8.052,45	-	100.000,00
6041	AP	ITAUBAL	4.351	1	97.054,53	6.582,50	0,7	0,7	67.938,17	4.607,75	-	100.000,00
6130	AP	ARANJAL DO JARI	27.492	1	67.200,00	15.619,14	0,7	0,7	47.040,00	10.933,40	-	100.000,00
6050	AP	MACAPÁ	253.969	2	1.768.528,61	142.260,70	0,5	0,7	884.264,31	99.582,49	265.279,29	884.264,31
6076	AP	MAZAGÃO	12.990	1	309.039,70	22.640,65	0,7	0,7	216.327,79	15.848,46	-	216.327,79
6092	AP	OIAPOQUE	17.070	1	48.300,00	7.361,50	0,7	0,7	33.810,00	5.153,05	-	100.000,00
6025	AP	PORTO GRANDE	11.491	1	131.982,22	13.867,98	0,7	0,7	92.387,55	9.707,59	-	100.000,00
6009	AP	PRAÇUUBA	3.185	1	45.227,75	3.859,25	0,7	0,7	31.659,43	2.701,48	-	100.000,00
6157	AP	SANTANA	66.429	1	441.602,47	63.700,00	0,7	0,7	309.121,73	44.590,00	-	309.121,73
6106	AP	SERRA DO NAVIO	3.610	1	29.896,40	10.135,28	0,7	0,7	20.927,48	7.094,70	-	100.000,00
6173	AP	TARTARUGALZINHO	7.786	1	36.960,00	9.885,20	0,7	0,7	25.872,00	6.919,64	-	100.000,00
6122	AP	VITÓRIA DO JARI	10.147	1	60.000,00	14.887,95	0,7	0,7	42.000,00	10.421,57	-	100.000,00
33014	BA	ABAJARA	6.765	1	107.107,65	8.005,00	0,7	0,7	74.975,36	5.603,50	-	100.000,00
33030	BA	ABARÉ	11.630	1	62.000,00	10.640,00	0,7	0,7	43.400,00	7.448,00	-	100.000,00
33057	BA	ACAJUTIBA	10.896	1	118.381,50	9.545,00	0,7	0,7	82.867,05	6.681,50	-	100.000,00
33065	BA	ADUSTINA	11.736	1	25.254,00	3.809,00	0,7	0,7	17.677,80	2.666,30	-	100.000,00
33073	BA	ÁGUA FRIA	11.395	1	80.693,23	10.642,90	0,7	0,7	56.485,26	7.450,03	-	100.000,00
33111	BA	AIQUARA	4.580	1	64.940,00	7.880,00	0,7	0,7	45.458,00	5.516,00	-	100.000,00
33138	BA	ALAGOINHAS	102.984	1	894.630,00	31.305,46	0,7	0,7	626.241,00	21.913,82	-	626.241,00
33154	BA	ALCOBAÇA	17.973	1	77.666,00	6.250,00	0,7	0,7	54.366,20	4.375,00	-	100.000,00
33170	BA	ALMADINA	5.114	1	26.313,36	7.403,20	0,7	0,7	18.419,35	5.182,24	-	100.000,00
33197	BA	AMARGOSA	23.986	1	351.297,79	18.660,00	0,7	0,7	245.908,45	13.062,00	-	245.908,45
33219	BA	AMÉLIA RODRIGUES	17.174	1	58.700,00	4.370,00	0,7	0,7	41.090,00	3.059,00	-	100.000,00
30716	BA	AMÉRICA DOURADA	12.547	1	28.169,73	11.591,60	0,7	0,7	19.718,81	8.114,12	-	100.000,00
33235	BA	ANAGÉ	17.786	1	180.564,80	15.200,00	0,7	0,7	126.395,36	10.640,00	-	126.395,36
33251	BA	ANDARAÍ	10.350	1	90.505,61	7.645,60	0,7	0,7	63.353,93	5.351,92	-	100.000,00
33260	BA	ANDORINHA	12.123	1	128.414,70	10.574,60	0,7	0,7	89.890,29	7.402,22	-	100.000,00
33278	BA	ANGICAL	11.522	1	27.533,65	7.420,00	0,7	0,7	19.273,56	5.194,00	-	100.000,00
33294	BA	ANGUERA	8.825	1	106.850,00	4.686,00	0,7	0,7	74.795,00	3.280,20	-	100.000,00
33316	BA	ANTAS	10.092	1	169.650,00	6.154,23	0,7	0,7	118.755,00	4.307,96	-	118.755,00
33332	BA	ANTÔNIO CARDOSO	10.184	1	81.600,00	36.733,99	0,7	0,7	57.120,00	25.713,79	-	100.000,00
33359	BA	ANTÔNIO GONÇALVES	7.523	1	129.435,99	13.292,80	0,7	0,7	90.605,19	9.304,96	-	100.000,00
33375	BA	APORÁ	12.924	1	86.925,90	8.646,00	0,7	0,7	60.848,13	6.052,20	-	100.000,00
33405	BA	APUAREMA	5.766	1	42.097,35	7.596,00	0,7	0,7	29.468,15	5.317,20	-	100.000,00
33383	BA	ARAÇÁS	10.285	1	178.316,37	7.450,00	0,7	0,7	124.821,46	5.215,00	-	124.821,46
33391	BA	ARACATU	11.990	1	65.502,90	8.650,00	0,7	0,7	45.852,03	6.055,00	-	100.000,00
33413	BA	ARACI	38.751	1	273.919,62	27.081,49	0,7	0,7	191.743,73	18.957,04	-	191.743,73
33430	BA	ARAMARI	8.159	1	48.400,00	4.050,01	0,7	0,7	33.880,00	2.835,01	-	100.000,00
30732	BA	ARATACA	6.210	1	41.738,00	2.345,00	0,7	0,7	29.216,60	1.641,50	-	100.000,00
33456	BA	ARATUIPE	7.476	1	48.184,00	9.660,00	0,7	0,7	33.728,80	6.762,00	-	100.000,00

código do Município	UF	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)			PRÉVIA DO LIMITE DE GASTO LEGAL (R\$ 100.000,00 PAR VEREADOR) - VALORES PR EM	
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	PREFEITO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO	1º TURNO	2º TURNO
33472	BA	AURELINO LEAL	10.700	1	80.409,75	5.473,05	0,7	0,7	56.286,83	3.831,14	-	100.000,00	-
33499	BA	BAIANÓPOLIS	10.493	1	45.200,00	7.566,35	0,7	0,7	31.640,00	5.296,45	-	100.000,00	-
33510	BA	BAIXA GRANDE	14.751	1	96.990,00	29.475,00	0,7	0,7	67.893,00	20.632,50	-	100.000,00	-
33529	BA	BANZAÉ	9.662	1	61.200,00	5.175,00	0,7	0,7	42.840,00	3.622,50	-	100.000,00	-
33537	BA	BARRA	34.161	1	295.500,00	10.440,00	0,7	0,7	206.850,00	7.308,00	-	206.850,00	-
33553	BA	BARRA DA ESTIVA	17.092	1	69.313,36	11.883,13	0,7	0,7	48.519,35	8.318,19	-	100.000,00	-
33570	BA	BARRA DO CHOÇA	25.275	1	224.397,50	15.872,22	0,7	0,7	157.078,25	11.110,55	-	157.078,25	-
33596	BA	BARRA DO MENDES	11.683	1	63.700,00	5.038,61	0,7	0,7	44.590,00	3.527,03	-	100.000,00	-
33618	BA	BARRA DO ROCHA	4.693	1	62.013,75	6.185,00	0,7	0,7	43.409,63	4.329,50	-	100.000,00	-
33634	BA	BARREIRAS	88.269	1	795.339,21	44.097,43	0,7	0,7	556.737,45	30.868,20	-	556.737,45	-
30759	BA	BARRO ALTO	9.176	1	90.352,94	6.690,00	0,7	0,7	63.247,06	4.683,00	-	100.000,00	-
33650	BA	BARRO PRETO	5.185	1	56.200,28	2.111,34	0,7	0,7	39.340,20	1.477,94	-	100.000,00	-
30775	BA	BARROCAS	11.510	1	78.649,58	9.867,98	0,7	0,7	55.054,71	6.907,59	-	100.000,00	-
33677	BA	BELMONTE	14.822	1	137.990,00	9.853,70	0,7	0,7	96.534,20	6.897,59	-	100.000,00	-
33693	BA	BELO CAMPO	14.427	1	230.246,50	11.778,93	0,7	0,7	161.172,55	8.245,25	-	161.172,55	-
33715	BA	BIRITINGA	10.955	1	24.012,00	4.082,70	0,7	0,7	16.808,40	2.857,89	-	100.000,00	-
33731	BA	BOA NOVA	13.671	1	93.450,00	6.877,73	0,7	0,7	65.415,00	4.814,41	-	100.000,00	-
33758	BA	BOA VISTA DO TUPIM	13.060	1	83.234,38	14.500,00	0,7	0,7	58.264,07	10.150,00	-	100.000,00	-
33774	BA	BOM JESUS DA LAPA	43.650	1	313.912,96	22.135,00	0,7	0,7	219.739,07	15.494,50	-	219.739,07	-
33782	BA	BOM JESUS DA SERRA	8.677	1	54.587,40	1.244,00	0,7	0,7	38.211,18	870,8	-	100.000,00	-
33790	BA	BONINAL	9.666	1	101.859,97	5.585,00	0,7	0,7	71.301,98	3.909,50	-	100.000,00	-
33804	BA	BONITO	11.137	1	111.821,40	4.939,86	0,7	0,7	78.274,98	3.457,90	-	100.000,00	-
33812	BA	BOQUIRA	14.930	1	110.463,82	10.321,50	0,7	0,7	77.324,67	7.225,05	-	100.000,00	-
33839	BA	BOTUPORÁ	9.316	1	85.406,58	10.321,00	0,7	0,7	59.784,61	7.224,70	-	100.000,00	-
33855	BA	BREJÕES	11.700	1	156.583,09	14.256,32	0,7	0,7	109.608,16	9.979,42	-	109.608,16	-
33871	BA	BREJOLÂNDIA	7.360	1	131.000,00	7.948,33	0,7	0,7	91.700,00	5.563,83	-	100.000,00	-
33898	BA	BROTAS DE MACAÚBAS	8.719	1	72.880,54	8.911,09	0,7	0,7	51.016,38	6.237,76	-	100.000,00	-
33910	BA	BRUMADO	43.283	1	312.330,25	49.855,62	0,7	0,7	218.631,18	34.898,93	-	218.631,18	-
33936	BA	BUERAREMA	13.136	1	100.286,00	7.652,51	0,7	0,7	70.200,20	5.356,76	-	100.000,00	-
30791	BA	BURITIRAMA	14.934	1	43.610,00	10.075,00	0,7	0,7	30.527,00	7.052,50	-	100.000,00	-
33952	BA	CAATIBA	7.710	1	140.432,00	8.005,80	0,7	0,7	98.302,40	5.604,06	-	100.000,00	-
33960	BA	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	12.837	1	64.184,53	9.208,23	0,7	0,7	44.929,17	6.445,76	-	100.000,00	-
33979	BA	CACHOEIRA	23.457	1	175.800,00	5.489,67	0,7	0,7	123.060,00	3.842,77	-	123.060,00	-
33995	BA	CACULÉ	15.466	1	83.939,51	15.908,13	0,7	0,7	58.757,66	11.135,69	-	100.000,00	-
34010	BA	CAEM	7.498	1	103.900,00	10.971,20	0,7	0,7	71.330,00	7.679,84	-	100.000,00	-
34029	BA	CAETANOS	9.359	1	53.198,48	13.440,00	0,7	0,7	37.238,94	9.408,00	-	100.000,00	-
34037	BA	CAETITÉ	36.411	1	567.608,29	34.790,00	0,7	0,7	397.325,80	24.353,00	-	397.325,80	-
34053	BA	CAFARNAUM	12.337	1	102.300,00	6.064,29	0,7	0,7	71.610,00	4.245,00	-	100.000,00	-
34070	BA	CAIRU	10.462	1	250.000,00	15.900,00	0,7	0,7	175.000,00	11.130,00	-	175.000,00	-
34096	BA	CALDEIRÃO GRANDE	8.589	1	73.005,00	6.425,00	0,7	0,7	51.103,50	4.497,50	-	100.000,00	-
34118	BA	CAMAÇAN	17.431	1	93.103,73	9.085,00	0,7	0,7	65.172,61	6.359,50	-	100.000,00	-
34134	BA	CAMAÇARI	142.701	1	4.397.150,52	229.452,32	0,7	0,7	3.078.005,36	160.616,62	-	3.078.005,36	-
34150	BA	CAMAMU	23.855	1	110.900,00	6.000,00	0,7	0,7	77.630,00	4.200,00	-	100.000,00	-
34177	BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	21.140	1	61.200,00	11.680,00	0,7	0,7	42.840,00	8.176,00	-	100.000,00	-
34193	BA	CAMPO FORMOSO	46.303	1	594.746,03	46.021,00	0,7	0,7	416.322,22	32.214,70	-	416.322,22	-
34215	BA	CANÁPOLIS	6.991	1	62.216,29	5.440,80	0,7	0,7	43.551,40	3.808,56	-	100.000,00	-

código do Município	UF	MUNICIPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)			PRÉVIA DO LIMITE DE G. LEGAL (R\$ 100.000,00 PAR VEREADOR) - VALORES PF EM	
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	PREFEITO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO	1º TURNO	
35033	BA	DOM MACEDO COSTA	3.728	1	64.660,68	9.667,68	0,7	0,7	45.262,48	6.767,38	-	100.000,00	
35050	BA	ELISIO MEDRADO	7.098	1	126.650,00	24.821,22	0,7	0,7	88.655,00	17.374,85	-	100.000,00	
35076	BA	ENCRUZILHADA	16.246	1	152.013,44	15.579,55	0,7	0,7	106.409,41	10.905,69	-	106.409,41	
35092	BA	ENTRE RIOS	29.321	1	745.429,92	17.719,00	0,7	0,7	521.800,94	12.403,30	-	521.800,94	
33090	BA	ÉRICO CARDOSO	9.051	1	36.629,00	10.098,00	0,7	0,7	25.640,30	7.068,80	-	100.000,00	
35114	BA	ESPLANADA	22.765	1	132.908,26	16.785,00	0,7	0,7	93.035,78	11.749,50	-	100.000,00	
35130	BA	EUCLIDES DA CUNHA	38.516	1	626.951,20	39.301,16	0,7	0,7	438.865,84	27.510,81	-	438.865,84	
30058	BA	EUNÁPOLIS	72.418	1	238.332,37	45.621,00	0,7	0,7	166.832,66	31.934,70	-	166.832,66	
30899	BA	FÁTIMA	14.533	1	55.436,85	16.365,60	0,7	0,7	38.805,80	11.455,92	-	100.000,00	
35149	BA	FEIRA DA MATA	4.557	1	65.850,00	7.287,30	0,7	0,7	46.095,00	5.101,11	-	100.000,00	
35157	BA	FEIRA DE SANTANA	369.039	1	1.695.168,35	71.334,39	0,7	0,7	1.186.617,85	49.934,07	-	1.186.617,85	
30910	BA	FILADÉLFIA	13.463	1	173.666,00	13.000,00	0,7	0,7	121.566,20	9.100,00	-	121.566,20	
35173	BA	FIRMINO ALVES	4.292	1	43.000,00	12.939,98	0,7	0,7	30.100,00	9.057,99	-	100.000,00	
35190	BA	FLORESTA AZUL	7.377	1	37.980,10	6.090,00	0,7	0,7	26.586,07	4.263,00	-	100.000,00	
35211	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	16.751	1	265.618,76	14.870,00	0,7	0,7	185.933,13	10.409,00	-	185.933,13	
35238	BA	GANDU	18.760	1	351.935,91	6.942,42	0,7	0,7	246.355,14	4.859,69	-	246.355,14	
30917	BA	GAVIÃO	4.059	1	28.400,00	2.140,00	0,7	0,7	19.880,00	1.498,00	-	100.000,00	
35254	BA	GENTIO DO OURO	7.945	1	5.620,00	93,92	0,7	0,7	3.934,00	65,74	-	100.000,00	
35270	BA	GLÓRIA	12.250	1	297.269,11	19.626,57	0,7	0,7	208.088,38	13.738,60	-	208.088,38	
35297	BA	GONGOGI	6.425	1	69.985,92	3.000,00	0,7	0,7	48.990,14	2.100,00	-	100.000,00	
35319	BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	15.594	1	112.291,10	19.620,93	0,7	0,7	78.603,77	13.734,65	-	100.000,00	
30953	BA	GUAJERU	7.471	1	22.482,15	5.763,75	0,7	0,7	15.737,51	4.034,63	-	100.000,00	
35335	BA	GUANAMBI	56.666	1	469.173,82	68.259,12	0,7	0,7	328.421,67	47.781,38	-	328.421,67	
35351	BA	GUARATINGA	15.282	1	43.750,00	10.904,76	0,7	0,7	30.625,00	7.633,33	-	100.000,00	
30970	BA	HELIOÓPOLIS	11.228	1	122.544,50	10.100,00	0,7	0,7	85.781,15	7.070,00	-	100.000,00	
35378	BA	IAÇU	20.515	1	80.560,00	14.000,00	0,7	0,7	56.392,00	9.800,00	-	100.000,00	
35394	BA	IBIASSUCÉ	8.536	1	81.522,59	6.950,00	0,7	0,7	57.065,81	4.865,00	-	100.000,00	
35416	BA	IBICARAÍ	18.049	1	271.043,13	21.310,00	0,7	0,7	189.730,19	14.917,00	-	189.730,19	
35432	BA	IBICOARA	12.697	1	129.802,34	7.433,25	0,7	0,7	90.861,64	5.203,28	-	100.000,00	
35459	BA	IBICUI	11.213	1	138.622,00	9.263,57	0,7	0,7	97.035,40	6.484,50	-	100.000,00	
35475	BA	IBIPEBA	12.954	1	69.700,00	10.091,80	0,7	0,7	48.790,00	7.064,26	-	100.000,00	
35513	BA	IBIPITANGA	11.202	1	42.414,00	7.190,00	0,7	0,7	29.689,80	5.033,00	-	100.000,00	
35530	BA	IBIQUERA	3.377	1	38.500,00	4.000,00	0,7	0,7	26.950,00	2.800,00	-	100.000,00	
35556	BA	IBIRAPITANGA	13.345	1	177.438,14	4.990,00	0,7	0,7	124.206,70	3.493,00	-	124.206,70	
35572	BA	IBIRAPUÁ	5.983	1	209.530,50	5.750,00	0,7	0,7	142.471,35	4.025,00	-	142.471,35	
35599	BA	IBIRATAIA	17.782	1	187.994,00	3.250,00	0,7	0,7	131.595,80	2.275,00	-	131.595,80	
35610	BA	IBITIARA	11.096	1	57.581,92	11.221,70	0,7	0,7	40.307,34	7.855,19	-	100.000,00	
35637	BA	IBITITÁ	14.024	1	114.917,00	12.180,00	0,7	0,7	80.441,90	8.526,00	-	100.000,00	
35653	BA	IBOTIRAMA	17.487	1	140.103,69	34.050,00	0,7	0,7	98.072,58	23.835,00	-	100.000,00	
35670	BA	ICHU	4.651	1	28.625,00	3.180,00	0,7	0,7	20.037,50	2.226,00	-	100.000,00	
35696	BA	IGAPORÃ	10.187	1	128.811,00	14.686,00	0,7	0,7	90.167,70	10.280,20	-	100.000,00	
35700	BA	IGRAPUANA	9.548	1	53.076,50	6.022,00	0,7	0,7	37.153,55	4.215,40	-	100.000,00	
35718	BA	IGUAÍ	20.080	1	71.843,40	8.620,00	0,7	0,7	50.290,38	6.034,00	-	100.000,00	
35734	BA	ILHÉUS	131.167	1	535.435,43	103.194,43	0,7	0,7	374.804,80	72.236,10	-	374.804,80	
35750	BA	INHAMBUPE	23.344	1	339.000,00	20.830,00	0,7	0,7	237.300,00	14.581,00	-	237.300,00	
35777	BA	IPECAETÁ	12.605	1	262.367,20	11.399,80	0,7	0,7	183.657,04	7.979,86	-	183.657,04	

código do Município	UF	MUNICIPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)			PRÉVIA DO LIMITE DE GASTO LEGAL (R\$ 100.000,00 PARA VEREADOR) - VALORES PARA PREFEITO
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO	VEREADOR
36617	BA	JEQUIÉ	103.896	1	275.269,00	35.151,14	0,7	0,7	192.688,30	24.605,80	-	192.688,30
36633	BA	JEREMOABO	23.908	1	156.328,68	10.041,50	0,7	0,7	109.430,08	7.029,05	-	109.430,08
36650	BA	JQUIRIÇÁ	10.882	1	35.082,19	8.973,16	0,7	0,7	24.557,53	6.281,21	-	100.000,00
36676	BA	JITAUINA	14.717	1	57.585,90	11.685,42	0,7	0,7	40.310,13	8.179,79	-	100.000,00
30996	BA	JOÃO DOURADO	17.203	1	136.360,00	14.920,00	0,7	0,7	95.452,00	10.444,00	-	100.000,00
36692	BA	JUAZEIRO	134.369	1	1.549.359,87	65.000,00	0,7	0,7	1.084.551,91	45.500,00	-	1.084.551,91
36706	BA	JUCURUÇU	7.749	1	102.108,25	6.388,22	0,7	0,7	71.475,78	4.471,75	-	100.000,00
36714	BA	JUSSARA	11.581	1	73.584,00	9.500,00	0,7	0,7	51.508,80	6.550,00	-	100.000,00
30694	BA	JUSSARI	4.823	1	53.003,00	3.640,01	0,7	0,7	37.102,10	2.548,01	-	100.000,00
36730	BA	JUSSIAPE	6.330	1	12.400,00	5.050,00	0,7	0,7	8.680,00	3.535,00	-	100.000,00
36757	BA	LAFAIETE COUTINHO	3.423	1	10.680,00	2.606,60	0,7	0,7	7.476,00	1.824,62	-	100.000,00
36765	BA	LAGOA REAL	9.996	1	116.510,00	18.514,00	0,7	0,7	81.557,00	12.959,80	-	100.000,00
36773	BA	LAJE	18.464	1	135.590,00	15.520,90	0,7	0,7	94.913,00	10.864,63	-	100.000,00
36790	BA	LAJEDÃO	4.005	1	65.000,00	8.580,00	0,7	0,7	45.500,00	6.006,00	-	100.000,00
36811	BA	LAJEDINHO	3.033	1	32.800,00	2.445,00	0,7	0,7	22.960,00	1.711,50	-	100.000,00
36820	BA	LAJEDO DO TABOCCAL	5.821	1	127.000,59	8.165,59	0,7	0,7	88.900,41	5.715,91	-	100.000,00
36838	BA	LAMARÃO	7.106	1	39.500,00	6.623,60	0,7	0,7	27.650,00	4.636,52	-	100.000,00
39730	BA	LAPÃO	20.678	1	42.200,00	17.345,00	0,7	0,7	29.540,00	12.141,50	-	100.000,00
36854	BA	LAURO DE FREITAS	101.902	1	998.679,30	150.000,00	0,7	0,7	699.075,51	105.000,00	-	699.075,51
36870	BA	LENÇÓIS	7.121	1	97.667,16	14.396,50	0,7	0,7	68.367,01	10.077,55	-	100.000,00
36897	BA	LICÍNIO DE ALMEIDA	8.884	1	134.801,38	8.675,82	0,7	0,7	94.360,97	6.073,07	-	100.000,00
36919	BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	31.911	1	154.615,77	16.830,00	0,7	0,7	108.231,04	11.781,00	-	108.231,04
30007	BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	33.060	1	1.178.940,65	41.631,56	0,7	0,7	825.258,46	29.142,09	-	825.258,46
36935	BA	MACAJUBA	9.918	1	96.898,37	9.315,00	0,7	0,7	67.828,86	6.520,50	-	100.000,00
36951	BA	MACARANI	13.104	1	189.537,77	17.632,09	0,7	0,7	132.676,44	12.342,46	-	132.676,44
36978	BA	MACAUBAS	32.499	1	205.237,50	16.000,00	0,7	0,7	143.666,25	11.200,00	-	143.666,25
36994	BA	MACURURÉ	6.556	1	77.314,80	5.540,60	0,7	0,7	54.120,36	3.878,42	-	100.000,00
39748	BA	MADRE DE DEUS	13.799	1	291.019,01	36.956,08	0,7	0,7	203.713,31	25.869,26	-	203.713,31
39756	BA	MAETINGA	6.982	1	41.173,44	6.740,65	0,7	0,7	28.821,41	4.718,46	-	100.000,00
37010	BA	MAIQUINIQUÊ	6.684	1	30.960,00	7.180,80	0,7	0,7	21.672,00	5.026,56	-	100.000,00
37036	BA	MAIRI	14.202	1	180.750,00	17.409,52	0,7	0,7	126.525,00	12.186,66	-	126.525,00
37052	BA	MALHADA	12.724	1	84.901,40	6.823,00	0,7	0,7	59.430,98	4.776,10	-	100.000,00
37079	BA	MALHADA DE PEDRAS	6.547	1	52.800,00	20.423,50	0,7	0,7	36.960,00	14.296,45	-	100.000,00
37095	BA	MANOEL VITORINO	10.465	1	76.295,50	15.721,90	0,7	0,7	53.406,85	11.005,33	-	100.000,00
39772	BA	MANSIDÃO	9.458	1	83.400,00	4.180,00	0,7	0,7	58.380,00	2.926,00	-	100.000,00
37117	BA	MARACÁS	19.976	1	130.084,00	18.923,80	0,7	0,7	91.058,80	13.246,66	-	100.000,00
37133	BA	MARAGOGIPE	30.402	1	285.015,76	11.746,30	0,7	0,7	199.511,03	8.222,41	-	199.511,03
37150	BA	MARAU	12.626	1	85.230,00	5.927,00	0,7	0,7	59.661,00	4.148,90	-	100.000,00
37176	BA	MARCIONILIO SOUZA	7.285	1	59.500,00	12.145,00	0,7	0,7	41.650,00	8.501,50	-	100.000,00
37192	BA	MASCOTE	9.141	1	111.609,27	4.328,25	0,7	0,7	78.126,49	3.029,78	-	100.000,00
37214	BA	MATA DE SÃO JOÃO	32.484	1	248.800,00	24.819,04	0,7	0,7	174.160,00	17.373,33	-	174.160,00
37222	BA	MATINA	8.241	1	81.992,82	14.041,50	0,7	0,7	57.394,97	9.829,05	-	100.000,00
37230	BA	MEDEIRÓS NETO	17.132	1	330.826,75	18.808,25	0,7	0,7	231.578,73	13.165,78	-	231.578,73
37257	BA	MIGUEL CALMON	21.340	1	141.150,00	4.645,00	0,7	0,7	98.805,00	3.251,50	-	100.000,00
37273	BA	MILAGRES	8.246	1	58.373,00	4.296,50	0,7	0,7	40.861,10	3.007,55	-	100.000,00
37290	BA	MIRANGABA	11.210	1	118.306,52	11.429,00	0,7	0,7	82.814,56	8.000,30	-	100.000,00

código do Município	UF	MUNICIPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)			PRÉVIA DO LIMITE DE G. LEGAL (R\$ 100.000,00 P/ PREFEITADOR) - VALORES P/ EN	
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	PREFEITO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO	1º TURNO	
37974	BA	PIRITIBA	12.577	1	128.360,43	17.900,00	0,7	0,7	89.852,30	12.530,00	-	100.000,00	
37990	BA	PLANALTINO	6.018	1	157.376,21	10.044,80	0,7	0,7	110.163,35	7.031,36	-	110.163,35	
38016	BA	PLANALTO	16.899	1	104.018,69	6.173,55	0,7	0,7	72.813,08	4.321,49	-	100.000,00	
38032	BA	POÇÕES	33.745	1	83.856,12	9.620,00	0,7	0,7	58.699,28	6.734,00	-	100.000,00	
38059	BA	POIUCA	24.308	1	445.125,02	43.391,59	0,7	0,7	311.587,51	30.374,11	-	311.587,51	
38067	BA	PONTO NOVO	11.538	1	103.640,17	6.773,00	0,7	0,7	72.548,12	4.741,10	-	100.000,00	
38075	BA	PORTO SEGURO	79.313	1	277.767,00	63.107,50	0,7	0,7	194.436,90	44.175,25	-	194.436,90	
38091	BA	POTIRAGUÁ	8.292	1	233.648,75	7.100,00	0,7	0,7	163.554,13	4.970,00	-	163.554,13	
38113	BA	PRADO	20.959	1	256.170,00	8.910,12	0,7	0,7	179.319,00	6.237,08	-	179.319,00	
38130	BA	PRESIDENTE DUTRA	10.697	1	48.966,00	3.642,00	0,7	0,7	34.276,20	2.549,40	-	100.000,00	
38156	BA	PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	11.362	1	87.365,30	5.411,00	0,7	0,7	61.155,71	3.787,70	-	100.000,00	
38164	BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	17.981	1	178.694,48	14.066,08	0,7	0,7	125.086,14	9.846,26	-	125.086,14	
38172	BA	QUEIMADAS	17.910	1	84.746,00	9.108,95	0,7	0,7	59.322,20	6.376,27	-	100.000,00	
38199	BA	QUININGUE	19.558	1	181.322,69	14.127,60	0,7	0,7	126.925,88	9.889,32	-	126.925,88	
39845	BA	QUIXABEIRA	7.671	1	87.276,38	11.500,00	0,7	0,7	61.093,47	8.050,00	-	100.000,00	
39853	BA	RAFAEL JAMBEIRO	16.966	1	181.639,00	6.912,25	0,7	0,7	127.147,30	4.838,58	-	127.147,30	
38210	BA	REMANÓ	27.769	1	151.361,73	42.700,00	0,7	0,7	105.953,21	29.890,00	-	105.953,21	
38237	BA	RETIROLÂNDIA	9.982	1	36.285,40	5.034,69	0,7	0,7	25.399,78	3.524,28	-	100.000,00	
38253	BA	RIACHÃO DAS NEVES	16.777	1	100.000,00	13.132,09	0,7	0,7	70.000,00	9.192,46	-	100.000,00	
38270	BA	RIACHÃO DO JACUIPE	23.219	1	166.082,88	19.317,73	0,7	0,7	116.258,02	13.522,41	-	116.258,02	
38296	BA	RIACHO DE SANTANA	21.098	1	220.115,72	15.000,00	0,7	0,7	154.083,80	10.500,00	-	154.083,80	
38318	BA	RIBEIRA DO AMPARO	11.107	1	235.172,10	10.640,00	0,7	0,7	164.620,47	7.448,00	-	164.620,47	
38334	BA	RIBEIRA DO POMBAL	38.269	1	148.550,00	19.170,00	0,7	0,7	104.685,00	13.419,00	-	104.685,00	
38342	BA	RIBEIRÃO DO LARGO	9.025	1	76.260,00	15.809,00	0,7	0,7	53.382,00	11.066,30	-	100.000,00	
38350	BA	RIO DE CONTAS	11.434	1	76.129,00	100	0,7	0,7	53.290,30	70	-	100.000,00	
38377	BA	RIO DO ANTÔNIO	11.301	1	41.851,18	8.301,50	0,7	0,7	29.295,83	5.811,05	-	100.000,00	
38393	BA	RIO DO PIRES	10.384	1	71.000,00	7.979,70	0,7	0,7	49.700,00	5.585,79	-	100.000,00	
38415	BA	RIO REAL	26.556	1	247.928,70	19.055,29	0,7	0,7	173.550,09	13.338,70	-	173.550,09	
38431	BA	RODELAS	5.995	1	33.030,90	6.051,24	0,7	0,7	23.121,63	4.235,87	-	100.000,00	
38458	BA	RUY BARBOSA	24.022	1	119.814,00	7.809,89	0,7	0,7	83.869,80	5.466,92	-	100.000,00	
38474	BA	SALINAS DA MARGARIDA	10.120	1	33.955,00	6.235,00	0,7	0,7	23.768,50	4.364,50	-	100.000,00	
38490	BA	SALVADOR	1.884.396	2	21.948.636,11	423.677,69	0,5	0,7	10.974.318,06	296.574,38	3.292.295,42	10.974.318,06	
38512	BA	SANTA BÁRBARA	16.163	1	190.397,90	17.341,08	0,7	0,7	133.278,53	12.138,76	-	133.278,53	
38539	BA	SANTA BRÍGIDA	11.679	1	82.567,10	39.080,00	0,7	0,7	57.796,97	27.356,00	-	100.000,00	
38555	BA	SANTA CRUZ CABRÁLIA	17.801	1	244.725,00	52.940,00	0,7	0,7	171.307,50	37.058,00	-	171.307,50	
38571	BA	SANTA CRUZ DA VITÓRIA	4.795	1	50.475,90	7.069,39	0,7	0,7	35.333,13	4.948,57	-	100.000,00	
38598	BA	SANTA INÊS	7.670	1	152.862,80	8.448,45	0,7	0,7	107.003,96	5.913,92	-	107.003,96	
39870	BA	SANTA LUZIA	9.575	1	220.421,30	4.900,00	0,7	0,7	154.294,91	3.430,00	-	154.294,91	
38636	BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	28.697	1	96.107,58	11.614,50	0,7	0,7	67.275,31	8.130,15	-	100.000,00	
35491	BA	SANTA RITA DE CÁSSIA	22.210	1	77.805,25	4.311,40	0,7	0,7	54.463,68	3.017,98	-	100.000,00	
38695	BA	SANTA TEREZINHA	7.916	1	101.341,16	10.252,00	0,7	0,7	70.938,81	7.176,40	-	100.000,00	
38610	BA	SANTALUZ	28.021	1	172.409,38	22.803,50	0,7	0,7	120.686,57	15.962,45	-	120.686,57	
38652	BA	SANTANA	17.889	1	204.924,26	17.516,52	0,7	0,7	143.446,98	12.261,56	-	143.446,98	
38679	BA	SANTANÓPOLIS	7.915	1	66.390,00	5.200,00	0,7	0,7	46.473,00	3.640,00	-	100.000,00	
38717	BA	SANTO AMARO	43.155	1	340.104,41	29.451,82	0,7	0,7	238.073,09	20.616,27	-	238.073,09	
38733	BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	63.892	1	611.510,00	22.900,00	0,7	0,7	428.057,00	16.030,00	-	428.057,00	

código do Município	UF	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)				PRÉVIA DO LIMITE DE GASTO LEGAL (R\$ 100.000,00 PARA VEREADOR) - VALORES PRÉVIA EM :	
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO		PREFEITO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO	VEREADOR	1º TURNO	2º TURNO
39438	BA	UBAITABA	16.216	1	154.185,24	13.490,00	0,7	0,7	107.929,67	9.443,00	-	-	107.929,67	-
39454	BA	UBATÁ	12.770	1	133.083,75	26.950,00	0,7	0,7	93.158,63	18.865,00	-	-	100.000,00	-
39470	BA	UIBAI	10.837	1	140.254,00	7.513,00	0,7	0,7	98.177,80	5.259,10	-	-	100.000,00	-
39489	BA	UMBURANAS	9.562	1	159.101,05	16.965,68	0,7	0,7	111.370,74	11.875,98	-	-	111.370,74	-
39497	BA	UNA	19.060	1	123.000,00	7.207,01	0,7	0,7	86.100,00	5.044,91	-	-	100.000,00	-
39519	BA	URANDI	11.960	1	113.328,11	6.305,50	0,7	0,7	79.329,68	4.413,85	-	-	100.000,00	-
39535	BA	URUÇUCA	16.891	1	200.642,22	9.921,00	0,7	0,7	140.449,55	6.944,70	-	-	140.449,55	-
39551	BA	UTINGA	12.736	1	91.390,00	17.580,00	0,7	0,7	63.973,00	12.306,00	-	-	100.000,00	-
39578	BA	VALENÇA	58.278	1	387.700,00	29.766,00	0,7	0,7	271.390,00	20.836,20	-	-	271.390,00	-
39594	BA	VALENTE	17.177	1	124.443,98	7.106,21	0,7	0,7	87.110,79	4.974,35	-	-	100.000,00	-
39977	BA	VÁRZEA DA ROÇA	10.331	1	129.405,53	22.797,32	0,7	0,7	90.583,87	15.958,12	-	-	100.000,00	-
39616	BA	VÁRZEA DO POÇO	6.554	1	126.987,09	11.580,32	0,7	0,7	88.890,96	8.106,22	-	-	100.000,00	-
39950	BA	VÁRZEA NOVA	9.291	1	163.208,86	13.548,96	0,7	0,7	114.246,20	9.484,27	-	-	114.246,20	-
39624	BA	VARZEDO	7.197	1	25.276,50	6.640,20	0,7	0,7	17.637,55	4.648,14	-	-	100.000,00	-
39632	BA	VERA CRUZ	27.818	1	109.207,48	12.060,71	0,7	0,7	76.445,24	8.442,50	-	-	100.000,00	-
39640	BA	VEREDA	6.227	1	63.853,77	10.381,00	0,7	0,7	44.697,64	7.266,70	-	-	100.000,00	-
39659	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	215.175	2	865.983,20	64.068,83	0,5	0,7	432.991,60	44.848,18	129.897,48	-	432.991,60	129.897,48
39675	BA	WAGNER	7.216	1	34.855,36	5.492,54	0,7	0,7	24.398,75	3.844,78	-	-	100.000,00	-
39993	BA	WANDERLEY	9.564	1	48.266,00	4.382,56	0,7	0,7	33.786,20	3.067,79	-	-	100.000,00	-
39691	BA	WENCESLAU GUIMARÃES	12.867	1	172.608,32	16.789,86	0,7	0,7	120.825,82	11.752,90	-	-	120.825,82	-
39713	BA	XIQUE-XIQUE	33.330	1	191.420,00	14.890,00	0,7	0,7	133.994,00	10.423,00	-	-	133.994,00	-
13013	CE	ABAIARA	6.641	1	39.745,15	24.815,58	0,7	0,7	27.821,61	17.370,91	-	-	100.000,00	-
13145	CE	ACARAPE	11.027	1	73.186,90	4.400,00	0,7	0,7	51.230,83	3.080,00	-	-	100.000,00	-
13030	CE	ACARÁ	41.646	1	326.160,59	49.645,33	0,7	0,7	228.312,41	34.751,73	-	-	228.312,41	-
13056	CE	ACOPIARA	36.083	1	311.253,07	22.936,00	0,7	0,7	217.877,15	16.055,20	-	-	217.877,15	-
13072	CE	AJUBA	11.449	1	121.300,00	7.815,00	0,7	0,7	84.910,00	5.470,50	-	-	100.000,00	-
13099	CE	ALCANTARAS	8.910	1	103.685,41	20.918,49	0,7	0,7	72.579,79	14.642,94	-	-	100.000,00	-
13110	CE	ALTANEIRA	5.635	1	46.315,63	7.980,58	0,7	0,7	32.420,93	5.586,41	-	-	100.000,00	-
13137	CE	ALTO SANTO	12.119	1	34.530,20	6.993,40	0,7	0,7	24.171,14	4.895,38	-	-	100.000,00	-
15873	CE	AMONTADA	31.195	1	98.888,50	12.120,00	0,7	0,7	69.221,95	8.484,00	-	-	100.000,00	-
13153	CE	ANTONINA DO NORTE	6.265	1	30.292,18	5.631,59	0,7	0,7	21.204,53	3.942,11	-	-	100.000,00	-
13170	CE	APIARÉS	12.137	1	69.100,00	9.797,74	0,7	0,7	48.370,00	6.858,42	-	-	100.000,00	-
13196	CE	AQUIRAZ	44.068	1	738.800,00	73.956,50	0,7	0,7	517.160,00	51.769,55	-	-	517.160,00	-
13218	CE	ARACATI	51.841	1	683.653,40	61.757,29	0,7	0,7	478.557,38	43.230,10	-	-	478.557,38	-
13234	CE	ARACIABÁ	21.838	1	131.082,90	36.170,00	0,7	0,7	91.758,03	25.319,00	-	-	100.000,00	-
13420	CE	ARARENDÁ	8.775	1	82.895,00	11.615,50	0,7	0,7	58.026,50	8.130,85	-	-	100.000,00	-
13250	CE	ARARIPE	17.149	1	172.663,17	17.100,00	0,7	0,7	120.864,22	11.970,00	-	-	120.864,22	-
13277	CE	ARATUBA	10.149	1	39.910,00	3.190,00	0,7	0,7	27.937,00	2.233,00	-	-	100.000,00	-
13293	CE	ARNEIROZ	6.736	1	64.400,00	10.776,00	0,7	0,7	45.080,00	7.543,20	-	-	100.000,00	-
13315	CE	ASSARÉ	18.029	1	87.557,76	8.895,00	0,7	0,7	61.290,43	6.226,50	-	-	100.000,00	-
13331	CE	AURORA	20.761	1	151.280,92	19.000,00	0,7	0,7	105.896,64	13.300,00	-	-	105.896,64	-
13358	CE	BAXIXO	5.339	1	44.469,50	8.081,95	0,7	0,7	31.128,65	5.657,37	-	-	100.000,00	-
13382	CE	BANABUIÚ	13.867	1	216.280,00	8.650,82	0,7	0,7	151.396,00	6.055,57	-	-	151.396,00	-
13374	CE	BARBALHA	40.731	1	286.051,40	19.894,61	0,7	0,7	200.235,98	13.926,23	-	-	200.235,98	-
13129	CE	BARREIRA	17.166	1	146.037,00	19.766,75	0,7	0,7	102.225,90	13.836,73	-	-	102.225,90	-
13390	CE	BARRO	17.149	1	132.168,00	8.160,09	0,7	0,7	92.517,60	5.712,06	-	-	100.000,00	-

código do Município	UF	MUNICIPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualizado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)				PRÉVIA DO LIMITE DE LEGAL (R\$ 100,000,00 P/ VEREADOR) - VALORES I E
					PREFEITO	VEREADOR			1º TURNO		2º TURNO	PREFEITO	
									PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO		
15539	CE	SÃO LUÍS DO CURJ	11.032	1	58.759,00	8.731,99	0,7	0,7	41.131,30	6.112,39	-	-	100.000,00
15555	CE	SENADOR POMPEU	21.111	1	203.667,83	8.953,00	0,7	0,7	142.567,48	6.267,10	-	-	142.567,48
15571	CE	SENADOR SÁ	5.288	1	80.708,00	9.474,60	0,7	0,7	56.495,60	6.632,22	-	-	100.000,00
15598	CE	SOBRAL	130.717	1	1.508.788,76	113.876,33	0,7	0,7	1.056.152,13	79.713,43	-	-	1.056.152,13
15610	CE	SOLONÓPOLE	14.557	1	265.737,42	29.270,00	0,7	0,7	186.016,19	20.489,00	-	-	186.016,19
15636	CE	TABULEIRO DO NORTE	24.214	1	126.470,72	27.404,00	0,7	0,7	88.529,50	19.182,80	-	-	100.000,00
15652	CE	TAMBORIL	20.780	1	124.350,00	15.029,88	0,7	0,7	87.045,00	10.520,92	-	-	100.000,00
13366	CE	TARRAFAS	7.231	1	78.544,22	12.013,20	0,7	0,7	54.980,95	8.409,24	-	-	100.000,00
15679	CE	TAUÁ	43.628	1	580.726,97	27.607,35	0,7	0,7	406.508,88	19.325,15	-	-	406.508,88
13323	CE	TEJUQUOCA	14.315	1	289.778,02	10.400,00	0,7	0,7	202.844,61	7.280,00	-	-	202.844,61
15695	CE	TIANGUÁ	48.132	1	745.211,48	29.268,00	0,7	0,7	521.648,04	20.487,60	-	-	521.648,04
15717	CE	TRAIRI	39.418	1	59.500,00	13.080,00	0,7	0,7	41.650,00	9.156,00	-	-	100.000,00
13080	CE	TURURU	12.527	1	156.114,90	13.283,56	0,7	0,7	109.280,43	9.258,49	-	-	109.280,43
15733	CE	UBAJARA	24.509	1	127.000,00	15.929,48	0,7	0,7	88.900,00	11.150,64	-	-	100.000,00
15750	CE	UMARI	6.125	1	21.416,00	1.180,00	0,7	0,7	14.991,20	826	-	-	100.000,00
98558	CE	UMIRIM	14.705	1	203.962,00	11.420,20	0,7	0,7	142.773,40	7.994,14	-	-	142.773,40
15776	CE	URUBURETAMA	16.075	1	72.547,90	17.000,00	0,7	0,7	50.783,53	11.900,00	-	-	100.000,00
15792	CE	URUOCA	11.157	1	51.450,00	13.010,00	0,7	0,7	36.015,00	9.107,00	-	-	100.000,00
98574	CE	VARIJOTA	14.587	1	43.810,00	11.490,70	0,7	0,7	30.667,00	8.043,49	-	-	100.000,00
15814	CE	VÁRZEA ALEGRE	29.933	1	284.689,75	10.822,09	0,7	0,7	199.282,83	7.575,46	-	-	199.282,83
15830	CE	VIÇOSA DO CEARÁ	41.910	1	268.065,01	31.809,90	0,7	0,7	187.645,51	22.266,93	-	-	187.645,51
56014	ES	AFONSO CLÁUDIC	25.092	1	165.008,69	33.458,74	0,7	0,7	115.506,08	23.421,12	-	-	115.506,08
56022	ES	ÁGUA DOCE DO NORTE	10.444	1	291.338,84	17.975,00	0,7	0,7	203.937,19	12.582,50	-	-	203.937,19
57991	ES	ÁGUIA BRANCA	8.154	1	127.149,46	13.261,38	0,7	0,7	89.004,62	9.282,97	-	-	100.000,00
56030	ES	ALEGRE	25.451	1	189.206,94	27.678,90	0,7	0,7	132.444,86	19.375,23	-	-	132.444,86
56057	ES	ALFREDO CHAVES	11.296	1	70.830,29	19.921,51	0,7	0,7	49.581,20	13.945,06	-	-	100.000,00
56065	ES	ALTO RIO NOVO	5.997	1	52.840,00	8.124,53	0,7	0,7	36.988,00	5.687,17	-	-	100.000,00
56073	ES	ANCHIETA	20.320	1	992.311,89	84.346,82	0,7	0,7	694.618,32	59.042,77	-	-	694.618,32
56090	ES	APIACÁ	6.566	1	119.334,36	23.896,30	0,7	0,7	83.534,05	16.727,41	-	-	100.000,00
56111	ES	ARACRUZ	61.674	1	823.561,05	94.429,84	0,7	0,7	576.492,74	66.100,89	-	-	576.492,74
56138	ES	ATÍLIO VIVÁCQUA	8.265	1	49.431,42	10.948,50	0,7	0,7	34.601,99	7.663,95	-	-	100.000,00
56154	ES	BAIXO GUANDU	24.842	1	376.268,69	32.523,20	0,7	0,7	263.388,08	22.766,24	-	-	263.388,08
56170	ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	32.597	1	203.929,06	63.657,00	0,7	0,7	142.750,34	44.559,90	-	-	142.750,34
56197	ES	BOA ESPERANÇA	12.148	1	183.167,37	32.768,61	0,7	0,7	128.217,16	22.938,03	-	-	128.217,16
56219	ES	BOM JESUS DO NORTE	8.520	1	142.628,45	6.961,87	0,7	0,7	99.839,92	4.873,31	-	-	100.000,00
56146	ES	BREJETUBA	9.105	1	46.256,24	19.256,95	0,7	0,7	32.379,37	13.479,87	-	-	100.000,00
56235	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	130.942	1	942.930,97	83.441,83	0,7	0,7	660.051,68	58.409,28	-	-	660.051,68
56251	ES	CARIACICA	244.952	2	1.305.226,81	95.916,38	0,5	0,7	652.613,41	67.141,47	195.784,02	-	652.613,41
56278	ES	CASTELO	26.595	1	349.345,01	18.964,15	0,7	0,7	244.541,51	13.274,91	-	-	244.541,51
56294	ES	COLATINA	83.937	1	349.563,95	87.333,47	0,7	0,7	244.694,77	61.133,43	-	-	244.694,77
56316	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	22.426	1	333.373,73	15.608,00	0,7	0,7	233.361,61	10.925,60	-	-	233.361,61
56332	ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	9.079	1	95.012,11	13.283,23	0,7	0,7	66.508,48	9.258,26	-	-	100.000,00
56359	ES	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	4.038	1	57.196,82	5.694,96	0,7	0,7	40.037,77	3.986,47	-	-	100.000,00
56375	ES	DOMINGOS MARTINS	27.157	1	169.018,00	21.327,74	0,7	0,7	118.312,60	14.929,42	-	-	118.312,60
56391	ES	DÓRES DO RIO PRETO	5.112	1	85.169,90	7.012,48	0,7	0,7	59.618,93	4.968,74	-	-	100.000,00
56413	ES	ECOPORANGA	17.752	1	198.357,56	17.722,10	0,7	0,7	138.850,29	12.405,47	-	-	138.850,29

código do Município	UF	MUNICIPIO	NÚMERO DE ELEITORES (a ser atualiado no fechamento do cadastro)	TURNOS REALIZADOS (2012)	MAIOR GASTO DECLARADO EM 2012		FATOR APLICÁVEL (PREFEITO)	FATOR APLICÁVEL (VEREADOR)	LIMITE DE GASTOS PARA ELEIÇÃO DE 2016 (VALORES A SEREM ATUALIZADOS EM 20.7.2016)				PRÉVIA DO LIMITE DE C LEGAL (R\$ 100.000,00 PAI VEREADOR) - VALORES P EN		
									1º TURNO		2º TURNO			PREFEITO	
					PREFEITO	VEREADOR			PREFEITO	VEREADOR	PREFEITO	VEREADOR		1º TURNO	
57959	ES	VARGEM ALTA	14.455	1	197.490,51	18.272,33	0,7	0,7	138.243,36	12.790,63	-	-	138.243,36		
57975	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	16.109	1	98.720,00	5.073,00	0,7	0,7	69.104,00	3.551,10	-	-	100.000,00		
57010	ES	VIANA	38.818	1	609.745,90	24.823,63	0,7	0,7	426.822,13	17.376,54	-	-	426.822,13		
56081	ES	VILA PAVÃO	7.350	1	280.509,37	19.168,61	0,7	0,7	196.356,56	13.418,03	-	-	196.356,56		
56227	ES	VILA VALÉRIO	12.162	1	84.268,83	16.406,14	0,7	0,7	58.988,18	11.484,30	-	-	100.000,00		
57037	ES	VILA VELHA	293.346	2	3.139.386,44	83.412,35	0,5	0,7	1.569.693,22	58.388,65	470.907,97	-	1.569.693,22		
57053	ES	VITÓRIA	255.336	2	9.655.505,82	140.389,95	0,5	0,7	4.827.752,91	98.272,97	1.448.325,87	-	4.827.752,91		
93360	GO	ABADIA DE GOIÁS	6.260	1	200.948,38	4.100,85	0,7	0,7	140.663,87	2.870,60	-	-	140.663,87		
92010	GO	ABADIÂNIA	9.732	1	248.826,43	14.286,21	0,7	0,7	174.178,50	10.000,35	-	-	174.178,50		
96458	GO	ACREÚNA	15.882	1	670.147,33	38.053,43	0,7	0,7	469.103,13	26.637,40	-	-	469.103,13		
96911	GO	ADELÂNDIA	2.475	1	117.068,45	3.639,70	0,7	0,7	81.947,92	2.547,79	-	-	100.000,00		
96938	GO	ÁGUA FRIA DE GOIÁS	4.730	1	113.879,00	7.669,08	0,7	0,7	79.715,30	5.368,36	-	-	100.000,00		
92037	GO	ÁGUA LIMPA	2.179	1	31.920,00	19.409,97	0,7	0,7	22.344,00	13.586,98	-	-	100.000,00		
93343	GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	68.329	1	1.468.017,00	115.761,59	0,7	0,7	1.027.611,90	81.033,11	-	-	1.027.611,90		
92053	GO	ALEXÂNIA	16.201	1	344.118,53	60.657,00	0,7	0,7	240.882,97	42.459,90	-	-	240.882,97		
92096	GO	ALOÂNDA	2.044	1	15.760,50	3.657,50	0,7	0,7	11.032,35	2.560,25	-	-	100.000,00		
92940	GO	ALTO HORIZONTE	4.709	1	472.845,73	12.316,00	0,7	0,7	330.992,01	8.621,20	-	-	330.992,01		
92118	GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	5.138	1	219.809,06	8.945,00	0,7	0,7	153.866,34	6.261,50	-	-	153.866,34		
92150	GO	ALVORADA DO NORTE	6.082	1	97.487,10	9.142,85	0,7	0,7	68.240,97	6.400,00	-	-	100.000,00		
93386	GO	AMARALINA	2.801	1	57.250,00	5.702,99	0,7	0,7	40.075,00	3.992,09	-	-	100.000,00		
96610	GO	AMERICANO DO BRASIL	4.729	1	386.481,55	13.837,00	0,7	0,7	270.537,09	9.685,90	-	-	270.537,09		
92177	GO	AMORINÓPOLIS	3.853	1	52.900,00	5.960,71	0,7	0,7	37.030,00	4.172,50	-	-	100.000,00		
92215	GO	ANÁPOLIS	241.917	1	620.380,38	113.011,80	0,7	0,7	434.266,27	79.108,26	-	-	434.266,27		
92231	GO	ANHANGUERA	1.021	1	68.794,64	2.458,64	0,7	0,7	48.156,25	1.721,05	-	-	100.000,00		
92258	GO	ANICUNS	16.178	1	171.700,00	13.938,99	0,7	0,7	120.190,00	9.757,29	-	-	120.190,00		
92274	GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	272.671	1	5.113.921,00	312.855,02	0,7	0,7	3.579.744,70	218.998,51	-	-	3.579.744,70		
93009	GO	APARECIDA DO RIO DOCE	2.496	1	82.288,00	6.340,00	0,7	0,7	57.601,60	4.438,00	-	-	100.000,00		
92290	GO	APORÉ	3.536	1	78.963,00	5.863,40	0,7	0,7	55.274,10	4.104,38	-	-	100.000,00		
92312	GO	ARAÇU	4.152	1	79.830,00	10.881,29	0,7	0,7	55.881,00	7.616,90	-	-	100.000,00		
92339	GO	ARAGARÇAS	14.507	1	134.904,30	4.675,00	0,7	0,7	94.433,01	3.272,50	-	-	100.000,00		
92355	GO	ARAGOIÂNIA	6.867	1	92.580,69	7.828,80	0,7	0,7	64.806,48	5.480,16	-	-	100.000,00		
96695	GO	ARAGUAPAZ	6.180	1	157.144,31	9.026,19	0,7	0,7	110.001,02	6.318,33	-	-	110.001,02		
96717	GO	ARENÓPOLIS	3.394	1	59.000,00	3.912,00	0,7	0,7	41.300,00	2.738,40	-	-	100.000,00		
92495	GO	ARUANÁ	5.269	1	252.986,50	18.444,00	0,7	0,7	177.090,55	12.910,80	-	-	177.090,55		
92517	GO	AURILÂNDIA	3.272	1	101.651,57	2.525,00	0,7	0,7	71.156,10	1.767,50	-	-	100.000,00		
92550	GO	ÁVELINÓPOLIS	3.112	1	128.990,48	17.640,94	0,7	0,7	90.293,34	12.348,66	-	-	100.000,00		
92614	GO	BALIZA	3.267	1	53.348,00	1.370,00	0,7	0,7	37.343,60	959	-	-	100.000,00		
92630	GO	BARRO ALTO	7.568	1	280.331,10	14.768,50	0,7	0,7	196.231,77	10.337,95	-	-	196.231,77		
92657	GO	BELA VISTA DE GOIÁS	18.887	1	432.427,39	16.834,00	0,7	0,7	302.699,17	11.783,80	-	-	302.699,17		
92673	GO	BOM JARDIM DE GOIÁS	7.047	1	24.160,00	11.407,00	0,7	0,7	16.912,00	7.984,90	-	-	100.000,00		
92690	GO	BOM JESUS DE GOIÁS	15.411	1	488.579,01	30.752,54	0,7	0,7	342.005,31	21.526,78	-	-	342.005,31		
92029	GO	BONFINÓPOLIS	6.023	1	145.586,53	11.429,00	0,7	0,7	101.910,57	8.000,30	-	-	101.910,57		
93408	GO	BONÓPOLIS	2.799	1	68.045,50	11.976,80	0,7	0,7	47.631,85	8.383,76	-	-	100.000,00		
92711	GO	BRAZABRANTES	2.750	1	41.632,16	10.718,83	0,7	0,7	29.142,51	7.503,18	-	-	100.000,00		
92754	GO	BRITÂNIA	4.909	1	120.782,00	3.352,00	0,7	0,7	84.547,40	2.346,40	-	-	100.000,00		
92770	GO	BURITI ALEGRE	7.276	1	253.556,96	5.105,28	0,7	0,7	177.489,87	3.573,70	-	-	177.489,87		



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 23.457

**INSTRUÇÃO Nº 538-50.2015.6.00.0000 – CLASSE 19 – BRASÍLIA –
DISTRITO FEDERAL**

Relator: Ministro Gilmar Mendes

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2016.

O Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso IX, do Código Eleitoral e o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A propaganda eleitoral é permitida a partir de 16 de agosto de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 36).

§ 1º Ao postulante a candidatura a cargo eletivo, é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido político, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, inclusive mediante a fixação de faixas e cartazes em local próximo da convenção, com mensagem aos convencionais, vedado o uso de rádio, de televisão e de *outdoor* (Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 1º).

§ 2º A propaganda de que trata o § 1º deverá ser imediatamente retirada após a respectiva convenção.

§ 3º A partir de 1º de julho de 2016, não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista na Lei nº 9.096/1995, nem será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 2º).

§ 4º A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e o beneficiário, quando comprovado o seu prévio conhecimento, à multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ou equivalente ao custo da propaganda, se este for maior (Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 3º).

Art. 2º Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via Internet (Lei nº 9.504/1997, art. 36-A, *caput*, incisos I a VI e parágrafos):

I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na Internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, da discussão de políticas públicas, dos planos de governo ou das alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;

III - a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos;

IV - a divulgação de atos de parlamentares e de debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;

V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias.

§ 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VI do *caput*, são permitidos o pedido de apoio político, a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretendem desenvolver.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão.

Art. 3º Será considerada propaganda eleitoral antecipada a convocação, por parte do presidente da República, dos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições (Lei nº 9.504/1997, art. 36-B).

Parágrafo único. Nos casos permitidos de convocação das redes de radiodifusão, é vedada a utilização de símbolos ou imagens, exceto aqueles previstos no § 1º do art. 13 da Constituição Federal (Lei nº 9.504/1997, art. 36-B, parágrafo único).

Art. 4º É vedada, desde quarenta e oito horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição, a veiculação de qualquer propaganda política no rádio ou na televisão – incluídos, entre outros, as rádios comunitárias e os canais de televisão que operam em UHF, VHF e por assinatura – e ainda a realização de comícios ou reuniões públicas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

Parágrafo único. A vedação constante no *caput* não se aplica à propaganda eleitoral veiculada gratuitamente na Internet, em sítio eleitoral, em *blog*, em sítio interativo ou social, ou em outros meios eletrônicos de comunicação do candidato, ou no sítio do partido ou da coligação, nas formas previstas no art. 57-B da Lei nº 9.504/1997 (Lei nº 12.034/2009, art. 7º).

Art. 5º O Juiz Eleitoral é competente para tomar todas as providências relacionadas à propaganda eleitoral, assim como para julgar representações e reclamações a ela pertinentes.

Parágrafo único. Onde houver mais de uma Zona Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral designará o Juiz Eleitoral que ficará responsável pela propaganda eleitoral.

CAPÍTULO II

DA PROPAGANDA EM GERAL

Art. 6º A propaganda, qualquer que seja sua forma ou modalidade, mencionará sempre a legenda partidária e só poderá ser feita em língua nacional, não devendo empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais (Código Eleitoral, art. 242 e Lei nº 10.436/2002, arts. 1º e 2º).

§ 1º Sem prejuízo do processo e das penas cominadas, a Justiça Eleitoral adotará medidas para impedir ou fazer cessar imediatamente a propaganda realizada com infração do disposto neste artigo (Código Eleitoral, art. 242, parágrafo único).

§ 2º Sem prejuízo das sanções pecuniárias específicas, os atos de propaganda eleitoral que importem em abuso do poder econômico, abuso do poder político ou uso indevido dos meios de comunicação social, independentemente do momento de sua realização ou verificação, poderão ser examinados na forma e para os fins previstos no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 7º Na propaganda para eleição majoritária, a coligação usará, obrigatoriamente, sob a sua denominação, as legendas de todos os partidos políticos que a integram; na propaganda para eleição proporcional, cada partido político usará apenas a sua legenda sob o nome da coligação (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 2º).

Parágrafo único. A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou a número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 1º-A).

Art. 8º Da propaganda dos candidatos a cargo majoritário, deverão constar também os nomes dos candidatos a vice, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a trinta por cento do nome do titular (Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 4º).

Parágrafo único. A aferição do disposto no *caput* será feita de acordo com a proporção entre os tamanhos das fontes (altura e comprimento das letras) empregadas na grafia dos nomes dos candidatos, sem prejuízo da aferição da legibilidade e da clareza.

Art. 9º A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia (Lei nº 9.504/1997, art. 39, *caput*).

§ 1º O candidato, o partido político ou a coligação que promover o ato fará a devida comunicação à autoridade policial com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, a fim de que esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem pretenda usar o local no mesmo dia e horário (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 1º).

§ 2º A autoridade policial tomará as providências necessárias à garantia da realização do ato e ao funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 2º).

Art. 10. É assegurado aos partidos políticos registrados o direito de, independentemente de licença da autoridade pública e do pagamento de qualquer contribuição, fazer inscrever, na fachada de suas

sedes e dependências, o nome que os designe, pela forma que melhor lhes parecer (Código Eleitoral, art. 244, inciso I).

§ 1º Os candidatos, os partidos e as coligações poderão fazer inscrever, na sede do comitê central de campanha, a sua designação, bem como o nome e o número do candidato, em formato que não assemelhe ou gere efeito de *outdoor*.

§ 2º Nos demais comitês de campanha, que não o central, a divulgação dos dados da candidatura deverá observar os limites previstos no art. 37, § 2º, da Lei nº 9.504/1997.

§ 3º Para efeito do disposto no § 1º, o candidato deverá informar ao Juiz Eleitoral o endereço do seu comitê central de campanha.

Art. 11. O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som, ressalvada a hipótese de comício de encerramento de campanha, somente é permitido entre as 8 e as 22 horas, sendo vedados a instalação e o uso daqueles equipamentos em distância inferior a duzentos metros (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 3º):

I - das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das sedes dos Tribunais Judiciais, dos quartéis e de outros estabelecimentos militares;

II - dos hospitais e casas de saúde;

III - das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

§ 1º A realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas são permitidas no horário compreendido entre as 8 e as 24 horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais duas horas (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 4º).

§ 2º É vedada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 10).

§ 3º É permitida a circulação de carros de som e minitrios como meio de propaganda eleitoral, desde que observado o limite de oitenta

decibéis de nível de pressão sonora, medido a sete metros de distância do veículo, e respeitadas as vedações previstas neste artigo (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 11).

§ 4º Para efeitos desta resolução, considera-se (Lei nº 9.504/1997, art. 39, §§ 9º-A e 12):

I - carro de som: qualquer veículo, motorizado ou não, ou ainda tracionado por animais, que use equipamento de som com potência nominal de amplificação de, no máximo, dez mil *watts* e que transite divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos;

II - minitrio: veículo automotor que use equipamento de som com potência nominal de amplificação maior que dez mil *watts* e até vinte mil *watts*;

III - trio elétrico: veículo automotor que use equipamento de som com potência nominal de amplificação maior que vinte mil *watts*.

§ 5º Até as 22 horas do dia que antecede o da eleição, serão permitidos distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos, observados os limites impostos pela legislação comum (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 9º).

Art. 12. É proibida a realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidatos e a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, respondendo o infrator pelo emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso do poder (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 7º; Código Eleitoral, arts. 222 e 237; e Lei Complementar nº 64/1990, art. 22).

Parágrafo único. A proibição de que trata o *caput* não se estende aos candidatos que sejam profissionais da classe artística – cantores, atores e apresentadores –, que poderão exercer as atividades normais de sua profissão durante o período eleitoral, exceto em programas de rádio e de televisão, na animação de comício ou para divulgação, ainda que de forma dissimulada, de sua candidatura ou de campanha eleitoral.

Art. 13. São vedadas na campanha eleitoral confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, respondendo o infrator, conforme o caso, pela prática de captação ilícita de sufrágio, emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso do poder (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 6º; Código Eleitoral, arts. 222 e 237; e Lei Complementar nº 64/1990, art. 22).

Art. 14. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados (Lei nº 9.504/1997, art. 37, *caput*).

§ 1º Quem veicular propaganda em desacordo com o disposto no *caput* será notificado para, no prazo de quarenta e oito horas, removê-la e restaurar o bem, sob pena de multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) a R\$8.000,00 (oito mil reais), a ser fixada na representação de que trata o art. 96 da Lei nº 9.504/1997, após oportunidade de defesa (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 1º).

§ 2º Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pelo Código Civil e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 4º).

§ 3º Nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, mesmo que não lhes cause dano (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 5º).

§ 4º É permitida a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas,

desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 6º).

§ 5º A mobilidade referida no § 4º estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as 6 e as 22 horas (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 7º).

§ 6º Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral ficará a critério da Mesa Diretora (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 3º).

§ 7º O derrame ou a anuência com o derrame de material de propaganda no local de votação ou nas vias próximas, ainda que realizado na véspera da eleição, configura propaganda irregular, sujeitando-se o infrator à multa prevista no § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/1997, sem prejuízo da apuração do crime previsto no inciso III do § 5º do art. 39 da Lei nº 9.504/1997.

Art. 15. Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, desde que seja feita em adesivo ou em papel, não exceda a meio metro quadrado e não contrarie a legislação eleitoral, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º do art. 14 (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 2º).

§ 1º A justaposição de adesivo ou de papel cuja dimensão exceda a meio metro quadrado caracteriza propaganda irregular, em razão do efeito visual único, ainda que a publicidade, individualmente, tenha respeitado o limite previsto no *caput*.

§ 2º A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para essa finalidade (Lei nº 9.504/1997, art. 37, § 8º).

§ 3º É proibido colar propaganda eleitoral em veículos, exceto adesivos microperfurados até a extensão total do para-brisa traseiro e, em outras posições, adesivos até a dimensão máxima fixada no § 2º do art. 16, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º Na hipótese do § 3º, não é aplicável, em relação ao para-brisa traseiro, o limite máximo estabelecido no *caput*.

§ 5º A propaganda eleitoral em bens particulares não pode ser feita mediante inscrição ou pintura nas fachadas, muros ou paredes, admitida apenas a fixação de papel ou de adesivo, com dimensão que não ultrapasse o limite previsto no *caput*.

Art. 16. Independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido político, da coligação ou do candidato, sendo-lhes facultada, inclusive, a impressão em braille dos mesmos conteúdos, quando assim demandados (Lei nº 9.504/1997, art. 38, e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Decreto nº 6.949/2009, arts. 9º, 21 e 29).

§ 1º Todo material impresso de campanha eleitoral deverá conter o número de inscrição no CNPJ ou o número de inscrição no CPF do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem, respondendo o infrator pelo emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso do poder (Lei nº 9.504/1997, art. 38, § 1º; Código Eleitoral, arts. 222 e 237; e Lei Complementar nº 64/1990, art. 22).

§ 2º Os adesivos de que trata o *caput* poderão ter a dimensão máxima de cinquenta centímetros por quarenta centímetros (Lei nº 9.504/1997, art. 38, § 3º).

Art. 17. Não será tolerada propaganda, respondendo o infrator pelo emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso de poder (Código Eleitoral, arts. 222, 237 e 243, incisos I a IX; Lei nº 5.700/1971; e Lei Complementar nº 64/1990, art. 22):

I - de guerra, de processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classes;

II - que provoque animosidade entre as Forças Armadas ou contra elas, ou delas contra as classes e as instituições civis;

III - de incitamento de atentado contra pessoa ou bens;

IV - de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública;

V - que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

VI - que perturbe o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

VII - por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;

VIII - que prejudique a higiene e a estética urbana;

IX - que caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, bem como atingir órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

X - que desrespeite os símbolos nacionais.

Art. 18. O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no juízo cível, a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o partido político deste, quando responsável por ação ou omissão, e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele (Código Eleitoral, art. 243, § 1º).

Art. 19. O candidato cujo registro esteja *sub judice* poderá efetuar todos os atos relativos à sua campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito, para sua propaganda, no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 16-A).

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica igualmente ao candidato cujo pedido de registro tenha sido protocolado no prazo legal e ainda não tenha sido apreciado pela Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 16-B).

CAPÍTULO III

DA PROPAGANDA ELEITORAL EM *OUTDOOR*

Art. 20. É vedada a propaganda eleitoral por meio de *outdoors*, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$15.000,00 (quinze mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 8º).

§ 1º A utilização de engenhos ou de equipamentos publicitários ou ainda de conjunto de peças de propaganda que justapostas se assemelhem ou causem efeito visual de *outdoor* sujeita o infrator à multa prevista neste artigo.

§ 2º A caracterização da responsabilidade do candidato na hipótese do § 1º não depende de prévia notificação, bastando a existência de circunstâncias que demonstrem o seu prévio conhecimento.

CAPÍTULO IV

DA PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET

Art. 21. É permitida a propaganda eleitoral na Internet a partir do dia 16 de agosto de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 57-A).

§ 1º A livre manifestação do pensamento do eleitor identificado na Internet somente é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

§ 2º O disposto no § 1º se aplica, inclusive, às manifestações ocorridas antes da data prevista no *caput*, ainda que delas conste mensagem de apoio ou crítica a partido político ou a candidato, próprias do debate político e democrático.

Art. 22. A propaganda eleitoral na Internet poderá ser realizada nas seguintes formas (Lei nº 9.504/1997, art. 57-B, incisos I a IV):

I - em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de Internet estabelecido no país;

II - em sítio do partido ou da coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de Internet estabelecido no país;

III - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, pelo partido ou pela coligação;

IV - por meio de *blogs*, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou de iniciativa de qualquer pessoa natural.

§ 1º Para o fim desta resolução, considera-se:

I - sítio hospedado diretamente em provedor de Internet estabelecido no país é aquele cujo endereço (URL – *Uniform Resource Locator*) é registrado no organismo regulador da Internet no Brasil e cujo conteúdo é mantido pelo provedor de hospedagem em servidor instalado em solo brasileiro;

II - sítio hospedado indiretamente em provedor de Internet estabelecido no país é aquele cujo endereço é registrado em organismos internacionais e cujo conteúdo é mantido por provedor de hospedagem em equipamento servidor instalado em solo brasileiro;

III - sítio é o endereço eletrônico na Internet subdividido em uma ou mais páginas que possam ser acessadas com base na mesma raiz;

IV - *blog* é o endereço eletrônico na Internet, mantido ou não por provedor de hospedagem, composto por uma única página em caráter pessoal.

§ 2º Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo pagamento das multas eleitorais sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no país.

Art. 23. Na Internet é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, *caput*).

§ 1º É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na Internet, em sítios (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, § 1º, incisos I e II):

I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;

II - oficiais ou hospedados por órgãos ou por entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$30.000,00 (trinta mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, § 2º).

§ 3º A divulgação de propaganda e de mensagens relativas ao processo eleitoral, inclusive quando provenientes de eleitor, não pode ser impulsionada por mecanismos ou serviços que, mediante remuneração paga aos provedores de serviços, potencializem o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo.

Art. 24. É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores – Internet, assegurado o direito de resposta, nos termos dos arts. 58, § 3º, inciso IV, alíneas *a*, *b* e *c*, e 58-A da Lei nº 9.504/1997, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, *caput*).

§ 1º A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$30.000,00 (trinta mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, § 2º).

§ 2º Sem prejuízo das sanções civis e criminais aplicáveis ao responsável, a Justiça Eleitoral poderá determinar, por solicitação do ofendido, a retirada de publicações que contenham agressões ou ataques a candidatos em sítios da Internet, inclusive redes sociais (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, § 3º).

Art. 25. São vedadas às pessoas relacionadas no art. 24 da Lei nº 9.504/1997 a utilização, doação ou cessão de cadastro eletrônico de seus clientes, em favor de candidatos, de partidos ou de coligações (Lei nº 9.504/1997, art. 57-E, *caput*).

§ 1º É proibida a venda de cadastro de endereços eletrônicos (Lei nº 9.504/1997, art. 57-E, § 1º).

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$30.000,00 (trinta mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 57-E, § 2º).

Art. 26. Aplicam-se ao provedor de conteúdo e de serviços multimídia que hospeda a divulgação da propaganda eleitoral de candidato, de partido ou de coligação as penalidades previstas nesta resolução se, no prazo determinado pela Justiça Eleitoral, contado a partir da notificação de decisão sobre a existência de propaganda irregular, não tomar providências para a cessação dessa divulgação (Lei nº 9.504/1997, art. 57-F, *caput*).

§ 1º O provedor de conteúdo ou de serviços multimídia só será considerado responsável pela divulgação da propaganda se a publicação do material for comprovadamente de seu prévio conhecimento (Lei nº 9.504/1997, art. 57-F, parágrafo único).

§ 2º O prévio conhecimento de que trata o § 1º poderá, sem prejuízo dos demais meios de prova, ser demonstrado por meio de cópia de notificação, diretamente encaminhada e entregue pelo interessado ao provedor de Internet, da qual deverão constar, de forma clara e detalhada, o local e o teor da propaganda por ele considerada irregular.

Art. 27. As mensagens eletrônicas enviadas por candidato, partido ou coligação, por qualquer meio, deverão dispor de mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, obrigado o remetente a providenciá-lo no prazo de quarenta e oito horas (Lei nº 9.504/1997, art. 57-G, *caput*).

§ 1º Mensagens eletrônicas enviadas após o término do prazo previsto no *caput* sujeitam os responsáveis ao pagamento de multa no valor de R\$100,00 (cem reais), por mensagem (Lei nº 9.504/1997, art. 57-G, parágrafo único).

§ 2º É vedada a realização de propaganda via *telemarketing*, em qualquer horário (Constituição Federal, art. 5º, incisos X e XI; e Código Eleitoral, art. 243, inciso VI).

Art. 28. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, será punido, com multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$30.000,00 (trinta mil reais), quem realizar propaganda eleitoral na Internet, atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive candidato, partido ou coligação (Lei nº 9.504/1997, art. 57-H).

Art. 29. A requerimento do Ministério Público, de candidato, de partido ou de coligação, observado o rito previsto no art. 96 da Lei nº 9.504/1997, a Justiça Eleitoral poderá determinar a suspensão, por vinte e quatro horas, do acesso a todo conteúdo informativo dos sítios da Internet que deixarem de cumprir as disposições da Lei nº 9.504/1997 (Lei nº 9.504/1997, art. 57-I; e Constituição Federal, art. 127).

§ 1º A cada reiteração de conduta, será duplicado o período de suspensão previsto no *caput* (Lei nº 9.504/97, art. 57-I, § 1º).

§ 2º No período de suspensão a que se refere este artigo, a empresa informará, a todos os usuários que tentarem acessar seus serviços, que se encontra temporariamente inoperante por desobediência à legislação eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 57-I, § 2º).

CAPÍTULO V

DA PROPAGANDA ELEITORAL NA IMPRENSA

Art. 30. São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na Internet do jornal impresso, de até dez anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de um oitavo de página de jornal padrão e de um quarto de página de revista ou tabloide (Lei nº 9.504/1997, art. 43, *caput*).

§ 1º Deverá constar no anúncio, de forma visível, o valor pago pela inserção (Lei nº 9.504/1997, art. 43, § 1º).

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os partidos, as coligações ou os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior (Lei nº 9.504/1997, art. 43, § 2º).

§ 3º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tabloide, aplica-se a regra do *caput*, de acordo com o tipo de que mais se aproxime.

§ 4º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato, a partido político ou a coligação pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos, assim como as demais formas de uso indevido do meio de comunicação, serão apurados e punidos nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.

§ 5º É autorizada a reprodução virtual das páginas do jornal impresso na Internet, desde que seja feita no sítio do próprio jornal, independentemente do seu conteúdo, devendo ser respeitado integralmente o formato gráfico e o conteúdo editorial da versão impressa, atendido, nesta hipótese, o disposto no *caput*.

§ 6º O limite de anúncios previsto no *caput* será verificado de acordo com a imagem ou o nome do respectivo candidato, independentemente de quem tenha contratado a divulgação da propaganda.

CAPÍTULO VI

DA PROGRAMAÇÃO NORMAL E DO NOTICIÁRIO NO RÁDIO E NA TELEVISÃO

Art. 31. A partir de 6 de agosto de 2016, é vedado às emissoras de rádio e de televisão, em sua programação normal e noticiário (Lei nº 9.504/1997, art. 45, incisos I a VI):

I - transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II - veicular propaganda política;

III - dar tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

IV - veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou a partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

V - divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou o nome por ele indicado para uso na urna eletrônica, e, sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do respectivo registro.

§ 1º A partir de 30 de junho de 2016, é vedado ainda às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no § 2º e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário (Lei nº 9.504/1997, art. 45, § 1º).

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 45, a inobservância do estabelecido neste artigo sujeita a emissora ao pagamento de multa no valor de R\$21.282,00 (vinte e um mil, duzentos e oitenta e dois reais)

a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), duplicada em caso de reincidência (Lei nº 9.504/1997, art. 45, § 2º).

Seção I

Dos Debates

Art. 32. Os debates, transmitidos por emissora de rádio ou de televisão, serão realizados segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre os partidos políticos e a pessoa jurídica interessada na realização do evento, dando-se ciência à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 46, § 4º).

§ 1º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos dois terços dos candidatos aptos, para o cargo de prefeito, e de pelo menos dois terços dos partidos ou coligações com candidatos aptos, no caso do cargo de vereador (Lei nº 9.504/1997, art. 46, § 5º).

§ 2º São considerados aptos, para os fins previstos no § 1º, os candidatos filiados a partido político com representação superior a nove parlamentares na Câmara dos Deputados e que tenham requerido o registro de candidatura na Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 46).

§ 3º Julgado o registro, permanecem aptos apenas os candidatos com registro deferido ou, se indeferido, os que estejam *sub judice*.

§ 4º Os debates transmitidos na televisão deverão utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição (Lei nº 13.146/2015, arts. 67 e 76, § 1º, inciso III).

§ 5º Na elaboração das regras para a realização dos debates, a emissora responsável e os candidatos que representem dois terços dos aptos não poderão deliberar pela exclusão de candidato cuja presença seja garantida nos termos do § 2º.

§ 6º Caso o candidato cuja presença seja garantida nos termos do § 2º concorde com sua exclusão do debate, o responsável pela emissora, com a anuência dos demais candidatos aptos, poderá ajustar a participação do excluído em entrevista jornalística da emissora pelo tempo que ele teria no debate, sem que isso implique tratamento privilegiado.

Art. 33. Inexistindo acordo, os debates transmitidos por emissora de rádio ou de televisão deverão obedecer às seguintes regras (Lei nº 9.504/1997, art. 46, incisos I, alíneas *a* e *b*, II e III):

I - nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita:

a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo;

b) em grupos, estando presentes, no mínimo, três candidatos.

II - nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos políticos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia;

III - os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecida e divulgada pela emissora, fazendo-se mediante sorteio a escolha do dia e da ordem de fala de cada candidato.

§ 1º Na hipótese deste artigo, é assegurada a participação de candidatos dos partidos políticos que possuam mais de nove representantes na Câmara dos Deputados, facultada a dos demais.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo e no § 2º do art. 32, considera-se a representação de cada partido político na Câmara dos Deputados a resultante da eleição, ressalvadas as mudanças de filiação partidária que não tenham sido contestadas ou cuja justa causa tenha sido reconhecida pela Justiça Eleitoral.

Art. 34. Em qualquer hipótese, deverá ser observado o seguinte:

I - é admitida a realização de debate sem a presença de candidato de algum partido político ou coligação, desde que o veículo de comunicação responsável comprove tê-lo convidado com a antecedência mínima de setenta e duas horas da realização do debate (Lei nº 9.504/1997, art. 46, § 1º);

II - é vedada a presença de um mesmo candidato à eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora (Lei nº 9.504/1997, art. 46, § 2º);

III - o horário designado para a realização de debate poderá ser destinado à entrevista de candidato, caso apenas este tenha comparecido ao evento (Ac.-TSE nº 19.433, de 25 de junho de 2002);

IV - no primeiro turno o debate poderá estender-se até as 7 horas do dia 30 de setembro de 2016 e, no caso de segundo turno, não poderá ultrapassar o horário de meia-noite do dia 28 de outubro de 2016.

Art. 35. O descumprimento do disposto nesta seção sujeita a empresa infratora à suspensão, por vinte e quatro horas, da sua programação, com a transmissão, intercalada, a cada quinze minutos, de mensagem de orientação ao eleitor; em cada reiteração de conduta, o período de suspensão será duplicado (Lei nº 9.504/1997, arts. 46, § 3º, e 56, §§ 1º e 2º).

§ 1º A sanção prevista neste artigo somente poderá ser aplicada em processo judicial em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 2º A suspensão de que trata este artigo será aplicável apenas na circunscrição do pleito.

CAPÍTULO VII

DA PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA NO RÁDIO E NA TELEVISÃO

Art. 36. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão se restringirá ao horário gratuito definido nesta resolução, vedada a veiculação de

propaganda paga, respondendo o candidato, o partido político e a coligação pelo seu conteúdo (Lei nº 9.504/1997, art. 44).

§ 1º A propaganda no horário eleitoral gratuito será veiculada nas emissoras de rádio e de televisão, inclusive nas rádios comunitárias, nas emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e nos canais de televisão por assinatura, sob a responsabilidade das Câmaras Municipais.

§ 2º As emissoras de rádio sob responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados instaladas em localidades fora do Distrito Federal são dispensadas da veiculação da propaganda eleitoral gratuita (Lei nº 9.504/1997, art. 47, § 9º).

§ 3º A transmissão da propaganda no horário eleitoral gratuito será assegurada nos municípios em que haja emissora de rádio e de televisão e naqueles de que trata o art. 40 (Lei nº 9.504/1997, art. 48).

§ 4º A propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição (Lei nº 13.146/2015, arts. 67 e 76, § 1º, inciso III).

§ 5º No horário reservado para a propaganda eleitoral, não se permitirá utilização comercial ou propaganda realizada com a intenção, ainda que disfarçada ou subliminar, de promover marca ou produto (Lei nº 9.504/1997, art. 44, § 2º).

§ 6º Será punida, nos termos do § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/1997, a emissora que, não autorizada a funcionar pelo poder competente, veicular propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 44, § 3º).

§ 7º Na hipótese do § 6º, demonstrada a participação direta, anuência ou benefício exclusivo de candidato, de partido político ou de coligação em razão da transmissão de propaganda eleitoral por emissora não autorizada, a gravidade dos fatos poderá ser apurada nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.

Art. 37. As emissoras de rádio e de televisão veicularão, no período de 26 de agosto a 29 de setembro de 2016, a propaganda eleitoral

gratuita da seguinte forma (Lei nº 9.504/1997, art. 47, *caput*, § 1º, incisos VI e VII):

I - em rede, nas eleições para prefeito, de segunda a sábado:

a) das 7 horas às 7 horas e 10 minutos e das 12 horas às 12 horas e 10 minutos, no rádio;

b) das 13 horas às 13 horas e 10 minutos e das 20 horas e 30 minutos às 20 horas e 40 minutos, na televisão.

II - em inserções de trinta e de sessenta segundos, nas eleições para prefeito e vereador, de segunda a domingo, em um total de setenta minutos diários, distribuídas ao longo da programação veiculada entre as 5 e as 24 horas, na proporção de sessenta por cento para prefeito e de quarenta por cento para vereador.

§ 1º Na veiculação da propaganda eleitoral gratuita, será considerado o horário de Brasília.

§ 2º Somente serão exibidas as inserções de televisão a que se refere o inciso II do *caput* nos municípios em que houver estação geradora de serviços de radiodifusão de sons e imagens (Lei nº 9.504/1997, art. 47, § 1º-A).

Art. 38. A partir do dia 15 de agosto de 2016, o Juiz Eleitoral designado pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de rádio e de televisão a fim de elaborarem plano de mídia, nos termos do art. 42, para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos a participação nos horários de maior e de menor audiência (Lei nº 9.504/1997, art. 52).

Parágrafo único. Os Juízes Eleitorais efetuarão, até o dia 19 de agosto de 2016, sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda em rede de cada partido político ou coligação para o primeiro dia do horário eleitoral gratuito e, a cada dia que se seguir, a propaganda veiculada por último, na véspera, será a primeira, apresentando-se as demais na ordem do sorteio (Lei nº 9.504/1997, art. 50).

Art. 39. Os Juízes Eleitorais distribuirão os horários reservados à propaganda em rede, para o cargo de prefeito, e à propaganda em inserções, para ambos os cargos, entre os partidos e as coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios (Lei nº 9.504/1997, art. 47, §§ 2º a 7º):

I - noventa por cento distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem e, nos casos de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem;

II - dez por cento distribuídos igualmente.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária, ressalvada a hipótese de criação de nova legenda, quando prevalecerá a representatividade política conferida aos parlamentares que migraram diretamente dos partidos pelos quais foram eleitos para o novo partido político, no momento de sua criação (Lei nº 9.504/1997, art. 47, § 3º; STF ADI nº 4430/DF, *DJE* de 19.9.2013, e ADI nº 5105/DF, 1º.10.2015).

§ 2º O número de representantes de partido que tenha resultado de fusão ou a que se tenha incorporado outro corresponderá à soma dos representantes que os partidos de origem possuíam, observado o disposto no § 1º.

§ 3º Se o candidato a prefeito deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, e não houver substituição, será feita nova distribuição do tempo entre os candidatos remanescentes (Lei nº 9.504/1997, art. 47, § 5º).

§ 4º Nas eleições proporcionais, se um partido ou uma coligação deixar de concorrer definitivamente em qualquer etapa do pleito, será feita nova distribuição do tempo entre os remanescentes (Lei nº 9.504/1997, art. 47, § 5º).

§ 5º O candidato cujo pedido de registro esteja *sub judice*, ou que, protocolado no prazo legal, ainda não tenha sido apreciado pelo Juiz Eleitoral, poderá participar do horário eleitoral gratuito (Lei nº 9.504/1997, arts. 16-A e 16-B).

§ 6º Na hipótese de dissidência partidária, o Juiz Eleitoral decidirá qual dos envolvidos poderá participar da distribuição do horário eleitoral gratuito.

§ 7º Aos partidos e às coligações que, após a aplicação dos critérios de distribuição referidos neste artigo, obtiverem direito a parcela do horário eleitoral inferior a trinta segundos, será assegurado o direito de acumulá-lo para uso em tempo equivalente.

§ 8º Para efeito do disposto nos §§ 1º e 2º, serão consideradas as eventuais novas totalizações do resultado das eleições de 2014 que ocorram até o dia 15 de agosto de 2016.

§ 9º O Juiz Eleitoral, os representantes das emissoras de rádio e de televisão e os representantes dos partidos políticos, por ocasião da elaboração do plano de mídia, compensarão sobras e excessos, respeitando o horário reservado para propaganda eleitoral gratuita.

Art. 40. Nos municípios em que não haja emissora de rádio e de televisão, a Justiça Eleitoral garantirá aos partidos políticos participantes do pleito a veiculação de propaganda eleitoral gratuita nas localidades aptas à realização de segundo turno de eleições e nas quais seja operacionalmente viável realizar a retransmissão (Lei nº 9.504/1997, art. 48).

§ 1º A maioria dos órgãos municipais de direção dos partidos políticos participantes do pleito poderão requerer ao Tribunal Regional Eleitoral, até 15 de agosto de 2016, a veiculação da propaganda em rede pelas emissoras que os atingem.

§ 2º O Tribunal Regional Eleitoral efetuará, até 17 de agosto de 2016, a indicação das emissoras que transmitirão a propaganda dos candidatos para cada município requerente, de acordo com a orientação da maioria dos órgãos regionais dos partidos políticos envolvidos.

§ 3º Havendo um número de emissoras menor que o de municípios requerentes, a escolha das localidades que terão seus programas eleitorais transmitidos será feita na ordem do maior número de eleitores de cada município.

§ 4º Havendo um número de emissoras maior que o de municípios requerentes, as demais emissoras não contempladas pela escolha a que se refere o § 2º transmitirão o programa eleitoral do município no qual esteja localizada a sua antena transmissora.

§ 5º Ao município no qual esteja localizada a antena transmissora, fica assegurada a transmissão do programa eleitoral em pelo menos uma emissora.

§ 6º Não havendo consenso da maioria dos órgãos regionais dos partidos políticos para a indicação de que trata o § 2º, a Justiça Eleitoral procederá à indicação, de acordo com o eleitorado de cada município e com o alcance de cada emissora, de forma a contemplar o maior número de municípios possível.

§ 7º Na hipótese do § 6º, havendo igualdade de alcance do sinal de uma ou mais emissoras para determinado município, a Justiça Eleitoral, se persistir a ausência de consenso entre os órgãos regionais dos partidos políticos, procederá ao sorteio das emissoras.

§ 8º Na hipótese prevista neste artigo, os partidos políticos, as coligações e os candidatos serão responsáveis pelo transporte e entrega das mídias que contêm a propaganda eleitoral na sede da emissora geradora localizada em outro município.

Art. 41. Se houver segundo turno, as emissoras reservarão, a partir de quarenta e oito horas da proclamação provisória dos resultados do primeiro turno e até 28 de outubro de 2016, horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita:

I - em rede, dividido em dois blocos diários de vinte minutos, iniciando-se às 7 horas e às 12 horas, no rádio, e às 13 horas e às 20 horas e 30 minutos, na televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 49, *caput*);

II - em setenta minutos diários em inserções, nos termos do inciso II do art. 37.

§ 1º O tempo de propaganda em rede e em inserções será dividido igualmente entre os partidos políticos ou as coligações dos dois candidatos que disputam o segundo turno.

§ 2º A Justiça Eleitoral elaborará nova grade de exibição das inserções, iniciando-se a veiculação pelo candidato mais votado no primeiro turno, com a alternância da ordem a cada programa ou veiculação de inserção.

§ 3º Nos municípios em que ocorrer segundo turno, mas não houver emissora de televisão, os partidos políticos poderão requerer a transmissão da propaganda eleitoral gratuita na forma do § 1º do art. 40, tão logo divulgado o resultado provisório do primeiro turno das eleições.

§ 4º Requerida a transmissão nos termos do § 3º, a Justiça Eleitoral, até a antevéspera do início da propaganda do segundo turno, deverá indicar a(s) emissora(s) que ficará(ão) responsável(is) pela geração, adotando os procedimentos previstos nos §§ 2º e seguintes do art. 40, inclusive as relativas à entrega da mídia e do plano de mídia na sede da geradora.

Art. 42. Para os fins previstos no art. 38, deverão ser observados:

I - o plano de mídia e o tempo de propaganda serão calculados considerando-se o número de partidos políticos ou de coligações que requereram registro de candidatos para cada eleição e poderão ser alterados se, por qualquer motivo, deixarem de ter candidato;

II - definidos o plano de mídia e os tempos de propaganda eleitoral ou verificada qualquer alteração posterior, os Juízes Eleitorais darão ciência aos partidos políticos e às coligações que disputam o pleito e a todas as emissoras responsáveis pela transmissão da propaganda no município;

III - as emissoras deverão organizar-se e informar à Justiça Eleitoral e aos partidos políticos e às coligações quais serão os períodos e as emissoras responsáveis pela geração da propaganda, ou se adotarão a formação de *pool* de emissoras, nos termos do art. 43;

IV - caso não haja acordo entre as emissoras, o Juiz Eleitoral dividirá o período da propaganda pela quantidade de emissoras disponíveis e atribuirá, por sorteio, a responsabilidade pela geração da propaganda durante os períodos resultantes;

V - na distribuição das inserções dentro da grade de programação, as emissoras deverão observar os blocos de audiência entre as 5 e as 11 horas, as 11 e as 18 horas, e as 18 e as 24 horas, previstos no plano de mídia, e veicular as inserções de modo uniforme e com espaçamento equilibrado, evitando ainda que duas ou mais sejam exibidas no mesmo intervalo comercial, inclusive quando se tratar de outro candidato, ressalvada a hipótese de o partido ou a coligação dispor de mais inserções do que a quantidade de intervalos disponíveis (Lei nº 9.504/1997, art. 51, parágrafo único);

VI - as inserções serão de trinta segundos e os partidos políticos e as coligações poderão optar por, dentro de um mesmo bloco, agrupá-las em módulos de sessenta segundos;

VII - os partidos políticos e as coligações que optarem por agrupar inserções dentro do mesmo bloco de exibição deverão comunicar essa intenção às emissoras com a antecedência mínima de quarenta e oito horas, a fim de que elas possam efetuar as alterações necessárias em sua grade de programação;

VIII - na distribuição das inserções para a eleição de vereadores, considerado o tempo diário de vinte e oito minutos, a divisão das cinquenta e seis inserções possíveis entre os três blocos de audiência, de que trata o inciso V, será feita atribuindo-se, diariamente, de forma alternada, dezenove inserções para dois blocos de audiência e dezoito para um bloco de audiência.

Art. 43. Nos municípios em que a veiculação da propaganda eleitoral for realizada por mais de uma emissora de rádio ou de televisão, as emissoras geradoras poderão reunir-se em grupo único, o qual ficará encarregado do recebimento das mídias que contêm a propaganda eleitoral e

será responsável pela geração do sinal que deverá ser retransmitido por todas as emissoras.

§ 1º Na hipótese de formação de grupo único, a Justiça Eleitoral, de acordo com a disponibilidade existente, poderá designar local para o funcionamento de posto de atendimento.

§ 2º Até o dia 25 de agosto de 2016, as emissoras distribuirão, entre si, as atribuições relativas ao fornecimento de equipamentos e mão de obra especializada para a geração da propaganda eleitoral, bem como definirão:

I - a forma de veiculação de sinal único de propaganda; e

II - a forma pela qual todas as emissoras deverão captar e retransmitir o sinal.

Art. 44. Independentemente do meio de geração, os partidos políticos e as coligações deverão apresentar mapas de mídia diários ou periódicos às emissoras, em formulário constante no Anexo III, observados os seguintes requisitos:

I - nome do partido político ou da coligação;

II - título ou número do filme a ser veiculado;

III - duração do filme;

IV - dias e faixas de veiculação;

V - nome e assinatura de pessoa credenciada pelos partidos políticos e pelas coligações para a entrega das mídias com os programas que serão veiculados, nos termos dos §§ 1º e 2º.

§ 1º Os partidos políticos e as coligações deverão indicar ao grupo de emissoras ou à emissora responsável pela geração, até o dia 25 de agosto de 2016, as pessoas autorizadas a entregar os mapas e as mídias, comunicando eventual substituição com vinte e quatro horas de antecedência mínima.

§ 2º O credenciamento de pessoas autorizadas a entregar os mapas e as mídias obedecerá ao modelo estabelecido na forma do Anexo I e

deverá ser assinado por representante ou por advogado do partido ou da coligação.

§ 3º Sem prejuízo do prazo para a entrega das mídias, os mapas de mídia deverão ser apresentados ao grupo de emissoras ou à emissora responsável pela geração do sinal de televisão até as 14 horas da véspera de sua veiculação.

§ 4º Para as transmissões previstas para sábados, domingos e segundas-feiras, os mapas deverão ser apresentados ao grupo de emissoras ou à emissora responsável pela geração até as 14 horas da sexta-feira imediatamente anterior.

§ 5º O grupo de emissoras ou a emissora responsável pela geração ficam eximidas de responsabilidade decorrente de transmissão de programa em desacordo com os mapas de mídia apresentados, quando não observado o prazo estabelecido nos §§ 3º e 4º.

§ 6º O grupo de emissoras e a emissora responsável pela geração estarão desobrigadas do recebimento de mapas de mídia e mídias que não forem encaminhados pelas pessoas credenciadas.

§ 7º O grupo de emissoras e as emissoras responsáveis pela geração deverão fornecer à Justiça Eleitoral, aos partidos políticos e às coligações, por meio do formulário estabelecido no Anexo II, seus telefones, endereços – inclusive eletrônico –, números de fac-símile e nomes das pessoas responsáveis pelo recebimento de mapas e de mídias, até o dia 25 de agosto de 2016.

§ 8º Na hipótese de o grupo de emissoras ou de as emissoras responsáveis pela geração não fornecerem os dados de que trata o § 7º, as entregas dos mapas de mídia e das mídias com as gravações da propaganda eleitoral serão consideradas como válidas se enviadas ou entregues na portaria da sede da emissora ou enviadas para qualquer número de fac-símile de propriedade da emissora, que arcará com a responsabilidade por eventual omissão ou desacerto na geração da propaganda eleitoral.

Art. 45. As mídias com as gravações da propaganda eleitoral no rádio e na televisão serão entregues ao grupo de emissoras ou à emissora responsável pela geração, inclusive nos sábados, domingos e feriados, com a antecedência mínima (Lei nº 9.504/1997, art. 47, § 8º):

I - de seis horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso dos programas em rede;

II - de doze horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso das inserções.

Parágrafo único. Por ocasião da elaboração do plano de mídia, as emissoras, os partidos e as coligações poderão acordar outros prazos, sob a supervisão do Juiz Eleitoral.

Art. 46. As mídias apresentadas deverão ser individuais, delas constando apenas uma peça de propaganda eleitoral, seja ela destinada a bloco ou a modalidade de inserções, e deverão ser gravadas e apresentadas em meio de armazenamento compatível com as condições técnicas da emissora geradora.

§ 1º As emissoras deverão informar, por ocasião da realização da reunião do plano de mídia, os tipos compatíveis de armazenamento aos órgãos municipais dos partidos políticos do município cuja propaganda será veiculada por elas.

§ 2º Em cada mídia o partido político ou a coligação deverá incluir a claquete, da qual deverão estar registradas as informações constantes nos incisos I a IV do *caput* do art. 44, que servirão para controle interno da emissora, não devendo ser veiculadas ou computadas no tempo reservado para o programa eleitoral.

Art. 47. As mídias serão entregues nas emissoras por meio de formulário em modelo estabelecido no Anexo IV, em duas vias, sendo uma para recibo.

§ 1º As mídias deverão estar identificadas no lado externo, com o nome do partido político ou da coligação, o título da propaganda, o tempo de exibição, a referência alfanumérica, a data e o período de veiculação

e o município ao qual se destinam; essas informações deverão coincidir com as constantes no formulário de entrega, bem como com as da claquete que deverá ser gravada antes da propaganda.

§ 2º No momento da entrega das mídias e na presença do representante credenciado do partido político ou da coligação, será efetuada a conferência da qualidade da mídia e da duração do programa.

§ 3º Constatada a perfeição técnica do material, o formulário de entrega será protocolado, permanecendo uma via no local, sendo a outra devolvida à pessoa autorizada.

§ 4º Verificada incompatibilidade, erro ou defeito na mídia ou inadequação dos dados com a descrição constante no formulário de entrega, o material será devolvido ao portador, com o registro das razões da recusa nas duas vias do formulário de entrega, permanecendo uma na emissora ou no posto de atendimento.

Art. 48. Se o partido político ou a coligação, dentro dos horários de entrega permitidos, desejar substituir a propaganda por outra a ser exibida no lugar da anteriormente indicada, deverá, além de respeitar o prazo de entrega do material, indicar, com destaque, que a nova mídia substitui a anterior.

Art. 49. Caso o partido político ou a coligação não entregue, na forma e no prazo previstos, a mídia que contém o programa ou inserção a ser veiculado, ou ela não apresente condições técnicas para a sua veiculação, deverá ser retransmitido, no horário reservado a esse partido político ou coligação, o último programa ou inserção entregue.

§ 1º Se nenhum programa tiver sido entregue, será levada ao ar apenas a informação de que tal horário se encontra reservado para a propaganda eleitoral do respectivo partido ou coligação.

§ 2º Na propaganda em bloco, as emissoras deverão cortar de sua parte final o que ultrapassar o tempo atribuído ao partido ou à coligação e, caso a duração seja insuficiente, o tempo será completado pela emissora

geradora com a veiculação dos seguintes dizeres: “Horário reservado à propaganda eleitoral gratuita – Lei nº 9.504/97”.

§ 3º Na propaganda em inserções, caso a duração ultrapasse o estabelecido no plano de mídia, a parte final e excedente da inserção será cortada.

§ 4º Na hipótese de algum partido político ou coligação não entregar o mapa de mídia indicando qual inserção deverá ser veiculada em determinado horário, as emissoras poderão transmitir qualquer inserção anteriormente entregue que não tenha sido obstada por ordem judicial.

§ 5º Na hipótese de nenhum dos partidos políticos entregar a propaganda eleitoral do município que não possua emissora de televisão e seja contemplado pelos termos do art. 40, a emissora de televisão deverá transmitir a propaganda eleitoral do seu município de origem.

Art. 50. As gravações da propaganda eleitoral deverão ser conservadas pelo prazo de vinte dias depois de transmitidas pelas emissoras de até um quilowatt e pelo prazo de trinta dias pelas demais (Lei nº 4.117/1962, art. 71, § 3º, com alterações do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967).

Parágrafo único. Durante os períodos mencionados no *caput*, as gravações ficarão no arquivo da emissora, mas à disposição da Justiça Eleitoral, para servir como prova sempre que requerido.

Art. 51. Não serão admitidos cortes instantâneos ou qualquer tipo de censura prévia nos programas eleitorais gratuitos (Lei nº 9.504/1997, art. 53, *caput*).

§ 1º É vedada a veiculação de propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos, sujeitando-se o partido político ou a coligação que cometeu infração à perda do direito à veiculação de propaganda no horário eleitoral gratuito do dia seguinte ao da decisão (Lei nº 9.504/1997, arts. 51, inciso IV, e 53, § 1º).

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a requerimento de partido político, de coligação ou de candidato, a Justiça Eleitoral impedirá a reapresentação de propaganda eleitoral gratuita ofensiva à honra de candidato, à moral e aos bons costumes (Lei nº 9.504/1997, art. 53, § 2º).

§ 3º A reiteração de conduta que já tenha sido punida pela Justiça Eleitoral poderá ensejar a suspensão temporária da participação do partido político ou da coligação no programa eleitoral gratuito.

Art. 52. É vedado aos partidos políticos e às coligações incluir no horário destinado aos candidatos às eleições proporcionais propaganda das candidaturas a eleições majoritárias, ou vice-versa, ressalvada a utilização, durante a exibição do programa, de legendas com referência aos candidatos majoritários, ou, ao fundo, de cartazes ou fotografias desses candidatos, ficando autorizada a menção ao nome e ao número de qualquer candidato do partido ou da coligação (Lei nº 9.504/1997, art. 53-A, *caput* e § 2º).

§ 1º É facultada a inserção de depoimento de candidatos a eleições proporcionais no horário da propaganda das candidaturas majoritárias e vice-versa, registrados sob o mesmo partido ou coligação, desde que o depoimento consista exclusivamente em pedido de voto ao candidato que cedeu o tempo e não exceda vinte e cinco por cento do tempo de cada programa ou inserção (Lei nº 9.504/1997, arts. 53-A, § 1º, e 54).

§ 2º O partido político ou a coligação que não observar a regra constante neste artigo perderá, em seu horário de propaganda gratuita, tempo equivalente no horário reservado à propaganda da eleição disputada pelo candidato beneficiado (Lei nº 9.504/1997, art. 53-A, § 3º).

Art. 53. Nos programas e inserções de rádio e de televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no § 2º, candidatos, caracteres com propostas, fotos, *jingles*, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como de seus apoiadores, inclusive os candidatos de que trata o § 1º do art. 52, que poderão dispor de até vinte e cinco por cento do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens,

computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais (Lei nº 9.504/1997, art. 54).

§ 1º No segundo turno das eleições não será permitida, nos programas de que trata este artigo, a participação de filiados a partidos que tenham formalizado o apoio a outros candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 54, § 1º).

§ 2º Será permitida a veiculação de entrevistas com o candidato e de cenas externas nas quais ele, pessoalmente, exponha (Lei nº 9.504/1997, art. 54, § 2º):

I - realizações de governo ou da administração pública;

II - falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral;

III - atos parlamentares e debates legislativos.

Art. 54. Na propaganda eleitoral gratuita, é vedado ao partido político, à coligação ou ao candidato, transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados, assim como usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou de vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito (Lei nº 9.504/1997, art. 55, *caput*, c.c. o art. 45, *caput* e incisos I e II).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o partido político ou a coligação à perda de tempo equivalente ao dobro do usado na prática do ilícito, no período do horário gratuito subsequente, dobrada a cada reincidência, devendo, o tempo correspondente ser veiculado após o programa dos demais candidatos com a informação de que a não veiculação do programa resulta de infração da lei eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 55, parágrafo único).

Art. 55. Durante toda a transmissão pela televisão, em bloco ou em inserções, a propaganda deverá ser identificada pela legenda “propaganda eleitoral gratuita” e pelo município a que se refere.

Parágrafo único. A identificação de que trata o *caput* é de responsabilidade dos partidos políticos e das coligações.

Art. 56. Competirá aos partidos políticos e às coligações distribuir entre os candidatos registrados os horários que lhes forem destinados pela Justiça Eleitoral.

Art. 57. Na divulgação de pesquisas no horário eleitoral gratuito devem ser informados, com clareza, o período de sua realização e a margem de erro, não sendo obrigatória a menção aos concorrentes, desde que o modo de apresentação dos resultados não induza o eleitor em erro quanto ao desempenho do candidato em relação aos demais.

Art. 58. As emissoras deverão, até o dia 16 de agosto de 2016, independentemente de intimação, indicar expressamente aos Juízes Eleitorais os seus respectivos endereços, incluindo o eletrônico, e o número de fac-símile pelos quais receberão ofícios, intimações ou citações; deverão ainda indicar o nome de representante ou de procurador com domicílio no município e poderes para representar a empresa e, em seu nome, receber citações pessoais.

Parágrafo único. Na hipótese de a emissora não atender o disposto neste artigo, os ofícios, as intimações e as citações encaminhados pela Justiça Eleitoral serão considerados como válidos no momento de sua entrega na portaria da sede da emissora ou quando transmitidos para qualquer número de fac-símile de propriedade da emissora.

Art. 59. As emissoras que sejam obrigadas por lei a transmitir a propaganda eleitoral não poderão deixar de fazê-lo sob a alegação de desconhecerem as informações relativas à captação do sinal e à veiculação da propaganda eleitoral.

§ 1º As emissoras não poderão deixar de exibir a propaganda eleitoral, salvo se o partido político ou a coligação deixar de entregar ao grupo de emissoras ou à emissora geradora a respectiva mídia, hipótese na qual

deverá ser reexibida a propaganda anterior ou veiculado o aviso previsto nesta resolução.

§ 2º Não sendo transmitida a propaganda eleitoral, o Juiz Eleitoral, a requerimento dos partidos políticos, das coligações, dos candidatos ou do Ministério Público Eleitoral, poderá determinar a intimação pessoal dos representantes da emissora para que obedecam, imediatamente, às disposições legais vigentes e transmitam a propaganda eleitoral gratuita, sem prejuízo do ajuizamento da ação cabível para a apuração de responsabilidade ou de eventual abuso, a qual, observados o contraditório e a ampla defesa, será decidida, com a aplicação das sanções cabíveis.

§ 3º Constatado, na hipótese prevista no § 2º, que houve a divulgação da propaganda eleitoral de apenas um ou de alguns partidos políticos e/ou coligações, o Juiz Eleitoral poderá determinar a exibição da propaganda eleitoral do(s) partido(s) político(s) ou coligação(ões) preterido(as) no horário da programação normal da emissora imediatamente posterior ao reservado para a propaganda eleitoral, arcando a emissora com os custos de tal exibição.

§ 4º Verificada a exibição da propaganda eleitoral com falha técnica relevante, atribuída à emissora, que comprometa a sua compreensão, o Juiz Eleitoral determinará as providências necessárias a serem observadas para que o fato não se repita e, se for o caso, determinará nova exibição da propaganda nos termos do § 3º.

§ 5º Erros técnicos na geração da propaganda eleitoral não excluirão a responsabilidade das emissoras que não estavam encarregadas da geração por eventual retransmissão que venha a ser determinada pela Justiça Eleitoral.

Art. 60. A requerimento do Ministério Público, de partido, de coligação ou de candidato, a Justiça Eleitoral poderá determinar a suspensão, por vinte e quatro horas, da programação normal de emissora que deixar de cumprir as disposições desta resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 56; e Constituição Federal, art. 127):

§ 1º No período de suspensão a que se refere este artigo, a Justiça Eleitoral veiculará mensagem de orientação ao eleitor, intercalada, a cada quinze minutos (Lei nº 9.504/1997, art. 56, § 1º).

§ 2º Em cada reiteração de conduta, o período de suspensão será duplicado.

CAPÍTULO VIII

DAS PERMISSÕES E VEDAÇÕES NO DIA DA ELEIÇÃO

Art. 61. É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, *caput*).

§ 1º São vedados, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado e os instrumentos de propaganda referidos no *caput*, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 1º).

§ 2º No recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, de coligação ou de candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 2º).

§ 3º Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido que, de seus crachás, constem o nome e a sigla do partido político ou da coligação a que sirvam, vedada a padronização do vestuário (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 3º).

§ 4º No dia da eleição, serão afixadas cópias deste artigo em lugares visíveis nas partes interna e externa das seções eleitorais (Lei nº 9.504/1997, art. 39-A, § 4º).

§ 5º A violação dos §§ 1º a 3º configurará divulgação de propaganda, nos termos do inciso III do § 5º do art. 39 da Lei nº 9.504/1997.

CAPÍTULO IX

DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA ELEITORAL

Art. 62. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais (Lei nº 9.504/1997, art. 73, incisos I a VIII):

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, de partido político ou de coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos governos ou casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, de partido político ou de coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, de partido político ou de coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, a partir de 2 de julho de 2016 até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou conselhos de contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

e) a transferência ou a remoção *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários.

VI - a partir de 2 de julho de 2016 até a realização do pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito;

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de

seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 5 de abril de 2016 até a posse dos eleitos.

§ 1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 1º).

§ 2º A vedação do inciso I não se aplica ao uso, em campanha, pelos candidatos à reeleição aos cargos de prefeito e de vice-prefeito, de suas residências oficiais, com os serviços inerentes à sua utilização normal, para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 2º).

§ 3º As vedações do inciso VI, alíneas *b* e *c*, aplicam-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 3º).

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os agentes responsáveis à multa no valor de R\$5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 4º, c.c. o art. 78).

§ 5º Nos casos de descumprimento dos incisos do *caput* e do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997, sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma, sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 5º, c.c. o art. 78).

§ 6º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 6º).

§ 7º As condutas enumeradas no *caput* caracterizam ainda atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429/1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 7º).

§ 8º Aplicam-se as sanções do § 4º aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos políticos, às coligações e aos candidatos que delas se beneficiarem (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 8º).

§ 9º No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 10).

§ 10. Nos anos eleitorais os programas sociais de que trata o § 9º não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 11).

§ 11. Para a caracterização da reincidência de que trata o § 6º, não é necessário o trânsito em julgado de decisão que tenha reconhecido a prática de conduta vedada, bastando existir ciência da sentença ou do acórdão que tenha reconhecido a ilegalidade da conduta.

Art. 63. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos (Constituição Federal, art. 37, § 1º).

Parágrafo único. Configura abuso de autoridade, para os fins do disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, a infringência do fixado no *caput*, ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro de sua candidatura ou do diploma (Lei nº 9.504/1997, art. 74).

Art. 64. A partir de 2 de julho de 2016, na realização de inaugurações, é vedada a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/1997, art. 75).

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento do disposto neste artigo, sem prejuízo da suspensão imediata da conduta, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma (Lei nº 9.504/1997, art. 75, parágrafo único).

Art. 65. É proibido a qualquer candidato comparecer, a partir de 2 de julho de 2016, a inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/1997, art. 77, *caput*).

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma (Lei nº 9.504/1997, art. 77, parágrafo único).

§ 2º A realização de evento assemelhado ou que simule inauguração poderá ser apurada na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 ou ser verificada na ação de impugnação de mandato eletivo.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES PENAIS RELATIVAS À PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 66. Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de R\$5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$15.961,50 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 5º, incisos I a III):

I - o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;

II - a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna;

III - a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.

§ 1º O disposto no inciso III não inclui a manutenção da propaganda que tenha sido divulgada na Internet, no dia da eleição.

§ 2º As circunstâncias relativas ao derrame de material impresso de propaganda no dia da eleição ou na véspera, previstas no § 7º do art. 14 poderão ser apuradas para efeito do estabelecimento da culpabilidade dos envolvidos diante do crime de que trata o inciso III.

Art. 67. Constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de R\$10.641,00 (dez mil, seiscentos e quarenta e um reais) a R\$21.282,00 (vinte e um mil, duzentos e oitenta e dois reais), o uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, por empresa pública ou por sociedade de economia mista (Lei nº 9.504/1997, art. 40).

Art. 68. Constitui crime, punível com detenção de dois a quatro anos e multa de R\$15.000,00 (quinze mil reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na Internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, de partido ou de coligação (Lei nº 9.504/1997, art. 57-H, § 1º).

Parágrafo único. Igualmente incorrem em crime, punível com detenção de seis meses a um ano, com alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$30.000,00 (trinta mil reais), as pessoas contratadas na forma do *caput* (Lei nº 9.504/1997, art. 57-H, § 2º).

Art. 69. Constitui crime, punível com detenção de dois meses a um ano ou pagamento de cento e vinte a cento e cinquenta dias-multa, divulgar, na propaganda, fatos que se sabem inverídicos, em relação a partidos ou a candidatos, capazes de exercerem influência sobre o eleitorado (Código Eleitoral, art. 323, *caput*).

Parágrafo único. A pena é agravada se o crime é cometido pela imprensa, pela rádio ou pela televisão (Código Eleitoral, art. 323, parágrafo único).

Art. 70. Constitui crime, punível com detenção de seis meses a dois anos e pagamento de dez a quarenta dias-multa, caluniar alguém, na propaganda eleitoral ou para fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (Código Eleitoral, art. 324, *caput*).

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou a divulga (Código Eleitoral, art. 324, § 1º).

§ 2º A prova da verdade do fato imputado exclui o crime, mas não é admitida (Código Eleitoral, art. 324, § 2º, incisos I a III):

I - se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II - se o fato é imputado ao presidente da República ou a chefe de governo estrangeiro;

III - se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Art. 71. Constitui crime, punível com detenção de três meses a um ano e pagamento de cinco a trinta dias-multa, difamar alguém, na propaganda eleitoral ou para fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação (Código Eleitoral, art. 325, *caput*).

Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções (Código Eleitoral, art. 325, parágrafo único).

Art. 72. Constitui crime, punível com detenção de até seis meses ou pagamento de trinta a sessenta dias-multa, injuriar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro (Código Eleitoral, art. 326, *caput*).

§ 1º O Juiz pode deixar de aplicar a pena (Código Eleitoral, art. 326, § 1º, incisos I e II):

I - se o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata que consista em outra injúria.

§ 2º Se a injúria consiste em violência ou em vias de fato, que, por sua natureza ou meio empregado, se considere aviltante, a pena será de detenção de três meses a um ano e pagamento de cinco a vinte dias-multa, além das penas correspondentes à violência prevista no Código Penal (Código Eleitoral, art. 326, § 2º).

Art. 73. As penas cominadas nos arts. 324, 325 e 326 do Código Eleitoral serão aumentadas em um terço, se qualquer dos crimes for cometido (Código Eleitoral, art. 327, incisos I a III):

I - contra o presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;

II - contra funcionário público, em razão de suas funções;

III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da ofensa.

Art. 74. Constitui crime, punível com detenção de até seis meses ou pagamento de noventa a cento e vinte dias-multa, inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado (Código Eleitoral, art. 331).

Art. 75. Constitui crime, punível com detenção de até seis meses e pagamento de trinta a sessenta dias-multa, impedir o exercício de propaganda (Código Eleitoral, art. 332).

Art. 76. Constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e cassação do registro se o responsável for candidato, utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores (Código Eleitoral, art. 334).

Art. 77. Constitui crime, punível com detenção de três a seis meses e pagamento de trinta a sessenta dias-multa, fazer propaganda,

qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira (Código Eleitoral, art. 335).

Parágrafo único. Além da pena cominada, a infração a este artigo importa a apreensão e a perda do material utilizado na propaganda (Código Eleitoral, art. 335, parágrafo único).

Art. 78. Constitui crime, punível com o pagamento de trinta a sessenta dias-multa, não assegurar o funcionário postal a prioridade prevista no art. 239 do Código Eleitoral (Código Eleitoral, art. 338).

Art. 79. Constitui crime, punível com reclusão de até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa, dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita (Código Eleitoral, art. 299).

Art. 80. Aplicam-se aos fatos incriminados no Código Eleitoral e na Lei nº 9.504/1997 as regras gerais do Código Penal (Código Eleitoral, art. 287; e Lei nº 9.504/1997, art. 90, *caput*).

Art. 81. As infrações penais aludidas nesta resolução são puníveis mediante ação pública, e o processo seguirá o disposto nos arts. 357 e seguintes do Código Eleitoral (Código Eleitoral, art. 355; e Lei nº 9.504/1997, art. 90, *caput*).

Art. 82. Na sentença que julgar ação penal pela infração de qualquer dos arts. 68 a 72 e 74 a 77, deve o Juiz verificar, de acordo com o seu livre convencimento, se o diretório local do partido político, por qualquer dos seus membros, concorreu para a prática de delito, ou dela se beneficiou conscientemente (Código Eleitoral, art. 336, *caput*).

Parágrafo único. Nesse caso, o Juiz imporá ao diretório responsável pena de suspensão de sua atividade eleitoral pelo prazo de seis a doze meses, agravada até o dobro nas reincidências (Código Eleitoral, art. 336, parágrafo único).

Art. 83. Todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal prevista na legislação eleitoral deverá comunicá-la ao Juiz da Zona Eleitoral onde ela se verificou (Código Eleitoral, art. 356, *caput*).

§ 1º Quando a comunicação for verbal, mandará a autoridade judicial reduzi-la a termo, assinado pelo comunicante e por duas testemunhas, e remeterá ao órgão do Ministério Público local, que procederá na forma do Código Eleitoral (Código Eleitoral, art. 356, § 1º).

§ 2º Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou outros elementos de convicção, deverá requisitá-los diretamente de quaisquer autoridades ou funcionários que possam fornecê-los (Código Eleitoral, art. 356, § 2º).

Art. 84. Para os efeitos da Lei nº 9.504/1997, respondem penalmente pelos partidos políticos e pelas coligações os seus representantes legais (Lei nº 9.504/1997, art. 90, § 1º).

Art. 85. Nos casos de reincidência no descumprimento dos arts. 66 e 67, as penas pecuniárias serão aplicadas em dobro (Lei nº 9.504/1997, art. 90, § 2º).

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86. A representação relativa à propaganda irregular deve ser instruída com prova da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, caso este não seja por ela responsável (Lei nº 9.504/1997, art. 40-B).

§ 1º A responsabilidade do candidato estará demonstrada se este, intimado da existência da propaganda irregular, não providenciar, no prazo de quarenta e oito horas, sua retirada ou regularização e, ainda, se as circunstâncias e as peculiaridades do caso específico revelarem a impossibilidade de o beneficiário não ter tido conhecimento da propaganda (Lei nº 9.504/97, art. 40-B, parágrafo único).

§ 2º A intimação de que trata o § 1º poderá ser realizada por candidato, partido político, coligação, Ministério Público ou pela Justiça Eleitoral, por meio de comunicação feita diretamente ao responsável ou beneficiário da propaganda, com prova de recebimento, devendo dela constar a precisa identificação da propaganda apontada como irregular.

Art. 87. A comprovação do cumprimento das determinações da Justiça Eleitoral relacionadas à propaganda realizada em desconformidade com o disposto na Lei nº 9.504/1997 poderá ser apresentada no Juízo Eleitoral, na hipótese de candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 5º).

Art. 88. A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia ou de violação de postura municipal, casos em que se deve proceder na forma prevista no art. 40 da Lei nº 9.504/1997 (Lei nº 9.504/1997, art. 41, *caput*).

§ 1º O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral será exercido pelos Juízes Eleitorais e pelos Juízes designados pelos Tribunais Regionais Eleitorais (Lei nº 9.504/1997, art. 41, § 1º).

§ 2º O poder de polícia se restringe às providências necessárias para inibir práticas ilegais, vedada a censura prévia sobre o teor dos programas e matérias jornalísticas a serem exibidos na televisão, no rádio, na Internet e na imprensa escrita (Lei nº 9.504/1997, art. 41, § 2º).

§ 3º No caso de condutas sujeitas a penalidades, o Juiz Eleitoral delas cientificará o Ministério Público, para os fins previstos nesta resolução.

Art. 89. Ressalvado o disposto no art. 26 e incisos da Lei nº 9.504/1997, constitui captação ilegal de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de R\$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) a R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto nos incisos I a XIII do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei nº 9.504/1997, art. 41-A).

§ 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir (Lei nº 9.504/1997, art. 41-A, § 1º).

§ 2º As sanções previstas no *caput* se aplicam contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça à pessoa, com o fim de obter-lhe o voto (Lei nº 9.504/1997, art. 41-A, § 2º).

§ 3º A representação prevista no *caput* poderá ser ajuizada até a data da diplomação (Lei nº 9.504/1997, art. 41-A, § 3º).

Art. 90. Ninguém poderá impedir a propaganda eleitoral nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados, bem como realizar propaganda eleitoral vedada por lei ou por esta resolução (Código Eleitoral, art. 248).

Art. 91. A requerimento do interessado, a Justiça Eleitoral adotará as providências necessárias para coibir, no horário eleitoral gratuito, propaganda que se utilize de criação intelectual sem autorização do respectivo autor ou titular.

Parágrafo único. A indenização pela violação do direito autoral deverá ser pleiteada na Justiça Comum.

Art. 92. É vedada a utilização de artefato que se assemelhe a urna eletrônica como veículo de propaganda eleitoral (Res.-TSE nº 21.161/2002).

Art. 93. As disposições desta resolução se aplicam às emissoras de rádio e de televisão comunitárias, às emissoras de televisão que operam em VHF e UHF, aos provedores de Internet e aos canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais (Lei nº 9.504/1997, arts. 57 e 57-A).

Parágrafo único. Aos canais de televisão por assinatura não compreendidos no *caput*, será vedada a veiculação de qualquer propaganda eleitoral, salvo a retransmissão integral do horário eleitoral gratuito e a realização de debates, observadas as disposições legais.

Art. 94. As emissoras de rádio e de televisão terão direito à compensação fiscal pela cessão do horário gratuito previsto nesta resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 99).

Art. 95. A requerimento de partido político, de coligação, de candidato ou do Ministério Público, a Justiça Eleitoral poderá determinar a suspensão, por vinte e quatro horas, da programação normal de emissora de rádio ou de televisão ou do acesso a todo o conteúdo informativo dos sítios da Internet, quando deixarem de cumprir as disposições da Lei nº 9.504/1997, observado o rito do art. 96 dessa lei (Lei nº 9.504/1997, arts. 56 e 57-I).

§ 1º No período de suspensão a que se refere este artigo, a Justiça Eleitoral veiculará mensagem de orientação ao eleitor, intercalada, a cada quinze minutos, e a empresa responsável pelo sítio na Internet informará que se encontra temporariamente inoperante por desobediência à lei eleitoral (Lei nº 9.504/1997, arts. 56, § 1º, e 57-I, § 2º).

§ 2º A cada reiteração de conduta, o período de suspensão será duplicado (Lei nº 9.504/1997, arts. 56, § 2º, e 57-I, § 1º).

Art. 96. O Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar, no período compreendido entre 16 de julho e 15 de agosto de 2016, bem como nos três dias que antecedem o do pleito, até dez minutos diários requisitados das emissoras de rádio e de televisão, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, comunicados, boletins e instruções ao eleitorado (Lei nº 9.504/1997, art. 93).

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral, a seu juízo exclusivo, poderá ceder parte do tempo referido no *caput* para utilização por Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 97. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho de 2016, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e de televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro (Lei nº 9.504/1997, art. 93-A).

Art. 98. As autoridades administrativas federais, estaduais e municipais proporcionarão aos partidos políticos e às coligações, em igualdade

de condições, as facilidades permitidas para a respectiva propaganda (Código Eleitoral, art. 256).

Parágrafo único. A partir de 16 de agosto de 2016, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, nas sedes dos diretórios nacionais, regionais e municipais devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas (Código Eleitoral, art. 256, § 1º).

Art. 99. O serviço de qualquer repartição federal, estadual ou municipal, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realize contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou coligação (Código Eleitoral, art. 377, *caput*).

Parágrafo único. O disposto no *caput* será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, de representante partidário ou de qualquer eleitor (Código Eleitoral, art. 377, parágrafo único).

Art. 100. Aos partidos políticos e às coligações é assegurada a prioridade postal a partir de 3 de agosto de 2016, para a remessa de material de propaganda de seus candidatos (Código Eleitoral, art. 239).

Art. 101. No prazo de até trinta dias após a eleição, os candidatos, os partidos políticos e as coligações deverão remover a propaganda eleitoral, com a restauração do bem em que afixada, se for o caso.

Parágrafo único. O descumprimento do que determinado no *caput* sujeitará os responsáveis às consequências previstas na legislação comum aplicável.

Art. 102. O material da propaganda eleitoral gratuita deverá ser retirado das emissoras sessenta dias após a respectiva divulgação, sob pena de sua destruição.

Art. 103. Na fixação das multas de natureza não penal, o Juiz Eleitoral deverá considerar a condição econômica do infrator, a gravidade do fato e a repercussão da infração, sempre justificando a aplicação do valor acima do mínimo legal.

Parágrafo único. A multa pode ser aumentada até dez vezes, se o Juiz ou Tribunal considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo (Código Eleitoral, art. 367, § 2º).

Art. 104. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI – PRESIDENTE

MINISTRO GILMAR MENDES – RELATOR

MINISTRO LUIZ FUX

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA

MINISTRA LUCIANA LÓSSIO

ANEXO I

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 CRENCIAMENTO PARA ENTREGA DE PROPAGANDA ELEITORAL (MAPAS E MÍDIAS)
MUNICÍPIO:

ÁREA RESERVADA PARA PROTOCOLO			
PROTOCOLO Nº:	/2016	DATA:	HORA:

PARTIDO/COLIGAÇÃO:
REPRESENTANTE LEGAL: <i>(anexar procuração ou ato partidário com poderes para representar o partido/coligação)</i>
TELEFONES PARA CONTATO:
<input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DE MAPAS E MÍDIAS DE PROPAGANDA ELEITORAL
NOME:
DOCUMENTO:
TELEFONES PARA CONTATO:
NOME:
DOCUMENTO:
TELEFONES PARA CONTATO:
NOME:
DOCUMENTO:
TELEFONES PARA CONTATO:
<input type="checkbox"/> EXCLUSÃO DE NOME
NOME:
NÚMERO DE PROTOCOLO DA AUTORIZAÇÃO ORIGINAL:
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO PARTIDO/COLIGAÇÃO

ANEXO II

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 CADASTRO DE EMISSORAS - à ZONA ELEITORAL - MUNICÍPIO:
--

ÁREA RESERVADA PARA PROTOCOLO

EMISSORA:
RAZÃO SOCIAL:
REPRESENTANTE LEGAL: <i>(anexar procuração ou ato com poderes para representar a emissora)</i>
ENDEREÇO: Nº
BAIRRO: MUNICÍPIO/UF:
TELEFONES PARA CONTATO:
FAC-SÍMILE:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
<input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MAPAS E MÍDIAS DE PROPAGANDA ELEITORAL
NOME:
DOCUMENTO:
TELEFONES PARA CONTATO:
NOME:
DOCUMENTO:
TELEFONES PARA CONTATO:
<input type="checkbox"/> EXCLUSÃO DE NOME
NOME:
NÚMERO DE PROTOCOLO DA AUTORIZAÇÃO ORIGINAL:
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III**ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016
PROTOCOLO DE ENTREGA DE PROPAGANDA ELEITORAL (MAPA DE MÍDIA)****MUNICÍPIO:** _____**ÁREA RESERVADA PARA PROTOCOLO****PROTOCOLO Nº:** _____/2016 **DATA:** _____**HORA:** _____**DADOS DO INTERESSADO****PARTIDO/COLIGAÇÃO:** _____**ENTREGADOR AUTORIZADO:** _____**TELEFONES PARA CONTATO:** _____**MAPA REFERENTE AO PERÍODO:** _____**PROGRAMA:** () **BLOCO** () **INSERÇÕES****OBSERVAÇÕES:**

_____**ASSINATURA DO ENTREGADOR AUTORIZADO**

ANEXO IV

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 PROTOCOLO DE ENTREGA DE PROPAGANDA ELEITORAL (MÍDIAS)
MUNICÍPIO:

ÁREA RESERVADA PARA PROTOCOLO
PROTOCOLO Nº: _____ /2016 DATA: _____ HORA: _____
() MÍDIA COM BOA QUALIDADE TÉCNICA
() MÍDIA RECUSADA (<i>especificar no campo observações os motivos da recusa</i>)

DADOS DO INTERESSADO:
PARTIDO/COLIGAÇÃO: _____
ENTREGADOR AUTORIZADO: _____
TELEFONES PARA CONTATO: _____
CONTEÚDO DA MÍDIA: (<i>conforme consta da claquete</i>)
() NOVO PROGRAMA () BLOCO () INSERÇÕES
DURAÇÃO: _____ MINUTOS _____ SEGUNDOS
TÍTULO: _____
REFERÊNCIA: _____
DATA PREVISTA PARA EXIBIÇÃO: _____ HORÁRIO/BLOCO: _____
() DIREITO DE RESPOSTA () BLOCO () INSERÇÕES
PROCESSO JUDICIAL Nº: _____
DURAÇÃO: _____ MINUTOS _____ SEGUNDOS
TÍTULO: _____
REFERÊNCIA: _____
DATA PREVISTA PARA EXIBIÇÃO: _____ HORÁRIO/BLOCO: _____
OBSERVAÇÕES:
ASSINATURA DO ENTREGADOR AUTORIZADO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Senhor Presidente, submeto à apreciação deste Plenário a instrução que dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral para o pleito de 2016.

Inicialmente, informo que, na Portaria nº 43 de 4.2.2015, fui designado relator das instruções das eleições de 2016 pelo presidente deste Tribunal Superior, Ministro Dias Toffoli.

Em 19 de março de 2015, oficiei a todos os tribunais regionais eleitorais para que enviassem ideias e sugestões relativas às instruções das eleições de 2016, tendo as manifestações recebidas (Protocolo-TSE nº 6.712/2015) sido consideradas na elaboração do texto inicial.

Em 5 de novembro de 2015, foi realizada audiência pública referente a esta instrução para apresentação de sugestões pelos interessados. Na ocasião houve cinco manifestações orais e posteriormente foram recebidos neste Tribunal documentos com sugestões relativas ao texto disponibilizado no sítio do TSE.

Na minuta de resolução encaminhada aos gabinetes de Vossas Excelências consideraram-se as sugestões enviadas pelas Cortes Regionais, pelos grupos de trabalho e pelas unidades técnicas do Tribunal Superior Eleitoral, bem como as que foram colhidas em decorrência da mencionada audiência pública. Registro ainda a valorosa contribuição do Ministro Henrique Neves da Silva.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (relator): Senhor Presidente, nos termos da proposta que encaminhei a Vossas Excelências,

submeto à apreciação desta Corte a minuta de resolução anexa, destinada a regulamentar os procedimentos atinentes à propaganda eleitoral, condutas ilícitas em campanha eleitoral e utilização e geração do horário eleitoral gratuito nas eleições de 2016, matérias reunidas em um único instrumento normativo, por sugestão do Grupo de Trabalho Candidaturas – GT-Cand, em razão da identidade e correlação dos temas.

Ressalto que na elaboração da minuta houve estrita observância aos preceitos da Lei nº 9.504/1997, em especial aos arts. 36 a 57 e 73 a 78, que disciplinam, respectivamente, a propaganda eleitoral e utilização e geração do horário eleitoral gratuito e condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral.

Em virtude da diretriz daí decorrente, foram incluídas todas as alterações promovidas pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, denominada Reforma Política, cuja edição objetivou precipuamente reduzir os custos das campanhas eleitorais e, conseqüentemente, impedir o abuso do poder econômico e o uso da máquina pública nas eleições.

Dentre as inovações previstas na minuta de instrução destaco:

a) a propaganda eleitoral antes permitida a partir do dia 5 de julho do ano da eleição passa a ser autorizada somente após o dia 15 de agosto do ano do pleito (art. 1º);

b) a proporção mínima na propaganda do nome do candidato a vice, antes de 10%, passa a ser de 30% em relação ao nome do titular. Além disso, a resolução contempla dispositivo que incorpora a jurisprudência deste Tribunal para estabelecer que a aferição da dimensão da propaganda deverá ser feita “de acordo com a proporção entre os tamanhos das fontes (altura e comprimento das letras) empregadas na grafia dos nomes dos candidatos, sem prejuízo da aferição da legibilidade e da clareza” (art. 8º, parágrafo único);

c) alterações nas hipóteses em que não se configura propaganda eleitoral antecipada (art. 2º);

d) modificações nas regras relativas à propaganda eleitoral em bens particulares que antes poderia ser realizada mediante afixação de faixas,

placas, cartazes, pinturas e inscrições até o limite de 4m²; agora somente é permitida por meio de adesivo ou papel cujo tamanho não exceda a 0,5m². Além disso, com base na jurisprudência desta Corte, a resolução prevê que caracteriza propaganda irregular a justaposição de adesivo ou de papel cuja dimensão supere 0,5m², devido ao efeito visual único, ainda que a publicidade, individualmente, tenha respeitado o limite previsto (art. 15, § 1º);

e) permanece proibida a realização de propaganda eleitoral mediante *outdoors*, sendo incluída pela nova legislação a proibição de utilização de *outdoors* eletrônicos (art. 20);

f) inclusão de dispositivos que incorporam a jurisprudência deste Tribunal quanto à liberdade de manifestação de pensamento de eleitor, ressalvada a hipótese de configuração de crimes contra a honra ou de divulgação de fatos sabidamente inverídicos. Nesse sentido cito o REspe nº 1868-19/PR (art. 21, §§ 1º e 2º);

g) nos debates está assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação superior a nove deputados federais, sendo facultada aos demais. Nos termos da legislação anterior, bastava que o partido tivesse um deputado federal (art. 32);

h) redução do tempo de horário eleitoral no rádio e na televisão que passa a ser de dois blocos no rádio e dois na televisão com 10 minutos cada (art. 37);

i) será assegurada a transmissão da propaganda no horário eleitoral gratuito nos municípios em que haja emissora de rádio e de televisão e naqueles em que houver estação geradora de serviços de radiodifusão de sons e imagens. Por outro lado, nos municípios em que não haja emissora de rádio e de televisão, a Justiça Eleitoral garantirá aos partidos políticos participantes do pleito a veiculação de propaganda eleitoral gratuita nas localidades aptas à realização de segundo turno de eleições e nas quais seja operacionalmente viável realizar a retransmissão. Havendo regiões metropolitanas onde existam mais de um município que recebam a transmissão das emissoras que operam na região, as agremiações partidárias deverão reunir-se com os representantes das emissoras que operam na região para definirem quem transmitirá a

propaganda de cada localidade. Caso não haja acordo quanto a isso, a Justiça Eleitoral fará um sorteio (arts. 36 e 40). Em suma, a norma traz regulamentação complementar para atender o que determina o art. 48 da Lei nº 9.504/1997¹, definindo os critérios de viabilidade técnica para transmissão da propaganda eleitoral;

j) a distribuição do tempo de propaganda eleitoral em rede, sendo 90% distribuído proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem e, nos casos de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem; e 10% distribuído igualmente. Além disso, a norma contempla o entendimento do Supremo Tribunal Federal fixado na ADI nº 5105, ao prever que, no caso, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária, salvo na hipótese de criação de nova legenda, “quando prevalecerá a representatividade política conferida aos parlamentares que migraram diretamente dos partidos pelos quais foram eleitos para o novo partido político, no momento de sua criação” (art. 39, § 1º);

l) será considerado crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na Internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, de partido ou de coligação. A pena prevista para o caso é detenção de dois a quatro anos e multa de R\$15 mil a R\$50 mil (art. 68).

Na audiência pública realizada no dia 5.11.2015 com a finalidade de receber sugestões e críticas, o Ministério Público, os advogados, os representantes de partidos políticos e de outros setores da sociedade e demais interessados, atendendo a chamado deste Tribunal Superior, apresentaram diversas propostas.

¹ Art. 48. Nas eleições para Prefeitos e Vereadores, nos Municípios em que não haja emissora de rádio e televisão, a Justiça Eleitoral garantirá aos Partidos Políticos participantes do pleito a veiculação de propaganda eleitoral gratuita nas localidades aptas à realização de segundo turno de eleições e nas quais seja operacionalmente viável realizar a retransmissão.

Todas as proposições, tanto as recebidas em audiência como as encaminhadas posteriormente, foram devidamente analisadas pelos setores técnicos deste Tribunal.

Além de ajustes de naturezas material e gramatical, foram promovidas modificações no texto da minuta, com vista ao seu aprimoramento, bem como em decorrência de sugestões que foram acolhidas, as quais passo a destacar.

Inclusão do § 3º no art. 10 para prever que o candidato informe ao Juízo Eleitoral o endereço da sede do seu comitê de campanha, conforme considerações formuladas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Inserido na norma o entendimento firmado por este Tribunal ao julgar o REspe nº 3798-23/GO, no sentido de que configura propaganda eleitoral irregular o “derramamento de santinhos” nas vias públicas próximas aos locais de votação na madrugada do dia da eleição, sujeitando-se o infrator à multa (§ 7º do art. 14), conforme sugestão apresentada pelo PSDB e pelo Ministério Público Eleitoral. Além disso, incluiu-se o § 2º no art. 66, prevendo que esse fato poderá ser apurado quanto à ocorrência de crime eleitoral.

Incluída referência no § 3º do art. 15 à hipótese de propaganda eleitoral em veículos mediante afixação de adesivos justapostos, conforme proposta do MPE. Também acatada sugestão para contemplar expressamente a legitimidade do Ministério Público para os fins previstos nos arts. 29 e 60 da minuta. Embora os dispositivos da minuta reproduzam o texto dos art. 57-I e 56 da Lei das Eleições, respectivamente, é preciso incorporar o estabelecido no art. 127 da CF/1988.

Consoante sugestão apresentada pelo PSDB, incluiu-se o § 1º no art. 22 para prever os conceitos de hospedagem direta e indireta, sítio e *blog*, tornando o dispositivo mais claro.

Promoveram-se alterações nos arts. 32, § 4º, e 36, § 4º, para incluir previsão de que nos debates e na propaganda eleitoral gratuita na televisão deve-se observar a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da subtítuloção por meio de legenda oculta e da audiodescrição, conforme

sugestão do Ministério Público Eleitoral e considerada a determinação constante nos arts. 67 e 76, § 1º, inciso III, da Lei nº 13.146, de 6.7.2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), além de atender a pleito apresentado pela Câmara dos Deputados no sentido de que sejam adotadas as determinações do citado estatuto na elaboração das instruções das eleições de 2016 (Protocolo-TSE nº 20.455/2015).

Em relação ao tema acessibilidade, registro que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), referindo-se à sugestão do MPE acima citada, peticionou nos autos postulando pela manutenção da redação do § 2º do art. 32 da minuta disponibilizada para a audiência pública. Argumenta, em resumo, que a Lei nº 13.146/2015 carece de regulamentação e que a Portaria nº 310/2006 do Ministério das Comunicações estabelece cronograma para implementação de recursos de acessibilidade pelas emissoras de TV e que não há, nessa portaria, obrigação regulatória de disponibilização da janela de Libras às emissoras de TV, pois tecnicamente ainda não é possível “dar a opção ao telespectador [...] de acionar opcionalmente o recurso de Libras”. Assinala que “a única maneira de se fazer a inserção do recurso é de modo não opcional, em que a janela sempre aparece sobre o vídeo, sem que haja alternativa de desligamento do recurso por parte dos telespectadores que não o desejam”, citando que a aludida portaria prevê que essa demanda deve ser desenvolvida pela indústria, e não pelas emissoras. Assim, entende que antes de as emissoras

[...] serem obrigadas a inserir o recurso de LIBRAS nos debates, é fundamental que seja superada a questão técnica, o que somente deve ocorrer com o avanço da TV digital, para que o telespectador tenha a opção de habilitar ou desabilitar o recurso para que, repita-se, seja conferido tratamento isonômico a deficientes e não deficientes.

Não obstante a manifestação da Abert, não cabe ao TSE dispor de forma diferente do que previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência. A Lei nº 13.146, publicada em 6.7.2015, entrará em vigor no início do ano de 2016², sendo, portanto, aplicável ao próximo pleito. Além disso, a regulamentação citada pelo peticionante é anterior à edição da citada lei e

² Art. 127. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

refere-se à programação como um todo. Destaco que esta resolução dispõe sobre a utilização do referido recurso de acessibilidade apenas no tocante aos debates e à propaganda eleitoral, nada dispondo sobre a integralidade da programação veiculada pelas emissoras. É preciso possibilitar e fomentar o exercício do direito à cidadania por toda a sociedade, facilitando o acesso à propaganda eleitoral na televisão também aos eleitores com deficiência.

Atendendo sugestão do MPE e nos termos da jurisprudência do TSE (AgR-REspe nº 113-77/SP), foi incluído o § 11 no art. 62, prevendo que não se exige o trânsito em julgado de decisão anterior para caracterização da reincidência que acarreta a aplicação duplicada de multa decorrente de conduta vedada.

Destacou o MPE questão relativa à eventual realização de “evento” referente a obra ainda não concluída, o que, poderia, em tese, configurar burla à proibição prevista no art. 65. Nesse sentido, foi incluído o § 2º no aludido artigo prevendo que a realização de evento assemelhado à inauguração de obra pública ou que simule inauguração poderá ser apurada na forma do art. 22 da LC nº 64/1990 ou verificada em AIME.

Considero a realização das audiências públicas procedimento de extrema importância, pois incentiva e amplia o espaço para o debate com a sociedade e com as instituições públicas e privadas quanto às regras que regulamentarão as eleições. Como se observa, diversas propostas apresentadas estão sendo incorporadas à resolução.

Todavia, proponho o não acolhimento das demais sugestões que foram apresentadas a este Tribunal. Exponho a seguir as respectivas justificativas em relação às mais relevantes.

O Partido Social Democrata Cristão (PSDC), fazendo referência ao art. 2º, sustentou ter dúvidas quanto aos materiais e artifícios que podem ser utilizados sem que se configure propaganda antecipada. Contudo, não é possível ao TSE estabelecer, na resolução, de forma exaustiva, essas hipóteses. No caso, o legislador elencou o que não caracteriza a propaganda eleitoral antecipada no art. 36-A da Lei nº 9.504/1997 com a redação conferida pela Lei nº 13.165/2015.

O Ministério Público Eleitoral questiona se não seria o caso de se incluir no art. 10 ressalva à validade das posturas limitativas da propaganda em geral. Todavia, a regra do citado dispositivo é reprodução do previsto no art. 244 do Código Eleitoral. Além disso, o art. 41 da Lei das Eleições dispõe que “a propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia ou de violação de postura municipal”.

Sugeriu, em relação ao art. 14, § 2º, que fosse regulamentada a questão relativa à propaganda veiculada sem autorização do proprietário, que, no seu entender, consistiria em irregularidade de natureza eleitoral. Contudo, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, não há na legislação eleitoral previsão para aplicação de multa nessa hipótese. Assim, trata-se de ilícito civil, passível apenas de indenização na Justiça Comum. Nesse sentido confira-se o REspe nº 7146-72/CE.

Propôs a alteração do § 6º do art. 15. Entretanto, o dispositivo se refere à transcrição do disposto no parágrafo único do art. 40-B da Lei nº 9.504/1997.

Sugeriu, ainda, a exclusão do art. 17, pois a regra reproduz o art. 243 do Código Eleitoral, que, segundo sustenta, ecoa o período da “Lei de Segurança Nacional”. No entanto, vigente o referido dispositivo do Código Eleitoral, não cabe ao TSE, no exercício de seu poder regulamentar, desconsiderá-lo.

O TRE/PE propôs que o art 11, § 5º, trouxesse previsão relativa ao controle de decibéis nos carros de som, citando resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A sugestão extrapola a competência regulamentar da Justiça Eleitoral. A legislação eleitoral não estabelece normas relativas ao controle das condições ou da categoria dos veículos.

O advogado Leonardo Freire sustentou a existência de suposta contradição entre o § 2º do art. 14 e o art. 15, quanto à realização de propaganda eleitoral em imóvel onde o cidadão exerce atividade comercial e reside. Não procede a alegação, pois, nos termos da jurisprudência deste

Tribunal, imóvel de uso misto será considerado bem de uso comum. Nesse sentido confira-se o AgR-REspe nº 2208-81/MA.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) argumenta que a Lei das Eleições, no art. 46, estabelece o número de nove deputados para fins de participação em debates sem explicitar se a referência é a deputados estaduais e federais e que, por outro lado, o texto da minuta (art. 32, § 2º) faz menção à Câmara dos Deputados. Considera que a regra configura uma “cláusula de barreira”.

Sobre esse ponto, entendo que a questão referente ao estabelecimento de denominada “cláusula de barreira” a acarretar eventual vício de inconstitucionalidade da lei insere-se na competência do Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, quanto a se levar em conta a representação partidária na Câmara dos Deputados, registro que a jurisprudência do TSE é no sentido de que se deve observar, precipuamente, o caráter nacional do partido político na conformação de sua estrutura ideológica e orgânica (CF/88, art. 17, inciso I), não cabendo interpretar o dispositivo para concluir que a representatividade a ser considerada deve ser regionalizada. A divisão em níveis é apenas de caráter administrativo, não obrigatória. Ademais, a Lei das Eleições, sendo lei federal, tem aplicação em todo o território nacional, sendo inconcebível interpretar que quando se tratar de eleição municipal será considerada a representatividade na Assembleia Legislativa do Estado e se for eleição para presidente da República será a da Câmara Federal.

A Abert e o PSTU apresentaram insurgências no tocante ao disposto no § 5º do art. 42. A primeira afirma que o dispositivo inova ao impor restrição não prevista em lei; o segundo pleiteia seja garantida a participação de todos os candidatos aptos aos debates, argumentando, ainda, que as regras da reforma política não devem ser aplicadas às eleições de 2016. Todavia, verifico que foi observado o princípio da anterioridade da lei eleitoral. Além disso, entendo que a regra do § 5º do art. 46 da Lei das Eleições não se contrapõe à garantia de participação de candidato cujo partido preencha o requisito da representatividade estabelecido no *caput* do referido art. 46.

Em atenção ao pleito formulado pela Abert, a norma prevê a adoção do horário de Brasília na veiculação da propaganda eleitoral gratuita, a exemplo do que ocorreu nas últimas eleições.

A Corregedoria-Geral Eleitoral encaminhou sugestão apresentada pela Corregedoria Regional do Rio Grande do Norte para análise da possibilidade de utilização do aplicativo Whatsapp para notificação a partidos, a coligações e a candidatos decorrentes do poder de polícia. De fato, a proposta é interessante, podendo conferir maior celeridade ao procedimento. Todavia, há restrições técnicas que necessitam ser superadas, seja realizando-se parcerias com os proprietários da ferramenta ou mesmo desenvolvendo-se aplicativo similar especialmente para esse fim.

Assim, entendo ser prudente que a unidade técnica de TI deste Tribunal prossiga nos estudos sobre o tema e, eventualmente, com nova análise da questão por ocasião da aprovação das instruções das eleições de 2018.

A sugestão de utilização do horário eleitoral gratuito apenas para tratar de grandes questões nacionais, impedindo que acusações e ofensas prevaleçam sobre o debate de ideias, também não foi contemplada, em razão de se tratar de matéria alheia à competência regulamentar da Justiça Eleitoral. A hipótese mencionada junte-se à esfera do direito individual de manifestação, apesar de representar orientação dada por este Tribunal Superior em eleições pretéritas. Ademais, existem instrumentos legais que visam coibir eventuais excessos.

Registro que as demais propostas apresentadas não foram acatadas seja por se tratar de dispositivos da resolução que reproduzem previsão expressa em lei, ou por representar, caso aceitas, excesso do poder regulamentar conferido à Justiça Eleitoral, ou, ainda, por contrariar jurisprudência do TSE.

Gostaria ainda de consignar meu reconhecimento à valorosa colaboração do Ministro Henrique Neves da Silva, bem como das áreas técnicas, assessorias e minha equipe, que realizaram, em exíguo prazo, estudos visando ao aperfeiçoamento do texto desta instrução.

PROPOSTA

A SENHORA MINISTRA LUCIANA LÓSSIO: Senhor Presidente, eu tenho duas observações. Ambas no art. 62, § 11, dispõe:

Art. 62 [...]

§ 11. Para a caracterização da reincidência de que trata o art. 6º [...]

A referência penso ser ao § 6º, e não artigo 6º. Um erro de digitação, provavelmente. Ao invés de art. 6º, penso que a referência é ao § 6º do mesmo artigo.

Prosseguindo, tenho uma segunda sugestão referente ao mesmo § 11 do art. 62:

Art. 62 [...]

[...] não é necessário o trânsito em julgado de decisão que tenha reconhecido a prática de conduta vedada, bastando existir ciência da sentença ou do acórdão que tenha reconhecido a ilegalidade da conduta.

Neste ponto, estamos tratando da reincidência. É uma proposta trazida pelo Ministério Público no sentido de que após a sentença já seja possível caracterizar a reincidência.

Eu peço vênias à proposta do Ministério Público, que foi acatada, para defender que a reincidência só possa ser reconhecida após a decisão colegiada. Essa é a linha que adotamos.

VOTO

O SENHOR MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA: Senhor Presidente, a eleição é municipal.

A SENHORA MINISTRA LUCIANA LÓSSIO: Veja, em regra, antes da Lei da Ficha Limpa se exigia o trânsito em julgado, após as inovações trazidas pela LC 135 passamos a admitir apenas a decisão colegiada. Assim,

exige-se uma decisão colegiada e não apenas uma decisão de primeiro grau para o reconhecimento da reincidência.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (presidente): Com a campanha mais curta...

O SENHOR MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA: Com 45 dias de campanha, com a devida vênia – eu entendo a posição de Vossa Excelência –, o juiz julgará a propaganda, dará ciência ao candidato de que a propaganda é irregular e o candidato continuará fazendo a propaganda e somente incidirá a reincidência depois de o processo ser julgado no TRE, o qual estará ocupadíssimo com os processos de registro de candidatura.

Eu entendo a preocupação de Vossa Excelência, mas peço vênia para acompanhar o eminente relator.

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (presidente): Senhores Ministros, também registro posição favorável. Basta a sentença para caracterizar a reincidência.

INDICAÇÃO DE ADIAMENTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (presidente): Senhores Ministros, após o voto do relator e dos debates ocorridos, a deliberação da instrução foi suspensa para a próxima sessão.

EXTRATO DA ATA

Inst nº 538-50.2015.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Interessado: Tribunal Superior Eleitoral.

Decisão: Após o voto do Ministro relator e os debates realizados, o julgamento foi adiado para a próxima sessão.

Presidência do Ministro Dias Toffoli. Presentes as Ministras Maria Thereza de Assis Moura e Luciana Lóssio, os Ministros Gilmar Mendes, Herman Benjamin e Henrique Neves da Silva, e o Vice-Procurador-Geral Eleitoral em exercício, Humberto Jacques de Medeiros. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Luiz Fux.

SESSÃO DE 10.12.2015.

VOTO (continuidade do julgamento)

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (relator): Senhor Presidente, dando continuidade ao julgamento da instrução que dispõe sobre **propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral** para o pleito de 2016 iniciado na sessão administrativa de 10 de dezembro último, retifiquei a remissão constante no § 11 do art. 62, fazendo-se a referência ao § 6º do referido artigo, conforme apontado pelos pares.

Registro ainda, que estou excluindo o § 6º do art. 15, pois a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que a adequação da propaganda irregular em bem particular não afasta a incidência de multa.

EXTRATO DA ATA

Inst nº 538-50.2015.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Interessado: Tribunal Superior Eleitoral.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, aprovou a instrução, nos termos do voto do relator.

Presidência do Ministro Dias Toffoli. Presentes as Ministras Maria Thereza de Assis Moura e Luciana Lóssio, os Ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Herman Benjamin e Henrique Neves da Silva, e o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Eugênio José Guilherme de Aragão.

SESSÃO DE 15.12.2015.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 23.463

**INSTRUÇÃO Nº 562-78.2015.6.00.0000 – CLASSE 19 – BRASÍLIA –
DISTRITO FEDERAL**

Relator: Ministro Gilmar Mendes

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016.

O Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso IX, do Código Eleitoral e o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

TÍTULO I

DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta resolução disciplina a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos em campanha eleitoral e a prestação de contas à Justiça Eleitoral nas eleições de 2016.

§ 1º Os recursos arrecadados por partido político fora do período eleitoral são regulados pela resolução específica que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos.

§ 2º A aplicação dos recursos captados por partido político para as campanhas eleitorais do pleito de 2016 deverá observar o disposto nesta resolução.

Art. 2º Os partidos políticos e os candidatos poderão arrecadar recursos para custear as despesas de campanhas destinadas às eleições de 2016, nos termos desta resolução.

Art. 3º A arrecadação de recursos para campanha eleitoral de qualquer natureza por partidos políticos e candidatos deverá observar os seguintes pré-requisitos:

I - requerimento do registro de candidatura;

II - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha; e

IV - emissão de recibos eleitorais.

Parágrafo único. Na hipótese de partido político, a conta bancária a que se refere o inciso III é aquela prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos e se destina à movimentação de recursos referentes às “Doações para Campanha”, a qual deve estar aberta em período anterior ao do início da arrecadação de quaisquer recursos para as campanhas eleitorais.

Seção I

Do Limite de Gastos

Art. 4º Os partidos políticos e os candidatos poderão realizar gastos até os limites estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos dos arts. 5º e 6º da Lei nº 13.165/2015.

§ 1º O valor dos limites atualizados de gastos para cada município será divulgado pela Presidência do Tribunal Superior Eleitoral até 20 de julho de 2016 (Lei nº 13.165/2015, art. 8º).

§ 2º O valor dos limites de gastos para cada eleição ficará disponível para consulta na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet.

§ 3º O limite de gastos fixado para o cargo de prefeito é único e inclui os gastos realizados pelo candidato ao cargo de vice-prefeito.

§ 4º Os limites de gastos para cada eleição compreendem os gastos realizados pelo candidato e os efetuados por partido político que possam ser individualizados, na forma do § 3º do art. 17 desta resolução e incluirão:

I - o total dos gastos de campanha contratados pelos candidatos e os individualizados realizados por seu partido;

II - as transferências financeiras efetuadas para outros partidos ou outros candidatos; e

III - as doações estimáveis em dinheiro recebidas.

§ 5º Não serão computados para efeito da apuração do limite de gastos os repasses financeiros realizados pelo partido político para a conta bancária do seu candidato.

§ 6º Excetuada a devolução das sobras de campanhas, os valores transferidos pelo candidato para a conta bancária do seu partido serão considerados, para a aferição do limite de gastos, no que excederem as despesas realizadas pelo partido político em prol de sua candidatura.

Art. 5º Gastar recursos além dos limites estabelecidos sujeita os responsáveis ao pagamento de multa no valor equivalente a cem por cento da quantia que exceder o limite estabelecido, a qual deverá ser recolhida no prazo de cinco dias úteis contados da intimação da decisão judicial, podendo os responsáveis responder ainda por abuso do poder econômico, na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei nº 9.504/1997, art. 18-B), sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 1º A apuração do excesso de gastos poderá ser realizada no momento do exame da prestação de contas dos candidatos e dos partidos políticos, se houver elementos suficientes para sua constatação, sem prejuízo

de o excesso ser verificado nas representações de que tratam o art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 e o art. 30-A da Lei nº 9.504/1997.

§ 2º A apuração ou a decisão sobre o excesso de gastos no processo de prestação de contas não prejudica a análise das representações de que tratam o art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 e o art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, nem a aplicação das demais sanções previstas na legislação.

§ 3º A apuração do excesso de gastos no processo de prestação de contas não impede que a verificação também seja realizada em outros feitos judiciais, a partir de outros elementos. Nessa hipótese, o valor sancionado na prestação de contas deverá ser descontado da multa incidente sobre o novo excesso de gastos verificado em outros feitos, de forma a não permitir a duplicidade da sanção.

§ 4º O disposto no § 3º não impede que o total dos excessos revelados em todos os feitos possa ser considerado, quando for o caso, para a análise da gravidade da irregularidade e para a aplicação das demais sanções.

Seção II

Dos Recibos Eleitorais

Art. 6º Deverá ser emitido recibo eleitoral de toda e qualquer arrecadação de recursos para a campanha eleitoral, financeiros ou estimáveis em dinheiro, inclusive os recursos próprios e aqueles arrecadados por meio da Internet.

§ 1º Os candidatos e os partidos políticos deverão imprimir recibos eleitorais diretamente do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE).

§ 2º Os recibos eleitorais deverão ser emitidos em ordem cronológica concomitantemente ao recebimento da doação e informados à Justiça Eleitoral na forma do § 2º do art. 43 desta resolução.

§ 3º Não se submetem à emissão do recibo eleitoral previsto no *caput*:

I - a cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por cedente;

II - doações estimáveis em dinheiro entre candidatos e partidos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso II do § 3º, considera-se uso comum:

I - de sede: o compartilhamento de idêntico espaço físico para atividades de campanha eleitoral, compreendidas a doação estimável referente à locação e manutenção do espaço físico, excetuada a doação estimável referente às despesas com pessoal, regulamentada no art. 37 desta norma;

II - de materiais de propaganda eleitoral: a produção conjunta de materiais publicitários impressos.

§ 5º Na hipótese de arrecadação de campanha realizada pelo vice-prefeito, devem ser utilizados os recibos eleitorais do titular.

§ 6º Os recibos eleitorais conterão referência aos limites de doação, com a advertência de que a doação destinada às campanhas eleitorais acima de tais limites poderá gerar a aplicação de multa de cinco até dez vezes o valor do excesso.

Seção III

Da Conta Bancária

Art. 7º É obrigatória para os partidos políticos e os candidatos a abertura de conta bancária específica, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º A conta bancária deve ser aberta em agências bancárias ou postos de atendimento bancário:

a) pelo candidato, no prazo de dez dias contados da concessão do CNPJ pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) pelos partidos políticos, até 15 de agosto de 2016, caso ainda não tenha sido aberta a conta de que trata o inciso III do art. 3º desta resolução.

§ 2º A obrigação prevista neste artigo deve ser cumprida pelos partidos políticos e pelos candidatos, mesmo que não ocorra arrecadação e/ou movimentação de recursos financeiros, observado o disposto no § 4º.

§ 3º Os candidatos a vice-prefeito não são obrigados a abrir conta bancária específica, mas, se o fizerem, os respectivos extratos bancários deverão compor a prestação de contas dos titulares.

§ 4º A obrigatoriedade de abertura de conta bancária eleitoral prevista no *caput* não se aplica às candidaturas em municípios onde não haja agência bancária ou posto de atendimento bancário (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 2º).

Art. 8º Os partidos políticos e os candidatos devem abrir conta bancária distinta e específica para o recebimento e a utilização de recursos oriundos do Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), na hipótese de repasse de recursos dessa espécie.

Parágrafo único. O partido político que aplicar recursos do Fundo Partidário na campanha eleitoral deve fazer a movimentação financeira diretamente na conta bancária estabelecida no art. 43 da Lei nº 9.096/1995, vedada a transferência desses recursos para a conta “Doações para Campanha”.

Art. 9º As contas bancárias devem ser abertas mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - pelos candidatos:

a) Requerimento de Abertura de Conta Bancária, disponível na página dos Tribunais Eleitorais na Internet;

b) comprovante de inscrição no CNPJ para as eleições, disponível na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet (www.receita.fazenda.gov.br); e

c) nome dos responsáveis pela movimentação da conta bancária com endereço atualizado.

II - pelos partidos políticos:

a) Requerimento de Abertura de Conta Bancária, disponível na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet;

b) comprovante da inscrição no CNPJ, disponível na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet (www.receita.fazenda.gov.br);

c) certidão de composição partidária, disponível na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet (www.tse.jus.br); e

d) nome dos responsáveis pela movimentação da conta bancária com endereço atualizado.

§ 1º As contas bancárias específicas de campanha eleitoral devem ser identificadas pelos partidos políticos e pelos candidatos de acordo com o nome constante no CNPJ fornecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Os representantes, mandatários ou prepostos autorizados a movimentar a conta devem ser identificados e qualificados conforme regulamentação específica do Banco Central do Brasil.

§ 3º A apresentação dos documentos previstos no *caput* pode ser dispensada, a critério do banco, na hipótese de abertura de nova conta bancária para movimentação de recursos do Fundo Partidário por candidato, na mesma agência bancária na qual foi aberta a conta original de campanha.

Art. 10. Os órgãos do partido político devem providenciar a abertura da conta "Doações para Campanha" utilizando o CNPJ próprio, caso ainda não a tenham aberto, consoante dispõe a resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos.

Parágrafo único. Os partidos políticos devem manter em sua prestação de contas anual contas específicas para o registro da escrituração contábil das movimentações financeiras dos recursos destinados às campanhas eleitorais, a fim de permitir a segregação desses recursos de quaisquer outros e a identificação de sua origem.

Art. 11. Os bancos são obrigados a (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 1º):

I - acatar, em até três dias, o pedido de abertura de conta de qualquer candidato escolhido em convenção, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo e à cobrança de taxas ou de outras despesas de manutenção;

II - identificar, nos extratos bancários da conta-corrente a que se refere o inciso I, o CPF ou o CNPJ do doador;

III - encerrar a conta bancária no final do ano da eleição, transferindo a totalidade do saldo existente para a conta bancária do órgão de direção indicado pelo partido, na forma prevista no art. 47 desta resolução, e informar o fato à Justiça Eleitoral.

§ 1º A obrigação prevista no inciso I abrange a abertura de contas específicas para a movimentação de recursos do Fundo Partidário de que trata o art. 8º e as contas dos partidos políticos denominadas “Doações para Campanha”, de que trata o art. 10.

§ 2º A vedação quanto à cobrança de taxas e/ou outras despesas de manutenção não alcança as demais taxas e despesas normalmente cobradas por serviços bancários avulsos, na forma autorizada e disciplinada pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º Os bancos somente aceitarão, nas contas abertas para uso em campanha, depósitos/créditos de origem identificada pelo nome ou razão social e pelo respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ.

§ 4º A obrigação prevista no *caput* deve ser cumprida pelos bancos mesmo se vencidos os prazos previstos no § 1º do art. 7º.

§ 5º A exigência de identificação do CPF/CNPJ do doador nos extratos bancários de que trata o inciso II será atendida pelos bancos mediante o envio à Justiça Eleitoral dos respectivos extratos eletrônicos, na forma do art. 12 desta resolução.

Art. 12. As instituições financeiras devem fornecer mensalmente aos órgãos da Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral os extratos eletrônicos do movimento financeiro das contas bancárias abertas para as campanhas eleitorais de 2016 pelos partidos políticos e pelos candidatos, para instrução dos respectivos processos de prestação de contas.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se às contas bancárias específicas denominadas “Doações para Campanha” e às destinadas à movimentação dos recursos do Fundo Partidário.

§ 2º As contas bancárias utilizadas para o registro da movimentação financeira de campanha eleitoral não estão submetidas ao sigilo disposto na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e seus extratos, em meio físico ou eletrônico, integram as informações de natureza pública que compõem a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

§ 3º Os extratos eletrônicos das contas bancárias, tão logo recebidos pela Justiça Eleitoral, serão disponibilizados para consulta pública na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet.

§ 4º Os extratos eletrônicos devem ser padronizados e fornecidos conforme normas específicas do Banco Central do Brasil e devem compreender o registro da movimentação financeira entre as datas de abertura e encerramento da conta bancária.

§ 5º Os extratos bancários previstos neste artigo devem ser enviados pelas instituições financeiras mensalmente, até o último dia útil do mês seguinte ao que se referem.

Art. 13. O uso de recursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provenham das contas específicas de que tratam os arts. 8º e 9º implicará a desaprovação da prestação de contas do partido ou do candidato.

§ 1º Se comprovado o abuso de poder econômico, será cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se já houver sido outorgado (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 3º).

§ 2º O disposto no *caput* também se aplica à arrecadação de recursos para campanha eleitoral que não transitem pelas contas específicas previstas nesta resolução.

CAPÍTULO II

DA ARRECADAÇÃO

Seção I

Das Origens dos Recursos

Art.14. Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitidos quando provenientes de:

I - recursos próprios dos candidatos;

II - doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas;

III - doações de outros partidos políticos e de outros candidatos;

IV - comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político;

V - recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a sua origem e que sejam provenientes:

a) do Fundo Partidário, de que trata o art. 38 da Lei nº 9.096/1995;

b) de doações de pessoas físicas efetuadas aos partidos políticos;

c) de contribuição dos seus filiados;

d) da comercialização de bens, serviços ou promoção de eventos de arrecadação;

VI - receitas decorrentes da aplicação financeira dos recursos de campanha.

§ 1º Os rendimentos financeiros e os recursos obtidos com a alienação de bens têm a mesma natureza dos recursos investidos ou utilizados para sua aquisição e devem ser creditados na conta bancária na qual os recursos financeiros foram aplicados ou utilizados para aquisição do bem.

§ 2º O partido político não poderá transferir para o candidato ou utilizar, direta ou indiretamente, nas campanhas eleitorais, recursos que tenham sido doados por pessoas jurídicas, ainda que em exercícios anteriores (STF, ADI nº 4.650).

Art. 15. O candidato e os partidos políticos não podem utilizar, a título de recursos próprios, recursos que tenham sido obtidos mediante empréstimos pessoais que não tenham sido contratados em instituições financeiras ou equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e, no caso de candidatos, que não estejam caucionados por bem que integre seu patrimônio no momento do registro de candidatura, ou que ultrapassem a capacidade de pagamento decorrente dos rendimentos de sua atividade econômica.

§ 1º O candidato e o partido devem comprovar à Justiça Eleitoral a realização do empréstimo por meio de documentação legal e idônea, assim como os pagamentos que se realizarem até o momento da entrega da sua prestação de contas.

§ 2º O Juiz Eleitoral ou os Tribunais Eleitorais podem determinar que o candidato ou o partido comprove o pagamento do empréstimo contraído e identifique a origem dos recursos utilizados para quitação.

Seção II

Da Aplicação dos Recursos

Art. 16. As doações realizadas por pessoas físicas ou as contribuições de filiados recebidas pelos partidos políticos em anos anteriores ao da eleição para sua manutenção ordinária, creditadas na conta bancária destinada à movimentação financeira de “Outros Recursos”, prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos, podem ser aplicadas nas campanhas eleitorais de 2016, desde que observados os seguintes requisitos cumulativos:

I - identificação da sua origem e escrituração individualizada das doações e contribuições recebidas, na prestação de contas anual, assim como seu registro financeiro na prestação de contas de campanha eleitoral do partido;

II - observância das normas estatutárias e dos critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção nacional, os quais devem ser fixados objetivamente e encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral até 15 de agosto de 2016 (Lei nº 9.096/1995, art. 39, § 5º);

III - transferência para a conta bancária “Doações para Campanha”, antes de sua destinação ou utilização, respeitados os limites legais impostos a tais doações, calculados com base nos rendimentos auferidos no ano anterior ao da eleição em que a doação for aplicada, ressalvados os recursos do Fundo Partidário, cuja utilização deverá observar o disposto no parágrafo único do art. 8º;

IV - identificação, na prestação de contas eleitoral do partido e também nas respectivas contas anuais, do nome ou razão social e do número do CPF da pessoa física ou do CNPJ do candidato ou partido doador, bem como a identificação do número do recibo eleitoral ou do recibo de doação original, emitido na forma do art. 6º.

§ 1º O encaminhamento de que trata o inciso II deve ser endereçado à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, que os divulgará na página do Tribunal na Internet.

§ 2º Os recursos auferidos nos anos anteriores devem ser identificados como reserva ou saldo de caixa nas prestações de contas anuais da agremiação, que devem ser apresentadas até 30 de abril de 2016.

§ 3º Somente os recursos provenientes do Fundo Partidário ou de doações de pessoas físicas que componham a reserva ou o saldo de caixa do partido podem ser utilizados nas campanhas eleitorais.

§ 4º No ano da eleição, a parcela do Fundo Partidário prevista no inciso V do art. 44 da Lei nº 9.096/1995, relativa à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, pode ser integralmente destinada ao custeio de campanhas eleitorais de mulheres candidatas (Lei nº 9.096/1995, art. 44, § 7º).

Art. 17. Os partidos políticos podem aplicar nas campanhas eleitorais os recursos do Fundo Partidário, inclusive aqueles recebidos em exercícios anteriores.

§ 1º A aplicação dos recursos provenientes do Fundo Partidário, nas campanhas eleitorais, pode ser realizada mediante:

I - transferência para conta bancária do candidato aberta nos termos do art. 8º;

II - transferência dos recursos de que tratam o § 5º-A do art. 44 da Lei nº 9.096/1995 e o art. 9º da Lei nº 13.165/2015 para a conta bancária de campanha de candidata aberta na forma do art. 8º desta resolução;

III - pagamento dos custos e despesas diretamente relacionados às campanhas eleitorais dos candidatos e dos partidos políticos, procedendo-se à sua individualização.

§ 2º Os partidos políticos devem manter as anotações relativas à origem e à transferência dos recursos na sua prestação de contas anual e devem registrá-las na prestação de contas de campanha eleitoral de forma a permitir a identificação do destinatário dos recursos ou o seu beneficiário.

§ 3º As despesas e custos assumidos pelo partido político em benefício de mais de uma candidatura devem ser registradas de acordo com o

valor individualizado, apurado mediante o rateio entre todas as candidaturas beneficiadas, na proporção do benefício auferido.

§ 4º Os partidos políticos devem destinar no mínimo cinco por cento e no máximo quinze por cento do montante do Fundo Partidário, destinado ao financiamento das campanhas eleitorais, para aplicação nas campanhas de suas candidatas, incluídos nesse valor os recursos a que se refere o inciso V do art. 44 da Lei nº 9.096/1995 (Lei nº 13.165/2015, art. 9º).

Seção III

Das Doações

Art. 18. As pessoas físicas somente poderão fazer doações, inclusive pela Internet, por meio de:

I - transação bancária na qual o CPF do doador seja obrigatoriamente identificado;

II - doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que o doador é proprietário do bem ou é o responsável direto pela prestação de serviços.

§ 1º As doações financeiras de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se na hipótese de doações sucessivas realizadas por um mesmo doador em um mesmo dia.

§ 3º As doações financeiras recebidas em desacordo com este artigo não podem ser utilizadas e devem, na hipótese de identificação do doador, ser a ele restituídas ou, na impossibilidade, recolhidas ao Tesouro Nacional, na forma prevista no *caput* do art. 26.

Art. 19. Os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro dados por pessoas físicas devem constituir produto de seu próprio serviço, de suas atividades econômicas e, no caso dos bens, devem integrar seu patrimônio.

§ 1º Os bens próprios do candidato somente podem ser utilizados na campanha eleitoral quando demonstrado que já integravam seu patrimônio em período anterior ao pedido de registro da respectiva candidatura.

§ 2º Partidos políticos e candidatos podem doar entre si bens próprios ou serviços estimáveis em dinheiro, ou ceder seu uso, ainda que não constituam produto de seus próprios serviços ou de suas atividades.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica à aquisição de bens ou serviços que sejam destinados à manutenção da estrutura do partido durante a campanha eleitoral, hipótese em que deverão ser devidamente contratados pela agremiação e registrados na sua prestação de contas de campanha.

Art. 20. Para arrecadar recursos pela Internet, o partido e o candidato deverão tornar disponível mecanismo em página eletrônica, observados os seguintes requisitos:

I - identificação do doador pelo nome e pelo CPF;

II - emissão de recibo eleitoral para cada doação realizada, dispensada a assinatura do doador;

III - utilização de terminal de captura de transações para as doações por meio de cartão de crédito e de cartão de débito.

§ 1º As doações por meio de cartão de crédito ou cartão de débito somente serão admitidas quando realizadas pelo titular do cartão.

§ 2º Eventuais estornos, desistências ou não confirmação da despesa do cartão serão informados pela administradora ao beneficiário e à Justiça Eleitoral.

Art. 21. As doações realizadas por pessoas físicas são limitadas a dez por cento dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano-calendário anterior à eleição. (Lei nº 9.504/1997, art. 23, §1º)

§ 1º O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o limite de gastos estabelecido na forma do art. 4º para o cargo ao qual concorre (Lei nº 9.504/1997, art. 23, §1º).

§ 2º O limite previsto no *caput* não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 7º).

§ 3º A doação acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso, sem prejuízo de responder o candidato por abuso do poder econômico, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 3º).

§ 4º O limite de doação previsto no *caput* será apurado anualmente pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observando-se os seguintes procedimentos:

I - o Tribunal Superior Eleitoral consolidará as informações sobre as doações registradas até 31 de dezembro de 2016, considerando (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 1º):

a) as prestações de contas anuais dos partidos políticos entregues à Justiça Eleitoral até 30 de abril de 2017;

b) as prestações de contas eleitorais apresentadas pelos candidatos e pelos partidos políticos em relação à eleição de 2016;

II - após a consolidação das informações sobre os valores doados e apurados, o Tribunal Superior Eleitoral as encaminhará à Secretaria da Receita Federal do Brasil até 30 de maio de 2017 (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 2º);

III - a Secretaria da Receita Federal do Brasil fará o cruzamento dos valores doados com os rendimentos da pessoa física e, apurando indício de excesso, comunicará o fato, até 30 de julho de 2017, ao Ministério Público Eleitoral, que poderá, até 31 de dezembro de 2017, apresentar representação com vistas à aplicação da penalidade prevista no § 2º e de outras sanções que julgar cabíveis (Lei nº 9.504/1997, art. 24-C, § 3º);

IV - o Ministério Público Eleitoral poderá apresentar representação com vistas à aplicação da penalidade prevista no § 3º do art. 23 da Lei nº 9.504/1997 e de outras sanções que julgar cabíveis, ocasião em que poderá solicitar ao Juiz Eleitoral competente a quebra do sigilo fiscal do doador e, se for o caso, do beneficiado.

§ 5º A comunicação a que se refere o inciso III do § 4º se restringe à identificação nominal, seguida do respectivo número de inscrição no CPF, município e UF fiscal do domicílio do doador, resguardado o sigilo dos rendimentos da pessoa física e do possível excesso apurado.

§ 6º Para os municípios com mais de uma Zona Eleitoral, a comunicação a que se refere o inciso III do § 4º deve incluir também a Zona Eleitoral correspondente ao domicílio do doador.

§ 7º A aferição do limite de doação do contribuinte dispensado da apresentação de Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda deve ser realizada com base no limite de isenção previsto para o ano-calendário de 2016.

§ 8º Eventual declaração anual retificadora apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil deve ser considerada na aferição do limite de doação do contribuinte.

§ 9º Se, quando das prestações de contas, ainda que parcial, surgirem fundadas suspeitas de que determinado doador extrapolou o limite de doação, o Juiz poderá, de ofício ou a requerimento do Ministério Público Eleitoral, determinar que a Secretaria da Receita Federal do Brasil informe o valor dos rendimentos do contribuinte no ano anterior.

Art. 22. Partidos políticos, candidatos e doadores devem manter, até 17 de junho de 2017, a documentação relacionada às doações realizadas.

Parágrafo único. Estando pendente de julgamento qualquer processo judicial relativo às contas, a documentação a elas concernente deverá ser conservada até a decisão final (Lei nº 9.504/1997, art. 32, parágrafo único).

Art. 23. As doações de recursos captados para campanha eleitoral realizadas entre partidos políticos, entre partido político e candidato e entre candidatos estão sujeitas à emissão de recibo eleitoral na forma do art. 6º.

§ 1º As doações de que trata o *caput* não estão sujeitas ao limite previsto *caput* do art. 21, exceto quando se tratar de doação realizada por candidato, com recursos próprios, para outro candidato ou partido.

§ 2º Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas dos partidos, como transferência aos candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 12; STF ADI nº 5394).

§ 3º As doações referidas no *caput* devem ser identificadas pelo CPF ou CNPJ do doador originário das doações financeiras, devendo ser emitido o respectivo recibo eleitoral para cada doação (STF, ADI nº 5.394).

Seção IV

Da Comercialização de Bens e/ou Serviços e/ou da Promoção de Eventos

Art. 24. Para a comercialização de bens e/ou serviços e/ou a promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral, o partido político ou o candidato deve:

I - comunicar sua realização, formalmente e com antecedência mínima de cinco dias úteis, à Justiça Eleitoral, que poderá determinar sua fiscalização;

II - manter, à disposição da Justiça Eleitoral, a documentação necessária à comprovação de sua realização e de seus custos, despesas e receita obtida.

§ 1º Os valores arrecadados constituem doação e estão sujeitos aos limites legais e à emissão de recibos eleitorais.

§ 2º O montante bruto dos recursos arrecadados deve, antes de sua utilização, ser depositado na conta bancária específica.

§ 3º Para a fiscalização de eventos, prevista no inciso I, a Justiça Eleitoral poderá nomear, entre seus servidores, fiscais *ad hoc*, devidamente credenciados.

§ 4º As despesas e os custos relativos à realização do evento devem ser comprovados por documentação idônea e respectivos recibos eleitorais, mesmo quando provenientes de doações de terceiros em espécie, bens ou serviços estimados em dinheiro.

Seção V

Das Fontes Vedadas

Art. 25. É vedado a partido político e a candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I - pessoas jurídicas;

II - origem estrangeira;

III - pessoa física que exerça atividade comercial decorrente de concessão ou permissão pública.

§ 1º O recurso recebido por candidato ou partido oriundo de fontes vedadas deve ser imediatamente devolvido ao doador, sendo vedada sua utilização ou aplicação financeira.

§ 2º O comprovante de devolução pode ser apresentado em qualquer fase da prestação de contas ou até cinco dias após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas.

§ 3º A transferência de recurso recebido de fonte vedada para outro órgão partidário ou candidato não isenta o donatário da obrigação prevista no § 1º.

§ 4º O beneficiário de transferência cuja origem seja considerada fonte vedada pela Justiça Eleitoral responde solidariamente pela irregularidade e as consequências serão aferidas por ocasião do julgamento das respectivas contas.

§ 5º A devolução ou a determinação de devolução de recursos recebidos de fonte vedada não impedem, se for o caso, a reprovação das contas, quando constatado que o candidato se beneficiou, ainda que temporariamente, dos recursos ilícitos recebidos, assim como a apuração do fato na forma do art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 e do art. 14, § 10, da Constituição da República.

Seção VI

Dos Recursos de Origem Não Identificada

Art. 26. O recurso de origem não identificada não pode ser utilizado por partidos políticos e candidatos e deve ser transferidos ao Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

§ 1º Caracterizam o recurso como de origem não identificada:

I - a falta ou a identificação incorreta do doador; e/ou

II - a falta de identificação do doador originário nas doações financeiras; e/ou

III - a informação de número de inscrição inválida no CPF do doador pessoa física ou no CNPJ quando o doador for candidato ou partido político.

§ 2º O comprovante de devolução ou de recolhimento, conforme o caso, poderá ser apresentado em qualquer fase da prestação de contas ou até cinco dias após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas de campanha, sob pena de encaminhamento das informações à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União para fins de cobrança.

§ 3º Incidirão atualização monetária e juros moratórios, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, sobre os valores a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.

§ 4º O disposto no § 3º não se aplica quando o candidato ou o partido promove espontânea e imediatamente a transferência dos recursos para o Tesouro Nacional, sem deles se utilizar.

§ 5º O candidato ou o partido pode retificar a doação, registrando-a no SPCE, ou devolvê-la ao doador, quando a não identificação do doador decorra do erro de identificação de que trata o inciso III do § 1º e haja elementos suficientes para identificar a origem da doação.

§ 6º Não sendo possível a retificação ou a devolução de que trata o § 5º, o valor deverá ser imediatamente recolhido ao Tesouro Nacional.

Seção VII

Da Data Limite para a Arrecadação e Despesas

Art. 27. Partidos políticos e candidatos podem arrecadar recursos e contrair obrigações até o dia da eleição.

§ 1º Após o prazo fixado no *caput*, é permitida a arrecadação de recursos exclusivamente para a quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição, as quais deverão estar integralmente quitadas até o prazo de entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

§ 2º Eventuais débitos de campanha não quitados até a data fixada para a apresentação da prestação de contas podem ser assumidos pelo partido político (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 3º; e Código Civil, art. 299).

§ 3º A assunção da dívida de campanha somente é possível por decisão do órgão nacional de direção partidária, com apresentação, no ato da prestação de contas final, de:

I - acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência do credor;

II - cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo;

III - indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido.

§ 4º No caso do disposto no § 3º, o órgão partidário da respectiva circunscrição eleitoral passa a responder solidariamente com o candidato por todas as dívidas, hipótese em que a existência do débito não pode ser considerada como causa para a rejeição das contas do candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 4º).

§ 5º Os valores arrecadados para a quitação dos débitos de campanha a que se refere o § 2º devem, cumulativamente:

I - observar os requisitos da Lei nº 9.504/1997 quanto aos limites legais de doação e às fontes lícitas de arrecadação;

II - transitar necessariamente pela conta "Doações para Campanha" do partido político, prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos, excetuada a hipótese de pagamento das dívidas com recursos do Fundo Partidário;

III - constar da prestação de contas anual do partido político até a integral quitação dos débitos, conforme o cronograma de pagamento e quitação apresentado por ocasião da assunção da dívida.

§ 6º As despesas já contraídas e não pagas até a data a que se refere o *caput* devem ser comprovadas por documento fiscal hábil, idôneo ou por outro meio de prova permitido, emitido na data da realização da despesa.

§ 7º As dívidas de campanha contraídas diretamente pelos órgãos partidários não estão sujeitas à autorização da direção nacional prevista no § 3º e devem observar as exigências previstas nos §§ 5º e 6º.

Art. 28. A existência de débitos de campanha não assumidos pelo partido, na forma prevista no § 2º do art. 27, será aferida na oportunidade do julgamento da prestação de contas do candidato e poderá ser considerada motivo para sua rejeição.

CAPÍTULO III

DOS GASTOS ELEITORAIS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 29. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 26):

I - confecção de material impresso de qualquer natureza, observado o tamanho fixado no § 2º do art. 37 e nos §§ 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 9.504/1997;

II - propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação;

III - aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;

IV - despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas;

V - correspondências e despesas postais;

VI - despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições;

VII - remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço a candidatos e a partidos políticos;

VIII - montagem e operação de carros de som, de propaganda e de assemelhados;

IX - realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura;

X - produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;

XI - realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;

XII - custos com a criação e inclusão de páginas na Internet;

XIII - multas aplicadas, até as eleições, aos candidatos e partidos políticos por infração do disposto na legislação eleitoral;

XIV - doações para outros partidos políticos ou outros candidatos;

XV - produção de *jingles*, *vinhetas* e *slogans* para propaganda eleitoral.

§ 1º As contratações de serviços de consultoria jurídica e de contabilidade prestados em favor das campanhas eleitorais deverão ser pagas com recursos provenientes da conta de campanha e constituem gastos eleitorais que devem ser declarados de acordo com os valores efetivamente pagos.

- § 1º com redação alterada pelo art. 1º da Res.-TSE nº 23.470, de 1º.3.2016.

§ 1º-A Os honorários referentes à contratação de serviços de advocacia e de contabilidade relacionados à defesa de interesses de candidato ou de partido político em processo judicial não poderão ser pagos com recursos da campanha e não caracterizam gastos eleitorais, cabendo o seu registro nas declarações fiscais das pessoas envolvidas e, no caso dos partidos políticos, na respectiva prestação de contas anual.

- § 1º-A incluído pelo art. 2º da Res.-TSE nº 23.470, de 1º.3.2016.

§ 2º Todo material de campanha eleitoral impresso deverá conter o número de inscrição no CNPJ ou o número de inscrição no CPF do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou e a respectiva tiragem (Lei nº 9.504/1997, art. 38, § 1º).

§ 3º Os gastos efetuados por candidato ou partido em benefício de outro candidato ou outro partido político constituem doações estimáveis em dinheiro.

§ 4º O pagamento dos gastos eleitorais contraídos pelos candidatos será de sua responsabilidade, cabendo aos partidos políticos responder apenas pelos gastos que realizarem e por aqueles que, após o dia da eleição, forem assumidos na forma do § 2º do art. 27.

Art. 30. Os gastos de campanha por partido político ou candidato somente poderão ser efetivados após o preenchimento dos pré-requisitos de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 3º.

§ 1º Os gastos eleitorais efetivam-se na data da sua contratação, independentemente da realização do seu pagamento e devem ser registrados na prestação de contas no ato da sua contratação.

§ 2º Os gastos destinados à preparação da campanha e à instalação física ou de página de Internet de comitês de campanha de candidatos e de partidos políticos poderão ser contratados a partir de 20 de julho de 2016, considerada a data efetiva da realização da respectiva convenção partidária, desde que, cumulativamente:

I - sejam devidamente formalizados; e

II - o desembolso financeiro ocorra apenas após a obtenção do número de inscrição no CNPJ, a abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha e a emissão de recibos eleitorais.

Art. 31. Os recursos provenientes do Fundo Partidário não poderão ser utilizados para pagamento de encargos decorrentes de inadimplência de pagamentos, tais como multa de mora, atualização monetária ou juros, ou para pagamento de multas relativas a atos infracionais, ilícitos penais, administrativos ou eleitorais.

Parágrafo único. As multas aplicadas por propaganda antecipada deverão ser arcadas pelos responsáveis e não serão computadas como despesas de campanha, ainda que aplicadas a quem venha a se tornar candidato.

Art. 32. Os gastos eleitorais de natureza financeira só podem ser efetuados por meio de cheque nominal ou transferência bancária que identifique o CPF ou CNPJ do beneficiário, ressalvadas as despesas de pequeno valor previstas no art. 33 e o disposto no § 4º do art. 7º.

Art. 33. Para efetuar pagamento de gastos de pequeno vulto, o órgão partidário pode constituir reserva em dinheiro (Fundo de Caixa) que observe o saldo máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), desde que os recursos destinados à respectiva reserva transitem previamente pela conta bancária específica do partido e não ultrapassem dois por cento dos gastos contratados pela agremiação, observando o seguinte:

I - o saldo do Fundo de Caixa pode ser recomposto mensalmente, com a complementação de seu limite, de acordo com os valores despendidos no mês anterior;

II - da conta bancária específica de que trata o *caput* será sacada a importância para complementação do limite a que se refere o *caput*, mediante cartão de débito ou emissão de cheque nominativo emitido em favor do próprio sacado.

Art. 34. Para efetuar pagamento de gastos de pequeno vulto, o candidato pode constituir reserva em dinheiro (Fundo de Caixa) que observe o saldo máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), desde que os recursos destinados à respectiva reserva transitem previamente pela conta bancária específica do candidato e não ultrapassem dois por cento do limite de gastos estabelecidos para sua candidatura, observando o disposto nos incisos I e II do art. 33.

Parágrafo único. O candidato a vice-prefeito não pode constituir Fundo de Caixa.

Art. 35. Para efeito do disposto nos arts. 33 e 34, consideram-se gastos de pequeno vulto as despesas individuais que não ultrapassem o limite de R\$ 300,00 (trezentos reais), vedado o fracionamento de despesa.

Parágrafo único. Os pagamentos de pequeno valor realizados por meio do Fundo de Caixa não dispensam a respectiva comprovação na forma do art. 55.

Art. 36. A realização de gastos eleitorais para contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais, que se incluem no previsto no inciso VII do art. 29, observará os seguintes critérios para aferição do limite de número de contratações (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A):

I - em municípios com até trinta mil eleitores, não excederá a um por cento do eleitorado;

II - nos demais municípios corresponderá ao número máximo apurado no inciso I, acrescido de uma contratação para cada mil eleitores que exceder o número de trinta mil.

§ 1º Os limites previstos nos incisos I e II do *caput* são aplicáveis às candidaturas ao cargo de prefeito (Lei 9.504/1997, art. 100-A, inciso V).

§ 2º O limite de contratações para as candidaturas ao cargo de vereador corresponde a cinquenta por cento dos limites calculados nos termos dos incisos I e II do *caput*, observado o máximo de vinte e oito por cento do limite estabelecido para o município com o maior número de eleitores no estado calculado na forma do inciso II do *caput* (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, inciso VI).

§ 3º Nos cálculos previstos nos incisos I e II do *caput* e nos §§ 1º e 2º, a fração será desprezada se inferior a meio e igualada a um se igual ou superior (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 2º).

§ 4º O Tribunal Superior Eleitoral, após o fechamento do cadastro eleitoral, divulgará, na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet os limites quantitativos de que trata este artigo por candidatura em cada município.

§ 5º Para a aferição dos limites, serão consideradas e somadas as contratações realizadas pelo candidato ao cargo de prefeito e as que eventualmente tenham sido realizadas pelo candidato ao cargo de vice-prefeito (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 3º, primeira parte).

§ 6º A contratação de pessoal por partidos políticos no nível municipal é vinculada aos limites impostos aos seus candidatos (Lei nº 9.504/1997, art. 100-A, § 3º, parte final).

§ 7º O descumprimento dos limites previstos no art. 100-A da Lei nº 9.504/1997, reproduzidos neste artigo, sujeita o candidato às penas previstas no art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Lei nº 9.504/1997, art.100-A, § 5º).

§ 8º São excluídos dos limites fixados neste artigo a militância não remunerada, pessoal contratado para apoio administrativo e operacional, fiscais e delegados credenciados para trabalhar nas eleições e advogados dos candidatos ou dos partidos e das coligações (Lei nº 9.504/1997, art.100-A, § 6º).

§ 9º O disposto no § 7º não impede a apuração de eventual abuso de poder pela Justiça Eleitoral, por meio das vias próprias.

Art. 37. A contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes, aplicando-se à pessoa física contratada o disposto na alínea *h* do inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei nº 9.504/1997, art. 100).

Art. 38. São estabelecidos os seguintes limites com relação ao total dos gastos da campanha contratados (Lei nº 9.504/1997, art. 26, parágrafo único):

I - alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês de campanha: dez por cento;

II - aluguel de veículos automotores: vinte por cento.

Art. 39. Com a finalidade de apoiar candidato de sua preferência, qualquer eleitor pode realizar pessoalmente gastos totais até o

valor de R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados (Lei nº 9.504/1997, art. 27).

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, o comprovante da despesa deve ser emitido em nome do eleitor.

§ 2º Bens e serviços entregues ou prestados ao candidato não representam os gastos de que trata o *caput* e caracterizam doação, sujeitando-se às regras do art. 20.

Art. 40. O Juiz Eleitoral ou os Tribunais Eleitorais podem, a qualquer tempo, mediante provocação ou de ofício, determinar a realização de diligências para verificação da regularidade e efetiva realização dos gastos informados pelos partidos políticos ou candidatos.

§ 1º Para apuração da veracidade dos gastos eleitorais, o Juiz, mediante provocação do Ministério Público Eleitoral ou de qualquer partido político, coligação ou candidato, pode determinar em decisão fundamentada:

I - que os respectivos fornecedores apresentem provas aptas para demonstrar a prestação de serviços ou a entrega dos bens contratados;

II - a realização de busca e apreensão, exibição de documentos e demais medidas antecipatórias de produção de prova admitidas pela legislação;

III - a quebra do sigilo bancário e fiscal do fornecedor e/ou de terceiros envolvidos.

§ 2º Independentemente da adoção das medidas previstas neste artigo, enquanto não apreciadas as contas finais do partido ou do candidato, o Juiz poderá intimá-lo a comprovar a realização dos gastos de campanha por meio de documentos e provas idôneas.

TÍTULO II

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CAPÍTULO I

DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS

Art. 41. Devem prestar contas à Justiça Eleitoral:

I - o candidato;

II - os órgãos partidários, ainda que constituídos sob forma provisória:

a) nacionais;

b) estaduais;

c) distritais; e

d) municipais.

§ 1º O candidato fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios, contribuições de filiados e doações de pessoas físicas (Lei nº 9.504/1997, art. 20).

§ 2º O candidato é solidariamente responsável com a pessoa indicada no § 1º pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha (Lei nº 9.504/1997, art. 21).

§ 3º O candidato elaborará a prestação de contas, que será encaminhada ao Juiz Eleitoral, diretamente por ele ou por intermédio do partido político, no prazo estabelecido no art. 45, abrangendo, se for o caso, o vice-prefeito e todos aqueles que o tenham substituído, em conformidade com os respectivos períodos de composição da chapa.

§ 4º A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha, o qual realiza os registros contábeis pertinentes e auxilia o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas nesta resolução.

§ 5º A prestação de contas deve ser assinada:

I - pelo candidato titular e vice, se houver;

II - pelo administrador financeiro, na hipótese de prestação de contas de candidato, se constituído;

III - pelo presidente e tesoureiro do partido político, na hipótese de prestação de contas de partido político;

IV - pelo profissional habilitado em contabilidade.

§ 6º É obrigatória a constituição de advogado para a prestação de contas.

§ 7º O candidato que renunciar à candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver o registro indeferido pela Justiça Eleitoral deve prestar contas em relação ao período em que participou do processo eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha.

§ 8º Se o candidato falecer, a obrigação de prestar contas, na forma desta resolução, referente ao período em que realizou campanha, será de responsabilidade de seu administrador financeiro ou, na sua ausência, no que for possível, da respectiva direção partidária.

§ 9º A ausência de movimentação de recursos de campanha, financeiros ou estimáveis em dinheiro, não isenta o partido e o candidato do dever de prestar contas na forma estabelecida nesta resolução.

§ 10. O presidente e o tesoureiro do partido político são responsáveis pela veracidade das informações relativas à prestação de contas do partido, devendo assinar todos os documentos que a integram e encaminhá-la à Justiça Eleitoral no prazo legal.

Art. 42. Sem prejuízo da prestação de contas anual prevista na Lei nº 9.096/1995, os órgãos partidários, em todas as suas esferas, devem prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha da seguinte forma:

I - o órgão partidário municipal deve encaminhar a prestação de contas à respectiva Zona Eleitoral;

II - o órgão partidário estadual ou distrital deve encaminhar a prestação de contas ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral;

III - o órgão partidário nacional deve encaminhar a prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO II

DO PRAZO, DA AUTUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO FINANCEIRO DE CAMPANHA

Art. 43. Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a entregar à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na Internet para esse fim (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º):

I - os dados relativos aos recursos em dinheiro recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até setenta e duas horas contadas do recebimento;

II - relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.

§ 1º A prestação de contas parcial de que trata o inciso II do *caput* deve ser realizada exclusivamente em meio eletrônico, por intermédio do SPCE, com a discriminação dos recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para financiamento da campanha eleitoral, com, cumulativamente:

I - a indicação dos nomes, do CPF das pessoas físicas doadoras ou do CNPJ dos partidos ou dos candidatos doadores;

II - a especificação dos respectivos valores doados;

III - a identificação dos gastos realizados, com detalhamento dos fornecedores.

§ 2º Os relatórios financeiros de campanha de que trata o inciso I do *caput* serão informados à Justiça Eleitoral, por meio do SPCE, em

até setenta e duas horas contadas a partir da data do crédito da doação financeira na conta bancária.

§ 3º O relatório financeiro de campanha será disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral na sua página na Internet em até quarenta e oito horas, ocasião em que poderão ser divulgados também os gastos eleitorais declarados.

§ 4º A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE pela Internet entre os dias 9 a 13 de setembro de 2016, dela constando o registro da movimentação financeira de campanha ocorrida desde seu início até o dia 8 de setembro.

§ 5º No dia 15 de setembro, o Tribunal Superior Eleitoral divulgará, na sua página, na Internet, a prestação de contas parcial de campanha de candidatos e partidos políticos com a indicação dos nomes, do CPF ou CNPJ dos doadores e dos respectivos valores doados (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º, inciso II, e § 7º).

§ 6º A não apresentação tempestiva da prestação de contas parcial ou a sua entrega de forma que não corresponda à efetiva movimentação de recursos pode caracterizar infração grave, a ser apurada na oportunidade do julgamento da prestação de contas final.

§ 7º A ausência de informações sobre o recebimento de recursos em dinheiro de que trata o inciso I do *caput* deve ser examinada, de acordo com a quantidade e valores envolvidos, na oportunidade do julgamento da prestação de contas, podendo, conforme o caso, levar à sua rejeição.

§ 8º Após os prazos previstos no inciso I do *caput* e no § 4º, as informações enviadas à Justiça Eleitoral somente podem ser retificadas com a apresentação de justificativa que seja aceita pela autoridade judicial e, no caso da prestação de contas parcial, mediante a apresentação de prestação retificadora na forma do art. 65, *caput* e § 2º, desta resolução.

Art. 44. Após a divulgação da prestação de contas parcial de contas de campanha, a unidade técnica ou o chefe do Cartório Eleitoral encaminhará as informações ao presidente do Tribunal ou ao Juiz Eleitoral,

conforme o caso, para que seja determinada, a critério da autoridade, sua autuação e distribuição.

§ 1º O relator ou o Juiz Eleitoral pode determinar o imediato início da análise das contas com base nos dados constantes da prestação de contas parcial e nos demais que estiverem disponíveis.

§ 2º Ocorrendo a autuação da prestação de contas na oportunidade da sua apresentação parcial, serão juntados ao processo já autuado os recibos eleitorais emitidos e os que forem sendo emitidos na forma do art. 6º, os extratos eletrônicos recebidos e os que vierem a ser recebidos nos termos do art. 12 e, posteriormente, a prestação de contas final.

Art. 45. As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até 1º de novembro de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 29, inciso III).

§ 1º Havendo segundo turno, devem prestar suas contas até 19 de novembro de 2016, apresentando a movimentação financeira referente aos dois turnos (Lei nº 9.504/1997, art. 29, inciso IV):

I - o candidato que disputar o segundo turno;

II - os órgãos partidários vinculados ao candidato que concorre ao segundo turno, ainda que coligados, em todas as suas esferas;

III - os órgãos partidários que, ainda que não referidos no inciso II, efetuem doações ou gastos às candidaturas concorrentes ao segundo turno.

§ 2º Sem prejuízo da obrigação prevista no § 1º, os candidatos e os partidos que disputarem o segundo turno da eleição devem informar à Justiça Eleitoral as doações e os gastos que tenham realizado em favor dos candidatos eleitos no primeiro turno, até 1º de novembro de 2016.

§ 3º Para cumprir o disposto no § 2º, candidatos e partidos devem utilizar formulário próprio disponível no SPCE e transmiti-lo à Justiça Eleitoral pelo mesmo sistema.

§ 4º Findos os prazos fixados neste artigo sem que as contas tenham sido prestadas, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - o chefe do Cartório Eleitoral ou a unidade técnica responsável pelo exame das contas, conforme o caso, informará o fato, no prazo máximo de três dias:

a) ao presidente do Tribunal ou ao relator, caso designado; ou

b) ao Juiz Eleitoral;

II - a autoridade judicial determinará a autuação da informação na classe processual de prestação de contas, caso ainda não tenha havido a autuação a que se refere o art. 44, e, nos Tribunais, proceder-se-á à distribuição do processo a um relator, se for o caso;

III - o chefe do Cartório Eleitoral ou a unidade técnica instruirá os autos com os extratos eletrônicos encaminhados à Justiça Eleitoral, com as informações relativas ao recebimento de recursos do Fundo Partidário, de fonte vedada e/ou de origem não identificada e com os demais dados disponíveis;

IV - o omissor será notificado para, querendo, manifestar-se no prazo de setenta e duas horas;

V - o Ministério Público Eleitoral terá vista dos autos da prestação de contas, devendo emitir parecer no prazo de quarenta e oito horas;

VI - permanecendo a omissão, as contas serão julgadas como não prestadas (Lei nº 9.504/1997, art. 30, inciso IV).

§ 5º A notificação de que trata o inciso IV deve ser pessoal e observar os procedimentos previstos no art. 84 e seguintes desta resolução.

CAPÍTULO III

DAS SOBRAS DE CAMPANHA

Art. 46. Constituem sobras de campanha:

I - a diferença positiva entre os recursos arrecadados e os gastos realizados em campanha;

II - os bens e materiais permanentes adquiridos ou recebidos durante a campanha até a data da entrega das prestações de contas de campanha.

§ 1º As sobras de campanhas eleitorais devem ser transferidas ao órgão partidário, na circunscrição do pleito, conforme a origem dos recursos, até a data prevista para a apresentação das contas à Justiça Eleitoral.

§ 2º O comprovante de transferência das sobras de campanha deve ser juntado à prestação de contas do responsável pelo recolhimento, sem prejuízo dos respectivos lançamentos na contabilidade do partido.

§ 3º As sobras financeiras de recursos oriundos do Fundo Partidário devem ser transferidas para a conta bancária do partido político destinada à movimentação de recursos dessa natureza.

§ 4º As sobras financeiras de origem diversa da prevista no § 2º devem ser depositadas na conta bancária do partido destinada à movimentação de “Outros Recursos”, prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos.

Art. 47. Caso não seja cumprido o disposto no § 1º do art. 46 até 31 de dezembro de 2016, os bancos devem efetuar a transferência do saldo financeiro da conta bancária eleitoral de candidatos, na forma do art. 31 da Lei nº 9.504/1997, dando imediata ciência ao Juiz competente para a análise da prestação de contas do candidato, observando o seguinte:

I - os bancos devem comunicar o fato previamente ao titular da conta bancária para que proceda, em até dez dias antes do prazo previsto no *caput*, à transferência das sobras financeiras de campanha ao partido que estiver vinculado, observada a circunscrição do pleito (Resolução Banco Central nº 2.025/93, art. 12, inciso V);

II - decorrido o prazo do inciso I sem que o titular da conta tenha efetivado a transferência, os bancos devem efetuar a transferência do saldo financeiro existente para o órgão diretivo municipal do partido na cidade onde ocorreu a eleição, o qual será o exclusivo responsável pela identificação

desses recursos, sua utilização, contabilização e respectiva prestação de contas ao juízo eleitoral correspondente;

III - efetivada a transferência de que trata o inciso II, os bancos devem encaminhar ofício ao Juiz Eleitoral responsável pela análise de contas do candidato, no prazo de até dez dias.

§ 1º Inexistindo conta bancária do órgão municipal do partido na circunscrição da eleição, a transferência de que trata este artigo deve ser feita para a conta bancária do órgão nacional do partido político.

§ 2º Na hipótese do § 1º, além da comunicação de que trata o inciso III, os bancos devem, em igual prazo, encaminhar ofício ao Tribunal Superior Eleitoral e ao órgão partidário nacional, identificando o titular da conta bancária encerrada e a conta bancária de destino.

§ 3º Ocorrendo dúvida sobre a identificação da conta de destino, o banco pode requerer informação ao Juiz Eleitoral, no prazo previsto no inciso I.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

Art. 48. Ressalvado o disposto no art. 57, a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta, cumulativamente:

I - pelas seguintes informações:

a) qualificação do candidato, dos responsáveis pela administração de recursos e do profissional habilitado em contabilidade;

b) recibos eleitorais emitidos;

c) recursos arrecadados, com a identificação das doações recebidas, financeiras ou estimáveis em dinheiro, e daqueles oriundos da comercialização de bens e/ou serviços e da promoção de eventos;

d) receitas estimáveis em dinheiro, com a descrição:

1. do bem recebido, da quantidade, do valor unitário e da avaliação pelos preços praticados no mercado, com a identificação da fonte de avaliação;

2. do serviço prestado, da avaliação realizada em conformidade com os preços habitualmente praticados pelo prestador, sem prejuízo da apuração dos preços praticados pelo mercado, caso o valor informado seja inferior a estes;

e) doações efetuadas a outros partidos políticos e/ou outros candidatos;

f) transferência financeira de recursos entre o partido político e seu candidato, e vice-versa;

g) receitas e despesas, especificadas;

h) eventuais sobras ou dívidas de campanha;

i) gastos individuais realizados pelo candidato e pelo partido;

j) gastos realizados pelo partido político em favor do seu candidato;

k) comercialização de bens e/ou serviços e/ou da promoção de eventos, com a discriminação do período de realização, o valor total auferido, o custo total, as especificações necessárias à identificação da operação e a identificação dos adquirentes dos bens ou serviços;

l) conciliação bancária, com os débitos e os créditos ainda não lançados pela instituição bancária, a qual deve ser apresentada quando houver diferença entre o saldo financeiro do demonstrativo de receitas e despesas e o saldo bancário registrado em extrato, de forma a justificá-la;

II - pelos seguintes documentos:

a) extratos da conta bancária aberta em nome do candidato e do partido político, inclusive da conta aberta para movimentação de recursos do Fundo Partidário, quando for o caso, nos termos exigidos pelo inciso III do art. 3º, demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a

apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira;

b) comprovantes de recolhimento (depósitos/transferências) à respectiva direção partidária das sobras financeiras de campanha;

c) documentos fiscais que comprovem a regularidade dos gastos eleitorais realizados com recursos do Fundo Partidário, na forma do art. 55 desta resolução;

d) declaração firmada pela direção partidária comprovando o recebimento das sobras de campanha constituídas por bens e/ou materiais permanentes, quando houver;

e) autorização do órgão nacional de direção partidária, na hipótese de assunção de dívida pelo partido político, acompanhada dos documentos previstos no § 3º do art. 27;

f) instrumento de mandato para constituição de advogado para a prestação de contas;

g) comprovantes bancários de devolução dos recursos recebidos de fonte vedada ou guia de recolhimento ao Tesouro Nacional dos recursos provenientes de origem não identificada;

h) notas explicativas, com as justificações pertinentes.

Parágrafo único. Para subsidiar o exame das contas prestadas, a Justiça Eleitoral poderá requerer a apresentação dos seguintes documentos:

I - documentos fiscais e outros legalmente admitidos que comprovem a regularidade dos gastos eleitorais;

II - outros elementos que comprovem a movimentação realizada na campanha eleitoral, inclusive a proveniente de bens ou serviços estimáveis.

Art. 49. A elaboração da prestação de contas deve ser feita e transmitida por meio do SPCE, disponibilizado na página da Justiça Eleitoral na Internet.

Art. 50. A prestação de contas deve ser encaminhada à Justiça Eleitoral em meio eletrônico pela Internet, na forma do art. 49.

§ 1º Recebidas na base de dados da Justiça Eleitoral as informações de que trata o inciso I do *caput* do art. 48, o sistema emitirá o Extrato da Prestação de Contas, certificando a entrega eletrônica.

§ 2º O prestador de contas deve imprimir o Extrato da Prestação de Contas, assiná-lo e, juntamente com os documentos a que se refere o inciso II do *caput* do art. 48, protocolar a prestação de contas no órgão competente até o prazo fixado no art. 45.

§ 3º O recibo de entrega da prestação de contas somente será emitido após a certificação de que o número de controle do Extrato da Prestação de Contas é idêntico ao que consta na base de dados da Justiça Eleitoral.

§ 4º Ausente o número de controle no Extrato da Prestação de Contas, ou sendo divergente daquele constante da base de dados da Justiça Eleitoral, o SPCE emitirá aviso com a informação de impossibilidade técnica de sua recepção.

§ 5º Na hipótese do § 4º, é necessária a correta reapresentação da prestação de contas, sob pena de ser julgada não prestada.

§ 6º Os autos das prestações de contas dos candidatos eleitos serão encaminhados, tão logo recebidos, à unidade ou ao responsável por sua análise técnica para que seja desde logo iniciada.

§ 7º Os autos das prestações de contas dos candidatos não eleitos permanecerão no Cartório Eleitoral até o encerramento do prazo para impugnação, previsto no art. 51 desta resolução.

Art. 51. Com a apresentação das contas finais, a Justiça Eleitoral disponibilizará as informações a que se refere o inciso I do *caput* do art. 48, bem como os extratos eletrônicos encaminhados à Justiça Eleitoral, na página do TSE, na Internet, e determinará a imediata publicação de edital para que qualquer partido político, candidato ou coligação, o Ministério Público, bem como qualquer outro interessado, possa impugná-las no prazo de três dias.

§ 1º A impugnação à prestação de contas deve ser formulada em petição fundamentada dirigida ao relator ou ao Juiz Eleitoral, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias.

§ 2º As impugnações à prestação de contas dos candidatos eleitos e dos respectivos partidos políticos, inclusive dos coligados, serão autuadas em separado e o Cartório Eleitoral ou a Secretaria do Tribunal notificará imediatamente o candidato ou o órgão partidário, encaminhando-lhe a cópia da impugnação e dos documentos que a acompanham, para manifestação no prazo de três dias.

§ 3º Apresentada ou não a manifestação do impugnado, transcorrido o prazo previsto no § 2º, o Cartório Eleitoral ou a Secretaria do Tribunal encaminhará os autos da impugnação ao Ministério Público Eleitoral, para ciência.

§ 4º Decorrido o prazo previsto no § 2º e cientificado o Ministério Público Eleitoral na forma do § 3º, com ou sem manifestação deste, o Cartório Eleitoral ou a Secretaria do Tribunal solicitará os autos da prestação de contas à unidade ou ao responsável pela análise técnica, providenciando, imediatamente, o apensamento da impugnação e sua pronta devolução, para a continuidade do exame.

§ 5º Nas prestações de contas dos candidatos não eleitos e dos órgãos de seus partidos políticos, inclusive dos coligados, a impugnação será juntada aos próprios autos da prestação de contas, abrindo-se vista ao prestador de contas e ao MPE, na forma da parte final dos §§ 2º e 3º, e, em seguida, os autos serão encaminhados à unidade ou ao responsável pela análise técnica.

§ 6º A disponibilização das informações previstas no *caput*, bem como a apresentação ou não de impugnação, não impede a atuação do MPE como *custos legis* nem o exame das contas pela unidade técnica ou responsável por sua análise no Cartório Eleitoral.

Seção I

Da Comprovação da Arrecadação de Recursos e da Realização de Gastos

Art. 52. A comprovação dos recursos financeiros arrecadados deve ser feita mediante:

I - os recibos eleitorais emitidos; ou

II - pela correspondência entre o número do CPF/CNPJ do doador registrado na prestação de contas e aquele constante do extrato eletrônico da conta bancária.

§ 1º A comprovação da ausência de movimentação de recursos financeiros deve ser efetuada mediante a apresentação dos correspondentes extratos bancários ou de declaração firmada pelo gerente da instituição financeira.

§ 2º A ausência de movimentação financeira não isenta o prestador de contas de efetuar o registro das doações estimáveis em dinheiro.

§ 3º Havendo indício de recurso recebido de fonte vedada, apurado durante o exame, o prestador de contas deve esclarecer a situação e comprovar a regularidade da origem dos recursos.

Art. 53. As doações de bens ou serviços estimáveis em dinheiro ou cessões temporárias devem ser avaliadas com base nos preços praticados no mercado no momento de sua realização e comprovadas por:

I - documento fiscal ou, quando dispensado, comprovante emitido em nome do doador ou instrumento de doação, quando se tratar de doação de bens de propriedade do doador pessoa física em favor de candidato ou partido político;

II - instrumento de cessão e comprovante de propriedade do bem cedido pelo doador, quando se tratar de bens cedidos temporariamente ao candidato ou ao partido político;

III - instrumento de prestação de serviços, quando se tratar de produto de serviço próprio ou atividades econômicas prestadas por pessoa física em favor de candidato ou partido político.

§ 1º A avaliação do bem ou do serviço doado de que trata o *caput* deve ser realizada mediante a comprovação dos preços habitualmente praticados pelo doador e a sua adequação aos praticados no mercado, com indicação da fonte de avaliação.

§ 2º Além dos documentos previstos no *caput* e seus incisos, poderão ser admitidos outros meios de provas lícitos para a demonstração das doações, cujo valor probante será aferido na oportunidade do julgamento da prestação de contas.

Art. 54. O cancelamento de documentos fiscais deve observar o disposto na legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular.

Art. 55. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser realizada por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

§ 1º Além do documento fiscal idôneo, a que se refere o *caput*, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gasto, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:

I - contrato;

II - comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço;

III - comprovante bancário de pagamento; ou

IV - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP).

§ 2º Quando dispensada a emissão de documento fiscal, na forma da legislação aplicável, a comprovação da despesa pode ser realizada por meio de recibo que contenha a data de emissão, a descrição e o valor da operação ou prestação, a identificação do destinatário e do emitente pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço e assinatura do prestador de serviços.

§ 3º Ficam dispensadas de comprovação na prestação de contas:

I - a cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente;

II - doações estimáveis em dinheiro entre candidatos ou partidos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa.

§ 4º A dispensa de comprovação prevista no § 3º não afasta a obrigatoriedade de serem registrados na prestação de contas os valores das operações constantes dos incisos I e II do referido parágrafo.

§ 5º Para fins do disposto no inciso II do § 3º, considera-se uso comum:

I - de sede: o compartilhamento de imóvel para instalação de comitê de campanha e realização de atividades de campanha eleitoral, compreendido no valor da doação estimável o uso e/ou locação do espaço, assim como as despesas para sua manutenção, excetuadas as despesas com pessoal, regulamentada na forma do art. 30;

II - de materiais de propaganda eleitoral: a produção de materiais publicitários que beneficiem duas ou mais campanhas eleitorais.

§ 6º Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim (Lei 9.504/1997, art. 28, § 8º).

Art. 56. No caso de utilização de recursos financeiros próprios, a Justiça Eleitoral pode exigir do candidato a apresentação de documentos comprobatórios da respectiva origem e disponibilidade.

Parágrafo único. A comprovação de origem e disponibilidade de que trata este artigo deve ser instruída com documentos e elementos que

demonstrem a procedência lícita dos recursos e a sua não caracterização como fonte vedada.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA

Art. 57. A Justiça Eleitoral adotará sistema simplificado de prestação de contas para candidatos que apresentem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 9º).

§ 1º Nas eleições para prefeito e vereador em municípios com menos de cinquenta mil eleitores, a prestação de contas será feita sempre pelo sistema simplificado (Lei 9.504/1997, art. 28, § 11).

§ 2º Para os fins deste artigo, considera-se movimentação financeira o total das despesas contratadas e registradas na prestação de contas.

Art. 58. O sistema simplificado de prestação de contas se caracteriza pela análise informatizada e simplificada da prestação de contas que será elaborada exclusivamente pelo SPCE.

Art. 59. A prestação de contas simplificada será composta exclusivamente pelas informações prestadas diretamente no SPCE e pelos documentos descritos nas alíneas *a*, *b*, *d* e *f* do inciso II do *caput* do art. 48.

§ 1º A adoção da prestação de contas simplificada não dispensa sua apresentação por meio do SPCE, disponibilizado na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet.

§ 2º O recebimento e processamento da prestação de contas simplificada, assim como de eventual impugnação oferecida, observará o disposto nos arts. 50 e 51.

§ 3º Concluída a análise técnica, caso tenha sido oferecida impugnação ou detectada qualquer irregularidade pelo órgão técnico, o

prestador de contas será intimado para se manifestar no prazo de três dias, podendo juntar documentos.

§ 4º Apresentada ou não a manifestação do prestador de contas, os autos serão remetidos ao Ministério Público Eleitoral para apresentação de parecer no prazo de quarenta e oito horas.

§ 5º Na hipótese de utilização de recursos provenientes do Fundo Partidário, além das informações transmitidas pelo SPCE, na forma do *caput*, o prestador de contas deverá apresentar fisicamente os respectivos comprovantes dos recursos utilizados.

Art. 60. A análise técnica da prestação de contas simplificada será realizada de forma informatizada, com o objetivo de detectar:

- I - recebimento direto ou indireto de fontes vedadas;
- II - recebimento de recursos de origem não identificada;
- III - extrapolação de limite de gastos;
- IV - omissão de receitas e gastos eleitorais;
- V - não identificação de doadores originários, nas doações recebidas de outros prestadores de contas.

Parágrafo único. Na hipótese de recebimento de recursos do Fundo Partidário, além da verificação informatizada da prestação de contas simplificada, a análise dos documentos de que trata o § 5º do art. 59 deve ser feita de forma manual, mediante o exame da respectiva documentação que comprove a correta utilização dos valores.

Art. 61. Não existindo impugnação, não identificada na análise técnica nenhuma das irregularidades previstas no art. 60 e havendo parecer favorável do Ministério Público Eleitoral, as contas serão julgadas sem a realização de diligências.

Art. 62. Existindo impugnação, irregularidade identificada pela análise técnica ou manifestação do Ministério Público Eleitoral contrária à aprovação das contas, o Juiz Eleitoral examinará as alegações e decidirá sobre a regularidade das contas ou, não sendo possível, converterá o feito para o rito

ordinário e determinará a intimação do prestador de contas para que, no prazo de setenta e duas horas, apresente prestação de contas retificadora acompanhada de todos os documentos e informações descritos no art. 48.

Parágrafo único. A decisão que determinar a apresentação de prestação de contas retificadora tem natureza interlocutória, é irrecorrível de imediato, não preclui e pode ser analisada como questão preliminar por ocasião do julgamento de recurso contra a decisão final da prestação de contas, caso apresentada nas razões recursais.

CAPÍTULO VI

DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 63. Para efetuar o exame das contas, a Justiça Eleitoral pode requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, pelo tempo que for necessário, bem como servidores ou empregados públicos do município, ou nele lotados, ou ainda pessoas idôneas da comunidade, devendo a escolha recair preferencialmente naqueles que possuem formação técnica compatível, dando ampla e imediata publicidade de cada requisição (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 3º).

§ 1º Para a requisição de técnicos e outros colaboradores previstos no *caput*, devem ser observados os impedimentos aplicáveis aos integrantes de Mesas Receptoras de Votos, previstos nos incisos de I a III do § 1º do art. 120 do Código Eleitoral.

§ 2º As razões de impedimento apresentadas pelos técnicos requisitados serão submetidas à apreciação da Justiça Eleitoral e somente poderão ser alegadas até cinco dias contados da designação, salvo na hipótese de motivos supervenientes.

Art. 64. Havendo indício de irregularidade na prestação de contas, a Justiça Eleitoral pode requisitar diretamente ou por delegação informações adicionais, bem como determinar diligências específicas para a complementação dos dados ou para o saneamento das falhas, com a perfeita identificação dos documentos ou elementos que devem ser apresentados (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 4º).

§ 1º As diligências devem ser cumpridas pelos candidatos e partidos políticos no prazo de setenta e duas horas contadas da intimação, sob pena de preclusão.

§ 2º Na fase de exame técnico, inclusive de contas parciais, a unidade ou o responsável pela análise técnica das contas pode promover circularizações, fixando o prazo máximo de setenta e duas horas para cumprimento.

§ 3º Determinada a diligência, decorrido o prazo do seu cumprimento com ou sem manifestação, acompanhados ou não de documentos, os autos serão remetidos para a unidade ou o responsável pela análise técnica para emissão de parecer conclusivo acerca das contas.

§ 4º Verificada a existência de falha, impropriedade ou irregularidade em relação à qual não se tenha dado ao prestador de contas prévia oportunidade de manifestação ou complementação, a unidade ou o responsável pela análise técnica deve notificá-lo, no prazo do § 2º e na forma do art. 84.

§ 5º Somente a autoridade judicial pode, em decisão fundamentada, de ofício ou por provocação do órgão técnico, do Ministério Público ou do impugnante, determinar a quebra dos sigilos fiscal e bancário do candidato, dos partidos políticos, dos doadores ou dos fornecedores da campanha.

§ 6º Nas diligências determinadas na prestação de contas, a Justiça Eleitoral deverá privilegiar a oportunidade de o interessado sanar, tempestivamente e quando possível, as irregularidades e impropriedades verificadas, identificando de forma específica e individualizada as providências a serem adotadas e seu escopo.

Art. 65. A retificação da prestação de contas somente é permitida, sob pena de ser considerada inválida:

I - na hipótese de cumprimento de diligências que implicar a alteração das peças inicialmente apresentadas;

II - voluntariamente, na ocorrência de erro material detectado antes do pronunciamento técnico; ou

III - no caso da conversão prevista no art. 62.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses descritas nos incisos I a III, a retificação das contas obriga o prestador de contas a:

I - enviar o arquivo da prestação de contas retificadora pela Internet, mediante o uso do SPCE;

II - apresentar extrato da prestação de contas devidamente assinado, acompanhado de justificativas e, quando cabível, de documentos que comprovem a alteração realizada, mediante petição dirigida:

a) no caso de prestação de contas a ser apresentada no Tribunal, ao relator, se já designado, ou ao presidente do Tribunal, caso os autos ainda não tenham sido distribuídos;

b) no caso de prestação de contas a ser apresentada na Zona Eleitoral, ao Juiz Eleitoral.

§ 2º Findo o prazo para apresentação das contas finais, não é admitida a retificação das contas parciais e qualquer alteração deve ser realizada por meio da retificação das contas finais, com a apresentação de nota explicativa.

§ 3º A validade da prestação de contas retificadora assim como a pertinência da nota explicativa de que trata o § 2º serão analisadas e registradas no parecer técnico conclusivo de que trata o § 3º do art. 64, a fim de que a autoridade judicial sobre elas decida na oportunidade do julgamento da prestação de contas e, se for o caso, determine a exclusão das informações retificadas na base de dados da Justiça Eleitoral.

§ 4º A retificação da prestação de contas observará o rito previsto no art. 48 e seguintes desta resolução, devendo ser encaminhadas cópias do extrato da prestação de contas retificada ao Ministério Público Eleitoral e, se houver, ao impugnante, para manifestação a respeito da retificação e, se for o caso, para retificação da impugnação.

§ 5º O encaminhamento de cópias do extrato da prestação de contas retificada a que alude o § 4º não impede o imediato encaminhamento da retificação das contas dos candidatos eleitos para exame técnico, tão logo recebidas na Justiça Eleitoral.

Art. 66. Emitido parecer técnico conclusivo pela existência de irregularidades e/ou impropriedades sobre as quais não se tenha dado oportunidade específica de manifestação ao prestador de contas, a Justiça Eleitoral o notificará para, querendo, manifestar-se no prazo de setenta e duas

horas contadas da notificação, vedada a juntada de documentos que não se refiram especificamente à irregularidade e/ou impropriedade apontada.

Art. 67. Apresentado o parecer conclusivo da unidade técnica e observado o disposto no art. 66, o Ministério Público Eleitoral terá vista dos autos da prestação de contas, devendo emitir parecer no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único. O disposto no art. 66 também é aplicável quando o Ministério Público Eleitoral apresentar parecer pela rejeição das contas por motivo que não tenha sido anteriormente identificado ou considerado pelo órgão técnico.

Art. 68. Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art. 66, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei nº 9.504/1997, art. 30, *caput*):

I - pela aprovação, quando estiverem regulares;

II - pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade;

III - pela desaprovação, quando constatadas falhas que comprometam sua regularidade;

IV - pela não prestação, quando, observado o disposto no § 1º:

a) depois de intimados na forma do inciso IV do § 4º do art. 45, o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas; ou

b) não forem apresentados os documentos e as informações de que trata o art. 48, ou o responsável deixar de atender às diligências determinadas para suprir a ausência que impeça a análise da movimentação dos seus recursos financeiros.

§ 1º A ausência parcial dos documentos e das informações de que trata o art. 48 ou o não atendimento das diligências determinadas não enseja o julgamento das contas como não prestadas se os autos contiverem elementos mínimos que permitam a análise da prestação de contas.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a autoridade judiciária examinará se a ausência verificada é relevante e compromete a regularidade das contas para efeito de sua aprovação com ressalvas ou desaprovação.

§ 3º O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e à aplicação de recursos perderá o direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico (Lei nº 9.504/1997, art. 25).

§ 4º Na hipótese de infração às normas legais, os dirigentes partidários poderão ser responsabilizados pessoalmente, em processos específicos a serem instaurados nos foros competentes.

§ 5º A sanção prevista no § 3º será aplicada no ano seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que desaprovar as contas do partido político ou do candidato, de forma proporcional e razoável, pelo período de um a doze meses, ou será aplicada por meio do desconto no valor a ser repassado da importância apontada como irregular, não podendo ser aplicada a sanção de suspensão caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou Tribunal competente, após cinco anos de sua apresentação.

§ 6º A perda do direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário ou o desconto no repasse de cotas resultante da aplicação da sanção a que se refere o § 5º será suspenso durante o segundo semestre de 2016 (Lei nº 9.096/1995, art. 37, § 9º).

§ 7º As sanções previstas no § 5º não são aplicáveis no caso de desaprovação de prestação de contas de candidato, salvo quando restar comprovada a efetiva participação do partido político nas infrações que acarretem a rejeição das contas e, nessa hipótese, tenha sido assegurado o direito de defesa ao órgão partidário.

§ 8º Os Cartórios Eleitorais e as Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais devem registrar, no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias (SICO), a decisão que determinar a perda do direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário ou o desconto no repasse de cotas resultante da aplicação da sanção a que se refere o § 5º.

Art. 69. Erros formais e materiais corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas não ensejam sua desaprovação e aplicação de sanção (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §§ 2º e 2º-A).

Art. 70. A decisão que julgar as contas do candidato às eleições majoritárias abrangerá as de vice-prefeito, ainda que substituídos.

Parágrafo único. Se, no prazo legal, o titular não prestar contas, o vice-prefeito, ainda que substituído, poderá fazê-lo separadamente, no prazo de setenta e duas horas contadas da notificação de que trata o inciso IV do § 4º do art. 45, para que suas contas sejam julgadas independentemente das contas do titular, salvo se este, em igual prazo, também apresentar suas contas, hipótese na qual os respectivos processos serão apensados e examinados em conjunto.

Art. 71. A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos será publicada em cartório até três dias antes da diplomação (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 1º).

Parágrafo único. A decisão que julgar as contas dos candidatos não eleitos será publicada no *Diário da Justiça Eletrônico* da Justiça Eleitoral.

Art. 72. A aprovação com ressalvas da prestação de contas não obsta que seja determinada a devolução dos recursos recebidos de fonte vedada ou a sua transferência para a conta única do Tesouro Nacional, assim como dos recursos de origem não identificada, na forma prevista nos arts. 25 e 26.

§ 1º Verificada a ausência de comprovação da utilização dos recursos do Fundo Partidário ou a sua utilização indevida, a decisão que julgar as contas determinará a devolução do valor correspondente ao Tesouro Nacional no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado, sob pena de remessa dos autos à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União para fins de cobrança.

§ 2º Na hipótese do § 1º, incidirão juros moratórios e atualização monetária, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da

Fazenda Pública, sobre os valores a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.

Art. 73. A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:

I - ao candidato, o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas;

II - ao partido político, a perda do direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário.

§ 1º Após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas como não prestadas, o interessado pode requerer a regularização de sua situação para evitar a incidência da parte final do inciso I do *caput* ou para restabelecer o direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário.

§ 2º O requerimento de regularização:

I - pode ser apresentado:

a) pelo candidato interessado, para efeito da regularização de sua situação cadastral;

b) pelo órgão partidário cujo direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário esteja suspenso ou pelo hierarquicamente superior;

II - deve ser autuado na classe Petição, consignando-se os nomes dos responsáveis, e distribuído por prevenção ao Juiz ou relator que conduziu o processo de prestação de contas a que ele se refere;

III - deve ser instruído com todos os dados e documentos previstos no art. 48 utilizando-se, em relação aos dados, o Sistema de que trata o art. 49;

IV - não deve ser recebido com efeito suspensivo;

V - deve observar o rito previsto nesta resolução para o processamento da prestação de contas, no que couber, para verificação de eventual existência de recursos de fontes vedadas, de origem não identificada

e da ausência de comprovação ou irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário.

§ 3º Caso constatada impropriedade ou irregularidade na aplicação dos recursos do Fundo Partidário ou no recebimento dos recursos de que tratam os arts. 25 e 26, o órgão partidário e os seus responsáveis serão notificados para fins de devolução ao Erário, se já não demonstrada a sua realização.

§ 4º Recolhidos os valores mencionados no § 3º, a autoridade judicial julgará o requerimento apresentado, aplicando ao órgão partidário e aos seus responsáveis, quando for o caso, as sanções previstas no § 3º do art. 68.

§ 5º A situação de inadimplência do órgão partidário ou do candidato somente deve ser levantada após o efetivo recolhimento dos valores devidos e o cumprimento das sanções impostas na decisão prevista nos incisos I e II do *caput* e § 2º.

Art. 74. Desaprovadas as contas, a Justiça Eleitoral remeterá cópia de todo o processo ao Ministério Público Eleitoral para os fins previstos no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei nº 9.504/1997, art. 22, § 4º).

Art. 75. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos enquanto perdurar a omissão (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 2º).

Art. 76. A Justiça Eleitoral divulgará na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet os nomes dos candidatos que não apresentaram as contas de suas campanhas.

Parágrafo único. Após o recebimento da prestação de contas pelo SPCE, na base de dados da Justiça Eleitoral, deve ser feito, no cadastro eleitoral, o registro relativo à apresentação da prestação de contas dos candidatos ao cargo de vereador e aos cargos de prefeito e de vice-prefeito, abrangendo também os substituídos e substitutos, com base nas informações inseridas no sistema.

Seção I

Dos Recursos

Art. 77. Da decisão do Juiz Eleitoral que julgar as contas dos partidos políticos e dos candidatos cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de três dias contados da publicação no *Diário da Justiça Eletrônico* (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 5º).

Parágrafo único. Na hipótese do julgamento das prestações de contas dos candidatos eleitos, o prazo recursal é contado da publicação da decisão em cartório.

Art. 78. Do acórdão do Tribunal Regional Eleitoral cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 4º do art. 121 da Constituição Federal, no prazo de três dias contados da publicação no *Diário da Justiça Eletrônico* (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 6º).

Art. 79. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 80. Durante todo o processo eleitoral, a Justiça Eleitoral pode fiscalizar a arrecadação e a aplicação de recursos, visando subsidiar a análise das prestações de contas.

§ 1º A fiscalização a que alude o *caput* deve ser:

I - precedida de autorização do presidente do Tribunal ou do relator do processo, caso já tenha sido designado, ou ainda do Juiz Eleitoral, conforme o caso, que designará, entre os servidores da Justiça Eleitoral, fiscais *ad hoc*, devidamente credenciados para sua atuação;

II - registrada no SPCE para confronto com as informações lançadas na prestação de contas.

§ 2º Na hipótese de a fiscalização ocorrer em município diferente da sede, a autoridade judiciária pode solicitar ao Juiz da respectiva circunscrição eleitoral que designe servidor da Zona Eleitoral para exercer a fiscalização.

Art. 81. Os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta devem fornecer informações na área de sua competência, quando solicitadas pela Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso I).

Art. 82. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e as secretarias municipais de Finanças encaminharão, ao Tribunal Superior Eleitoral, pela Internet, arquivo eletrônico contendo as notas fiscais eletrônicas relativas ao fornecimento de bens e serviços para campanha eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso I), nos seguintes prazos:

I - até o dia 30 de setembro de 2016, as notas fiscais eletrônicas emitidas de 15 de agosto até 15 de setembro de 2016.

II - até o dia 15 de novembro de 2016, o arquivo complementar, contendo as notas fiscais eletrônicas emitidas de 16 de setembro até 30 de outubro de 2016.

§ 1º Para fins do previsto no *caput*:

I - o presidente do Tribunal Superior Eleitoral requisitará, por meio de ofício, à Secretaria da Receita Federal do Brasil cópia eletrônica de todas as notas fiscais eletrônicas – NF-e emitidas pelo e contra o número de CNPJ de candidatos e de partidos políticos (Lei nº 5.172/1966, art. 198, § 1º, inciso I).

II - os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais requisitarão, por meio de ofício, às secretarias municipais de Finanças que adotem sistema de emissão eletrônica de nota fiscal, cópia eletrônica de todas as notas fiscais eletrônicas de serviços emitidas pelo e contra o número de

CNPJ de candidatos e de partidos políticos (Lei nº 5.172/1966, art. 198, § 1º, inciso I).

§ 2º Os ofícios de que trata o § 1º deverão:

I - ser entregues no órgão de destino até o dia 31 de agosto de 2016;

II - fazer referência à determinação contida nesta resolução e à sua aprovação nos autos da Instrução nº 562-78.2015.6.00.0000/DF; e

III - conter, como anexo, mídia eletrônica com a lista de CNPJ de candidatos e de partidos.

§ 3º Para o envio das informações requeridas nos termos do § 1º, deverá ser observado o seguinte:

I - a Secretaria da Receita Federal do Brasil utilizará o leiaute padrão da nota fiscal eletrônica – NF-e; e

II - as secretarias municipais de Finanças observarão o leiaute padrão fixado pela Justiça Eleitoral e o validador e transmissor de dados, disponíveis na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet.

§ 4º Não serão recebidos, na base de dados da Justiça Eleitoral, os arquivos eletrônicos de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços que não sejam aprovados pelo validador a que se refere o inciso II do § 3º.

§ 5º O eventual cancelamento de notas fiscais eletrônicas após sua regular informação como válidas pelos órgãos fazendários à Justiça Eleitoral, apresentado por ocasião do cumprimento de diligências determinadas nos autos de prestação de contas, será objeto de notificação específica à Fazenda informante, por ocasião do julgamento das contas para apuração de suposta infração fiscal, bem como de encaminhamento ao Ministério Público Eleitoral.

Art. 83. A autoridade judicial, à vista de denúncia fundamentada de filiado ou delegado de partido, de representação do Procurador-Geral ou Regional ou de iniciativa do Corregedor, diante de indícios de irregularidades na gestão financeira e econômica da campanha, poderá

determinar as diligências e providências que julgar necessárias para obstar a utilização de recursos de origem não identificada ou de fonte vedada.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 84. As intimações relativas aos processos de prestação de contas devem ser realizadas na pessoa do advogado constituído pelo partido político ou pelo candidato, devendo abranger:

I - na hipótese de prestação de contas de candidato à eleição majoritária, o titular e o vice-prefeito, ainda que substituídos, na pessoa de seus advogados;

II - na hipótese de prestação de contas relativa à eleição proporcional, o candidato, na pessoa de seu advogado;

III - na hipótese de prestação de contas de órgão partidário, o partido e os dirigentes responsáveis, na pessoa de seus advogados.

§ 1º Na prestação de contas de candidato eleito e de seu respectivo partido, a intimação de que trata este artigo deve ser realizada, preferencialmente, por edital eletrônico, podendo, também, ser feita por meio de fac-símile.

§ 2º Na prestação de contas de candidato não eleito, a intimação deve ser realizada pelo órgão oficial de imprensa. Se não houver na localidade publicação em órgão oficial, incumbirá ao escrivão ou chefe do Cartório Eleitoral intimar o advogado:

I - pessoalmente, se tiver domicílio na sede do Juízo;

II - por carta registrada com aviso de recebimento, quando for domiciliado fora do Juízo.

§ 3º Na hipótese de não haver advogado regularmente constituído nos autos, o candidato e/ou partido político devem ser notificados pessoalmente na forma do art. 8º da resolução que dispõe sobre as

representações e reclamações para as eleições de 2016, para que, no prazo de três dias constitua defensor.

Art. 85. O inteiro teor das decisões e intimações determinadas pela autoridade judicial, ressalvadas aquelas abrangidas por sigilo, deve constar da página de andamento do processo na Internet, de modo a viabilizar que qualquer interessado que consultar a página ou estiver cadastrado no sistema *push* possa ter ciência do seu teor.

Art. 86. Até cento e oitenta dias após a diplomação, os partidos políticos e candidatos conservarão a documentação concernente às suas contas (Lei nº 9.504/1997, art. 32, *caput*).

Parágrafo único. Estando pendente de julgamento qualquer processo judicial relativo às contas eleitorais, a documentação a elas concernente deverá ser conservada até a decisão final (Lei nº 9.504/1997, art. 32, parágrafo único).

Art. 87. O Ministério Público Eleitoral, os partidos políticos e os candidatos podem acompanhar o exame das prestações de contas.

§ 1º No caso de acompanhamento por partidos políticos, será exigida a indicação expressa e formal de seu representante, respeitado o limite de um por partido político, em cada circunscrição.

§ 2º O acompanhamento do exame das prestações de contas dos candidatos não pode ser realizado de forma que impeça ou retarde o exame das contas pela unidade técnica ou o seu julgamento.

§ 3º O não oferecimento de impugnação à prestação de contas pelo Ministério Público Eleitoral não obsta sua atuação como fiscal da lei e a interposição de recurso contra o julgamento da prestação de contas.

Art. 88. Os doadores e os fornecedores podem, no curso da campanha, prestar informações diretamente à Justiça Eleitoral sobre doações em favor de partidos políticos e candidatos e ainda sobre gastos por eles efetuados.

§ 1º Para encaminhar as informações, será necessário o cadastramento prévio na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet.

§ 2º A apresentação de informações falsas sujeita o infrator às penas previstas nos arts. 348 e seguintes do Código Eleitoral, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 89. Os processos de prestação de contas são públicos e podem ser consultados por qualquer interessado, que poderá obter cópia de suas peças e documentos, respondendo pelos respectivos custos de reprodução e pela utilização que deles fizer, desde que as consultas sejam realizadas de forma que não obstruam os trabalhos de análise ou o julgamento das respectivas contas.

Parágrafo único. A Justiça Eleitoral dará ampla e irrestrita publicidade aos dados eletrônicos das doações e gastos eleitorais declarados nas prestações de contas e ao conteúdo dos extratos eletrônicos das contas eleitorais, na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet.

Art. 90. Na hipótese de dissidência partidária, qualquer que seja o julgamento a respeito da legitimidade da representação, o partido político e os candidatos dissidentes estão sujeitos às normas de arrecadação e aplicação de recursos desta resolução, devendo apresentar as respectivas prestações de contas à Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. A responsabilidade pela regularidade das contas recai pessoalmente sobre os respectivos dirigentes e candidatos dissidentes, em relação às próprias contas.

Art. 91. Qualquer partido político ou coligação pode representar à Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas vigentes relativas à arrecadação e gastos de recursos (Lei nº 9.504/1997, art. 30-A).

§ 1º Na apuração de que trata o *caput*, aplicar-se-á o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, no que couber (Lei nº 9.504/1997, art. 30-A, § 1º).

§ 2º Comprovados captação ou gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado (Lei nº 9.504/1997, art. 30-A, § 2º).

§ 3º O ajuizamento da representação de que trata o *caput* não obsta nem suspende o exame e o julgamento da prestação de contas a ser realizado nos termos desta resolução.

§ 4º A aprovação, com ou sem ressalvas, ou desaprovação da prestação de contas do candidato não vincula o resultado da representação de que trata o art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, nem impede a apuração do abuso de poder econômico em processo apropriado.

Art. 92. O julgamento da prestação de contas pela Justiça Eleitoral não afasta a possibilidade de apuração por outros órgãos quanto à prática de eventuais ilícitos antecedentes e/ou vinculados, verificados no curso de investigações em andamento ou futuras.

Parágrafo único. A autoridade judicial responsável pela análise das contas, ao verificar a presença de indícios de irregularidades que possam configurar ilícitos, remeterá as respectivas informações e documentos aos órgãos competentes para apuração de eventuais crimes (Lei nº 9.096/1995, art. 35; e Código de Processo Penal, art. 40).

Art. 93. A qualquer tempo, o Ministério Público Eleitoral e os demais partidos políticos poderão relatar indícios e apresentar provas de irregularidade relativa à movimentação financeira, recebimento de recursos de fontes vedadas, utilização de recursos provenientes do Fundo Partidário e realização de gastos que esteja sendo cometida ou esteja prestes a ser cometida por candidato ou partido político antes da apresentação de suas contas à Justiça Eleitoral, requerendo à autoridade judicial competente a adoção das medidas cautelares pertinentes para evitar a irregularidade ou permitir o pronto restabelecimento da legalidade.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, a representação dos partidos políticos e do Ministério Público Eleitoral deverá ser realizada pelos seus representantes que possuam legitimidade para atuar perante a instância judicial competente para a análise e julgamento da prestação de contas do candidato ou do órgão partidário que estiver cometendo a irregularidade.

§ 2º As ações preparatórias previstas neste artigo serão autuadas na classe Ação Cautelar e, nos Tribunais, serão distribuídas a um relator.

§ 3º Recebida a inicial, a autoridade judicial, determinará:

I - as medidas urgentes que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;

II - a citação do candidato ou do órgão partidário, conforme o caso, entregando-lhe cópia da inicial e dos documentos que a acompanham, a fim de que, no prazo de cinco dias, ofereça ampla defesa acompanhada dos documentos e provas que pretende produzir.

§ 4º A ação prevista neste artigo observará, no que couber, o rito das ações cautelares preparatórias ou antecedentes previstas no Código de Processo Civil.

§ 5º Definida a tutela provisória, que poderá a qualquer tempo ser revogada ou alterada, os autos da ação cautelar permanecerão em secretaria para serem apensados à prestação de contas do respectivo exercício quando esta for apresentada.

Art. 94. O Tribunal Superior Eleitoral pode emitir orientações técnicas referentes ao processo de prestação de contas de campanha, as quais serão propostas pela Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias e aprovadas por portaria pelo presidente do Tribunal.

Art. 95. Será dada ampla divulgação dos dados e informações estatísticas relativas às prestações de contas recebidas pela Justiça Eleitoral.

Art. 96. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI – PRESIDENTE

MINISTRO GILMAR MENDES – RELATOR

MINISTRO LUIZ FUX

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA

MINISTRA LUCIANA LÓSSIO



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 23.455

**INSTRUÇÃO Nº 535-95.2015.6.00.0000 – CLASSE 19 – BRASÍLIA –
DISTRITO FEDERAL**

Relator: Ministro Gilmar Mendes

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

Dispõe sobre a escolha e o registro dos
candidatos nas eleições de 2016.

O Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso IX, do Código Eleitoral e o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

CAPÍTULO I

DAS ELEIÇÕES

Art. 1º Esta resolução disciplina os procedimentos relativos à escolha e ao registro de candidatos nas eleições de 2016.

Art. 2º Serão realizadas, simultaneamente em todo o país, no dia 2 de outubro de 2016, eleições para prefeito e vice-prefeito e para vereador, nos municípios criados até 31 de dezembro de 2015 (Lei nº 9.504/1997, art. 1º, parágrafo único, inciso II).

Art. 3º Poderá participar das eleições o partido político que, até 2 de outubro de 2015, tenha registrado seu estatuto no TSE e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído no município, devidamente anotado no Tribunal Regional Eleitoral competente (Lei nº 9.504/1997, art. 4º; Lei nº 9.096/1995, art. 10, parágrafo único, inciso II; e Res.-TSE nº 23.282/2010, arts. 27 e 30).

CAPÍTULO II

DOS PARTIDOS POLÍTICOS E DAS COLIGAÇÕES

Art. 4º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, *caput*).

Parágrafo único. É vedado aos partidos adversários no pleito majoritário coligarem-se para o pleito proporcional.

Art. 5º Na coligação para as eleições proporcionais, podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante, em número sobre o qual deliberem, observado o art. 22 (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 3º, inciso I).

Art. 6º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos políticos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, devendo funcionar como um só partido político no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 1º).

§ 1º A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou a número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 1º-A).

§ 2º O Juiz Eleitoral decidirá sobre denominações idênticas de coligações, observadas, no que couber, as regras relativas à homonímia de candidatos.

§ 3º Durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos, o partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 4º).

Art. 7º Na formação de coligações, devem ser observadas as seguintes normas (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 3º, incisos III e IV, alínea a):

I - os partidos políticos integrantes da coligação devem designar um representante, o qual terá atribuições equivalentes às de presidente de partido político, no trato dos interesses e na representação da coligação, no que se refere ao processo eleitoral;

II - a coligação será representada, na Justiça Eleitoral, pela pessoa designada na forma do inciso I ou por até três delegados indicados ao Juízo Eleitoral pelos partidos políticos que a compõem.

CAPÍTULO III

DAS CONVENÇÕES

Art. 8º A escolha de candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto de 2016, obedecidas as normas estabelecidas no estatuto partidário, lavrando-se a respectiva ata e a lista de presença em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, arts. 7º e 8º).

§ 1º A ata da convenção, digitada e assinada em duas vias, será encaminhada ao Juízo Eleitoral, em vinte e quatro horas após a convenção, para:

I - publicação em cartório (art. 8º da Lei nº 9.504/1997); e

II - arquivamento em cartório, para integrar os autos de registro de candidatura, nos termos do parágrafo único do art. 25.

§ 2º O livro de que trata o *caput* poderá ser requerido pelo Juiz Eleitoral para conferência da veracidade das atas apresentadas.

§ 3º Em caso de omissão do estatuto sobre normas para escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações, caberá ao órgão de direção nacional do partido político estabelecê-las, publicando-as

no *Diário Oficial da União* até 5 de abril de 2016 e encaminhando-as ao TSE antes da realização das convenções (Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 1º; e Lei nº 9.096/1995, art. 10).

§ 4º Para a realização das convenções, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento (Lei nº 9.504/1997, art. 8º, § 2º).

§ 5º Para os efeitos do § 4º, os partidos políticos deverão comunicar por escrito ao responsável pelo local, com antecedência mínima de setenta e duas horas, a intenção de ali realizar a convenção; na hipótese de coincidência de datas, será observada a ordem de protocolo das comunicações.

Art. 9º As convenções partidárias previstas no art. 8º sortearão, em cada município, o número com o qual cada candidato concorrerá, consignando na ata o resultado do sorteio, observado o que dispõem os arts. 18 e 19 (Código Eleitoral, art. 100, § 2º).

Art. 10. Se, na deliberação sobre coligações, a convenção partidária de nível inferior se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto, poderá esse órgão anular a deliberação e os atos dela decorrentes (Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 2º).

§ 1º As anulações de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária, na condição acima estabelecida, deverão ser comunicadas aos Juízos Eleitorais até 14 de setembro de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 3º).

§ 2º Se da anulação decorrer a necessidade de escolha de novos candidatos, o pedido de registro deverá ser apresentado à Justiça Eleitoral nos dez dias subsequentes à anulação, observado o disposto no art. 67 (Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 4º).

CAPÍTULO IV

DOS CANDIDATOS

Art. 11. Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e de incompatibilidade, desde que não incida em quaisquer das causas de inelegibilidade (Código Eleitoral, art. 3º; e Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º).

§ 1º São condições de elegibilidade, na forma da lei (Constituição Federal, art. 14, § 3º, incisos I a VI, alíneas c e d):

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) vinte e um anos para prefeito e vice-prefeito e

b) dezoito anos para vereador.

§ 2º A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida no dia 15 de agosto de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 2º, alterado pela Lei nº 13.165/2015).

Art. 12. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição, no mínimo, desde 2 de outubro de 2015, e estar com a filiação deferida pelo partido político desde 2 de abril de 2016, podendo o estatuto partidário estabelecer prazo superior (Lei nº 9.504/1997, art. 9º, alterado pela Lei nº 13.165/2015 e Lei nº 9.096/1995, art. 20).

§ 1º Havendo fusão ou incorporação de partidos políticos após o prazo estabelecido no *caput*, será considerada, para efeito de filiação partidária, a data de filiação do candidato ao partido político de origem (Lei nº 9.504/1997, art. 9º, parágrafo único).

§ 2º Nos municípios criados até 31 de dezembro de 2015, o domicílio eleitoral será comprovado pela inscrição nas Seções Eleitorais que funcionam dentro dos limites territoriais do novo município.

Art. 13. Os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão concorrer à reeleição para um único período subsequente (Constituição Federal, art. 14, § 5º).

Parágrafo único. O prefeito reeleito não poderá candidatar-se ao mesmo cargo, nem ao cargo de vice, para mandato consecutivo no mesmo município (Res.-TSE nº 22.005/2005).

Art. 14. Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito (Constituição Federal, art. 14, § 6º).

Art. 15. São inelegíveis:

I - os inalistáveis e os analfabetos (Constituição Federal, art. 14, § 4º);

II - no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de Estado ou do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição (Constituição Federal, art. 14, § 7º);

III - os que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 64/1990.

CAPÍTULO V

DO NÚMERO DOS CANDIDATOS E DAS LEGENDAS PARTIDÁRIAS

Art. 16. Aos partidos políticos fica assegurado o direito de manter os números atribuídos à sua legenda na eleição anterior, e aos candidatos, nesta hipótese, o direito de manter os números que lhes foram atribuídos na eleição anterior, para o mesmo cargo (Lei nº 9.504/97, art. 15, § 1º).

§ 1º Os detentores de mandato de vereador que não queiram fazer uso da prerrogativa de que trata o *caput* poderão requerer novo número ao órgão de direção de seu partido, independentemente do sorteio a que se refere o § 2º do art. 100 do Código Eleitoral.

§ 2º Aos candidatos de partidos políticos resultantes de fusão, será permitido:

I - manter os números que lhes foram atribuídos na eleição anterior, para o mesmo cargo, desde que o número do novo partido político coincida com aquele ao qual pertenciam;

II - manter, para o mesmo cargo, os três dígitos finais dos números que lhes foram atribuídos na eleição anterior, quando o número do novo partido político não coincidir com aquele ao qual pertenciam, desde que outro candidato não tenha preferência sobre o número que vier a ser composto.

Art. 17. A identificação numérica dos candidatos será feita mediante a observação dos seguintes critérios (Lei nº 9.504/1997, art. 15, incisos I e IV e § 3º):

I - os candidatos ao cargo de prefeito concorrerão com o número identificador do partido político ao qual estiverem filiados;

II - os candidatos ao cargo de vereador concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados, acrescido de três algarismos à direita.

Parágrafo único. Os candidatos de coligações, na eleição majoritária, serão registrados com o número da legenda do candidato a prefeito e, na eleição para o cargo de vereador, com o número da legenda do respectivo partido, acrescido do número que lhes couber (Lei nº 9.504/1997, art. 15, § 3º).

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DOS CANDIDATOS

Seção I

Do Número de Candidatos a Serem Registrados

Art. 18. Não é permitido registro de um mesmo candidato para mais de um cargo eletivo (Código Eleitoral, art. 88, *caput*).

Art. 19. Cada partido político ou coligação poderá requerer registro de um candidato a prefeito, com seu respectivo vice (Código Eleitoral, art. 91, *caput*).

Art. 20. Cada partido político ou coligação poderá requerer o registro de candidatos para a Câmara Municipal até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/1997, art. 10, *caput*).

§ 1º Nos municípios de até cem mil eleitores, cada coligação poderá registrar candidatos no total de até duzentos por cento do número de lugares a preencher (Lei nº 13.165/2015).

§ 2º Do número de vagas requeridas, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo (Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 3º).

§ 3º No cálculo do número de lugares previsto no *caput*, será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior (Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 4º).

§ 4º No cálculo de vagas previsto no § 2º, qualquer fração resultante será igualada a um no cálculo do percentual mínimo estabelecido

para um dos sexos e desprezada no cálculo das vagas restantes para o outro sexo (Ac.-TSE nº 22.764/2004).

§ 5º O cálculo dos percentuais de candidatos para cada sexo terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido ou coligação e deverá ser observado nos casos de vagas remanescentes ou de substituição.

§ 6º O deferimento do DRAP ficará condicionado à observância do disposto nos parágrafos anteriores, atendidas as diligências referidas no art. 37.

§ 7º No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos previsto no *caput* e no § 1º, os órgãos de direção dos respectivos partidos políticos poderão preencher as vagas remanescentes, requerendo o registro até 2 de setembro de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 5º).

§ 8º Nos Municípios criados até 31 de dezembro de 2015, os cargos de Vereador corresponderão, na ausência de fixação pela Câmara Municipal, ao número mínimo fixado na Constituição Federal para a respectiva faixa populacional (Constituição Federal, art. 29, IV, e Res.-TSE nº 18.206/92).

Seção II

Do Pedido de Registro

Art. 21. Os partidos políticos e as coligações solicitarão ao Juízo Eleitoral competente o registro de seus candidatos até as 19 horas do dia 15 de agosto (Lei nº 9.504/1997, art. 11, *caput*).

§ 1º O registro de candidatos a prefeito e vice-prefeito se fará sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte da indicação de coligação (Código Eleitoral, art. 91, *caput*).

§ 2º Nos municípios onde houver mais de uma Zona Eleitoral, será competente para o registro de candidatos o Juiz Eleitoral designado pelo

Tribunal Regional Eleitoral, podendo ser designado mais de um para o processamento dos registros de candidaturas.

Art. 22. O pedido de registro deverá ser gerado obrigatoriamente em meio digital e impresso pelo Sistema de Candidaturas Módulo Externo (CANDex), desenvolvido pelo TSE, observados os arts. 23 a 27.

§ 1º O Sistema CANDex poderá ser obtido nos sítios eletrônicos dos tribunais eleitorais.

§ 2º Os formulários de requerimento gerados pelo Sistema CANDex são:

- I - Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP);
- II - Requerimento de Registro de Candidatura (RRC); e
- III - Requerimento de Registro de Candidatura Individual (RRCI).

Art. 23. O pedido de registro será subscrito:

I - no caso de partido isolado, pelo presidente do diretório municipal, ou da respectiva comissão diretora provisória, ou por delegado municipal devidamente registrado no SGIP, ou por representante autorizado;

II - na hipótese de coligação, pelos presidentes dos partidos políticos coligados, ou por seus delegados, ou pela maioria dos membros dos respectivos órgãos executivos de direção, ou por representante, ou delegado da coligação designados na forma do inciso I do art. 7º (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 3º, inciso II).

Parágrafo único. Os subscritores do pedido de registro deverão informar, no Sistema CANDex, os números de seu título eleitoral e CPF.

Art. 24. O formulário DRAP deve ser preenchido com as seguintes informações:

- I - nome e sigla do partido político;
- II - na hipótese de coligação, o nome desta e as siglas dos partidos políticos que a compõem;

III - data da(s) convenção(ões);

IV - cargos pleiteados;

V - na hipótese de coligação, nome de seu representante e de seus delegados (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 3º, inciso IV, alínea *a*);

VI - endereço completo, endereço eletrônico, telefones e telefone de fac-símile (Lei nº 9.504/1997, art. 96-A);

VII - lista dos nomes, números e cargos pleiteados pelos candidatos;

Art. 25. A via impressa do formulário DRAP deve ser assinada nos termos do art. 23 e entregue ao Juízo Eleitoral competente, no momento do pedido de registro, com a cópia da ata da convenção, digitada, assinada e acompanhada da lista de presença dos convencionais com as respectivas assinaturas (Lei nº 9.504/1997, arts. 8º, *caput*, e art. 11, § 1º, inciso I).

Parágrafo único. As atas das convenções, acompanhadas das respectivas listas de presenças, previamente entregues nos termos do § 1º do art. 8º, comporão, junto ao formulário DRAP, o processo principal.

Art. 26. O formulário RRC conterá as seguintes informações:

I - autorização do candidato (Código Eleitoral, art. 94, § 1º, inciso II; e Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, inciso II);

II - endereço completo, endereço eletrônico, telefones e telefone de fac-símile nos quais o candidato poderá eventualmente receber intimações, notificações e comunicados da Justiça Eleitoral;

III - dados pessoais: título de eleitor, nome completo, data de nascimento, unidade da Federação e município de nascimento, nacionalidade, sexo, cor ou raça, estado civil, ocupação, número da carteira de identidade com o órgão expedidor e a unidade da Federação, número de registro no Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço completo e números de telefone;

IV - dados do candidato: partido político, cargo pleiteado, número do candidato, nome para constar da urna eletrônica, se é candidato à reeleição, qual cargo eletivo ocupa e a quais eleições já concorreu.

Parágrafo único. O RRC ou RRCI, assim como a declaração de bens do candidato de que trata o inciso I do art. 27, pode ser subscrito por procurador constituído por instrumento particular, com poder específico para o ato (Acórdão no REspe nº 2765-24.2014.6.26.0000).

Art. 27. O formulário de RRC será apresentado com os seguintes documentos:

I - declaração atual de bens, preenchida no Sistema CANDex e assinada pelo candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, inciso IV);

II - certidões criminais fornecidas (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, inciso VII):

a) pela Justiça Federal de 1º e 2º graus da circunscrição na qual o candidato tenha o seu domicílio eleitoral;

b) pela Justiça Estadual de 1º e 2º graus da circunscrição na qual o candidato tenha o seu domicílio eleitoral;

c) pelos Tribunais competentes, quando os candidatos gozarem de foro especial.

III - fotografia recente do candidato, inclusive dos candidatos a vice-prefeito, obrigatoriamente em formato digital e anexada ao CANDex, preferencialmente em preto e branco, observado o seguinte (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, inciso VIII):

a) dimensões: 161 x 225 *pixels* (L x A), sem moldura;

b) profundidade de cor: 8bpp em escala de cinza;

c) cor de fundo: uniforme, preferencialmente branca;

d) características: frontal (busto), trajes adequados para fotografia oficial e sem adornos, especialmente aqueles que tenham conotação de propaganda eleitoral ou que induzam ou dificultem o reconhecimento pelo eleitor.

IV - comprovante de escolaridade;

V - prova de desincompatibilização, quando for o caso;

VI - propostas defendidas pelos candidatos a prefeito (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, inciso IX); e

VII - cópia de documento oficial de identificação.

§ 1º Os requisitos legais referentes à filiação partidária, domicílio e quitação eleitoral e à inexistência de crimes eleitorais serão aferidos com base nas informações constantes dos bancos de dados da Justiça Eleitoral, sendo dispensada a apresentação de documentos comprobatórios pelos requerentes (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, incisos III, V, VI e VII).

§ 2º A quitação eleitoral de que trata o § 1º abrangerá exclusivamente a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas em caráter definitivo pela Justiça Eleitoral e não remetidas e a apresentação de contas de campanha eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 7º).

§ 3º Para fins de expedição da certidão de quitação eleitoral, serão considerados quites aqueles que (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 8º, incisos I e II):

I - condenados ao pagamento de multa, tenham, até a data de formalização do seu pedido de registro de candidatura, comprovado o pagamento ou o cumprimento regular do parcelamento da dívida;

II - pagarem a multa que lhes couber individualmente, excluindo-se qualquer modalidade de responsabilidade solidária, mesmo quando imposta concomitantemente a outros candidatos e em razão do mesmo fato.

§ 4º A Justiça Eleitoral observará, no parcelamento da dívida a que se refere o § 3º, as regras de parcelamento previstas na legislação tributária federal (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 11).

§ 5º A Justiça Eleitoral disponibilizará aos partidos políticos, na respectiva circunscrição, até 5 de junho de 2016, a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 9º).

§ 6º Fica facultada aos Tribunais Eleitorais a celebração de convênios para o fornecimento de certidões de que trata o inciso II do *caput*.

§ 7º Quando as certidões criminais a que se refere o inciso II do *caput* forem positivas, o RRC também deverá ser instruído com as respectivas certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados.

§ 8º No caso de as certidões a que se refere o inciso II do *caput* serem positivas em decorrência de homonímia e não se referirem ao candidato, este poderá apresentar declaração de homonímia a fim de afastar as ocorrências verificadas (Lei nº 7.115/1983; e Decreto 85.708/1981).

§ 9º As certidões e as propostas de governo deverão ser apresentadas em uma via impressa e em outra digitalizada e anexada ao CANDex.

§ 10. Se a fotografia de que trata o inciso III do *caput* não estiver nos moldes exigidos, o Juiz Eleitoral determinará a apresentação de outra, e, caso não seja suprida a falha, o registro deverá ser indeferido.

§ 11. A ausência do comprovante de escolaridade a que se refere o inciso IV do *caput* poderá ser suprida por declaração de próprio punho, podendo a exigência de alfabetização do candidato ser comprovada por outros meios, desde que individual e reservadamente.

§ 12. As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 10).

§ 13. As ressalvas previstas no § 12 também se aplicam às hipóteses em que seja afastada a ausência de condições de elegibilidade.

Art. 28. Na hipótese de o partido político ou a coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo no prazo máximo de quarenta e oito horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pelo Juízo Eleitoral competente para receber e processar os pedidos de registro,

apresentando o formulário RRCI, na forma prevista no art. 22, com as informações e documentos previstos nos arts. 26 e 27 (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º).

§ 1º Caso o partido político ou a coligação não tenha apresentado o formulário DRAP, o respectivo representante da agremiação será intimado, pelo Juízo Eleitoral competente, para fazê-lo no prazo de setenta e duas horas.

§ 2º Apresentado o DRAP do respectivo partido ou coligação, nos termos do § 1º, será formado o processo principal de acordo com o inciso I do art. 35.

Art. 29. Os formulários e todos os documentos que acompanham o pedido de registro são públicos e podem ser livremente consultados pelos interessados, que poderão obter cópia de suas peças, respondendo pelos respectivos custos e pela utilização que derem aos documentos recebidos (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 6º).

Art. 30. O candidato será identificado pelo nome escolhido para constar na urna e pelo número indicado no pedido de registro.

Art. 31. O nome indicado, que será também utilizado na urna eletrônica, terá no máximo trinta caracteres, incluindo-se o espaço entre os nomes, podendo ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual o candidato é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto a sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente.

§ 1º O candidato que, mesmo depois de intimado, não indicar o nome que deverá constar da urna eletrônica concorrerá com seu nome próprio, o qual, no caso de homonímia ou de excesso de caracteres, será adaptado pelo Juiz Eleitoral no julgamento do pedido de registro.

§ 2º Não será permitido, na composição do nome a ser inserido na urna eletrônica, o uso de expressão ou de siglas pertencentes a qualquer órgão da administração pública direta, indireta federal, estadual, distrital e municipal.

Art. 32. Verificada a ocorrência de homonímia, o Juiz Eleitoral competente procederá atendendo ao seguinte (Lei nº 9.504/1997, art. 12, § 1º, incisos I a V):

I - havendo dúvida, poderá exigir do candidato prova de que é conhecido pela opção de nome indicada no pedido de registro;

II - ao candidato que, até 15 de agosto de 2016, estiver exercendo mandato eletivo, ou o tenha exercido nos últimos quatro anos, ou que se tenha candidatado, nesse mesmo prazo, com o nome que indicou, será deferido o seu uso, ficando outros candidatos impedidos de fazer propaganda com esse mesmo nome;

III - Será deferido ao candidato o uso do nome que tiver indicado, desde que este o identifique por sua vida política, social ou profissional, ficando outros candidatos impedidos de fazer propaganda com o mesmo nome;

IV - tratando-se de candidatos cuja homonímia não se resolva pelas regras dos incisos II e III, o Juiz Eleitoral deverá notificá-los para que, em dois dias, cheguem a acordo sobre os respectivos nomes a serem usados;

V - não havendo acordo no caso do inciso IV, a Justiça Eleitoral registrará cada candidato com o nome e sobrenome constantes do pedido de registro.

§ 1º A Justiça Eleitoral poderá exigir do candidato prova de que é conhecido por determinado nome por ele indicado, quando seu uso puder confundir o eleitor (Lei nº 9.504/1997, art. 12, § 2º).

§ 2º A Justiça Eleitoral indeferirá todo pedido de nome coincidente com nome de candidato à eleição majoritária, salvo para candidato que esteja exercendo mandato eletivo ou o tenha exercido nos últimos quatro anos, ou que, nesse mesmo prazo, tenha concorrido em eleição com o nome coincidente (Lei nº 9.504/1997, art. 12, § 3º).

§ 3º Não havendo preferência entre candidatos que pretendam o registro da mesma variação nominal, será deferido o do que primeiro o tenha requerido (Súmula nº 4/TSE).

Art. 33. No caso de ser requerido pelo mesmo partido político mais de um pedido de registro de candidatura para o mesmo cargo, caracterizando dissidência partidária, o Cartório Eleitoral procederá à inclusão de todos os pedidos no Sistema de Candidaturas, certificando a ocorrência em cada um dos pedidos.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput*, serão observadas as seguintes regras:

I - serão inseridos, na urna eletrônica, apenas os dados do candidato vinculado ao DRAP que tenha sido julgado regular;

II - Não havendo decisão até o fechamento do Sistema de Candidaturas e na hipótese de haver coincidência de números de candidatos, competirá ao Juiz Eleitoral decidir, de imediato, qual dos candidatos com o mesmo número terá seus dados inseridos na urna eletrônica.

Seção III

Do Processamento do Pedido de Registro

Art. 34. Apresentados os pedidos de registro das candidaturas, o Cartório Eleitoral providenciará:

I - a leitura dos arquivos digitais gerados pelo Sistema CANDex, com os dados constantes dos formulários do RRC e DRAP, emitindo um recibo de protocolo para o requerente e outro a ser encartado nos autos;

II - a publicação de edital contendo os pedidos de registro, para ciência dos interessados, no *Diário da Justiça Eletrônico*, preferencialmente, ou no Cartório Eleitoral (Código Eleitoral, art. 97, § 1º).

§ 1º Após confirmação da leitura, os dados serão encaminhados automaticamente pelo Sistema de Candidaturas à Receita Federal, para fornecimento do número de registro no CNPJ.

§ 2º Da publicação do edital prevista no inciso II, correrá:

I - o prazo de quarenta oito horas para que o candidato escolhido em convenção requeira individualmente o registro de sua candidatura, caso o partido político ou a coligação não o tenha requerido, na forma prevista no art. 29 (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 4º);

II - o prazo de cinco dias para a impugnação dos pedidos de registro de candidatura requeridos pelos partidos políticos ou coligações (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º).

§ 3º Decorrido o prazo a que se refere o inciso I do § 2º e havendo pedidos individuais de registro de candidatura, será publicado edital, passando a correr, para esses pedidos, o prazo de impugnação previsto no inciso II do § 2º.

Art. 35. Na autuação dos pedidos de registro de candidatura, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o formulário DRAP e os documentos que o acompanham receberão um só número de protocolo e constituirão o processo principal dos pedidos de registro de candidatura;

II - cada formulário RRC e os documentos que o acompanham receberão um só número de protocolo e constituirão o processo individual de cada candidato.

§ 1º Realizada a leitura dos arquivos digitais de que trata o inciso I do *caput*, o Cartório Eleitoral providenciará o protocolo do pedido físico de registro de candidatura ou do DRAP.

§ 2º O protocolo físico não poderá ser rejeitado sob o argumento da ausência de documentos, cuja oportunidade para complementação deverá observar o disposto no art. 37.

§ 3º Os pedidos de registro para os cargos majoritários de uma mesma chapa deverão ser apensados, processados e julgados conjuntamente, podendo, a critério do Tribunal, ser autuados em um único processo.

§ 4º O apensamento dos processos subsistirá ainda que eventual recurso tenha por objeto apenas uma das candidaturas.

§ 5º Os processos dos candidatos serão vinculados ao principal, referido no inciso I.

Art. 36. Encerrado o prazo de impugnação ou, se for o caso, o de contestação, o Cartório Eleitoral informará, para apreciação do Juiz Eleitoral.

I - no processo principal (DRAP):

a) a comprovação da situação jurídica do partido político na circunscrição e da convenção realizada;

b) a legitimidade do subscritor para representar o partido político ou a coligação;

c) o valor máximo de gastos de campanha definido pelo TSE;

d) a observância dos percentuais a que se refere o § 5º do art. 20.

II - nos processos dos candidatos (RRCs e RRCIs):

a) a regularidade do preenchimento do formulário RRC;

b) a verificação das condições de elegibilidade descritas no art. 12.

c) a regularidade da documentação descrita no art. 28;

d) a validação do nome e do número com o qual concorre, do cargo, do partido, do sexo e da qualidade técnica da fotografia, na urna eletrônica.

Parágrafo único. A verificação dos dados previstos na alínea *d* se dará por meio do sistema de verificação e validação de dados e fotografia.

Art. 37. Havendo qualquer falha ou omissão no pedido de registro que possa ser suprida pelo candidato, partido político ou coligação, inclusive no que se refere à inobservância dos percentuais previstos no § 5º do art. 20, o Juiz Eleitoral converterá o julgamento em diligência, para que o vício seja sanado no prazo de setenta e duas horas, contadas da respectiva intimação a ser realizada na forma prevista nesta resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 3º).

Art. 38. As intimações e os comunicados destinados a partidos, coligações e candidatos poderão ser realizados preferencialmente por edital eletrônico, podendo, também, ser feitos por meio de fac-símile ou por outra forma regulamentada pelo Tribunal Eleitoral, além das previstas na legislação.

Seção IV

Das Impugnações

Art. 39. Caberá a qualquer candidato, a partido político, à coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de cinco dias, contados da publicação do edital relativo ao pedido de registro, impugná-lo em petição fundamentada (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º, *caput*).

§ 1º A impugnação, por parte do candidato, do partido político ou da coligação, não impede a ação do Ministério Público Eleitoral no mesmo sentido (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º, § 1º).

§ 2º Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público Eleitoral que, nos dois anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido político ou exercido atividade político-partidária (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º, § 2º, e Lei Complementar nº 75/1993, art. 80).

§ 3º O impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de seis (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º, § 3º).

Art. 40. Terminado o prazo para impugnação, o candidato, o partido político ou a coligação serão notificados para, no prazo de sete dias, contestá-la ou se manifestar sobre a notícia de inelegibilidade, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais ou administrativos, salvo os processos que estiverem tramitando em segredo de justiça (Lei Complementar nº 64/1990, art. 4º).

Art. 41. Decorrido o prazo para contestação, se não se tratar apenas de matéria de direito e a prova protestada for relevante, o Juiz Eleitoral designará os quatro dias seguintes para inquirição das testemunhas do impugnante e do impugnado, as quais comparecerão por iniciativa das partes que as tiverem arrolado, após notificação judicial (Lei Complementar nº 64/1990, art. 5º, *caput*).

§ 1º As testemunhas do impugnante e do impugnado serão ouvidas em uma só assentada (Lei Complementar nº 64/1990, art. 5º, § 1º).

§ 2º Nos cinco dias subsequentes, o Juiz Eleitoral procederá a todas as diligências que determinar, de ofício ou a requerimento das partes (Lei Complementar nº 64/1990, art. 5º, § 2º).

§ 3º No prazo de que trata o § 2º, o Juiz Eleitoral poderá ouvir terceiros, referidos pelas partes ou testemunhas, como conhecedores dos fatos e circunstâncias que possam influir na decisão da causa (Lei Complementar nº 64/1990, art. 5º, § 3º).

§ 4º Quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, o Juiz Eleitoral poderá, ainda, no mesmo prazo de cinco dias, ordenar o respectivo depósito (Lei Complementar nº 64/1990, art. 5º, § 4º).

§ 5º Se o terceiro, sem justa causa, não exhibir o documento, ou não comparecer a juízo, poderá o Juiz Eleitoral expedir mandado de prisão e instaurar processo por crime de desobediência (Lei Complementar nº 64/1990, art. 5º, § 5º).

Art. 42. Encerrado o prazo da dilação probatória, as partes, inclusive o Ministério Público Eleitoral, poderão apresentar alegações no prazo comum de cinco dias, sendo os autos conclusos ao Juiz Eleitoral, no dia imediato, para proferir sentença (Lei Complementar nº 64/1990, arts. 6º e 7º, *caput*).

Art. 43. Qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos poderá, no prazo de cinco dias contados da publicação do edital relativo ao

pedido de registro, dar notícia de inelegibilidade ao Juízo Eleitoral competente, mediante petição fundamentada, apresentada em duas vias.

§ 1º O Cartório Eleitoral procederá à juntada de uma via aos autos do pedido de registro do candidato a que se refere a notícia e encaminhará a outra via ao Ministério Público Eleitoral.

§ 2º No que couber, será adotado, na instrução da notícia de inelegibilidade, o procedimento previsto para as impugnações.

Art. 44. O candidato cujo registro esteja *sub judice* poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e ter seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição (Lei nº 9.504/1997, art. 16-A).

Parágrafo único. Na hipótese de dissidência partidária, o Juiz Eleitoral decidirá qual dos partidos envolvidos poderá participar da distribuição do horário eleitoral gratuito.

Seção V

Do Julgamento dos Pedidos de Registro no Cartório Eleitoral

Art. 45. O pedido de registro será indeferido, ainda que não tenha havido impugnação, quando o candidato for inelegível ou não atender a qualquer das condições de elegibilidade.

Art. 46. O pedido de registro do candidato, a impugnação, a notícia de inelegibilidade e as questões relativas à homonímia serão processados nos próprios autos dos processos dos candidatos e serão julgados em uma só decisão.

Art. 47. O julgamento do processo principal (DRAP) precederá ao dos processos dos candidatos, devendo o resultado daquele ser certificado nos autos destes.

Parágrafo único. O indeferimento definitivo do DRAP implica o prejuízo dos pedidos de registros de candidatura a ele vinculados, inclusive aqueles já deferidos.

Art. 48. O indeferimento do DRAP é fundamento suficiente para indeferir os pedidos de registro a ele vinculados, entretanto, enquanto não transitada em julgado aquela decisão, o Cartório e o Juiz Eleitoral devem proceder à análise, diligências e decisão sobre os demais requisitos individuais dos candidatos.

Art. 49. Os pedidos de registro das chapas majoritárias serão julgados em uma única decisão por chapa, com o exame individualizado de cada uma das candidaturas, e somente serão deferidos se ambos os candidatos forem considerados aptos, não podendo ser deferidos os registros sob condição.

Parágrafo único. Se o Juiz Eleitoral indeferir o registro, deverá especificar qual dos candidatos não preenche as exigências legais e apontar o óbice existente, podendo o candidato, o partido político ou a coligação, por sua conta e risco, recorrer da decisão ou, desde logo, indicar substituto ao candidato que não for considerado apto, na forma dos arts. 67 e 68.

Art. 50. A declaração de inelegibilidade do candidato a prefeito não atingirá o candidato a vice-prefeito, assim como a deste não atingirá aquele.

Parágrafo único. Reconhecida a inelegibilidade e sobrevindo recurso, a validade dos votos atribuídos à chapa que esteja *sub judice* no dia da eleição fica condicionada ao deferimento do respectivo registro (Lei Complementar nº 64/1990, art. 18 e Lei nº 9.504/1997, art. 16-A).

Art. 51. O Juiz Eleitoral formará sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento (Lei Complementar nº 64/1990, art. 7º, parágrafo único).

Art. 52. O pedido de registro, com ou sem impugnação, será julgado no prazo de três dias após a conclusão dos autos ao Juiz Eleitoral (Lei Complementar nº 64/1990, art. 8º, *caput*).

§ 1º A decisão será publicada em cartório, passando a correr desse momento o prazo de três dias para a interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral.

§ 2º Quando a sentença for entregue em cartório antes de três dias contados da conclusão ao Juiz Eleitoral, o prazo para o recurso eleitoral, salvo intimação pessoal anterior, só se conta do termo final daquele tríduo.

Art. 53. Se o Juiz Eleitoral não apresentar a sentença no prazo do art. 52, o prazo para recurso só começará a correr após a publicação da decisão (Lei Complementar nº 64/1990, art. 9º, *caput*).

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista no *caput*, o Corregedor Regional, de ofício, apurará o motivo do retardamento e proporá ao Tribunal Regional Eleitoral, se for o caso, a aplicação da penalidade cabível (Lei Complementar nº 64/1990, art. 9º, parágrafo único).

Art. 54. A partir da data em que for protocolada a petição de recurso eleitoral, passará a correr o prazo de três dias para apresentação de contrarrazões, notificado o recorrido em cartório (Lei Complementar nº 64/1990, art. 8º, § 1º).

Art. 55. Apresentadas as contrarrazões ou transcorrido o respectivo prazo, os autos serão imediatamente remetidos ao Tribunal Regional Eleitoral, inclusive por portador, se houver necessidade, decorrente da exiguidade de prazo, correndo as despesas do transporte por conta do recorrente (Lei Complementar nº 64/1990, art. 8º, § 2º).

Art. 56. Após decidir sobre os pedidos de registro e determinar o fechamento do Sistema de Candidaturas, o Juiz Eleitoral fará publicar no *Diário da Justiça Eletrônico*, preferencialmente, ou no Cartório Eleitoral, a relação dos nomes dos candidatos e os respectivos números com os quais concorrerão nas eleições, inclusive daqueles cujos pedidos indeferidos se encontrem em grau de recurso.

Art. 57. Todos os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados pelas

instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas até 12 de setembro de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 16, § 1º).

Art. 58. O trânsito em julgado dos processos dos candidatos somente ocorrerá com o efetivo trânsito dos respectivos DRAPs.

Seção VI

Do Julgamento dos Recursos pelo Tribunal Regional Eleitoral

Art. 59. Recebidos os autos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, serão autuados e distribuídos na mesma data, abrindo-se vista ao Ministério Público Eleitoral pelo prazo de dois dias (Lei Complementar nº 64/1990, art. 10, *caput*).

Parágrafo único. Findo o prazo, com ou sem parecer, os autos serão enviados ao relator, que os apresentará em mesa para julgamento, em três dias, independentemente de publicação em pauta (Lei Complementar nº 64/1990, art. 10, parágrafo único).

Art. 60. Na sessão de julgamento, feito o relatório, será facultada a palavra às partes e ao Ministério Público Eleitoral pelo prazo de dez minutos (Lei Complementar nº 64/1990, art. 11, *caput*).

§ 1º Havendo pedido de vista, o julgamento deverá ser retomado na sessão seguinte, quando será concluído.

§ 2º Proclamado o resultado, o Tribunal lavrará o acórdão, no qual serão indicados o direito, os fatos e as circunstâncias, com base nos fundamentos do voto do relator ou do voto vencedor (Lei Complementar nº 64/1990, art. 11, § 1º).

§ 3º Terminada a sessão, será lido e publicado o acórdão, passando a correr dessa data o prazo de três dias para a interposição de recurso (Lei Complementar nº 64/1990, art. 11, § 2º).

§ 4º O Ministério Público Eleitoral será pessoalmente intimado dos acórdãos, em sessão de julgamento, quando nela publicados.

§ 5º O Ministério Público Eleitoral poderá recorrer ainda que não tenha oferecido impugnação ao pedido de registro.

Art. 61. A partir da data em que for protocolado o recurso para o TSE, passará a correr o prazo de três dias para apresentação de contrarrazões, notificado o recorrido em secretaria (Lei Complementar nº 64/1990, art. 12).

Art. 62. Apresentadas as contrarrazões ou transcorrido o respectivo prazo, os autos serão imediatamente remetidos ao TSE, inclusive por portador, se houver necessidade, correndo as despesas do transporte, nesse último caso, por conta do recorrente (Lei Complementar nº 64/1990, art. 8º, § 2º, c.c. o art. 12, parágrafo único).

Parágrafo único. O recurso para o TSE subirá imediatamente, dispensado o juízo de admissibilidade (Lei Complementar nº 64/1990, art. 12, parágrafo único).

Seção VII

Do Julgamento dos Recursos pelo Tribunal Superior Eleitoral

Art. 63. Recebidos os autos na Secretaria do TSE, serão autuados e distribuídos na mesma data, abrindo-se vista ao Ministério Público Eleitoral pelo prazo de dois dias (Lei Complementar nº 64/1990, art. 14 c/c o art. 10, *caput*).

Parágrafo único. Findo o prazo, com ou sem parecer, os autos serão enviados ao relator, que os apresentará em mesa para julgamento, em três dias, independentemente de publicação em pauta (Lei Complementar nº 64/1990, art. 14, c.c o art. 10, parágrafo único).

Art. 64. Na sessão de julgamento, feito o relatório, será facultada a palavra às partes e ao Ministério Público Eleitoral pelo prazo de dez minutos (Lei Complementar nº 64/1990, art. 14 c.c, art. 11, *caput*).

§ 1º Havendo pedido de vista, o julgamento deverá ser retomado na sessão seguinte.

§ 2º Proclamado o resultado, o Tribunal se reunirá para a lavratura do acórdão, no qual serão indicados o direito, os fatos e as circunstâncias, com base nos fundamentos constantes do voto do relator ou no voto vencedor (Lei Complementar nº 64/1990, art. 14 c.c. art. 11, § 1º).

§ 3º Terminada a sessão, será lido e publicado o acórdão, passando a correr dessa data o prazo de três dias para a interposição de recurso (Lei Complementar nº 64/1990, art. 14 c.c. art. 11, § 2º).

§ 4º O Ministério Público Eleitoral será pessoalmente intimado dos acórdãos, em sessão de julgamento, quando nela publicados.

§ 5º O Ministério Público Eleitoral poderá recorrer ainda que não tenha oferecido impugnação ao pedido de registro.

Art. 65. Interposto recurso extraordinário, a parte recorrida será intimada para apresentação de contrarrazões no prazo de três dias.

§ 1º A intimação do Ministério Público Eleitoral e da Defensoria Pública se dará por mandado e, para as demais partes, mediante publicação em secretaria.

§ 2º Apresentadas as contrarrazões ou transcorrido o respectivo prazo, os autos serão conclusos ao presidente para juízo de admissibilidade.

§ 3º Da decisão de admissibilidade serão intimados o Ministério Público Eleitoral ou a Defensoria Pública, quando integrantes da lide, por cópia, e as demais partes mediante publicação em secretaria.

§ 4º Admitido o recurso e feitas as intimações, os autos serão remetidos imediatamente ao Supremo Tribunal Federal.

CAPÍTULO VII

DA SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATOS E DO CANCELAMENTO DE REGISTRO

Art. 66. O partido político poderá requerer, até a data da eleição, o cancelamento do registro do candidato que dele for expulso, em

processo no qual seja assegurada ampla defesa, com observância das normas estatutárias (Lei nº 9.504/1997, art. 14).

Art. 67. É facultado ao partido político ou à coligação substituir candidato que tiver seu registro indeferido, inclusive por inelegibilidade, cancelado ou cassado, ou, ainda, que renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro (Lei nº 9.504/1997, art. 13, *caput*; Lei Complementar nº 64/1990, art. 17; e Código Eleitoral, art. 101, § 1º).

§ 1º A escolha do substituto se fará na forma estabelecida no estatuto do partido político a que pertencer o substituído, devendo o pedido de registro ser requerido até dez dias contados do fato ou da notificação do partido da decisão judicial que deu origem à substituição (Lei nº 9.504/1997, art. 13, § 1º; e Código Eleitoral, art. 101, § 5º).

§ 2º Nas eleições majoritárias, se o candidato for de coligação, a substituição deverá ser feita por decisão da maioria absoluta dos órgãos executivos de direção dos partidos políticos coligados, podendo o substituto ser filiado a qualquer partido dela integrante, desde que o partido político ao qual pertencia o substituído renuncie ao direito de preferência (Lei nº 9.504/1997, art. 13, § 2º).

§ 3º Tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até vinte dias antes do pleito, exceto no caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esse prazo, observado em qualquer hipótese o previsto no § 1º (Lei nº 9.504/1997, art. 13, § 3º).

§ 4º Se ocorrer substituição após a geração das tabelas para elaboração da lista de candidatos e preparação das urnas, o substituto concorrerá com o nome, o número e, na urna eletrônica, com a fotografia do substituído, computando-se àquele os votos a este atribuídos.

§ 5º Na hipótese de substituição, caberá ao partido político ou à coligação do substituto dar ampla divulgação ao fato, para esclarecimento do eleitorado, sem prejuízo da divulgação também por outros candidatos, partidos políticos ou coligações e, ainda, pela Justiça Eleitoral.

§ 6º Não será admitido o pedido de substituição de candidatos quando não forem respeitados os limites mínimo e máximo das candidaturas de cada sexo previstos no § 2º do art. 20.

§ 7º O ato de renúncia, datado e assinado, deverá ser expresso em documento com firma reconhecida por tabelião ou por duas testemunhas, e o prazo para substituição será contado da publicação da decisão que a homologar.

§ 8º A renúncia ao registro de candidatura homologada por decisão judicial impede que o candidato renunciante volte a concorrer ao mesmo cargo na mesma eleição (Ac.-TSE REspe nº 264-18).

§ 9º O pedido de renúncia deve ser apresentado sempre ao juízo originário, cabendo-lhe comunicar o referido ato à instância em que o respectivo processo se encontra.

Art. 68. O pedido de registro de substituto deverá ser apresentado em arquivo digital gerado pelo CANDex, acompanhado do RRC específico de pedido de substituição, contendo as informações e documentos previstos nos arts. 26 e 27, dispensada a apresentação daqueles já existentes nos respectivos Cartórios Eleitorais, certificando-se a sua existência em cada um dos pedidos.

Art. 69. Os Juízes Eleitorais deverão, de ofício, cancelar automaticamente o registro de candidato que venha a falecer, quando tiverem conhecimento do fato, cuja veracidade deverá ser comprovada.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 70. Dados, documentos e estatísticas referentes aos registros de candidaturas estarão disponíveis no sítio eletrônico do TSE.

Art. 71. Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, será

negado o seu registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido (Lei Complementar nº 64/1990, art. 15, *caput*).

Parágrafo único. A decisão a que se refere o *caput*, independentemente da apresentação de recurso, deverá ser comunicada, de imediato, ao Ministério Público Eleitoral e ao Juízo Eleitoral competente para o registro de candidatura e expedição de diploma do réu (Lei Complementar nº 64/1990, art. 15, parágrafo único).

Art. 72. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade ou a impugnação de registro de candidato feita por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé, incorrendo os infratores na pena de detenção de seis meses a dois anos e multa (Lei Complementar nº 64/1990, art. 25).

Art. 73. Os processos de registro de candidaturas terão prioridade sobre quaisquer outros, devendo a Justiça Eleitoral adotar as providências necessárias para o cumprimento dos prazos previstos nesta resolução, inclusive com a realização de sessões extraordinárias e a convocação dos Juízes suplentes pelos Tribunais, sem prejuízo da eventual aplicação do disposto no art. 97 da Lei nº 9.504/1997 e de representação ao Conselho Nacional de Justiça (Lei nº 9.504/1997, art. 16, § 2º).

Art. 74. Os prazos a que se refere esta resolução serão peremptórios e contínuos, correndo em cartório ou secretaria, e não se suspenderão aos sábados, domingos e feriados, entre 15 de agosto e a data fixada no calendário eleitoral (Lei Complementar nº 64/1990, art. 16).

Parágrafo único. Os Cartórios Eleitorais e os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarão o horário de seu funcionamento para o período previsto no *caput*, que não poderá ser encerrado antes das 19 horas locais.

Art. 75. Da homologação da respectiva convenção partidária até a diplomação e nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como Juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como Juiz Eleitoral, o cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição (Código Eleitoral, art. 14, § 3º).

Art. 76. Não poderá servir como chefe de Cartório Eleitoral, sob pena de demissão, membro de órgão de direção de partido político, candidato a cargo eletivo, seu cônjuge ou companheiro e parente consanguíneo ou afim até o segundo grau (Código Eleitoral, art. 33, § 1º).

Art. 77. A filiação a partido político impede o exercício de funções eleitorais por membro do Ministério Público até dois anos do seu cancelamento (Lei Complementar nº 75/1993, art. 80).

Art. 78. Ao Juiz Eleitoral que seja parte em ações judiciais que envolvam determinado candidato, é defeso exercer suas funções em processo eleitoral no qual o mesmo candidato seja interessado (Lei nº 9.504/1997, art. 95).

Parágrafo único. Se o candidato propuser ação contra Juiz que exerce função eleitoral, posteriormente ao registro da candidatura, o afastamento do magistrado somente decorrerá de declaração espontânea de suspeição ou da procedência da respectiva exceção.

Art. 79. Os feitos eleitorais, no período entre 20 de julho e 4 de novembro de 2016, terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos Juízes de todas as justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/1997, art. 94, *caput*),

§ 1º É defeso às autoridades mencionadas neste artigo deixar de cumprir qualquer prazo em razão do exercício de suas funções regulares (Lei nº 9.504/1997, art. 94, § 1º).

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo constitui crime de responsabilidade e será objeto de anotação funcional para efeito de promoção na carreira (Lei nº 9.504/1997, art. 94, § 2º).

§ 3º Além das polícias judiciárias, os órgãos das Receitas Federal, Estadual e Municipal, os Tribunais e os órgãos de contas auxiliarão a Justiça Eleitoral na apuração dos delitos eleitorais, com prioridade sobre suas atribuições regulares (Lei nº 9.504/1997, art. 94, § 3º).

Art. 80. As petições ou recursos relativos aos procedimentos disciplinados nesta resolução serão admitidos, quando possível, por fac-símile,

dispensado o encaminhamento do texto original, salvo quando endereçados ao Supremo Tribunal Federal, ocasião em que deverão ser juntados aos autos no prazo de cinco dias.

Art. 81. Os prazos contados em horas poderão ser transformados em dias.

Art. 82. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

PRESIDENTE

MINISTRO GILMAR MENDES

RELATOR

MINISTRO LUIZ FUX

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA

MINISTRA LUCIANA LÓSSIO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Senhor Presidente, submeto à apreciação deste Plenário a instrução que dispõe sobre escolha e registro de candidatos para o pleito de 2016.

Inicialmente, informo que, na Portaria nº 43 de 4.2.2015, fui designado relator das instruções para as eleições de 2016 pelo presidente deste Tribunal Superior, Ministro Dias Toffoli.

Em 19.3.2015, oficiei a todos os tribunais regionais eleitorais para que enviassem ideias e sugestões, tendo as manifestações recebidas (Protocolo/TSE nº 6.712/2015) sido consideradas na elaboração do texto inicial.

Em 29.10.2015, foi realizada audiência pública com a finalidade de colher sugestões e debater com os partidos políticos, advogados e demais interessados sobre as diretrizes para a minuta de escolha e de registro de candidatos relativas às eleições vindouras.

O Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe/MPF) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) apresentaram sugestões, protocoladas sob os nºs 19.327/2015 e 19.309/2015, juntadas a estes autos e consideradas na elaboração desta minuta.

Na minuta de instrução encaminhada aos gabinetes de Vossas Excelências, já se consideraram as sugestões apresentadas pelas Cortes Regionais, pelos grupos de trabalho e pelas unidades técnicas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Registro, ainda, a valorosa contribuição do Ministro Henrique Neves da Silva.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (relator): Senhor Presidente, nos termos da proposta que encaminhei aos gabinetes de Vossas Excelências, submeto ao Plenário desta Corte a minuta de instrução que se destina a regulamentar, para o pleito de 2016, os procedimentos atinentes à escolha e ao registro de candidatos.

Enfatizo que, em sua elaboração, houve estrita observância aos preceitos da Lei Complementar nº 64/1990 e da Lei nº 9.504/1997.

Ressalto que esta minuta está sendo submetida à apreciação do Plenário apenas agora em razão da perspectiva de reforma política pelo Congresso Nacional, que culminou com a promulgação da Lei nº 13.165, em 29.9.2015.

Uma das inovações trazidas pelo novo diploma legal diz respeito à ressalva constante do art. 11, § 2º, no sentido de que a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é aferida no dia 15.8.2016, quando fixada em 18 anos.

Incluiu-se o § 1º no art. 20 para contemplar a alteração que a Lei nº 13.165/2015 fez no art. 10, fazendo incluir o inciso II.

O Genafe/MPF sugeriu a inclusão de exigência de apresentação de certidões cíveis que atestem a inexistência de causas de inelegibilidade previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, decorrentes de decisão de natureza cível/administrativa, ao argumento de que isso traria ganho ao processo eleitoral, pois obrigaria o próprio candidato a comprovar não ser inelegível.

Deixei de acolher tal sugestão devido a essa exigência não constar de lei.

Acatei proposta do PSDB e incluí, no art. 6º, o § 3º, resultado da transposição do antigo art. 8º da minuta. Isso devido ao fato de o art. 6º tratar das coligações e o preceito do atual art. 8º versar sobre exceção à legitimidade da coligação, permitindo a partidos coligados formularem pleito

autonomamente. Aglutinando-se a disciplina das coligações em um mesmo dispositivo, facilita-se a compreensão das normas estabelecidas.

Acrescentei ao art. 35 da minuta os §§ 1º e 2º, renumerando-se os demais, em atendimento à sugestão do PSDB, a fim de esclarecer que a decisão de negar o pedido de registro e o DRAP, uma vez protocolados, compete somente ao Juiz Eleitoral e que há previsão legal para que eventuais falhas sejam sanadas.

O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul enviou, por *e-mail*, propostas de alterações, das quais acolhi somente a de inclusão da expressão “até a data de formalização do seu pedido de registro de candidatura” no inciso I do § 3º do art. 27, conforme disposto no art. 11, § 8º, incisos I e II, da Lei nº 9.504/1997.

Registro que as demais propostas apresentadas não foram acatadas seja por se tratar de dispositivos da resolução que reproduzem previsão expressa em lei, seja por representar, caso aceitas, excesso do poder regulamentar conferido à Justiça Eleitoral, ou, ainda, por contrariar jurisprudência do TSE.

Gostaria ainda de consignar meu reconhecimento à valorosa colaboração do Ministro Henrique Neves da Silva, bem como das áreas técnicas, assessorias e minha equipe, que realizaram, em exíguo prazo, estudos visando ao aperfeiçoamento do texto desta instrução.

Destaco também a importante participação de todos os que contribuíram com sugestões.

PROPOSTA

A SENHORA MINISTRA LUCIANA LÓSSIO: Senhor Presidente, eu tenho um sugestão quanto ao art. 22, antepenúltimo artigo da instrução, nas disposições finais:

Art. 22. As penalidades previstas nesta resolução não obstam eventual propositura de ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico ou de outras ações civis e penais cabíveis nos foros competentes.

Eu sugeriria que colocássemos ações eleitorais, porque o abuso de poder econômico também pode ser apurado em ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) e neste artigo estamos restringindo à ação de investigação judicial eleitoral (AIJE).

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA: Senhor Presidente, penso que poderíamos retirar “abuso de poder”. Sugiro a seguinte redação:

Art. 22 As penalidades previstas nesta resolução não obstam eventual propositura de ações eleitorais ou de outras ações cíveis e penais cabíveis nos foros competentes.

A SENHORA MINISTRA LUCIANA LÓSSIO: Se restringirmos à ação de investigação judicial eleitoral, não há razão para ser restringido.

O SENHOR MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA: E também não restringe o abuso, pode ser fraude.

A SENHORA MINISTRA LUCIANA LÓSSIO: Exato.

INDICAÇÃO DE ADIAMENTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (presidente): Senhores Ministros, após o voto do relator e dos debates ocorridos, a deliberação da instrução foi suspensa para a próxima sessão.

EXTRATO DA ATA

Inst nº 535-95.2015.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Interessado: Tribunal Superior Eleitoral.

Decisão: Após o voto do Ministro relator e os debates realizados, o julgamento foi adiado para a próxima sessão.

Presidência do Ministro Dias Toffoli. Presentes as Ministras Maria Thereza de Assis Moura e Luciana Lóssio, os Ministros Gilmar Mendes, Herman Benjamin e Henrique Neves da Silva, e o Vice-Procurador-Geral Eleitoral em exercício, Humberto Jacques de Medeiros. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Luiz Fux.

SESSÃO DE 10.12.2015.

VOTO (continuidade do julgamento)

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (relator): Senhor Presidente, dando continuidade ao julgamento da instrução que dispõe sobre **a escolha e o registro de candidatos** para o pleito de 2016 iniciado na sessão administrativa de 10 de dezembro último, estou acolhendo as sugestões propostas pelos pares para excluir a palavra “constantes” do final do § 2º do art. 6º e para incluir o § 13 ao art. 27 prevendo que: “as ressalvas previstas no § 12 também se aplicam às hipóteses em que seja afastada a ausência de condições de elegibilidade”.

EXTRATO DA ATA

Inst nº 535-95.2015.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Interessado: Tribunal Superior Eleitoral.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, aprovou a instrução, nos termos do voto do relator.

Presidência do Ministro Dias Toffoli. Presentes as Ministras Maria Thereza de Assis Moura e Luciana Lóssio, os Ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Herman Benjamin e Henrique Neves da Silva, e o Vice-Procurador Geral Eleitoral, Eugênio José Guilherme de Aragão.

SESSÃO DE 15.12.2015.*

* Sem revisão das notas de julgamento da Ministra Luciana Lóssio.